



Universidade Federal do Rio de Janeiro
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia
Programa EICOS - Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social

BRUNA RANÇÃO CONTI

PROTEÇÃO DA NATUREZA E QUALIDADE DE VIDA EM
TRINDADE (PARATY - RJ):

Para Entender o Ecoturismo no
Parque Nacional da Serra da Bocaina

Rio de Janeiro
2011

Bruna Ranção Conti

**PROTEÇÃO DA NATUREZA E QUALIDADE DE VIDA EM
TRINDADE (PARATY - RJ):**

**Para entender o ecoturismo no
Parque Nacional da Serra da Bocaina**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Marta de Azevedo Irving

Rio de Janeiro
2011

Conti, Bruna Ranção

Proteção da Natureza e Qualidade de Vida em Trindade (Paraty - RJ): para entender o ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina / **Bruna Ranção Conti, 2011. 207f.**

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa EICOS, Instituto de Psicologia, 2009.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving

1. Ecoturismo. 2. Proteção da Natureza. 3. Qualidade de Vida. 4. Parque Nacional da Serra da Bocaina – Teses. I. Irving, Marta de Azevedo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Psicologia/Programa EICOS. III. Proteção da Natureza e Qualidade de Vida em Trindade (Paraty - RJ): para entender o ecoturismo no Parque Nacional na Serra da Bocaina

Bruna Ranção Conti

**PROTEÇÃO DA NATUREZA E QUALIDADE DE VIDA
EM TRINDADE (PARATY - RJ):**

Para entender o ecoturismo no
Parque Nacional da Serra da Bocaina

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ___/___/_____

Prof. Dra. Marta de Azevedo Irving - Orientadora
Programa EICOS de Pós-Graduação - UFRJ

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Programa EICOS de Pós-Graduação - UFRJ.

Prof. Dra. Rosane Manhães Prado
Programa PPCIS de Pós-Graduação - UERJ

Rio de Janeiro
2011

Ao meu pai Nilson Conti, por iluminar meu caminho na Terra.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Marta Irving, pela dedicação ao trabalho e por possibilitar a defesa antecipada desta dissertação. Obrigada por confiar em mim e por todas as oportunidades de aprendizado. A caminhada continua!

Agradeço a minha mãe "Dade" por me apoiar em todas as decisões profissionais tomadas. Continue a rezar todas as noites por mim porque agora o doutorado está aí...

Aproveito para agradecer a toda a família Ranção pelo carinho.

Agradeço também aos moradores da Vila de Trindade, sem os quais não poderia ter desenvolvido o trabalho. E, aos funcionários do PNSB, que foram tão receptivos à pesquisa.

A todos os amigos e colegas do EICOS e do grupo GAPIS, em especial àqueles que contribuíram para a revisão de todo o texto.

À amiga Aninha pela boa companhia nesses dois anos de mestrado e pelo apoio nas revisões. Muitas gargalhadas ainda virão, amiga!

À querida professora Luciana Bittencourt que despertou em mim o interesse pela pesquisa e pelo tema. Suas orientações foram essenciais neste percurso. Quem sabe em breve não seremos companheiras de trabalho?!

Agradeço de forma especial a amiga Isabel, por todo carinho e cuidado comigo, pela companhia nas viagens de campo e por toda a ajuda na finalização desta dissertação.

Cultura Mista*Música de Davi Detrinda**Trindadeiro*

*A mudança na cultura começou
 Quando um tal de progresso aqui chegou
 Foi grilando desde a curva do cepilho
 Até chegar lá nos chalé dos alemão
 Mas esse povo que de bobo não tem nada
 Enfrentou de peito aberto a luta armada
 Se armou de foice, inchada e machado
 Desmascarando uma Brascan falsificada,
 falsificada, falsificada*

*Mas a mudança na cultura começou
 Quando um tal de progresso aqui chegou
 Mato a sete volta água da salsa
 E lá de baixo descobriu a praia brava
 A praia é brava
 A praia é brava
 Eu falo mais falo da casa de farinha
 Faz tapioca amassada lá na prensa
 De madrugada acende a boca lá do forno
 e quebra a massa que a hora é caldeada
 cultura mista, cultura mista*

*Mas esse povo que de bobo não tem nada
 Enfrentou de peito aberto a luta armada
 Se armou de foice, inchada e machado
 Desafiando carapina engatilhada,
 engatilhada, engatilhada
 Cultura Mista*

Resumo

As unidades de conservação vêm sendo consideradas importantes alternativas em políticas públicas para a proteção da natureza. Porém, a implantação dos mesmos modelos provenientes dos países do Norte, ampliando a dicotomização sociedade-natureza, vem gerando um quadro de conflitos sociais, principalmente no interior ou entorno de Parques, categoria de UC de proteção integral que representa um exemplo emblemático de cisão sociedade-natureza. Nesse contexto, o ecoturismo emerge como alternativa potencial para a minimização dos impactos econômicos sobre a biodiversidade, para a potencialização dos processos de conservação da natureza em Parques e como oportunidade de melhoria de qualidade de vida das populações locais. Assim, o ecoturismo constitui importante alternativa para a conservação da biodiversidade, principalmente no caso dos Parques. Com este enfoque, a presente pesquisa se inspirou na seguinte questão norteadora: em que medida o turismo pode ser capaz de contribuir para a proteção da natureza no Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e para a melhoria de qualidade de vida da população de Trindade (Paraty-RJ)? Tendo em vista tal questão, o objetivo dessa dissertação foi entender e refletir sobre o atual processo de desenvolvimento do turismo na Trindade e seus efeitos sobre o modo de vida local e sobre a conservação da biodiversidade no PNSB. No plano metodológico, a dissertação se baseou em revisão bibliográfica e documental e pesquisa de campo, envolvendo entrevistas semi-estruturadas dirigidas aos administradores do Parque e à população de Trindade, além de observação participante. Diante dos dados obtidos é possível interpretar que o ecoturismo no PNSB representa, ainda, uma potencialidade a ser consolidada nos próximos anos. Possíveis estratégias para o equacionamento das tensões identificadas no processo de desenvolvimento turístico local dizem respeito a um maior diálogo entre moradores locais e equipe do Parque, à consolidação de parcerias entre esses grupos, à elaboração de ações menos segmentadas na região e ao estabelecimento de mecanismos de integração entre as políticas de turismo e proteção da natureza.

Palavras-chave: Ecoturismo, Proteção da Natureza, Qualidade de Vida, Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Abstract

The conservation areas are being considered as important alternatives in public policy for the protection of the nature. However, the implantation of the same models from the countries of the North, extending the dichotomy between society and nature, has been creating a framework of social conflicts, mainly in the park or in its surroundings, UC category of integral protection that represents an emblematic example of the split society-nature. In this context, ecotourism has emerged as a potential alternative to minimize the economic impacts on biodiversity, the potentiation of the processes of nature conservation in parks and as an opportunity to improve the quality of life of the local people. Thus, ecotourism is an important alternative for the conservation of the biodiversity, especially in the case of Parks. With this approach, this research was inspired by the following question: to what extent can tourism be able to contribute to the protection of nature in the National Park Serra da Bocaina (NPSB) and to improving the quality of life of Trindade (Paraty-RJ)? Considering this question, the thesis goal was to understand and reflect on the current process of tourism development in Trinidad and its effects on the local way of life and on the conservation of the biodiversity in the NPSB. Methodologically, the dissertation was based on literature review and documentary and field research, involving semi-structured interviews directed to the administrators of the park and the population of Trindade, and participant observation. From the data obtained, it is possible to conclude that the ecotourism in NPSB represents a potential to be consolidated in the coming years. Possible strategies for solving the tensions identified in the local tourism development relate to a greater dialogue between the local residents and the park staff, the consolidation of partnerships among these groups, the development of less targeted actions in the region and establishing mechanisms of integration between the tourism policies and environmental protection.

Keywords: Ecotourism, Protection of the Nature, Quality of Life, National Park Serra da Bocaina.

Lista de Siglas ou Abreviaturas

ABAT	Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade
AMOT	Associação de Moradores da Trindade
AP	Área Protegida
APA	Área de Proteção Ambiental
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
EcoBRASIL	Associação Brasileira de Ecoturismo
EICOS	Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EUA	Estados Unidos da América
FEC	Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF-RJ	Fundação Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEA	Instituto Estadual de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não-Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDDT	Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Plano de Manejo
PN/PARNA	Parque Nacional
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNE	Programa Nacional de Ecoturismo
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNSB	Parque Nacional da Serra da Bocaina
PNT	Política Nacional do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
QV	Qualidade de Vida
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RJ	Estado do Rio de Janeiro
SEA	Secretaria de Estado de Ambiente do Rio de Janeiro
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SP	Estado de São Paulo
TEBIG	Terminal Portuário da Petrobrás
TIES	The International Ecotourism Society
UC	Unidade de Conservação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEP	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
WTTC	World Travel Tourism Council
WWF	World Wildlife Fund/Fundo Mundial da Natureza

Lista de Ilustrações

	Figuras	Página
Figura 1	Localização do Parque Nacional da Serra da Bocaina	70
Figura 2	Inserção regional do PNSB e outras UCs	76
Figura 3	Área de Inserção do PNSB na Trindade	87

	Quadros	Página
Quadro 1	Domínios da qualidade de vida e seus indicadores	61
Quadro 2	Síntese das categorias de análise e indicadores para a avaliação da felicidade de uma nação	64
Quadro 3	O perfil dos atores locais entrevistados	73
Quadro 4	O perfil dos interlocutores institucionais entrevistados	74
Quadro 5	Municípios na área de abrangência do PNSB	77
Quadro 6	Núcleos Populacionais no interior e na Zona de Amortecimento do PNSB	77
Quadro 7	Quadro síntese sobre problemas e benefícios potenciais do ecoturismo segundo a percepção dos atores locais	111

	Mapas	Página
Mapa 1	Mapa de abrangência do PNSB	75
Mapa 2	Unidades de Conservação que fazem parte do Mosaico Bocaina	82

	Lista de Apêndices	Página
Apêndice A	Resumo dos projetos e programas destinados a fomentar e ordenar o ecoturismo em unidades de conservação implantados nos últimos anos no Brasil	178
Apêndice B	Roteiros de Entrevista	181
Apêndice C	Formulário de Consentimento Informado	184
Apêndice D	Registro Fotográfico	185

Apêndice E	Descrição dos atrativos turísticos de Trindade que localizam no entorno ou interior do PNSB	187
Apêndice F	Descrição da criação do Conselho Consultivo do PNSB	189

Lista de Anexos

		Página
Anexo A	Declaração de Ecoturismo de Quebec	191
Anexo B	Portaria de Criação do Conselho Consultivo do PNSB	199
Anexo C	Decreto de Criação do PNSB	200
Anexo D	Reportagem da revista Super Interessante - Edição 137 - Fevereiro/1999	204

SUMÁRIO

Introdução.....	16
1. Proteção da Natureza no Brasil e os Parques Nacionais	23
2. Ecoturismo e Proteção da Natureza no Mundo Contemporâneo	40
2.1. O Fenômeno Turístico	40
2.2. O Ecoturismo em Unidades de Conservação: a busca pelos Parques Nacionais.....	50
2.3. Introduzindo o Tema da Qualidade de Vida no Ecoturismo	59
3. Caminho Metodológico da Pesquisa.....	70
4. Estudo de Caso - Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Vila de Trindade.....	76
4.1. O Parque Nacional da Serra da Bocaina como Área de Inserção	76
4.1.1. Histórico do Processo de Ocupação e Consolidação do PNSB	80
4.1.2. Caracterização Socioeconômica da Região.....	83
4.2. Trindade e suas Especificidades.....	86
4.2.1. A Vila de Trindade: histórico de Ocupação e Caracterização	86
4.2.2. Resgatando a História do Turismo na Vila de Trindade.....	89
4.2.3. A Gestão do PNSB na Região.....	91
5. Resultados da Pesquisa	94
5.1. A Leitura Local Sobre Turismo, Qualidade de Vida e Proteção da Natureza	94
5.2. A Leitura dos Interlocutores Institucionais sobre Turismo e Proteção da Natureza ..	136
5.3. Integrando Percepções:.....	158
6. Concluindo para não concluir	165
Referenciais Bibliográficos	169
Apêndice A - Resumo dos projetos e programas destinados a fomentar e ordenar o ecoturismo em unidades de conservação implantados nos últimos anos no Brasil.....	177
Apêndice B – Roteiros de Entrevista	180
Apêndice C - Formulário de Consentimento Informado.....	183

Apêndice D - Registro Fotográfico.....	184
Apêndice E - Descrição dos atrativos turísticos de Trindade que localizam no entorno ou interior do PNSB.....	186
Apêndice F: Descrição do processo de criação do Conselho Consultivo do PNSB.....	188
Anexo A - Declaração de Ecoturismo de Quebec	190
Anexo B - Portaria de Criação do Conselho Consultivo do PNSB.....	198
Anexo C - Decreto de Criação do PNSB	200
Anexo D - Reportagem da revista Super Interessante - Edição 137 - Fevereiro/1999.....	204

Introdução

Desde a década de 70 a temática ambiental vem, progressivamente, se consolidando em debates, produções teóricas e manifestações sociais diversas. Isso ocorre porque “praticamente todo sujeito individual e coletivo menciona e reconhece o ambiente como dimensão indissociável da vida humana e base para a manutenção e perpetuação da vida na terra” (LOUREIRO, 2006, p.12). Nesse sentido, Moscovici (2007) discute que a questão ecológica decorre da consciência de que o lugar do homem na natureza está em crise, o que vem legitimando a recusa em seguir considerando o homem como espécie dominante.

Loureiro (*op.cit.*) afirma que essa preocupação decorre de um legítimo medo de extinção da espécie humana e da reflexão sobre a possibilidade de manutenção da vida, em um planeta em constante transformação e em profunda “*crise societária*”. Sendo assim, a solução para a chamada “*crise ambiental*” não se restringe à descoberta de tecnologias limpas, que diminuam os impactos sobre o meio natural. Antes de qualquer iniciativa desse tipo, o ponto de partida deve ser a reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica, social e cultural vigente, nas sociedades instituídas no período posterior à revolução industrial e no marco da modernidade capitalista.

Com o objetivo de buscar soluções para a crise ambiental, em uma perspectiva de reorganização da base civilizacional, a partir do final da década de 70 se sucedem diversas conferências promovidas pelas Nações Unidas e pela Comunidade Européia, além de acordos internacionais, que têm guiado as questões ambientais e de desenvolvimento¹, apontando caminhos para a conservação² da biodiversidade e para a

¹ Alguns marcos internacionais tiveram importante impacto para a internalização do tema ambiental, dentre eles, o relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, no qual, pela primeira vez, foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável e, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992. Como desdobramentos da Rio-92 foram acordadas a Agenda 21, a Convenção das Mudanças Climáticas (que se estendeu no Protocolo de Kioto e discutiu diretamente os padrões de consumo dos países desenvolvidos), a Convenção da Diversidade Biológica (na qual é abordada a questão de patrimônio global e repartição do uso dos recursos naturais) e a Convenção da Desertificação (que incorpora na discussão internacional a demanda dos países de regiões áridas) (FERREIRA, 2006; MUSSI, 2007). Dentre estes acordos, a Convenção da Diversidade Biológica emerge como um direcionador das políticas públicas da biodiversidade (CORRÊA, 2009).

² “*Conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas*” (WWF/IUCN apud DIEGUES, 2000, p.1).

redução da pobreza e das desigualdades sociais (IRVING, GIULIANI e LOUREIRO, 2008).

Como consequência desse movimento internacional, as áreas protegidas³ (AP) em franca expansão pelo mundo, passaram a ser entendidas, a partir de então, como a principal estratégia de proteção da natureza. Concebidas inicialmente como “*ilhas*” para a conservação da biodiversidade, estas foram guiadas, a princípio, pela visão preservacionista, que defende o esvaziamento humano destes espaços e a proibição do uso direto dos recursos. Essas “*ilhas*” de proteção da natureza representam também a preocupação do Estado com a manutenção dos serviços ambientais proporcionados pelos ecossistemas, ameaçados pelo exponencial crescimento urbano-industrial, e a possibilidade do lazer humano em contato com a natureza⁴.

No contexto brasileiro, a consolidação do processo de criação das AP teve influência direta das tendências internacionais em sua origem, o que contribui para o processo de dicotomização sociedade-natureza. Sendo assim, tanto no Brasil, como em diversos países tropicais, a transposição desse modelo de proteção da diversidade biológica, baseado em espaços naturais esvaziados da presença humana, foi responsável pelo surgimento de vários conflitos socioambientais. Esta condição tem sido especificamente observada nos países onde é freqüente a presença de populações residindo em áreas naturais, com formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais (DIEGUES, 2004).

Diegues (2004) argumenta ainda que esses conflitos se agravam quando a criação e implementação dessas “*ilhas*” de proteção da natureza se efetua, de forma autoritária e pouco negociada pelo Estado com os diferentes segmentos locais, entendidos como “transgressores” da lei.

Impregnado nesse contexto de disputas, o processo brasileiro de constituição de suas áreas protegidas tem gerado inúmeras tensões, seja pela regulação ou supressão do acesso aos bens e serviços ambientais nelas contidos, seja pela suspensão do direito à propriedade privada nos limites legais destas áreas e, até mesmo, pela impossibilidade de reprodução sociocultural dos grupos sociais envolvidos (IRVING, 2010). Sendo assim, Diegues (2000, p.20) enfatiza que a “*implantação dos mesmos modelos*

³ As áreas protegidas representam uma forma de se buscar a proteção da natureza e dos recursos naturais para as gerações futuras, com o objetivo de controlar as pressões antrópicas e as práticas humanas na natureza (IUCN, 1996; MELO, 2006).

⁴ Como ilustração dessa linha de pensamento preservacionista, pode ser mencionado o *Yellowstone National Park*, criado em meados do século XIX, nos Estados Unidos.

provenientes dos países do Norte tem resultado em verdadeiras tragédias, não somente sociais, mas também ecológicas”.

Porém, o autor aponta que tem havido, historicamente, uma grande resistência das instituições governamentais em avaliar seus próprios modelos de proteção do mundo natural, apesar dos fortes indícios de que esses modelos, em grande parte importados dos países temperados, são inadequados para atingir os objetivos da conservação ambiental.

Como estratégia para o equacionamento dos conflitos socioambientais decorrentes deste processo, a legislação ambiental brasileira tem buscado incorporar, progressivamente, mecanismos de gestão que possibilitem a participação social na lógica de governança⁵ democrática nos processos de criação e gestão das APs. E, após um longo processo de discussão e embates, foi criado, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como um esforço de integração entre sociedade e natureza em políticas públicas, consolidando o compromisso de participação social no processo de proteção da natureza. O SNUC expressa também a necessidade de articulação entre as políticas públicas de proteção da natureza e as políticas vinculadas à promoção do desenvolvimento econômico e social, e a necessidade de se promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, visando assim, atingir os pressupostos do desenvolvimento sustentável⁶ (IRVING, 2010).

O SNUC avança também no sentido de assegurar os mecanismos e procedimentos necessários à participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão destas áreas naturais e, ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e revisão das políticas públicas vinculadas às unidades de conservação (UC). Esta nova terminologia passou a ser utilizada para designar o conjunto de AP que seriam contempladas pelo sistema (IRVING, *op. cit.*).

Frente a esse quadro, diversos autores vêm afirmando ser fundamental se pensar em alternativas que visem compatibilizar as distintas formas de uso e apropriação dos

⁵ Segundo o Acordo de Durban “governança engloba a interação entre as estruturas, os processos, as tradições e os sistemas de conhecimento, que determinam a forma pela qual se exerce o poder, a responsabilidade e as tomadas de decisão, e na qual os cidadãos e outros interessados diretos expressam sua opinião” (ACUERDO, 2003 *apud* IRVING, 2010). Para Graham *et al.* (2003 *apud* IRVING, 2010) governança se refere “à interação entre estruturas, processos e tradições, que determina como o poder e as responsabilidades são exercidos, como decisões são tomadas e como os cidadãos e outros parceiros envolvidos (stakeholders) são ouvidos”.

⁶ Termo formalizado no relatório “Nosso Futuro Comum”, apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, em 1987.

recursos naturais, por parte dos diferentes grupos sociais envolvidos, e a proteção da natureza nos territórios protegidos e guiados por uma legislação restritiva. Sendo assim, as práticas de ecoturismo vêm sendo interpretadas, em políticas públicas, como alternativas possíveis à conversão das práticas econômicas vigentes nesses territórios, em práticas sustentáveis.

De acordo com Sansolo (2006), o turismo como alternativa econômica sustentável vem encontrando nos territórios protegidos, em especial nos Parques Nacionais⁷, uma oportunidade de expansão, seja pela pressão da demanda que transforma os recursos naturais em sonhos de consumo contemporâneos, seja pelo entendimento por parte do movimento ambientalista de que o turismo pode se constituir em alternativa importante para a proteção da natureza nestes espaços.

Da mesma forma, o turismo vem sendo interpretado, na atualidade, como uma alternativa potencial para a promoção do desenvolvimento local, sobretudo em associação às áreas protegidas. O montante de pessoas que viaja por todo o mundo é cada vez maior, e uma parte significativa dessas pessoas têm buscado, como destino, áreas naturais onde possam descansar, relaxar e estar, ao mesmo tempo, em contato com a natureza. Assim, atualmente, a natureza e seus recursos se expressam como atrativos significativos para o turismo. E com o fluxo crescente para as áreas protegidas, torna-se necessário pensar em alternativas de desenvolvimento turístico que busquem não só a satisfação dos turistas e investidores, mas que visem, prioritariamente, a conservação dos recursos naturais, e a melhoria na qualidade de vida e bem-estar da população local desses destinos (SANSOLO, 2006).

Porém, o que se pode observar, na maioria dos casos, é um modelo de desenvolvimento do turismo que privilegia sua vertente econômica, diante das demandas da sociedade capitalista e globalizada. Interpretado exclusivamente como fonte de geração de emprego e renda, o turismo, nos moldes vigentes, acaba por negligenciar as questões sociais, culturais e ambientais envolvidas nesse processo. Tal problema se agrava quando esses benefícios econômicos não são revertidos para a população local, que se vê subordinada a baixos salários e subempregos. Para Fraser (2007) as desvantagens econômicas destes grupos humanos impedem a participação

⁷ A categoria Parque Nacional faz parte do grupo das Unidades de Proteção Integral, instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

equânime da sociedade nas esferas públicas e no cotidiano, resultando, frequentemente, em um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica, no qual alguns grupos são prejudicados em detrimento de outros.

Nesse sentido, esse modelo de turismo baseado em pressupostos econômicos implica em destruição de dois mecanismos importantes para a vida humana: a manutenção dos recursos naturais e o desenvolvimento das populações dos destinos turísticos.

Luchiari (2000) aponta que este modelo constitui um dos principais obstáculos para a promoção da participação efetiva de todos os atores sociais nos projetos de turismo. Porém, a autora afirma que, segundo uma nova ordem mundial de desenvolvimento, em busca da sustentabilidade econômica, ambiental e sócio-cultural, o turismo passa a exigir a atribuição de novos papéis à população local, e uma política de inclusão, principalmente em áreas mais sensíveis.

A análise sobre essas questões incentiva a adoção de uma nova forma para se pensar o desenvolvimento do turismo, pautado em uma visão mais humana que mercadológica, principalmente quando desenvolvido em áreas naturais protegidas. Uma possível alternativa, nesta direção, pode ser a promoção do ecoturismo, caracterizado como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1994, p.19).

Segundo a *International Ecotourism Society* (TIES, 1990), o ecoturismo pode ser definido como “*viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente e sustentam o bem estar das comunidades locais*”.

Sendo assim, a presente pesquisa se inspira na seguinte questão norteadora: em que medida o turismo pode ser capaz de contribuir para a conservação da biodiversidade, vinculada a uma área protegida e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais?

Tendo em vista tal questão, o objetivo dessa dissertação é entender e refletir sobre o atual processo de desenvolvimento do turismo na Vila de Trindade e seus efeitos sobre o modo de vida local e sobre a conservação da biodiversidade do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Nessa reflexão constituem objetivos específicos da presente dissertação de mestrado: 1) Construir um quadro de referência teórica que subsidie a análise do

turismo como alternativa de melhoria de qualidade de vida e conservação da biodiversidade em Parques Nacionais; 2) Investigar as políticas públicas de turismo que regem tal fenômeno, com o objetivo de delinear as ações que vêm sendo implementadas para o seu desenvolvimento em Trindade; 3) Sistematizar dados e informações sobre o Parque Nacional da Serra da Bocaina, com ênfase na Vila de Trindade; 4) Interpretar a percepção da população de Trindade sobre o atual modelo de desenvolvimento turístico em Trindade e sua influência na qualidade de vida e no processo de conservação dos recursos naturais do Parque; 5) Interpretar a percepção dos gestores públicos do Parque Nacional da Serra da Bocaina sobre o turismo em Trindade e sua influência no processo de conservação dos recursos naturais do Parque; 6) Identificar possíveis estratégias que visem ao equacionamento das tensões identificadas no processo de desenvolvimento turístico local e, a potencialização da conservação da diversidade biológica.

O interesse por este tema surgiu a partir de leituras que associam o modelo tradicional de desenvolvimento turístico à descaracterização da cultura local, exclusão social e econômica das populações residentes e a geração de impactos negativos com relação à base de recursos naturais, principalmente no interior de unidades de conservação. Sendo assim, a abordagem deste trabalho está inspirada no campo epistemológico da Psicologia Social, ao compreender que:

O olhar psicossocial se configura como uma possibilidade de inovação teórica e metodológica para a gestão participativa e áreas protegidas, uma vez que incorpora, em sua práxis cotidiana, a reflexão permanente de seu próprio lugar e, o desafio da ‘desconstrução’ para a busca de novos modelos de desenvolvimento, centrados no próprio homem e sua potencialidade, como ser social, e como parte integrante de um sistema natural complexo” (AYRES; IRVING, 2006, p.56)

Com base nestes argumentos, foi escolhido como foco para esta reflexão o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), considerado, de acordo com seu Plano de Manejo⁸, um dos principais remanescentes de floresta atlântica ainda em bom estado de conservação. Este é um território com endemismos, refúgios ecológicos e espécies ameaçadas de extinção, localizado na divisa entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, inserido em importantes municípios do RJ e de SP como: Angra dos Reis, Paraty (RJ), Ubatuba, Cunha, Areias, São José do Barreiro e Bananal (SP).

⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/IBAMA/DIREC. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina: encarte n.5. Brasília: FEC/UNICAMP, 2002.

Tendo em vista a abrangência e importância do Parque, o recorte desta pesquisa se concentra na Vila de Trindade, uma vila de pescadores que se encontra parcialmente no interior do PNSB. Essa vila pertence ao Distrito de Paraty-Mirim, no município de Paraty, que compreende 40% do Parque e é considerado uma das áreas com maior atratividade turística na região da denominada Costa Verde.

No plano metodológico, a dissertação se baseou em revisão bibliográfica e documental e, pesquisa de campo, envolvendo entrevistas semi-estruturadas dirigidas aos gestores públicos do Parque e representações da população local de Trindade, além de observação participante para o reconhecimento da fase atual de desenvolvimento do turismo na Vila. A última fase da pesquisa consistiu na sistematização e análise das informações obtidas, por meio do método Análise de Conteúdo (MINAYO, 2007).

Para a sistematização das informações e cumprimento dos objetivos propostos, a presente dissertação está dividida em cinco capítulos, além das considerações finais:

No primeiro capítulo se busca consolidar a discussão acerca do histórico das políticas públicas de proteção da natureza no Brasil e contextualizar o processo de criação das unidades de conservação com ênfase na categoria de manejo “Parque Nacional”.

No segundo capítulo se objetiva a discussão sobre os diferentes modelos de desenvolvimento do turismo e sobre o ecoturismo como alternativa sustentável, focalizando os Parques Nacionais para o crescimento desta prática, nos dias atuais. E, uma discussão preliminar sobre o conceito de qualidade de vida incorporado nos pressupostos do ecoturismo.

O capítulo três diz respeito à descrição detalhada da metodologia proposta.

No quarto capítulo se apresenta o Estudo de Caso: Parque Nacional da Serra da Bocaina com foco na vila de Trindade.

No quinto e último, se pretende a discussão sobre os resultados da pesquisa a partir da interpretação da leitura dos atores locais e dos interlocutores institucionais.

Por fim, o último capítulo traz as considerações finais e suas possíveis contribuições para o planejamento e a gestão do ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina.

1. Proteção da Natureza no Brasil e os Parques Nacionais

De acordo com Davenport e Rao (2002), a origem histórica do processo de proteção da natureza é antiga, e tem se manifestado em diversas culturas, principalmente em vinculação com a preservação de espaços sagrados. As primeiras diretrizes para a proteção da natureza foram estabelecidas na Índia, no século quarto antes de Cristo, e eram guiadas tanto por motivos religiosos como para a garantia da caça e manutenção de mananciais de água e diversos serviços ambientais essenciais à vida na Terra. Os mesmos autores destacam que a forma como as sociedades trataram a posse da terra e estabeleceram sua convivência com a natureza desde a antiguidade, teve conseqüências diretas sobre os sistemas globais adotados de proteção da natureza (*apud* IRVING, CONTI e AYRES, no prelo).

Apesar dos registros freqüentes de iniciativas com o objetivo de proteção da natureza, no contexto internacional, as ações governamentais para a preservação de áreas demarcadas (terrestres e/ou aquáticas) é recente, com pouco mais de um século. Estas ações nasceram nos EUA com a proposta conceitual de “Parques Nacionais” e com a criação do primeiro Parque Nacional - Yellowstone - em 1872 (DRUMMOND, 1997a). Diegues (2001, p. 13) destaca que os Parques Nacionais americanos foram criados, a princípio, tendo a “*finalidade de proteger a vida selvagem (wilderness), ameaçada pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza*”, o que conduziu e reforçou, de forma evidente, um processo de cisão sociedade-natureza, no qual o ser humano é interpretado como um “*outsider*” da natureza, ou seja, como “*visitante*”. E este modelo influenciou a lógica contemporânea de proteção da natureza, quando proteger significava afastar o homem da natureza, cabendo a ele somente admirar e reverenciar essas áreas naturais (IRVING e MATOS, 2006, p. 91).

Importante ressaltar que, ironicamente, esta primeira concepção sobre Parques Nacionais nos EUA ocorreu antes mesmo da criação da International Union for Conservation of Nature (IUCN), em 1948, uma instituição internacional que, desde sua origem, influencia a concepção de áreas protegidas e que contribuiu para a consolidação do conceito de Parques Nacionais, em todo mundo. Ou seja, o modelo de criação dos primeiros Parques Nacionais em diversos países, não foi pensado a partir de um debate a nível global sobre sua concepção. Pelo contrário, foi resultado de uma lógica de cisão

sociedade-natureza e um modelo, na realidade, intransponível para a realidade de países tropicais, com suas florestas habitadas.

Apesar desta origem, autores como Terborgh *et al* consideram que, dentre as diversas tipologias de áreas protegidas descritas pela IUCN (2008), a categoria de Parque Nacional⁹ pode ser considerada como uma das mais importantes com o objetivo de proteção da natureza. Nesse sentido, em 1960, a IUCN instituiu a Comissão Mundial de Parques, com o objetivo de pesquisar as diferentes experiências vinculadas a este tema, globalmente. Os trabalhos da Comissão resultaram na definição do conceito de Parques, bem como no assessoramento para a implantação e manejo dessas áreas, em diversos países. Com a adoção de um viés claramente preservacionista de proteção da natureza, influenciado pela perspectiva norte-americana, a IUCN exerceu forte influência em diversos países e organizações internacionais para a criação e implantação de áreas protegidas inspiradas na cisão sociedade-natureza (QUINTÃO *apud* SIMON, 2004). Dessa forma, as recomendações da IUCN influenciaram a política de APs de muitos países, entre eles o Brasil (DRUMMOND, 2010).

Desde a década de 70 é possível observar o aumento crescente dos debates sobre a temática ambiental, a partir da percepção de que o lugar do homem na terra está em crise (MOSCOVICI, 2007). Sendo assim, inúmeras conferências internacionais vêm sendo realizadas e convenções em âmbito global assinadas, com o objetivo de “conter” a degradação dos ambientes naturais (IRVING, 2010). E o estabelecimento de áreas protegidas (APs) é, progressivamente, incorporado como uma das mais importantes estratégias mundiais de proteção da natureza e conservação da biodiversidade (DRUMMOND, 1977).

Dentre esses esforços, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 (Rio-92), representou uma das referências globais na discussão e difusão da temática ambiental, quando foram assinados relevantes acordos ambientais, que incorporaram os aspectos sociais vinculados à conservação da natureza. Dentre eles destaca-se a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) como um dos mais importantes acordos, que impulsionou o movimento mundial de criação de APs (IRVING, CONTI e AYRES, no prelo).

⁹ “*Category II protected areas are large natural or near natural areas set aside to protect large-scale ecological processes, along with the complement of species and ecosystems characteristic of the area, which also provide a foundation for environmentally and culturally compatible spiritual, scientific, educational, recreational and visitor opportunities*”(IUCN, 2008, p. 16).

A CDB reconhece, em nível mundial, o valor econômico, ecológico, genético, social, científico educacional, cultural, recreativo e estético da natureza, estabelecendo ser a proteção da biodiversidade fundamental para a manutenção da vida. Esse acordo julga fundamental a cooperação entre os países para a criação de instrumentos internacionais para a proteção da biodiversidade, a partir do investimento em pesquisas, recursos técnicos, financeiros e humanos. A CDB objetiva, assim, o suprimento das necessidades humanas e a repartição equitativa dos benefícios derivados dos usos e acessos aos recursos naturais, uma das grandes novidades deste documento. E estabelece, ainda, que os países signatários devem desenvolver processos planejados de uso sustentável da diversidade biológica, através da instituição de sistemas de proteção da natureza que possibilitem administrar as áreas protegidas e incentivar a participação de comunidades locais e de populações indígenas em sua gestão (BRASIL, 2007).

Estas questões passam a ser internalizadas também nas deliberações da IUCN, de forma marcante, a partir do Acordo de Durban¹⁰ (IUCN, 2003). Este Acordo expressa, em alcance global, a preocupação em se pensar uma nova forma de proteção da natureza, na qual elementos éticos, culturais e relativos aos compromissos de inclusão social ganham destaque e são expressos como norteadores dos movimentos futuros. Sendo assim, o Acordo fundamenta o compromisso da conservação da biodiversidade em dois pilares: as áreas protegidas e as populações humanas. O Acordo também desmistifica o modelo tradicional de interpretação e gestão de áreas protegidas, introduzindo a discussão sobre governança (BENSUSAN, 2006; IRVING, 2010).

Esta abordagem é ainda reforçada pelas Metas do Milênio (PNUD, 2005) e pela Convenção sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2005). E nestes campos de debate, Irving (*op. cit.*, p.139) discute que a própria noção de conservação da natureza passa a ser também entendida como “*construção humana, na qual novas lógicas são então delineadas, em um esforço de resgate e reintegração entre sociedade e natureza*”. E afirma que isto acontece de maneira evidente na “*dinâmica de países emergentes ou em vias de desenvolvimento fortemente pressionados pelas demandas de crescimento, pelas desigualdades sociais e pela pressão internacional para a proteção da natureza*”, como é o caso do Brasil (IRVING, *op. cit.*, p. 127).

¹⁰ O acordo de Durban é derivado do 5º Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, África do Sul, em 2003.

Na continuidade do processo de internalização das questões sociais pelas políticas de proteção da natureza, em 2007 se consolida a Declaração de Bariloche (IUCN, 2007) em âmbito global (IRVING, *op. cit.*). Para Irving (2010, p. 140) essa Declaração reconhece que as áreas protegidas nos países latino-americanos constituem parte da herança natural e cultural e são “*instrumentos indispensáveis para que sejam alcançados os objetivos de desenvolvimento sustentável e melhoria do bem-estar das populações da região, ao mesmo tempo em que podem gerar soluções às problemáticas ambientais globais*”. E discute ainda que o documento estabelece ser fundamental “*a ampla participação da sociedade para a gestão includente de áreas protegidas, considerando os seus valores tangíveis e intangíveis*” e, para isso, recomenda:

a ampliação dos processos participativos e a aplicação dos princípios de boa governança (transparência, equidade, prestação de contas e gerenciamento de conflitos), como mecanismo efetivo para o engajamento dos diferentes atores, a partir de espaços de diálogo (IRVING, 2010, p. 140).

Importante contextualizar também que, para avançar nessa direção, o ano de 2010 foi considerado o Ano Internacional da Biodiversidade e, no Japão, foi realizada a décima Conferência das Partes da CDB, na qual um dos temas centrais foi a repartição justa dos benefícios decorrentes do uso da biodiversidade (IRVING, *op. cit.*).

Diante do contexto internacional, importantes avanços também têm ocorrido no Brasil para o aprimoramento da legislação ambiental e para a institucionalização da questão ecológica (MEDEIROS, IRVING, GARAY, 2004). Embora a perspectiva de integração sociedade-natureza também se expresse como questão central nas políticas públicas de proteção da natureza no país, Irving (2010, 136) discute que, ironicamente, estas se expressam de modo ainda paradoxal, uma vez que a lógica que estabelece

O processo histórico de criação de instrumentos legais de proteção da natureza, no país, é resultado de diferentes disputas e arranjos políticos, tendo sido influenciado pelo modo de pensar da sociedade contemporânea, “*fundamentado na disjunção entre o homem e a natureza*”, reforçado pela lógica de criação de Parques nos EUA (IRVING, 2010, p. 124). Este distanciamento é discutido por Loureiro (2004 *apud* IRVING, *op. cit.*) como um legado pós-industrial e moderno, marcado pela mercantilização da natureza (transformação do meio natural em recurso) e reforçado pelo modelo de desenvolvimento adotado no contexto do capitalismo. Sendo assim, “*se a natureza não está associada a seu valor intrínseco, a proteção do meio natural se justifica apenas*

por sua importância em atendimento às necessidades humanas” (IRVING, *op. cit.*, p. 125).

Há registros históricos datados dos períodos colonial e imperial que mencionam iniciativas de proteção da natureza em território nacional¹¹. Porém, tais iniciativas tinham como objetivo a proteção dos recursos naturais, tanto por seu valor comercial, quanto por seus serviços ambientais, sem necessariamente envolver a demarcação de áreas específicas de proteção ou expressar claramente a preocupação com a preservação da biodiversidade (MEDEIROS, 2006).

Porém, como discutido por Drummond (1977) e Diegues (2001) o “mito” da criação de áreas naturais intocadas (no modelo Yellowstone) foi seguido por países do Terceiro Mundo, como o Brasil, embora suas realidades fossem diversas dos países desenvolvidos. Pádua (1987) discute que a primeira iniciativa brasileira de instituição de áreas demarcadas para a proteção *in situ*¹² foi conduzida por sugestão de André Rebouças, em 1876, quando este propôs a criação de Parques Nacionais¹³ no Brasil inspirado no modelo norte-americano, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. O abolicionista foi influenciado pela escola de José Bonifácio de Andrada e Silva que, no século XIX, foi o responsável por uma das mais importantes análises do pensamento político brasileiro sobre a destruição da natureza. José Bonifácio denunciou os efeitos danosos do modelo de exploração colonial no país, baseado na monocultura extensiva, no escravismo e no mau uso da terra. Esta primeira proposta de criação de Parques Nacionais, no entanto, não se concretizou à época, mas abriu espaço para uma ampla discussão sobre o tema e importante mobilização nos anos seguintes. Drummond (1999) explica ainda que, nessa época, o país vivia a falta de controle governamental sobre as terras públicas do país, o que resultou em controle deficiente sobre o uso dos recursos naturais (solo, água, flora, fauna, etc.).

¹¹ Como por exemplo, o “Regulamento do Pau Brasil”, de 12 de dezembro de 1605, que instituía permissões especiais para o corte do pau-brasil, a árvore da Mata Atlântica de grande valor comercial que deu o nome à colônia portuguesa e futuramente ao país (DRUMMOND, 1999). O autor explica que este regulamento “*não tentava salvar uma espécie ameaçada da flora brasileira, mas sim reafirmar restrições ao seu corte não- autorizado*” (DRUMMOND, 1999, p. 5). Ou seja, a motivação do regulamento era essencialmente comercial.

¹² Conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características (SNUC, 2000. Capítulo I, Art. 2º VII).

¹³ Parque Nacional das Sete Quedas do Rio Paraná e Parque Nacional da Ilha do Bananal.

Na verdade, o contexto histórico de proteção da natureza no Brasil, tem início, efetivamente, a partir da década de 30, quando inicia-se, então, a transição de um país dominado pelas elites rurais para um outro que começa a se industrializar e urbanizar, principalmente na região sudeste (CUNHA E COELHO, *apud* MEDEIROS, 2006). Entre os anos de 1934 e 1937, grande parte dos instrumentos legais que darão, futuramente, suporte à criação de áreas protegidas¹⁴ (APs) no Brasil foram assim estabelecidos, como por exemplo, o Código Florestal brasileiro, em 1934 (Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934). Nesse sentido, Drummond (1999) afirma que apesar de seu viés desenvolvimentista, o Código resultou em alguns efeitos preservacionistas, já que possibilitou a criação de APs.

Com o Código Florestal foram criadas as condições necessárias para a formalização, em 1937, do Parque Nacional de Itatiaia, segundo os pressupostos dos Parques Americanos. Esta foi a primeira área protegida do país e tinha como objetivos enunciados manter a região conservada, atender às necessidades de ordem científica e às finalidades turísticas. Drummond (1997b) afirma que a criação de Parques Nacionais no Brasil priorizou regiões habitadas para a criação desses primeiros espaços protegidos, ou seja, áreas que envolviam problemas fundiários complexos e recursos naturais desgastados. Isso ocorreu porque a finalidade maior desses espaços era, na realidade, *“oferecer lazer às populações urbanas”* (ROCHA *et al*, 2010). Rocha *et al* (2010) discutem que ao longo da história, a criação de Parques Nacionais brasileiros não acompanhou uma distribuição regional ou ecossistêmica equilibrada e que, por muito tempo, os critérios para a escolha dessas áreas privilegiaram a beleza cênica excepcional, a facilidade de acesso e a possibilidade de visitação de massa. Drummond (1999, p.8) argumenta também que os primeiros Parques brasileiros *“nasceram no âmbito de um decreto basicamente produtivista”*, e que *“a nossa política preservacionista até hoje sofre com essa ambigüidade original”* (*apud* IRVING, CONTI e AYRES, no prelo).

¹⁴ Segundo Medeiros (2003) *“as áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados, cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos naturais e/ou culturais, a elas associados”* (*apud* MEDEIROS, 2006, p.41). Já para a IUCN (1980), o conceito de área protegida se amplia para *“uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à proteção e à manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos ou outros meios efetivos”* (*apud* COSTA, 2002, p.12).

Somente a partir de 1959 a criação de Parques¹⁵ foi retomada no Brasil, contemplando também as regiões norte, nordeste e centro-oeste do país. Até o ano de 1964 foram criados outros 16 Parques Nacionais brasileiros, cuja implementação, administração e fiscalização ficaram subordinadas ao Serviço Florestal Federal, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Sob essa guarda, a floresta era entendida como um recurso econômico cuja exploração deveria ser controlada pelo Estado ou resguardada, em função dos serviços ambientais por ela prestados. E, desde então, foi possível perceber a preocupação do Estado em estabelecer diferentes formas de proteção para as áreas naturais, já que diferentes categorias de manejo¹⁶ foram criadas para atender aos diferentes objetivos, não só de preservação dos recursos, mas também os de conservação¹⁷, englobando uma perspectiva de uso sustentável (MEDEIROS, 2006; MEDEIROS, IRVING e GARAY, 2006).

Seguindo a tendência mundial, em 1965 um novo Código Florestal¹⁸ brasileiro foi sancionado e, em 1967, foi fundado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), um novo órgão no governo central, com atribuições específicas para implementar, gerir e fiscalizar todas as áreas protegidas em franca expansão pelo país. Porém, Drummond (1999, p.23) argumenta que o IBDF representava, na realidade, um “*órgão produtivista*”, sendo que 15 dos seus 16 objetivos poderiam ser caracterizados como “*comerciais*”. O autor exemplifica ainda tal tendência, ao afirmar que apenas três¹⁹ Parques Nacionais e uma Reserva Biológica foram criados por esse Instituto.

¹⁵ Simon (2003, *apud* CORRÊA, 2009) analisa a lógica de criação de Parques Nacionais no Brasil e enfatiza que estas UCs foram idealizadas por um mesmo grupo de cientistas que se revezaram na administração das principais instituições públicas responsáveis pela temática ambiental (IBDF, SEMA, IBAMA) e nas instituições de pesquisa (Jardim Botânico, Museu Nacional) e que estiveram presentes na elaboração das principais leis relativas às UCs (Código Florestal de 1934, Código Florestal de 1965 e SNUC). Além disso, estas mesmas lideranças representaram o país nas principais conferências internacionais, como Estocolmo em 1972 e Rio-92.

¹⁶ As categorias de manejo previstas pelo Código Florestal de 1934 eram: as Florestas Protetoras, as Florestas Remanescentes, as Florestas Modelo e as Florestas de Rendimento (MEDEIROS, 2006).

¹⁷ Medeiros, Irving e Garay (2006) destacam a diferença entre preservação e conservação, sendo o primeiro referente à proteção integral da natureza enquanto que o segundo diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais pela sociedade.

¹⁸ Dois importantes avanços do novo Código dizem respeito à localização precisa das coberturas florísticas a serem permanentemente protegidas: ao longo dos rios, em torno de lagos, lagoas, reservatórios e mananciais, em topos de morros, em encostas íngremes, além de toda vegetação acima da cota de 1.800 metros sobre o nível do mar; e à inclusão em seu texto de outras formações vegetais “*menos carismáticas*” que devem ser protegidas, como o cerrado, a caatinga, as restingas e os manguezais (DRUMMONT, 1999).

¹⁹ Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Nacional da Serra da Canastra e Parque Nacional de Tapajós (DRUMMOND, 1999).

Uma das alterações propostas pelo novo Código foi a substituição das quatro categorias de áreas protegidas²⁰ anteriormente previstas no código de 1934, por outras quatro: Parque Nacional, Floresta Nacional, Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal. As duas primeiras declarando intocáveis todos os espaços cuja presença da vegetação garantisse os serviços ambientais e, as seguintes, transferindo compulsoriamente para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção (BRASIL, 1965 *apud* MEDEIROS, 2006).

Com o objetivo de criação de uma estrutura capaz de elaborar, organizar e conduzir um verdadeiro projeto político nacional dirigido à temática ambiental, com forte expressividade no quadro interno e no cenário externo, foi instituída, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA (Decreto 73.030, de 30 de outubro de 1973), orientada para a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais, passando a mesma, a dividir com o IBDF, a responsabilidade pela gestão e fiscalização da política brasileira de áreas protegidas. Após alguns anos, a SEMA propôs a criação de outras tipologias de áreas protegidas (as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental²¹), além daquelas que já haviam sido instituídas pelo Código Florestal de 1965 e geridas pelo IBDF.

Nessa linha do tempo, em 21 de setembro de 1979, o Decreto 84.017 aprovou o primeiro código para o manejo dos Parques Nacionais brasileiros. Drummond afirma que, embora setorial, esse código trouxe um grande avanço nos conceitos de administração das principais áreas protegidas, estabelecendo padrões mais profissionais de manejo. Para o autor o código foi apenas um dos resultados de um esforço maior da equipe do então IBDF²², para ampliar, modernizar e agilizar as políticas preservacionistas brasileiras. E o autor afirma também que esse esforço está registrado no documento intitulado Plano do Sistema de Unidades de Conservação, publicado pelo IBDF em 1982, tendo como objetivo principal o estudo detalhado das regiões brasileiras prioritárias para a implantação de novas APs (DRUMMOND, 1999). O autor afirma ainda que um indicador do verdadeiro renascimento da política de criação de Parques foi o estabelecimento de 11 novos Parques Nacionais, entre 1979 e 1986 (Serra da

²⁰ As categorias de manejo previstas pelo Código Florestal de 1934 eram: as Florestas Protetoras, as Florestas Remanescentes, as Florestas Modelo e as Florestas de Rendimento (MEDEIROS, 2006).

²¹ Elas foram codificadas legalmente em 27 de abril de 1981, através da Lei 6.902, podendo inclusive ser criadas em âmbito estadual e municipal. Pelo menos 27 estações ecológicas federais e 11 APAs federais foram criadas pela Sema entre 1977 e 1986, em quase todos os estados brasileiros. Inúmeros estados e municípios criaram unidades equivalentes em suas jurisdições (DRUMMOND, 1999, p. 15).

²² Comandada por Maria Tereza Jorge Pádua.

Capivara, Pico da Neblina, Picaás Novos, Cabo Orange, Jaú, Lençóis Maranhenses, Pantanal Matogrossense, Abrolhos, Serra do Cipó, Chapada Diamantina e Lagoa do Peixe). Estas foram as principais áreas protegidas estabelecidas no período, tanto por sua extensão, quanto por suas características biológicas. Dessa forma, a ampliação do número de Parques seguiu uma tendência mundial, embora não tenham sido criados de forma contínua, nem regular.

Para Drummond (*op. cit.*), em 1985, o Brasil começava então a ter o problema de abrigar um excesso de tipos de áreas protegidas, como resultado da rivalidade entre as equipes de cientistas da SEMA e do IBDF. Conseqüentemente, a sobreposição de funções entre SEMA e IBDF gerou a necessidade de um sistema administrativo único, capaz de conduzir a criação e implementação de todas as áreas protegidas do país. Assim, em 1989, é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), com o objetivo de unificar a política ambiental brasileira (BENSUSAN, 2006; MEDEIROS, IRVING e GARAY, 2006). Drummond (2010, p.216) discute que as *“características desse órgão e o contexto de sua criação colocaram, pela primeira vez, a política ambiental brasileira em geral, e a de UCs em particular, fora do domínio da esfera produtivista”*.

Além disso, desde meados da década de 70, estudos do IBDF já apontavam para a necessidade de um maior ordenamento no processo de criação das áreas protegidas, através de sua reorganização, sob a forma de um sistema único e integrado. Estes estudos, aliados às proposições da Constituição de 1988²³, e aos compromissos assumidos pelo país no âmbito da CDB²⁴, culminaram com a criação de propostas de um Sistema de Unidades de Conservação no país (*apud* IRVING, CONTI e AYRES, no prelo), no qual os Parques eram considerados uma das principais categorias destinadas à conservação da natureza. Além disso, esse período foi também marcado pela influência dos movimentos sociais organizados voltados à proteção da natureza, que estabeleceram importantes referenciais para a construção de uma nova política ambiental (BENSUSAN, 2006; MEDEIROS, IRVING e GARAY, 2006).

²³ A Constituição Federal de 1988 assegura a todos, em seu artigo sobre meio ambiente (art. 225), um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e impõe ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo (BENSUSAN, 2006).

²⁴ A CDB estabelece que os países signatários devem desenvolver processos planejados de uso sustentável da diversidade biológica, através da instituição de sistemas de proteção da natureza que possibilitem administrar as áreas protegidas e incentivar a participação de comunidades locais e de populações indígenas em sua gestão (BRASIL, 2007).

Após anos de discussões e tramitações, em maio de 1992, uma proposta foi encaminhada como Projeto de Lei nº 2.892/92 ao Congresso Nacional, pelo então Presidente da República, sendo este aprovado em junho de 2000 sob a forma de lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Uma das novidades trazidas no texto do SNUC foi a utilização da terminologia unidades de conservação²⁵ (UCs) para designar o conjunto de áreas protegidas que seriam contempladas pelo Sistema. Para atender ao principal objetivo de proteção da natureza, doze categorias de manejo de UCs foram criadas e subdivididas em dois subgrupos: 1) as unidades de proteção integral, envolvendo cinco categorias de manejo²⁶, dentre elas os Parques, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais e, 2) as unidades de uso sustentável, envolvendo sete categorias de manejo²⁷, que objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais existentes em seu interior (BRASIL, 2000; 2002). Este Sistema trouxe avanços significativos na legislação ambiental brasileira, na medida em que reconheceu a diversidade de ecossistemas e o compromisso de gestão participativa das mesmas. Diante desta interpretação sobre o SNUC, é possível afirmar que, até então, o processo histórico de construção das políticas públicas brasileiras de áreas protegidas foi gradual e influenciado por modelos centralizadores de implantação e gestão, nos quais o Estado era o único responsável pelo processo (*apud* IRVING, CONTI e AYRES, no prelo).

Bensusan (2006) discute que, após o SNUC, o estabelecimento de espaços especialmente protegidos (principalmente os Parques) vem sendo uma das ferramentas mais utilizadas atualmente para a conservação da natureza no Brasil. Até o ano de 2010 foram criados 67 Parques Nacionais, totalizando uma área de cerca de 25 mil hectares, sendo que um pouco mais da metade dessa área passou a ser protegida após o SNUC (entre 2000 e 2010), com a criação de 24 Parques²⁸. Porém, a autora afirma que a

²⁵ Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

²⁶ São estas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

²⁷ São estas: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

²⁸ Importante ressaltar que dos 24 Parques criados após o SNUC, dez se encontram no bioma Amazônia, representando cerca de 11 mil hectares protegidos. Isso se justifica pelo fato da política ambiental do país deixar de privilegiar espaços de grande beleza cênica que poderiam proporcionar alternativas de lazer e

implementação de tais espaços tem enfrentado inúmeros desafios. Em primeiro lugar, em função da maneira como essas áreas foram e, em alguns casos, ainda são estabelecidas, o que faz com que populações locais sejam desalojadas, as restrições de uso ocorram sem explicações e compensações e, frequentemente, os gestores dessas áreas não levem em conta os conflitos sociais e culturais que a sua criação costuma causar.

Diante desta situação, Diegues (2004) afirma que o modelo de Parques Nacionais adotado no Brasil (diretamente transportado da realidade da América do Norte para os países da América do Sul) tem sido alvo de muita discussão e polêmica, principalmente no que diz respeito à manutenção das populações tradicionais em seu interior, já que estes foram criados, prioritariamente, para atender os anseios e motivações estéticas da população urbana. Além disso, o autor discute que o Brasil inicialmente priorizou a região mais alterada pela população humana, a região sudeste, para a criação dos seus primeiros Parques Nacionais e que tal escolha representou a supressão de direitos à propriedade e uso da terra por parte dos grupos sociais que habitavam essas áreas, subjugando esses indivíduos e criminalizando-os por práticas habituais que deveriam justificar sua permanência nesses territórios. (DRUMMOND, 1997b, p. 147).

Nesse sentido Irving *et al* (2006, p.53) discutem que os Parques Nacionais tipificam, a partir de sua origem, a cisão sociedade-natureza em toda a complexidade envolvida neste binômio. Os autores alertam ainda que a criação de um Parque Nacional pressupõe a preservação da fauna e da flora, sem contemplar a dinâmica complexa das relações sociais no interior ou entorno destes espaços, situação que caracteriza a maioria dos Parques brasileiros.

Para Diegues (2000, p.3) esse modelo de proteção da natureza se baseia no princípio de que as questões naturais exigem soluções aplicáveis em todos os lugares do mundo, ainda que tenham sido geradas por sociedades que têm uma visão do mundo natural construída com base em princípios e representações simbólicas, dificilmente aplicáveis às demais. Isto é, *“parte-se do princípio que as relações entre as diversas*

turismo para as populações urbanas do entorno. E também pela necessidade da política de criação de UCs se antecipar ao processo de ocupação de áreas mais remotas e incluir amostras grandes e em bom estado dos vários biomas e ecossistemas no país. Sendo assim, “as mudanças nos critérios de escolha das áreas para a criação dos PNs brasileiros refletem em parte a evolução do próprio conceito de PNs, no Brasil e no mundo” (DRUMMOND, 1997, p. 208).

sociedades e o mundo natural são as mesmas em todos os lugares, sobretudo na chamada era da ‘globalização’”.

Segundo esse mesmo autor:

A imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas (DIEGUES, 1996, p.11).

Cronon (1995 *apud* BENSUSAN, 2006) argumenta que a tentativa de transformar áreas “desabitadas” em Parques, fundamenta-se na idéia de que partes do planeta ainda não teriam sido “tocadas” pelos humanos e seriam justamente essas as porções mais dignas de serem preservadas. No entanto, inúmeras pesquisas antropológicas, culturais, históricas e ambientais realizadas nas últimas décadas vêm evidenciando que a natureza selvagem e intocada não existiria separadamente da dinâmica humana, mas, ao contrário, essa “natureza” seria uma criação humana.

De encontro com essas pesquisas, que desmistificam a noção de áreas intocadas, Viana (1999) destaca que as decisões sobre políticas e estratégias de preservação das florestas não costumam respeitar e nem incorporar as populações locais (e principalmente as tradicionais) como atores-chave para a conservação da base de recursos naturais, o que vem gerando inúmeras tensões com relação à implementação de políticas públicas.

Assim, as críticas relacionadas aos efeitos negativos da criação de um Parque Nacional sobre as populações locais afetadas, costumam ser respondidas, em políticas públicas, com o argumento de que o uso indireto dos recursos naturais, como por exemplo, por meio do turismo, pode ser favorável ao desenvolvimento socioeconômico local (CHRIST *et al.*, 2003).

Apesar desse argumento, Diegues (2000) afirma que é fundamental se buscar soluções para esses efeitos negativos na relação dessas diferentes culturas e sociedades com o mundo natural, levando em consideração os contextos socioambientais nos quais as populações estão inseridas.

Para Irving (2002), o compromisso de participação social dessas populações no processo de gestão da natureza emerge, nesse cenário, como um elemento de

contracultura, constituindo a única garantia ética de sustentabilidade de um processo efetivo de desenvolvimento e conservação dos recursos naturais. A autora afirma ainda que no Brasil, um país com significativas heterogeneidades regionais e com desafios sem precedentes na busca de equilíbrio social, resgate de cidadania e proteção ambiental, esta afirmação parece ser ainda mais verdadeira.

Nesse sentido, o SNUC pode ser considerado o “*marco inicial para o planejamento da conservação*”²⁹, consolidando uma nova atitude do Estado na sua relação com a sociedade, no âmbito da conservação da natureza, criando uma série de mecanismos que asseguram maior participação pública no processo de criação e gestão das áreas protegidas” (BRASIL, 2007). Dentre esses mecanismos se evidenciam: a preocupação com a economia das UCs, a garantia de meios de subsistência alternativos às populações locais que dependem da utilização dos recursos naturais existentes no interior dessas UCs, a valorização do conhecimento tradicional, a promoção da educação ambiental, a recreação em contato com a natureza, e o turismo ecológico (BRASIL, 2000). Em algumas de suas diretrizes o SNUC enfatiza, também, a “*questão da participação social e o compartilhamento de benefícios decorrentes da existência da própria UC como temas centrais e garantia de efetividade da própria política de proteção da natureza*” (IRVING, 2010, p. 138).

Para Diegues (2000), Medeiros (2006), Bensusan (2006) e Irving e Matos (2006), é inegável o avanço que se processou no Brasil em relação à temática da proteção da natureza com a instituição do SNUC, mas esses autores também destacam que existem ainda muitos problemas para a consolidação efetiva das áreas protegidas brasileiras, como a falta de planejamento a longo prazo, a pressão de uso sobre os recursos naturais dessas áreas, a preservação dos processos que geram e mantêm a diversidade biológica que ali se quer conservar, os conflitos com as populações humanas que vivem no interior e no entorno dessas áreas, a necessidade de grandes contingentes de pessoas para fiscalizar as áreas e, o aporte ainda limitado de recursos financeiros para o processo.

Bensusan (2006) discute ainda que os três grandes desafios a serem enfrentados para a implementação das APs neste novo século são: ações capazes para equacionar a

²⁹ O SNUC (2000) define conservação como o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir benefícios, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

falta de conhecimento sobre a biodiversidade, a dificuldade em se estabelecer as necessárias conexões entre ambientes naturais, em uma paisagem cada vez mais fragmentada e, a resolução dos problemas ligados à eficiência de gestão das áreas protegidas em um contexto mais transparente e democrático. Para a autora, o grande desafio, além da própria convivência harmônica entre áreas protegidas e populações locais, é fazer com que essas áreas se tornem arenas de transformação social.

Como resultado dessa discussão no plano internacional, com o Acordo de Durban (IUCN, 2003), as Metas do Milênio (PNUD, 2005) e a Convenção sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2005), em 2006, após o reconhecimento de que as áreas protegidas brasileiras não poderiam mais ser concebidas como espaços isolados da realidade social e econômica circundante, é aprovado o Decreto nº 5.758 que institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), a partir de um processo liderado pela Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente. Os objetivos do Plano são o fortalecimento e a ampliação do alcance do SNUC, a repartição justa e equitativa dos recursos advindos da conservação da natureza, e a efetivação do processo de gestão participativa. Com esta compreensão, as políticas de conservação da natureza buscam empreender esforços para que as áreas protegidas sejam parte de programas de desenvolvimento sustentável e de preservação da biodiversidade, buscando agregar a participação social e o desenvolvimento local (melhoria da qualidade de vida, erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais) como condições para o sucesso do esforço de conservação (BRASIL, 2006; IRVING, 2010). Sendo assim, o PNAP propõe ações relacionadas à implementação do SNUC, com o objetivo de fortalecer o tema social no processo de proteção da natureza (*apud* IRVING, CONTI e AYRES, no prelo).

Irving e Matos (2006) discutem os avanços possíveis em políticas públicas a partir do PNAP. As autoras argumentam que o Plano, para além do SNUC, evidencia o enfoque das questões sociais em conjunto com o compromisso de preservação da natureza, inovando com diretrizes e metas para ações governamentais, em conjunto com a sociedade, no que se refere à implantação e gestão das áreas protegidas brasileiras. As diretrizes do PNAP buscam, permanentemente, o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das APs, propondo uma visão mais integradora entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o PNAP:

Evidencia a mudança do foco em políticas públicas, no sentido de um olhar convergente para a interpretação da relação sociedade e natureza, a partir da compreensão de que não é mais possível pensar estratégias de conservação da natureza dissociadas da dinâmica socioeconômica regional (IRVING e MATOS, 2006, p.93).

No entanto, apesar do avanço do arcabouço legal brasileiro para essa questão, a sua aplicação acontece ainda de maneira gradual. Irving *et al* (2006) e Irving (2010) argumentam que, se por um lado a participação da sociedade na gestão de UCs está prevista neste arcabouço legal, por outro, as metodologias participativas para a construção de governança democrática estão ainda sendo propostas e testadas, e a inclusão das populações locais na gestão dos Parques Nacionais representa um processo trabalhoso que só poderá se efetivar com mudanças culturais profundas.

Como exemplo dessa dificuldade no processo, embora o SNUC e o PNAP apontem as consultas públicas e os Conselhos de Gestão³⁰ como importantes instrumentos no processo de criação e gestão dos Parques, a incipiente participação dos grupos sociais locais nos processos decisórios tem ainda contribuído para a emergência de tensões socioambientais. Para Gohn (*apud* IRVING *et al*, 2006) esses Conselhos, em tese, representam instrumentos de participação social capazes de articular os diferentes grupos, representantes da sociedade civil e do poder público, em ações relativas à gestão de áreas de proteção ambiental, sendo, portanto, arenas potenciais para a negociação de conflitos.

Para Irving e Matos (2006) o primeiro passo nesse sentido parece ser entender o efetivo alcance do Conselho como instância política e de cidadania. E o segundo, a decodificação do real alcance dos Conselhos de UCs, tendo em vista o seu significado como “*campo de forças e arena de poder*” e considerando a dinâmica sociocultural e política da região de inserção de cada UC.

Na continuidade do processo de internalização das questões sociais pelas políticas de proteção da natureza, em 2007 se consolida a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT, Decreto n° 6.040, de 07 de fevereiro de 2007), no mesmo momento histórico em que se consolida, em âmbito global, a Declaração de Bariloche (IUCN, 2007).

³⁰ O Conselho é uma instância constituída por entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade relacionados a uma unidade de conservação, podendo ser de caráter consultivo ou deliberativo (IRVING *et al*, 2006, p.42).

No Brasil, a PNPCT traz como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (IRVING, 2010). Irving (*op. cit.*) discute que esta política inova e incorpora a noção de integração sociedade-natureza e de transversalidade nas ações do governo brasileiro.

Ainda em 2007, a criação e a gestão das UCs federais foram repassadas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio da Lei n. 11 516, de 28 de agosto de 2007. Drummond (2010) afirma que aparentemente esta é a primeira vez que a política federal de UCs conta com uma instância específica para tratar do assunto.

Portanto, é possível interpretar que nessas últimas décadas, com o avanço da legislação ambiental, instala-se no país uma nova lógica em que o reconhecimento das áreas protegidas ultrapassa sua função original de preservação para a de conservação dos recursos naturais, incluindo os compromissos de melhoria de qualidade de vida, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a criação e constituição dos Parques Nacionais reforçam a necessidade de uma nova concepção de proteção, na qual a participação dos diferentes segmentos envolvidos com o espaço natural protegido é fundamental para a gestão da natureza.

Após a internalização nas políticas públicas, da necessidade de se compatibilizar as distintas formas de uso e apropriação dos recursos naturais, por parte dos diferentes grupos sociais envolvidos, e a proteção da natureza nos territórios protegidos e guiados por uma legislação restritiva, como os Parques, as práticas de ecoturismo vêm sendo interpretadas como alternativas capazes de potencializar a conservação dos recursos naturais nessas áreas, segundo os pressupostos de melhoria de qualidade de vida, manutenção da cultura local e repartição dos benefícios econômicos gerados.

Sendo assim, com a necessidade do desenvolvimento de alternativas econômicas que beneficiem a manutenção destas áreas naturais e as populações locais, o ecoturismo tem sido entendido como uma possibilidade capaz de conciliar a conservação da biodiversidade, a sensibilização da sociedade com relação às questões ambientais e a manutenção econômica das localidades afetadas pela criação de UCs e, em especial, de Parques Nacionais. Nesse viés, o turismo passa a ser entendido como uma possível

prática conservacionista, se realizada nos moldes do denominado "ecoturismo" (RODRIGUEZ, 2009).

2. Ecoturismo e Proteção da Natureza no Mundo Contemporâneo

2.1. O Fenômeno Turístico

O turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma “tabula rasa”, sobre espaços vazios e sem donos. Portanto, não são apenas Estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo, em muitos casos, atuando como contra-racionalidades às determinações hegemônicas. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser imanente ao processo (ARIZA DA CRUZ, 2009).

Com o processo de globalização, Santos Jr., Tunes e Bartholo (2006) apontam que é difícil, na atualidade, encontrar uma extensão de território ou paisagem que não esteja já sob a influência desse sistema global, ou pessoa alguma que, direta ou indiretamente, não seja afetada por ele. Os autores enfatizam também que a ampliação do poder do capital pelas grandes corporações internacionais e pelos Estados do centro, tem integrado o mundo cada vez mais com o uso de mecanismos da ciência, da técnica e da informação, por meio do que Milton Santos (1994) chama de meio técnico-científico-informacional.

“Assim, a lógica de incremento da produção (agricultura, indústrias, serviços) e do consumo de massa (bens e serviços) vigora por meio do e para o fortalecimento da unicidade técnica, transformada em mais-valia global (ou vice-versa)” (SANTOS Jr., TUNES e BARTHOLLO, 2006, p.4). Os autores destacam ainda que:

a antiga divisão entre os espaços naturais/rurais e o urbano tem sido cada vez menor pelo aparelhamento técnico de todos os territórios sob o comando político-econômico-cultural da racionalidade técnico-científico centrado nas (grandes) cidades e indústrias. Nesta ordem, a geração de benefícios (bens e serviços) está ligada diretamente ao sistema de ganho do (grande) capital, internacionalizado, integrando produção/trabalho/consumo através da difusão de um capitalismo global cada vez mais orientado pelo pragmatismo utilitarista técnico-científico (SANTOS Jr., TUNES e BARTHOLLO, 2006, p.4).

Nesse sentido, os autores afirmam que a diversidade de mundos e culturas que se nutriam da terra, existentes por todos os continentes, até a Revolução Industrial, na modernidade foram unificadas em um único “*sistema-mundo*”, baseado na emancipação da tradição, na unificação da história e geografia dos povos, no racionalismo laico, no industrialismo e no capitalismo.

Para Santos Jr., Tunes e Bartholo (2006, p.6) o mundo, hoje, encontra suas raízes no poder totalitário de intervenção utilitarista. “*Torna-se des-terrado, quando transforma a Terra apenas em despensa de haveres úteis ao sistema industrial, fazendo dela, também, lugar de desterro, onde será lançado o que não é mais utilizável*”. Como consequência deste impacto do mundo sobre a terra, a atual crise ecológica ou ambiental, coloca em primeiro plano, não mais a Terra, e sim os recursos, riquezas ou capital natural.

Transformada em sua essencialidade pela racionalidade técnico-científica, a condição matriz da Terra é deslocada para a ordem do proceder dos conceitos, números e operacionalizações, pretendendo com isto fazer com que o sistema-mundo continue a girar e as pessoas continuem a consumir (SANTOS Jr., TUNES e BARTHOLO, 2006, p.6).

Sendo assim, a expansão acirrada do capitalismo, a partir do final da década de 70, marca o processo civilizatório e de produção com um novo ciclo que contribui para o agravamento das desigualdades sociais, superexploração dos recursos naturais e crescimento da pobreza, levando, conseqüentemente, à exclusão social.

Nesse cenário, o turismo emerge, de acordo com os dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo World Travel Tourism Council³¹ (WTTC), como uma das mais importantes atividades econômicas mundiais, sendo apontado por especialistas e órgãos oficiais como uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo, adquirindo posição estratégica na economia de vários países³²

³¹ A World Travel Tourism Council, em pesquisa macro-econômica, que avalia o impacto do setor de Viagens e Turismo em 174 economias nacionais em todo o mundo, no ano de 2004, conclui que esse é um dos setores econômicos mais importantes do mundo e de maior crescimento, gerando 214.7 milhões de empregos e contribuindo com mais de 10,4% do PIB global (WTTC, 2005. Disponível em: www.wtc.org/bin/pdf/original_pdf_file/progresspriorities04-05.pdf).

³² De acordo com estatísticas do Ministério do Turismo, a receita cambial gerada pelo turismo em todo o mundo passou de US\$ 436,0 bilhões, em 1997, para US\$ 856,0 bilhões em 2007. Na América do Sul a receita cambial passou de US\$ 11,4 bilhões, para US\$ 17,2 bilhões em 2007. Já no Brasil saltou de US\$ 1,1 bilhão, para US\$ 5,0 bilhões.

(MENDONÇA, 2004). Em contrapartida, em uma análise comparativa entre as taxas de desenvolvimento do turismo no mundo e as taxas de desenvolvimento humano, ambas de 1999, a autora conclui que o crescimento do turismo no mundo contemporâneo também se deu paralelamente ao crescimento da pobreza e enorme concentração de renda mundial.

A força desse fenômeno é discutida por Trigo (1998, p.37) quando este afirma que “*o turismo tornou-se uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial*”, e este, aliado ao surgimento e uso das novas tecnologias, tem influenciado a política de globalização³³ e os novos blocos econômicos.

Como consequência deste processo, os países da América Latina começaram a investir na promoção do turismo, acreditando que este poderia ser a solução mágica para todos os seus problemas. No entanto, a adoção de um modelo de desenvolvimento pautado na lógica do mercado, na unicidade das técnicas, histórias, e culturas, priorizando o lucro e o rápido retorno dos investimentos, fez com que o turismo se tornasse um veículo significativo de impactos negativos sobre os destinos nos quais se desenvolve, incentivando a continuidade de um sistema baseado em dados e estatísticas econômicas.

Sendo assim, este contexto parece colocar em dúvida o potencial do turismo para a minimização de diversos problemas da sociedade contemporânea, como o quadro de pobreza crescente, as desigualdades sociais, as altas taxas de concentração de renda e a degradação dos recursos naturais, como queriam provar os discursos de alguns organismos internacionais, como o da OMT (MENDONÇA, 2004). E, segundo Sancho (2007), o viés econômico de desenvolvimento do turismo tem dominado a configuração das políticas públicas na maioria dos países, deixando as questões sociais, culturais e ambientais frequentemente negligenciadas.

Ao encontro dessa visão, Barreto (2000) afirma que o turismo tem-se desenvolvido com grande velocidade, mas nem sempre em favor das populações locais. Tal tendência, como aponta Fraser (2007), impede a participação equânime de toda a sociedade nas esferas públicas e no cotidiano, resultando, frequentemente, em um ciclo

Com relação ao número de chegada de turistas, a América do Sul, que em 1997 recebia 13,5 milhões de turistas, em 2007 passou a receber 19,9 milhões. Nesse período, o Brasil passou de 2,9 milhões de turistas, para 5,0 milhões. Dados disponíveis em: http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=285. Acesso em: 10 de junho de 2010.

³³ Globalização: processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival (SANTOS, 2006, p.438).

vicioso de subordinação cultural e econômica onde alguns grupos são prejudicados em detrimento de outros.

Portanto, o turismo desenvolvido apenas segundo a lógica do mercado tende a desencadear conseqüências perversas, como a concentração dos benefícios econômicos nas mãos dos grandes investidores, degradação ambiental, danos ao patrimônio histórico-cultural, descaracterização da cultura das comunidades receptoras, agravamento da violência, aumento excessivo de preços e especulação imobiliária, favelização, entre tantas outras.

Maldonado (2009) destaca o caráter ambivalente do turismo, ao afirmar que, embora este possa representar uma oportunidade para melhorar o bem-estar das populações dos destinos turísticos, traz sempre consigo “*efeitos de pacote*”, muitos destes irreversíveis, como as alterações nos padrões de produção e de consumo, e as ameaças à cultura local.

Barreto (2000) aponta que tal descompasso entre as necessidades do “*local*” (determinados destinos e populações locais) e do “*global*” (lógica do mercado) pode ser explicitado se entendido que, para o “*local*”, recorrem as necessidades individuais, a manutenção da cultura e a participação comunitária. Já para o “*global*”, recorrem os objetivos da “*indústria*” do turismo, na qual se evidencia a marginalização de alguns atores sociais, fundamentais no processo de tomada de decisão.

Na perspectiva do “*global*” é viabilizada a promoção do crescimento econômico (expansão global da produção de bens e serviços, sem reflexos sensíveis na distribuição de renda) sem a promoção do desenvolvimento do ponto de vista social (melhoria das condições de vida das populações, através de mudanças qualitativas), e a concentração dos recursos financeiros captados através do turismo nas mãos de alguns empreendedores e prestadores de serviços, sem que sejam distribuídos equitativamente pela sociedade, e deixando muito pouco para os cofres públicos.

Nesse contexto, em sentido mais amplo, Santos (2006) considera a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento à fase atual do capitalismo global, denominada por ele de “*globalização hegemônica*”, não só necessária, mas urgente, já que este regime mostra-se cada vez mais violento, aumentando a vulnerabilidade de algumas regiões, nações e grupos sociais subordinados e oprimidos. O autor defende que tal alternativa deve estar baseada em um novo padrão de relações locais, nacionais e transnacionais, e na construção de espaços de participação democrática e inclusão social – processos contra-hegemônicos.

Sendo assim, a análise do papel do turismo no mundo contemporâneo e seus impactos sobre o local conduzem à reflexão sobre a sua importância não apenas econômica, mas também como alternativa de superação da pobreza e da injustiça social, com foco no bem estar das populações locais, em consonância com o modelo de Desenvolvimento Humano, definido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) em 1995. O conceito de Desenvolvimento Humano compreende aspectos como a participação plena dos cidadãos nas decisões e processos que moldam suas vidas; garantia de acesso às oportunidades para as gerações futuras; participação plena dos cidadãos nos empreendimentos rentáveis; e o acesso a oportunidades iguais com eliminação de barreiras econômicas e políticas, permitindo a participação de qualidade, para que todas as pessoas se tornem agentes efetivos do desenvolvimento.

Zaoual (2009) enfatiza que, como consequência dessa nova tendência também ao se pensar e planejar o turismo, a demanda turística mundial tornou-se mais exigente, focando cada vez mais sobre a qualidade e as necessidades da cultura e da proteção ambiental. Uma nova clientela passa a procurar sítios³⁴ que combinam a autenticidade, a profundidade do intercâmbio intercultural, e a harmonia com a natureza. Para o autor, tais exigências aparecem em total contradição com a oferta do turismo de massa, que privilegia o lucro imediato e em grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos e, evidentemente, a própria experiência turística.

Nesse contexto, apesar do discurso oficial no Brasil também enunciar o turismo como a “solução mágica” para todos os problemas da sociedade, na história das políticas públicas de turismo no país, estratégias e ações são ainda desarticuladas e desintegradas dos demais setores governamentais, o que impede que seu desempenho alcance as expectativas apresentadas para o desenvolvimento do turismo contemporâneo (SANCHO, 2007).

³⁴ “De forma resumida, a teoria dos sítios postula que o sítio é uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que define o real, em um dado momento, bem como as concepções e as práticas de seus atores. O conceito de sítio articula assim suas crenças, seus conhecimentos e seus comportamentos. O que dá lugar a uma pedagogia de três caixas que é citada, abaixo, nesta aproximação. Um sítio é, antes de tudo, uma *entidade imaterial, invisível*. Ele impregna secretamente os comportamentos individuais, coletivos e todas as manifestações materiais de uma região dada (paisagem, habitat, arquitetura, saber-fazer e técnicas, utensílios, modo de coordenação e de organização econômica etc.). Deste ponto de vista, é um *patrimônio coletivo* vivo que tira sua consistência do *espaço vivido* pelos atores”... “*Sobre este assunto, a teoria dos sítios nos ensina que toda economia sã e sensata tira sua vitalidade das crenças, logo, das motivações dos atores. Os fenômenos econômicos de oferta e demanda, bem como as condições sociais, institucionais e tecnológicas, não podem, de forma nenhuma, escapar às contingências culturais e históricas dos sítios. Estes últimos são um tipo de marcador para as práticas econômicas em sua concepção, realização e avaliação. A variedade dos sítios e suas evoluções fazem da idéia de um modelo único, a qualquer tempo e em todo lugar, uma ilusão*” (ZAOUAL, 2009, p. 17).

As ações públicas de fomento ao turismo tratam ainda o tema de forma homogênea, ignorando a diversidade cultural e paisagística de cada região e difundindo um turismo massificado que compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais das populações locais. Considerando a sua historicidade, as políticas públicas de turismo implementadas no Brasil, a partir da década de 1990, não tem gerado os benefícios sociais esperados, ainda que a retórica do discurso oficial, muitas vezes, contemple a participação dos atores sociais locais no processo e a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Além disso, a noção de desenvolvimento tem sido, em geral, interpretada com base em uma perspectiva economicista que a vincula à noção de prosperidade e a associa ao processo de produção de riquezas, e ao crescimento econômico das nações (BURSZTYN, BARTHOLO e DELAMARO, 2009).

Os autores afirmam que o poder público vem apostando no setor turístico como um fator de equilíbrio das contas externas e de promoção do desenvolvimento regional para o Brasil, com criação de postos de trabalho e fortalecimento da infra-estrutura. Porém, o incremento da atividade turística em pequenas localidades, apoiado por políticas públicas, não trouxe os benefícios potenciais prometidos para essas populações locais.

Isso porque, como afirma Coriolano (2006, p.10):

O modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais objetiva acumular lucros e divisas, por isto não cumpriu, e provavelmente não cumprirá as promessas de gerar emprego e distribuir renda para todos. Estas idéias vão ficando nos discursos, não chegam às políticas. Mas, contraditoriamente, a atividade turística deixa lacunas não ocupadas pelo grande capital, que passam a ser oportunidades para aqueles excluídos desta concentração, criando-se assim um turismo alternativo, solidário e comunitário. Trata-se de serviços turísticos realizados por pequenos empreendedores, pequenos núcleos receptores, comunidades que descobrem no turismo oportunidades de trabalho e formas de inclusão no mercado do turismo, sendo estas atividades estratégias de sobrevivência.

Maldonado (2009) também aponta que os receios de muitas das populações dos destinos turísticos, no que diz respeito aos impactos nocivos provenientes do turismo, são justificáveis, já que as intervenções externas podem significar um aumento de dependência dessas ao mercado, um desmembramento de seus territórios, uma

aceleração na perda de sua identidade cultural, um enfraquecimento de suas instituições e da coesão social.

No sentido de se pensar possibilidades futuras para o melhor planejamento do turismo no Brasil, Petersen e Romano (2003) discutem que os projetos de desenvolvimento bem sucedidos no país, estão associados à participação da sociedade civil e ao enfoque local no processo de desenvolvimento. Petersen afirma que “*não admitir o ator social como agente de todo o processo de desenvolvimento tem sido o equívoco gerador da maioria das frustrações dos projetos em implantação no país. Em turismo, esse equívoco parece lugar comum*” (PETERSEN *apud* IRVING, 2003, p.178).

Para Pham Nhu Hô (2006)

A participação não é apenas a condição fundamental de toda ação de desenvolvimento, tomada em seu aspecto operacional, mas sua própria finalidade, porque ela constitui a garantia da diversidade de estilos de desenvolvimento adaptados ao contexto próprio de cada sociedade, de cada comunidade (In: MACIEL, 2006, p.68).

Para Leroy e Soares (2003) a “*participação plena*” ou “*participação cidadã*”, não deve se esgotar no projeto de desenvolvimento, mas se relacionar com questões mais amplas, requerendo “*a democratização do poder sobre o uso dos recursos financeiros e sobre a definição e implementação de políticas públicas*”. “*A participação plena ou cidadã deve ser vista como um processo capaz de gerar uma nova dinâmica de organização social, fomentando a intervenção da população nas políticas públicas*” (LEROY e SOARES *apud* IRVING, 2003, p.173-174). Para Demo (1991) a participação está no cerne dos desejos políticos do homem, pois é ela que sedimenta suas metas eternas de auto-gestão, de democracia, de liberdade, de convivência.

Irving (1999), por sua vez, analisa a problemática da participação social como garantia de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento. Para a autora, a população local deve estar apta a participar do planejamento do turismo desde o início do processo, desenvolver um real contato com os visitantes e melhorar suas condições, sem dissolver-se como cultura. A população de um destino turístico precisa estar consciente do processo, desejar essa transformação e participar dos benefícios gerados, da mesma forma que os que vêm de fora, turista e investidor.

Assim, a participação da população do local no planejamento de qualquer iniciativa turística, constitui um pressuposto decisivo para o êxito do turismo. Nesse caminho, Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) afirmam que essa nova concepção de

desenvolvimento do turismo reforça a centralidade dos atores e do saber local no processo de transformação de sua realidade.

Neste argumento, Krippendorf ainda afirma que:

As comunidades nativas conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode ser parâmetro para a sustentabilidade da atividade turística. Só desse modo, elas e as gerações futuras podem ser beneficiárias do desenvolvimento. Ao contrário, os povos nativos têm sido descartados deste processo (KRIPPENDORF *apud* GASTAL, 2001, p.19).

Da mesma forma, o Manual do Programa Nacional de Municipalização do Turismo³⁵ (PNMT) ressalta que o envolvimento da população local no turismo consiste em uma das mais importantes políticas de planejamento global para reforçar os impactos positivos e minimizar os negativos. Ao discutir a importância da efetiva participação comunitária no desenvolvimento de projetos turísticos, este documento menciona que “*o desenvolvimento da atividade turística deve ser realizado através da cooperação e interação produtiva entre a indústria turística, os defensores do ambiente e a comunidade, todos podem obter benefícios e alcançar uma melhor qualidade de vida*” (EMBRATUR, 1998, p.18).

Apesar de todas essas afirmações a favor da participação social no desenvolvimento do turismo, Irving (2002) ressalta que, no Brasil, a negligência com relação a esta preocupação parece recorrente no processo de tomada de decisões. Também no desenvolvimento do turismo essa prática é raramente valorizada, pois “*a resistência ao processo participativo na dinâmica de planejamento de projetos parece ter sua explicação na cultura institucional brasileira e na percepção política de ‘participação’ como divisão de poder das esferas constituídas (...)*” (IRVING, 2002, p.43).

Sendo assim, para Maldonado (2009) o turismo deve ser gerido por meio de organizações empresariais sustentadas na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A empresa comunitária deve ser parte da economia social, mobilizar recursos

³⁵ O Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi implantado no Brasil pela Portaria nº 130 de 30 de março de 1994. Disponível em: www.etur.com.br.

próprios e valorizar o patrimônio comum, porém, não deve competir com as atividades tradicionais, que têm garantido a sobrevivência de tais grupos.

Nesse contexto, apesar do desenvolvimento do turismo ter se convertido, gradualmente, em política pública, como alternativa para o desenvolvimento local, Benevides (2002) discute que o único meio de se promover esse desenvolvimento através do turismo, seria equalizando cinco objetivos: a) preservação/conservação ambiental, b) manutenção da identidade cultural, c) geração de ocupações produtivas de renda, d) desenvolvimento participativo, e) qualidade de vida.

Porém, compatibilizar tais objetivos para o planejamento e a gestão do turismo em áreas protegidas³⁶, representa, atualmente, um dos maiores desafios para o Brasil, principalmente quando se considera, por meio dos dados globais sobre biodiversidade, que o Brasil é um dos 12 países mais megadiversos, abrigando de 15 a 20% das espécies vivas do planeta (IRVING, 2002).

Ceballos-Lascuráin (*apud* IRVING, 2002) afirma também que, se no início do século XX o turismo já se configurava como um fenômeno de massa, após os anos 60 começou a emergir com o crescimento da preocupação ambiental. Frente a este quadro, diversos autores vêm afirmando que é fundamental se pensar em alternativas que visem compatibilizar as distintas formas de uso e apropriação dos recursos naturais, por parte dos diversos grupos sociais envolvidos, e a proteção da natureza nos territórios protegidos e guiados por uma legislação restritiva.

Com base nesses pressupostos, a entrada do turismo na agenda ambiental mundial ocorre a partir das décadas de 1970 e 1980, na mesma época em que o movimento ambientalista conquista muitos adeptos a favor da proteção da natureza e, a questão ambiental passa a fazer parte das preocupações de diferentes instâncias políticas globais, envolvendo desde governos locais até os grandes organismos internacionais, e entrando definitivamente na agenda dos grandes temas estratégicos mundiais³⁷. Nesse sentido, o ecoturismo se torna uma das mais importantes alternativas às formas convencionais de planejamento do turismo (baseadas em seu aspecto econômico), principalmente quando desenvolvido em áreas naturais protegidas (MORAES, 2009).

³⁶ As áreas protegidas, no caso brasileiro, incorporam as unidades de conservação, terras indígenas, reservas quilombolas, além de áreas de preservação permanente e reservas legais.

³⁷ Isso ocorre, principalmente, a partir da publicação do Relatório *Bruntland*. Publicado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987, o Relatório chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se buscar novas formas de desenvolvimento, que atendessem as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

Sendo assim, Irving (2002) afirma que as práticas de ecoturismo vêm sendo interpretadas, em políticas públicas, como alternativas potenciais à conversão das práticas econômicas vigentes nesses territórios, em práticas sustentáveis, em prol da conservação dos recursos naturais e do desenvolvimento local.

A International Union for Conservation of Nature (IUCN) conceitua o ecoturismo segundo novos pressupostos com relação às formas convencionais de desenvolvimento turístico:

Ecoturismo consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza, juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais (CEBALLOSLASCURÁIN, 2002, p.27).

Já para a Embratur (1994) o ecoturismo é conceituado como *“um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”*.

Desta forma, o ecoturismo não é apenas interpretado como uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção de turismo, tanto como prática social como econômica. Assim, o ecoturismo é fenômeno social (IRVING, 2008) e tem também como objetivo viabilizar a melhoria das condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo que visa minimizar os impactos sobre os recursos naturais e culturais. Neste sentido, Nelson e Pereira (2004) apontam sete elementos que caracterizam a prática do ecoturismo: a) viagens a destinos naturais; minimização de impactos a partir de uma conduta consciente; b) incentivo a uma consciência ambientalista; promoção de benefícios econômicos diretos para a conservação; c) fornecimento de benefícios financeiros e poder de decisão para os moradores locais; d) respeito à cultura local; e) apoio os direitos humanos e ao processo democrático.

Com esta nova inspiração, o desenvolvimento do turismo exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de

oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, pautado em parceria, co-responsabilidade, ética e inclusão social (IRVING, 2002).

No Brasil, entretanto, a autora conclui que a discussão ética no turismo representa ainda um tema periférico e que a cultura da pasteurização tem sido responsável pela importação sistemática de modelos, o que torna as peculiaridades nacionais (socioculturais, geopolíticas e ambientais) deslocadas. Além disso, a autora discute também que o ecoturismo, embora se baseie em atrativos naturais de grande relevância e pregue a distribuição de benefícios à população local, é ainda pouco praticado no Brasil em sua concepção mais global.

2.2. O Ecoturismo em Unidades de Conservação: a busca pelos Parques Nacionais

No plano global, o ecoturismo teve um incremento mundial no final dos anos 80 e início dos 90 e, a partir de então, passou a integrar também o mercado brasileiro (MORAES, 2009). Na mesma época, em resposta aos compromissos de preservação assumidos pelo país, houve um aumento no número de UCs brasileiras, e entre elas vários Parques Nacionais³⁸, categoria de manejo que, segundo Costa (2002), constitui a principal oferta de atrativos para o ecoturismo no país.

A criação de Parques Nacionais, uma categoria de UC de proteção integral prioritária para o desenvolvimento do ecoturismo, ocorre no contexto da manifestação de inúmeros interesses ambientais, econômicos, sociais e culturais. Embora o objetivo central dessas áreas seja a proteção da natureza³⁹, nelas é possível o desenvolvimento de

³⁸ Durante a década de 90 são instituídos nove Parques, estimulando o movimento de abertura das Unidades de Conservação à visitação pública. No período de 2000 a 2006, são criados mais 17 PARNAs, um número significativo diante do histórico de criação de UCs desta tipologia. O maior parque brasileiro é criado em 2002, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, localizado no Amapá, com 3.882.120 ha (IBAMA, 2006). O movimento de criação de novos Parques Nacionais não parou desde então e estes vêm sendo utilizados como importante mecanismo para a preservação da biodiversidade brasileira (BENATTI, 1998). Como resultado do processo no Brasil, os Parques Nacionais totalizam, atualmente, 62 Unidades de Conservação envolvendo 22.725.111 hectares (IBAMA, 2009).

³⁹ Simon (2003) discute que o processo de criação de Parques foi validado por pressupostos científicos (ciências da natureza) e as questões inerentes ao tema social estiveram, em geral, excluídas do processo. A autora afirma que estes foram idealizados por um mesmo grupo de cientistas conservacionistas que se revezaram na administração das principais instituições públicas responsáveis pela temática ambiental (IBDF, SEMA, IBAMA) e nas instituições de pesquisa (Jardim Botânico, Museu Nacional) e que estiveram presentes na elaboração das principais leis relativas às UCs (Código Florestal de 1934, Código Florestal de 1965 e SNUC). Estas mesmas lideranças representaram o país nas principais conferências internacionais, como Estocolmo em 1972 e na Rio 92.

pesquisa, educação e interpretação ambiental, recreação e o turismo em contato com a natureza. Sendo assim, a apologia ao turismo tem sido utilizada como um dos principais argumentos para conquistar adeptos para a causa de criação e manutenção desses Parques, ancorada nos benefícios que esta atividade desencadearia para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade (RODRIGUES, 2009).

De fato, o ecoturismo, entendido como modalidade sustentável de turismo, pode representar uma alternativa possível para a conservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, sobretudo por considerar os princípios de mínimo impacto e o compromisso de participação das populações envolvidas no processo, no que tange aos benefícios socioeconômicos gerados. Além de se constituir em uma importante alternativa econômica, o ecoturismo busca também o fortalecimento da cultura tradicional e a redução da pressão sobre os recursos naturais renováveis, principalmente quando desenvolvido em unidades de conservação (IRVING, 2002; MORAES e IRVING, 2007).

Ceballos-Lascuráin (*apud* IRVING, 2002) menciona também a tendência crescente do turismo em Parques e Reservas⁴⁰, e um aumento de interesse pelas regiões naturais menos impactadas, como resultado do aumento global de interesse por temas ambientais.

Por esta razão, Irving (*op. cit.*) afirma ser absolutamente necessário se articular o enfoque de conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento de estratégias econômicas de baixo impacto ambiental, entre as quais, o ecoturismo. Isto porque, nessa lógica, o desenvolvimento do ecoturismo pode ter papel estratégico no processo de conservação da biodiversidade e desenvolvimento local com base em três pressupostos centrais: fonte de financiamento para o desenvolvimento e manutenção de áreas de importante valor cultural e ambiental; potencial de catalisador para o desenvolvimento econômico local; e mecanismo de viabilização de intercâmbios internacionais necessários e benefícios globais em nível nacional.

Ceballos-Lascuráin (*apud* IRVING, 2002) ressalta ainda que o Brasil, apesar de ser um dos 12 países mais megadiversos e dispor de uma enorme diversidade de UCs e ecossistemas em seu território, ainda não ocupa uma posição de destaque, dentre os muitos países em desenvolvimento da América Latina que já possuem o ecoturismo

⁴⁰ O autor prevê um incremento do ecoturismo em mais de 10% ao ano nessas áreas protegidas.

como um importante elemento de políticas públicas. Isso reflete seu potencial no país, como alternativa para a captação de recursos e o desenvolvimento regional. O autor defende também que o ecoturismo, se bem gerenciado, pode ter um papel sem precedentes no processo de conservação de áreas naturais e benefícios às populações locais.

Para Sansolo (2009), embora o Brasil ainda possua a maior biodiversidade do planeta, e assim, em tese, represente um país de grande atratividade para o turismo nacional e internacional, ainda lhe falta a condição necessária para garantir o equilíbrio entre o processo de conservação da biodiversidade e o turismo, visto que nem os requisitos básicos para a gestão da natureza vêm sendo satisfatoriamente cumpridos. O autor afirma que a diversidade de paisagens parece estar longe de ter sua proteção associada ao desenvolvimento do turismo, uma vez que a natureza é ainda interpretada como “*mercadoria*”. Nesse sentido, Neiman, Mendonça e Schlindwein (2008) alertam para o perigo da lógica do ecoturismo em sacralizar a natureza para torná-la mais “*vendável*”, já que o romantismo provocado pela aproximação com a natureza, a faz um campo mitificado que serve de escape, compensação à vida complicada da cidade, e uma oportunidade de “*busca das origens*”, “*auto-conhecimento*” e “*espiritualidade*”.

Outra questão que emerge com o crescimento do ecoturismo em Parques Nacionais, é como garantir que os recursos derivados da visita e/ou acesso a elas sejam aplicados em conservação e em benefício das populações locais, como prevê o SNUC. Irving (2002) afirma que estudos realizados em áreas naturais brasileiras, de forte apelo ecoturístico, ilustram a tendência global de exclusão das populações locais, com relação aos benefícios gerados. Sendo assim, se por um lado o retorno financeiro do ecoturismo pode ser elevado, por outro, o sobreuso de áreas naturais protegidas constitui um sério risco ao seu equilíbrio natural, uma vez que gera impactos ambientais e sociais, não só no núcleo onde se desenvolve, mas também em todo seu entorno.

Irving (*op.cit.*) destaca ainda outros dois obstáculos para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil: a limitação de recursos humanos qualificados, e a limitada infraestrutura disponível nas UCs. A autora aponta também, como dificuldade para o processo, o fato dos órgãos governamentais dificilmente atuarem em conjunto no local de inserção de uma UC, o que gera conflitos de políticas públicas e uma atuação institucional distante da realidade local, o que é agravado por não existir um mecanismo sistemático de integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais com atribuição na gestão de unidades de conservação, o que acaba por produzir ações

segmentadas e pouco efetivas com relação à conservação de áreas de elevada biodiversidade.

A autora destaca que *“esse conjunto de posturas e limitações institucionais impediu durante muito tempo a discussão da perspectiva de gestão compartilhada das áreas protegidas, com um maior engajamento da comunidade local na tomada de decisões”* (IRVING, 2002, p.60). Portanto, *“sem a definição de um novo modelo de ação integrada interinstitucional com base local, o desenvolvimento do ecoturismo vinculado às UCs tende a ser lento e problemático”* (IRVING, op.cit.).

Neiman e Patricio (2009, p.102) reconhecem que

quando o ecoturismo promove o contato das pessoas com as áreas protegidas, garantindo assim maior visibilidade da importância da sua conservação, chamando a atenção para os seus problemas ao mesmo tempo em que aumenta o poder de fiscalização contra agressores e incentiva a união de todos diante de eventuais tentativas de inviabilizá-las, por si só seria um avanço no reconhecimento da atividade como prática conservacionista. Isolar áreas naturais do olhar da sociedade pode parecer, para os preservacionistas mais radicais, a melhor medida para garantir existência da fauna e da flora ameaçadas. Porém, ao contrário, essa medida só as torna espaços sem relação com a vida da comunidade, não há um sentimento de territorialidade, o que em última instância gera descaso com seu destino. O sentido de patrimônio comum, do que pode ser desfrutado por todos e que cabe a todos conservar, só se dissemina se essas áreas protegidas puderem gerar vínculos afetivos com quem deve zelar por elas. O turista, aliado à educação ambiental, é, portanto, ferramenta indispensável em qualquer estratégia, pública ou privada, de busca da sustentabilidade.

Neiman, Mendonça e Schlindwein (2008) afirmam que o ecoturismo representa também, na atualidade, uma alternativa turística que funciona como meio de aproximação entre o ser humano e a natureza, principalmente em Parques Nacionais. Sendo assim, incorpora alguns pressupostos, como o questionamento de valores, a aprendizagem através da experiência, e a promoção da busca de reformulações para os aspectos indesejáveis da vida cotidiana. Os autores enfatizam que o ecoturismo pode também ter um caráter educativo. Nesse caso, o ambiente natural precisa deixar de ter apenas valor utilitário ou comercial e passar a se associar a valor de herança, contribuindo para a construção de representações e significados no imaginário social e para a transformação da relação do ser humano com o ambiente natural.

Déjardin (2009) conclui que o ecoturismo é uma importante alternativa para a sustentabilidade na gestão em UCs, principalmente no caso dos Parques Nacionais,

devido à sua potencialidade para o controle de impactos sobre o ambiente e de inclusão econômica e social das populações locais. Todavia, um planejamento inadequado e a ausência de uma gestão local, aumentam consideravelmente as probabilidades para o seu insucesso.

Brandon (1999) e Mikhailova e Mulbeier (2008) descrevem, historicamente, o processo de consolidação, em políticas públicas, do planejamento da visitação e do desenvolvimento do ecoturismo, nas unidades de conservação.

No Brasil, o primeiro texto legal a tratar de visitação em UCs, no âmbito federal, foi o Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, que aprovou o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros e definiu as condições e restrições básicas de uso público. Sob esse decreto, a visitação pública é regulada, a gestão é centralizada nas instâncias superiores do órgão federal e não há preocupação com a integração da unidade ao mundo existente em seu entorno.

Dessa forma, em algumas UCs é permitida a visitação, mas o ecoturismo deve ser desenvolvido segundo as diretrizes que regulamentam essa prática em cada categoria de manejo de UC.

Com relação à normatização do ecoturismo, entre 1985 e 1994, foram conduzidas as primeiras iniciativas de políticas públicas destinadas a ordenar esta prática, até então um conceito novo no país. Com o projeto “Turismo Ecológico”, iniciado em 1985, pela Embratur, o ecoturismo passou a ser discutido no âmbito governamental, mas a iniciativa de ordenar o fenômeno ocorreu em 1987, com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do IBAMA e da Embratur⁴¹, para monitorar o projeto de “Turismo Ecológico”⁴², em resposta às práticas existentes à época, pouco organizadas e nada sustentáveis.

Em 1989, o país assistiu a uma reforma administrativa que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e subordinou a EMBRATUR à Secretaria de Desenvolvimento Regional, reformulando competências e ações dos órgãos envolvidos com o ecoturismo. Em 1991, a

⁴² Entre algumas ações desenvolvidas por esse projeto, destacam-se: constituição de comissões técnicas estaduais em 12 Unidades Federadas¹⁰; levantamento de 525 atrativos naturais brasileiros; definição de critérios para a preparação de roteiros ecológicos e a consequente homologação de 186 roteiros preparados por operadores; identificação das atividades e formas de utilização racional dos recursos naturais para fins de turismo; definição do conteúdo mínimo necessário para preparação de guias nos roteiros ecológicos; realização de cursos de capacitação de guias especializados no Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais; cadastramento de 294 guias especializados em ecoturismo; e elaboração de campanha publicitária com patrocínio da iniciativa privada e governo federal.

EMBRATUR e o IBAMA, assinaram convênio para implantação conjunta de uma segunda fase do projeto “Turismo Ecológico” que promoveu diversas ações para continuidade do desenvolvimento do segmento.

Nesta mesma época, esses órgãos desenvolveram um documento intitulado “Manual Operacional do Ecoturismo”, com o lema “Conhecer para Respeitar”. O documento estabeleceu os fundamentos do ecoturismo, consolidou o levantamento das UCs brasileiras e seus ecossistemas, definiu a competência dos órgãos e empresas envolvidas com o desenvolvimento do ecoturismo, identificou o processo de desenvolvimento do produto e, por fim, consolidou uma listagem dos principais atrativos ecológicos brasileiros.

Em 1993, foi fundada a Associação Brasileira de Ecoturismo (EcoBrasil), primeira organização não-governamental com o objetivo de implementar, no país, o turismo em bases responsáveis.

Nesse processo, em 1994 foram publicadas as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”⁴³, estabelecendo o marco conceitual do ecoturismo no Brasil. De acordo com este texto, o ecoturismo deveria abranger, em sua conceituação, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e sua conservação. A partir de então este documento se torna referência para outras iniciativas normativas no país.

Em 1995, foi lançado o “Programa Nacional de Ecoturismo”, e em 1997, o IBAMA publicou o “Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil”, o qual estabelece que cada categoria de manejo de UC deve comportar diferentes tipos de uso público. Nesse texto algumas propostas visam ao ordenamento e à consolidação da visitação, de modo a assegurar a sustentabilidade ambiental da UC, conjugada à geração de benefícios locais, entendendo a UC como elemento de desenvolvimento regional. Esta publicação reafirma o objetivo de promoção da participação das populações locais nas atividades de ecoturismo, de modo que este possa realmente contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida mediante a criação de mecanismos que levem à utilização da mão-de-obra local, ao desenvolvimento das

⁴³ Elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, que reuniu representantes do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, além do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e de empresários e especialistas no tema.

potencialidades das populações locais, ao apoio à criação de pequenas empresas de serviços ligados ao ecoturismo e ao incentivo à produção de artesanato.

Ao mesmo tempo, este documento aborda a necessidade das UCs adotarem programas para prevenir e monitorar os impactos decorrentes do ecoturismo; a necessidade de que os Planos de Manejo estabeleçam o zoneamento da área e identifiquem as atividades mais apropriadas em cada caso e as condições para seu desenvolvimento; e a necessidade de que as atividades decorrentes da visita incentivem a interpretação da natureza e despertem os visitantes para a importância do patrimônio natural e cultural, a educação ambiental e a valorização dessas UCs. Essa publicação estabelece, ainda, a noção de centros de visitantes de UCs como espaços difusores e dispersores de todas as atividades de uso público nas unidades de conservação.

Nessa tendência, o SNUC, em 2000, estabelece entre os objetivos do sistema, “favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000). A visita pública é admitida segundo o que for estabelecido no Plano de Manejo, no regulamento de cada categoria de manejo de UC e nas normas fixadas pelo órgão que administra a unidade, inclusive nas esferas estaduais e municipais (BRASIL, *op. cit.*).

A partir do SNUC, os órgãos responsáveis pela política do setor, passam a formular programas e projetos visando estruturar a visita pública em unidades de conservação. As necessidades de planejamento, de investimentos em capacitação e infra-estrutura, de controle e gestão adequados, de participação da população local e regional nos benefícios econômicos desse mercado, passam a ser interpretadas como questões essenciais para o setor (BRASIL, *op. cit.*).

Sendo assim, a visita pública em Parques Nacionais no Brasil fica condicionada à existência de Plano de Manejo aprovado, à disponibilidade de infra-estrutura adequada e à regularização da situação fundiária nas zonas abertas ao uso público, segundo o Plano de Manejo (BRASIL, *op. cit.*).

No ano 2001, dando continuidade ao “Programa Nacional de Ecoturismo”, foi publicado o documento “Pólos de Ecoturismo: planejamento e gestão”, sendo este considerado um importante avanço nas políticas públicas do Brasil, pois contribuiu para a valorização do segmento no país (FACO e NEIMAN, 2009).

No processo histórico, o ano de 2002 foi considerado o Ano Internacional do Ecoturismo e, nesse contexto, foi realizada a Conferência Mundial do Ecoturismo, com

o objetivo de discutir políticas, práticas, impactos (sociais, econômicos e ambientais) e elaborar um conjunto de conclusões e recomendações para o planejamento, desenvolvimento, gestão, *marketing* e monitoramento de atividades ecoturísticas. Essas recomendações foram oficializadas na Declaração de Quebec (Anexo A), atual documento norteador de políticas internacionais referentes ao ecoturismo, até o ano de 2012 (MIKHAILOVA; MULBEIER, 2008).

Sendo assim, nos últimos anos, diversas iniciativas foram adotadas para enfrentar as questões que interferem no desenvolvimento do ecoturismo em UCs e, em particular, nos Parques, entendidos como prioritários face à diversidade de atrativos naturais e culturais que abrigam no Brasil. Dessa forma, a progressiva estruturação de um maior número de Parques Nacionais tem sido reconhecida pelas instâncias responsáveis pelas políticas de turismo e de proteção da natureza como uma questão estratégica (RODRIGUES, 2009).

A autora descreve que uma dessas iniciativas foi a constituição, em junho de 2006, de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) formado pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo e Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), com o objetivo de promover o turismo nos Parques Nacionais brasileiros como medida dinamizadora para o desenvolvimento local. A partir de indicadores como a existência de Plano de Manejo, a situação fundiária da unidade de conservação, a infra-estrutura disponível, o fluxo de visitantes, o apelo paisagístico, as condições de acesso e a situação dos serviços oferecidos na região, o Grupo selecionou 25 UCs dessa categoria, em diferentes biomas brasileiros (com destaque para o PNSB, foco desta pesquisa), para serem alvos do “Plano de Ação para a Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais”⁴⁴.

Neste Plano de Ação se reafirmou o objetivo de integrar as ações das instituições envolvidas e fortalecer políticas que assegurem a sustentabilidade da atividade turística em Parques Nacionais.

⁴⁴ Os 25 Parques Nacionais selecionados foram: o PN da Amazônia (AM), o PN de Aparados da Serra (RS), o PN de Brasília (DF), o PN de Caparaó (MG/ES), o PN da Chapada Diamantina (BA), o PN da Chapada dos Guimarães (MT), o PN da Chapada dos Veadeiros (GO), o PN do Iguaçu (PR), o PN do Itatiaia (RJ/MG), o PN do Jaú (AM), o PN dos Lençóis Maranhenses (MA), o PN Marinhas dos Abrolhos (BA), o PN Marinho de Fernando de Noronha (PE), o PN do Pantanal Mato-Grossense (MT), o **PN da Serra da Bocaina** (RJ), o PN da Serra da Capivara (PI), o PN da Serra da Canastra (MG), o PN da Serra das Confusões (PI), o PN da Serra do Cipó (MG), o PN da Serra do Divisor (AC), o PN da Serra dos Órgãos (RJ), o PN da Serra Geral (RS), o PN de Sete Cidades (PI), o PN da Tijuca (RJ) e o PN de Ubajara (CE).

No segundo semestre de 2006, o GTI realizou um levantamento sobre a situação de cada um dos 25 Parques selecionados visando identificar suas vantagens e deficiências e, assim, definir prioridades de ação no curto, médio e longo prazos, estimando as necessidades de investimentos correspondentes. Com o resultado do levantamento, o Grupo de Trabalho estimou em R\$ 51 milhões os investimentos necessários para viabilizar condições de visitação a essas áreas.

A primeira fase desse Plano, lançada em setembro de 2008, contemplou seis⁴⁵ Parques e recebeu o nome de “Programa de Visitação em Parques Nacionais”, em uma parceria do Instituto Chico Mendes (ICMBio), com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo. Os investimentos foram na ordem de R\$ 28 milhões de reais, destinados à estruturação e qualificação de infra-estrutura nos Parques, e o prazo para sua finalização, dezembro de 2009⁴⁶.

Além destes, outros projetos e programas destinados a fomentar e ordenar o ecoturismo em unidades de conservação têm sido implantados nos últimos anos, como mostra o resumo apresentado no Apêndice A.

No contexto do Rio de Janeiro, o planejamento do turismo nas UCs e, em especial, nos Parques, representa um dos principais desafios estratégico para o Estado, principalmente considerando a sua importância no âmbito econômico e ambiental e os desafios que precisará enfrentar, nos próximos anos, como sede de importantes eventos de alcance global, como a Rio+20, em 2012, a Copa do Mundo, em 2014 e os Jogos Olímpicos, em 2016.

É fundamental se considerar que, atualmente, o Estado do Rio de Janeiro abriga a maior concentração de áreas protegidas do bioma Mata Atlântica do país e compõe a Reserva da Biosfera, internacionalmente reconhecida pela UNESCO. O Estado representa também a porta de entrada do turismo internacional. Além disso, o Rio de Janeiro é também o Estado brasileiro com maior número de UCs federais, e o segundo em atividade econômica no país, o que ilustra o nível de pressão antrópica sobre os recursos naturais e, conseqüentemente, sobre as UCs. Esse contexto gera tensões permanentes para a gestão da biodiversidade e demanda esforços governamentais

⁴⁵ Os seis Parques contemplados pelo “Programa de Visitação em Parques Nacionais” foram: o PN Aparados da Serra (RS), o PN Jaú (AM), o PN Lençóis Maranhenses (MA), o PN Serra da Capivara (PI), o PN Serra dos Órgãos (RJ) e o PN da Chapada dos Veadeiros (GO). A seleção desses seis primeiros Parques, segundo a coordenadora de visitação do ICMBio, Benita Maria Monteiro, atendeu aos critérios de que eles deveriam estar incluídos no programa Destinos Indutores do MTur e ter pelo menos um de cada bioma brasileiro.

⁴⁶ Não foram encontrados dados sobre os resultados desse programa.

sistemáticos para a compatibilização de políticas públicas de desenvolvimento e de proteção da natureza, principalmente no caso dos Parques (IRVING e MATOS, 2007).

Nas estratégias priorizadas pelo Estado, a inserção dos Parques na perspectiva de desenvolvimento regional tende a ocupar posição central na ação pública, a partir do debate da importância dos mesmos para a geração de trabalho e renda para as populações próximas. Ainda que em escala limitada, começam a surgir, progressivamente, oportunidades de trabalho para artesãos e guias locais, recepcionistas, entre outros profissionais, legalmente contratados e envolvidos nas atividades vinculadas à conservação da natureza. Essa é uma tendência reforçada pela perspectiva de investimentos em turismo, com o objetivo de aumentar a demanda de visitantes, de modo que esse segmento da economia regional possa gerar receitas para os Parques e para as populações locais. Este contexto e as oportunidades dele decorrentes se potencializam diante dos desafios atuais para a implementação do PRODETUR⁴⁷.

Com base em toda a discussão apresentada, e no histórico de consolidação do ecoturismo nos Parques Nacionais, a necessidade de se entender a percepção dos atores locais envolvidos com o PNSB e o desenvolvimento do turismo em Trindade, com relação ao desenvolvimento do ecoturismo em seu papel de conservação dos recursos naturais, e melhoria de qualidade de vida, constitui tema fundamental para a consolidação de práticas sustentáveis para a gestão dessa UC, para a manutenção desse núcleo populacional e para a conservação da biodiversidade.

2.3. Introduzindo o Tema da Qualidade de Vida no Ecoturismo

A crise ambiental e a constatação da falência do modelo pós-industrial, que se afirmou na noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e na apologia do progresso a qualquer preço, tem sido foco cada vez mais evidente de debate na pesquisa acadêmica e na formulação de políticas públicas, em âmbito nacional e internacional. A percepção de que a vida no planeta está em constante transformação e em profunda “*crise societária e ambiental*” (LOUREIRO, 2006) tem exigido novas formas de se pensar desenvolvimento, na contemporaneidade.

⁴⁷ O Programa de Desenvolvimento do Turismo é uma iniciativa do Ministério do Turismo, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo é alcançar as metas do Plano Nacional de Turismo, ampliando a importância do setor turístico no desenvolvimento do país por meio da redução das desigualdades sociais.

Neste debate, uma questão de reflexão é como traduzir em parâmetros outras demandas da sociedade não apenas expressas pelos indicadores econômicos convencionais para se avaliar desenvolvimento. Também como decorrência deste debate, se consolida a reflexão sobre qualidade de vida, muito embora esta noção tenha surgido desde a década de 40 no âmbito das políticas de saúde e do trabalho.

Deste modo, inúmeras conceituações sobre qualidade de vida (QV) vêm sendo propostas e, progressivamente, incorporadas aos discursos de políticas públicas, mas não parece haver consenso sobre esta noção. Assim, as diferentes perspectivas teóricas sobre QV e, a diversidade de considerações envolvidas nesta discussão, geram uma dificuldade significativa para a sua operacionalização, bem como para a comparação entre diferentes trabalhos sobre o tema. Porém, é possível perceber que as conceituações encontradas na literatura refletem, freqüentemente, as perspectivas e orientações ideológicas dos pesquisadores sobre o tema. E, assim, o conceito se vincula a distintas visões de homem, sociedade e mundo.

De acordo com França (1996), o termo Qualidade de Vida foi utilizado pela primeira vez em 1920, a partir da discussão de Pigou sobre “*economia e bem-estar material*”. E, nos anos 30 e 40, o termo passa a ser, progressivamente, apropriado pelos discursos sobre métodos de controle de qualidade, utilizados nos processos industriais. O autor afirma ainda que, após a II Guerra Mundial, este termo passa a ser adotado, cada vez com mais freqüência, no mundo do trabalho, sendo este então entendido como o conjunto das ações de uma empresa dirigido às melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais no ambiente de trabalho.

E desde que a noção de QV foi transposto para outros setores e se tornou um termo usual nas políticas das empresas, vários autores voltados para estudos do comportamento organizacional, patologia do trabalho e, mais recentemente (a partir da década de 70), programas de qualidade total, têm se dedicado ao exame da qualidade de vida no trabalho. Neste caso, o conceito de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), segundo França (1996), se associa ao grau de satisfação do indivíduo com relação à empresa e à promoção da saúde e segurança no trabalho (perspectivas para além dos lucros das empresas).

Nas décadas de 40 e 50, o termo passa também a fazer parte do discurso médico, no momento em que a noção de saúde se expande e passa a ser vinculada ao compromisso de melhoria das condições de vida. Em 1947, para atender a este compromisso, a Organização Mundial da Saúde redefiniu o termo “saúde”,

incorporando a ele as noções de bem-estar físico, emocional e social, o que desencadeou, a partir desse momento, uma discussão sobre a necessidade e as formas de mensuração de bem-estar (FLECK *et al*, 1999). Assim, este tema é central de pesquisa na área da saúde, visto que a questão de qualidade de vida tende a estar incorporada à abordagem médica e também na avaliação de custo/benefício de um determinado tratamento (DANTAS *et al*, 2003)⁴⁸.

Com base nesta perspectiva, o grupo WHOQOL⁴⁹ da Organização Mundial da Saúde (OMS), define qualidade de vida como “*a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores, nos quais ele vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*” (apud FLECK *et al*, 1999). O conceito de QV se baseia, nesta abordagem, em seis denominados “domínios”: a) físico, b) psicológico, c) nível de independência, d) relações sociais, e) meio ambiente, e f) aspectos espirituais (WHOQOL GROUP, 1994).

Cada “domínio” contempla uma série de indicadores que podem definir a percepção de um indivíduo sobre sua própria QV. O quadro baixo sintetiza tais indicadores:

Quadro 1: Domínios da qualidade de vida e seus indicadores

Domínios	Indicadores
Físico	1. Dor e desconforto 2. Energia e fadiga 3. Sono e repouso
Psicológico	4. Sentimentos positivos 5. Pensar, aprender, memória e concentração 6. Auto-estima 7. Imagem corporal e aparência 8. Sentimentos negativos
Nível de Independência	9. Mobilidade 10. Atividades da vida cotidiana 11. Dependência de medicação ou de tratamentos 12. Capacidade de trabalho
Relações sociais	13. Relações pessoais 14. Suporte (Apoio) social 15. Atividade sexual

⁴⁸ No contexto da área clínica, o interesse sobre QV tem sido principalmente dirigido àqueles aspectos que influenciam ou recebem influencia de tratamento de doenças ou traumas (DANTAS *et al*, 2003).

⁴⁹ Este grupo é formado por especialistas em Qualidade de Vida da OMS, e é o responsável pela elaboração do questionário WHOQOL, que tem por objetivo mensurar a qualidade de vida de um indivíduo. Este questionário foi traduzido para o português na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob coordenação do grupo WHOQOL no Brasil (Disponível em <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol1.html#1>. Acesso em 03 de janeiro de 2011).

Meio Ambiente	16. Segurança física e proteção 17. Ambiente no lar 18. Recursos financeiros 19. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade 20. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades 21. Participação em, e oportunidades de recreação/lazer 22. Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima) 23. Transporte
Aspectos espirituais	24. Espiritualidade/religião/crenças pessoais

Fonte: Disponível em <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol1.html#1>. Acesso em 03 de jan. 2011

Porém, ao definir QV, o grupo WHOQOL afirma também que não há consenso sobre o tema. Mas parece existir, entre os pesquisadores, uma considerável concordância acerca de alguns de seus pressupostos, como a “*subjetividade*”, a “*multidimensionalidade*” e a “*mutabilidade*” (DANTAS *et al*, 2003).

Para explicar tais pressupostos, Nobre (1995) discute que QV é o que cada um considera como importante para viver bem, sendo este, portanto, um conceito subjetivo (pressuposto da “*subjetividade*”), que engloba inúmeros aspectos da vida cotidiana (pressuposto da “*multidimensionalidade*”), e que está, portanto, em constante transformação (pressuposto da “*mutabilidade*”). Por esta razão, Furtado (2007) afirma que definir QV é uma tarefa complexa e uma vez que se discute o tema, imediatamente surgem idéias, conceitos e sonhos individuais, de acordo com a história de vida de cada indivíduo. Segundo o autor (*op. cit.*):

Quem passou por muita carência financeira, qualidade de vida pode ser ganhar uma fortuna. Quem sofreu por falta de saúde, qualidade de vida é ser forte e nunca adoecer. Quem se achou sempre pouco importante, qualidade de vida é conquistar fama e status, assim como quem pouco admirou sua aparência, qualidade de vida passa pela conquista de um corpo perfeito. As circunstâncias são inúmeras. Podemos inferir então, em um primeiro momento, que existe um aspecto subjetivo no conceito de qualidade de vida. Além disto, podemos concluir também que qualidade de vida seria a possibilidade de alguém viver da maneira que se sinta bem (FURTADO, 2007, p.2).

Dessa forma, a diversidade de abordagens relativas ao termo Qualidade de Vida gera inúmeras possibilidades de interpretação. Porém, tanto para o mundo do trabalho, quanto no âmbito da saúde, a noção de QV está associada com o indivíduo, o tipo de vida que leva, suas limitações, e o tipo de vida que pode ter. Assim, QV é uma noção que abrange muitos significados que por sua vez, refletem conhecimentos, experiências

e valores de indivíduos e coletividades, o momento histórico, a classe social e a cultura a que pertencem esses indivíduos. Este é um conceito que implica, portanto, subjetividades distintas.

Mas para alguns autores, como Fleck *et al* (1999) e Kluthcovsky e Takayanagui (2007), o termo QV adquiriu sentido e impacto mais global quando foi utilizado pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, no contexto de um discurso político em 1964, apesar de já fazer parte do discurso da OMS desde a década de 40. Este presidente desencadeou uma discussão sobre QV no âmbito do desenvolvimento, ao afirmar que: “...os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (apud FLECK *et al*, 1999). Logo, o conceito de QV passa a ser utilizado para questionar políticas públicas de desenvolvimento que tinham como objetivo central o crescimento econômico sem limites (marco das sociedades instituídas no período posterior à revolução industrial, como já anteriormente discutido).

A partir desta perspectiva, a preocupação com a QV passa também a ser progressivamente incorporada nas discussões sobre desenvolvimento, no âmbito das Nações Unidas. A partir da década de 80 se inicia o debate sobre o conceito de “*desenvolvimento humano*”, entendido como um processo capaz de ampliar tanto as oportunidades dos indivíduos nas áreas da economia, da política e da cultura, quanto com relação aos níveis de “*bem-estar*” (PNUD, 1998). Assim, os aspectos subjetivos passam também a ser considerados na avaliação do desenvolvimento (para além do crescimento econômico) e estes foram incorporados nos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁵⁰ (PNUD) com base no que se denominou de “qualidade de vida humana” (PNUD, *op. cit.*).

Apesar da intenção das Nações Unidas em incorporar os aspectos qualitativos e, em alguns casos subjetivos, na avaliação do processo de desenvolvimento de um país ter tido início na década de 80, em 1972⁵¹ se iniciou no Butão uma discussão acerca do conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB), em função do questionamento sobre a eficácia da medida de Produto Interno Bruto (PIB) para designar o desenvolvimento de

⁵⁰ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) “é a rede global das Nações Unidas para o desenvolvimento, com a missão de ajudar a sociedade a construir uma vida melhor” (Relatório Sintético das Atividades do PNUD no Brasil: 1960-2002).

⁵¹ Ano em que a ONU realizou, em Estocolmo, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. A partir desta Conferência a temática ambiental e seus rebatimentos sobre as populações locais vêm, progressivamente, se consolidando em debates, produções teóricas e manifestações sociais diversas.

uma nação. Desde então, o reino do Butão⁵² passou a adotar essa abordagem e a atrair a atenção do resto do mundo para uma nova proposta para a avaliação da condição de uma sociedade, que considere outros aspectos além do crescimento econômico, como a conservação ambiental e a qualidade de vida. O objetivo neste caso foi buscar modificar a maneira de avaliar desenvolvimento, com base em outras prioridades políticas e construir uma sociedade mais feliz e ambientalmente justa⁵³. Dessa forma, o denominado FIB representa uma iniciativa inovadora de valorização das condicionantes subjetivas para se medir desenvolvimento, considerando entre as variantes interpretadas, “Qualidade de Vida” e “Proteção Ambiental”.

Através dos quatro pilares da FIB - economia, cultura, meio ambiente e boa governança - derivam-se nove categorias de análise, das quais são extraídos indicadores para que a “Felicidade” de uma nação seja avaliada, em termos de “bem-estar psicológico”, “qualidade ambiental”, “saúde”, “educação”, “cultura”, “padrão de vida”, “uso do tempo”, “vitalidade comunitária” e “boa governança”⁵⁴. Tais categorias e os indicadores para a sua mensuração estão apresentados no quadro a seguir para ilustrar a proposta:

Quadro 2 – Síntese das categorias de análise e indicadores para a avaliação da felicidade de uma nação

Categorias de Análise	Conceituação	Indicadores
Bem-Estar Psicológico	Avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada habitante tem em relação à sua própria vida.	. Taxas de emoções tanto positivas quanto negativas, como os sentimentos de egoísmo, inveja, calma, compaixão, generosidade e frustração. . Nível de Estresse. . Participação em atividades espirituais . Auto-avaliação da saúde, física e mental.
Meio Ambiente	Mede a qualidade da água, do ar e do solo.	. Estado dos recursos naturais, das pressões sobre os ecossistemas e da diversidade ecológica.
Saúde	Tem por objetivo mostrar os resultados das políticas de saúde.	. Auto-avaliação da saúde, invalidez, as limitações para atividades e a taxa de dias saudáveis. . Padrões de comportamento arriscados,

⁵² O Butão é um pequeno reino situado na encosta da cordilheira do Himalaias, entre a China e a Índia. É um reino formado por mosteiros, a maioria deles fechada aos estrangeiros (Disponível em www.pt.wikipedia.org/wiki/butao. Acesso em 05 de janeiro de 2011).

⁵³ Disponível em <http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>

⁵⁴ *Ibid*

		exposição a condições de risco, status nutricional, práticas de amamentação e condições de higiene.
Educação	Indica o ritmo de crescimento das taxas de alfabetização e do acesso às escolas e faculdades, além de avaliar a eficácia da educação em prol da meta do bem-estar coletivo.	. Nível de participação, competências e apoio educacional. . Nível de competências nativas, técnicas tradicionais orgânicas de agricultura e pecuária, remédios caseiros, genealogias familiares, conhecimento sobre a cultura e história locais.
Cultura	Mede a diversidade e o número de instalações culturais, padrões de uso, diversidade no idioma e participação religiosa.	. Percepção sobre mudanças em valores e tradições.
Padrão de Vida	Avalia a renda per capita e a qualidade dos bens e serviços disponíveis à população.	. Nível de segurança financeira. . Nível de dívidas. . Qualidade das habitações. . Montante de assistência em espécie recebida por familiares e amigos.
Uso do Tempo	Avalia a possibilidade que cada um tem de escolher como aproveitar seus dias.	. Tempo que a população dedica ao trabalho, à família e à cultura.
Vitalidade Comunitária	Mostra o grau de identidade entre membros de um grupo social, com ênfase nas forças e nas fraquezas dos relacionamentos e das interações no interior do grupo.	. Natureza da sensação de confiança e de pertencimento. . Vitalidade dos relacionamentos afetivos. . Grau de segurança em casa e na comunidade. . Prática de doação e de voluntariado.
Boa Governança	Avalia como a população enxerga o governo.	. Grau de liderança em vários níveis do governo, na mídia, no judiciário, na polícia e nas eleições.

Fonte: <http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>. Compilação e organização dos dados pela autora.

A partir das diferentes dimensões consideradas no FIB, pode-se inferir que a subjetividade e a relação dos indivíduos com a cultura, a economia, a política, a saúde, a natureza, a educação, constituem a base do que se considera “felicidade” e, assim, a base do desenvolvimento de um determinado país.

No sentido de uma mudança de foco na leitura sobre desenvolvimento, para incorporar outros valores que não apenas os indicadores estritamente econômicos, o

PNUD elabora também um novo instrumento de avaliação do desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano⁵⁵ (IDH). Esse índice parte do pressuposto de que, para aferir desenvolvimento não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também indicadores relacionados aos aspectos sociais, culturais e políticos que influenciam a qualidade de vida humana⁵⁶. Sendo assim, a partir do cálculo do IDH, o desenvolvimento passou a ser mensurado, no âmbito das Nações Unidas, não só pelos avanços econômicos, mas também pelas melhorias em qualidade de vida.

Assim como incorporado pelo FIB e/ou pelo IDH, Pinto-Neto e Conde (2008) afirmam que a maioria dos autores concorda que na mensuração da QV devem ser contemplados os aspectos físico, social, psicológico e espiritual, de um indivíduo ou de uma sociedade. Mas a questão que se coloca é: como transformar informações subjetivas, que envolvem perspectivas individuais, em dados objetivos e mensuráveis? E também, como essas informações podem ser quantificadas e comparadas entre populações distintas?

No sentido de contribuir para o equacionamento de alguns desses desafios, diversos critérios e instrumentos de mensuração da Qualidade de Vida estão sendo criados em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos e em países da Europa. E a sua tradução e validação vêm sendo muito utilizados para mensurar QV no Brasil, apesar de diversos autores questionarem a aplicabilidade dos mesmos em países de realidade distante daqueles onde foram produzidos.

Mas apesar desta dificuldade, no contexto nacional, também é possível observar, gradualmente em políticas públicas, a incorporação dos aspectos subjetivos para se pensar desenvolvimento. E o termo QV tem sido recorrente nos textos de políticas públicas de proteção da natureza e turismo, focos desta dissertação. Ainda que esses textos não estabeleçam com clareza e nem discutam o conceito de QV, eles ressaltam a importância da conservação dos recursos naturais e/ou do desenvolvimento “responsável” do turismo (algumas vezes designado como ecoturismo), como meios de promoção da melhoria de qualidade de vida, principalmente para as populações que vivem no entorno ou interior de UCs.

A Constituição Federal de 1988 representa o primeiro documento nos marcos da legislação brasileira que traz esta preocupação. O termo é utilizado, no âmbito de proteção da natureza, quando é mencionado que: *“todos têm direito ao meio ambiente*

⁵⁵ Elaborado pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq.

⁵⁶ Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em 10 de dezembro de 2010.

*ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia **qualidade de vida**, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”* (BRASIL, 1988). Mesmo que de forma ainda preliminar, a noção de QV é apresentada como um direito da população brasileira, garantido por lei.

A partir de então, esta noção vem sendo progressivamente incorporada na gestão pública e, em 1997, o IBAMA publicou o documento “Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil”. Esta publicação reafirma o objetivo de promoção da participação das populações locais nas atividades de ecoturismo, de modo que este possa realmente contribuir para a melhoria de sua **qualidade de vida** mediante a criação de mecanismos que levem à utilização da mão-de-obra local, ao desenvolvimento das potencialidades das populações locais, ao apoio à criação de pequenas empresas de serviços ligados ao ecoturismo e ao incentivo à produção de artesanato (IBAMA, 1997).

Assim como na Constituição Federal, também na Política Nacional de Educação Ambiental de 1999, a “*conservação do meio ambiente é entendida como fundamental à sadia **qualidade de vida***”, como ilustrado no trecho a seguir:

entende-se por educação ambiental o processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia **qualidade de vida** e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

No Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006), é possível também observar que um dos princípios anunciados diz respeito à “*repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da **qualidade de vida**, erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais*”. E um dos compromissos nele estabelecidos é “*monitorar os efeitos oriundos do estabelecimento e implementação das unidades de conservação na **qualidade de vida** dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais, e propondo medidas para mitigar ou potencializar esses efeitos*” (BRASIL, *op. cit.*).

No âmbito das políticas de turismo, esta preocupação se expressa traduzida na noção de bem-estar, no documento intitulado “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”⁵⁷, publicado em 1994, que define ecoturismo como:

⁵⁷ Elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, que reuniu representantes do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal,

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

No contexto nacional, o conceito de ecoturismo é ainda influenciado pela “Declaração de Ecoturismo de Quebec”, aprovada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2002. O documento estabelece recomendações para a implementação do ecoturismo no contexto do desenvolvimento sustentável e influenciou as políticas de ecoturismo de diversos países, incluindo o Brasil. Em seu texto a utilização da dimensão da QV é apresentada no trecho abaixo:

em seu planejamento, desenvolvimento e operações, inclui as comunidades tradicionais e contribui para seu bem-estar e melhoria da **qualidade de vida**, atua de forma adequada para pessoas e pequenos grupos organizados, interpreta os patrimônios naturais e culturais para seus visitantes.

A partir dessa perspectiva internacional, a utilização do termo QV no ainda atual Plano Nacional de Turismo 2007/2010 também é enfatizada, como ilustrado a seguir:

O turismo é uma atividade de importância fundamental para o crescimento da economia do País devido não somente a sua contribuição significativa para o aumento do PIB, como também pela potencial capacidade de geração de trabalho, ocupação e renda, com impactos na melhoria da **qualidade de vida** da população (BRASIL, 2007c).

Assim, o compromisso de “melhoria de qualidade de vida” vem sendo internalizado gradualmente em políticas públicas do país como um dos pressupostos fundamentais para a proteção da natureza e para o desenvolvimento turístico. Porém, ainda não é possível encontrar na literatura uma definição consensual do que seja QV e também não são evidentes as metodologias capazes de avaliar, ou mensurar, o quanto a conservação da biodiversidade e o turismo (na perspectiva do ecoturismo) contribuem

(ou não), para a melhoria de qualidade de vida das populações que se encontram, principalmente, em áreas de inserção de unidades de conservação.

A partir dessa análise, entende-se ser fundamental interpretar a própria percepção dos moradores da Trindade sobre “o que é qualidade de vida” e qual a relação do turismo com o que se poderia designar de “melhoria de qualidade de vida” sob a ótica local.

Importante considerar também que para a pesquisa em psicologia social, o entendimento das relações sociais, a partir de um olhar interdisciplinar, é a base para se alcançar propostas de ações da gestão pública mais realistas, que atendam, no caso do PNSB, às demandas de conservação da natureza, e às de melhoria de qualidade de vida dos atores locais. Nesse caso, é preciso estudar o ser humano em interação, como parte de um grupo social, que ocupa um espaço político, econômico e cultural dentro da sociedade, para então interpretar essa dimensão de “qualidade de vida” tão debatida pelos discursos políticos sobre turismo e proteção da natureza e em inúmeras discussões em pesquisa sobre o ecoturismo em áreas protegidas.

Assim, a partir da interpretação sobre QV na Trindade, a gestão pública poderá planejar ações mais articuladas com as demandas locais, em suas interfaces com o compromisso de proteção da natureza no PNSB.

3. Caminho Metodológico da Pesquisa

A presente pesquisa teve caráter exploratório e se fundamentou em uma abordagem qualitativa. Sob esta abordagem, a pesquisa foi desenvolvida com base em um Estudo de Caso sobre a localidade de Trindade (Paraty), no Parque Nacional da Serra da Bocaina – RJ (Figura 1).

Figura 1 - Localização do Parque Nacional da Serra da Bocaina



Fonte: <http://www.google.com.br/images>

O Estudo de Caso representa uma estratégia de pesquisa, por meio da qual se busca compreender fenômenos sociais complexos, contemporâneos, em curto espaço de tempo. Assim, o Estudo de Caso permite uma investigação sobre os acontecimentos da vida real por meio de questões do tipo “como” e “por que” (YIN, 2005).

A dissertação foi desenvolvida em quatro etapas.

A primeira etapa metodológica do trabalho compreendeu **pesquisa documental e bibliográfica** relacionada ao tema do turismo como alternativa para a melhoria de qualidade de vida e conservação da natureza em áreas protegidas, com ênfase nos Parques Nacionais. Essa fase da pesquisa envolveu análise de publicações, teses, anais de congressos, relatórios oficiais sobre o tema e sobre a região estudada. Também foram pesquisadas as bases legais que regem o turismo na área e os documentos relacionados à gestão do PNSB, como o Plano de Manejo, o Relatório de Formação do Conselho Consultivo e, os Relatórios referentes às “Operações Verão”, realizadas em Trindade, entre os anos de 2009 e 2010.

A segunda etapa da pesquisa consistiu de uma **fase exploratória de campo**, para reconhecimento do atual contexto de desenvolvimento do turismo em Trindade e da atuação da administração do PNSB na localidade. Esta etapa envolveu ida ao local da pesquisa em um período de quatro dias, no mês de julho de 2009. Na ocasião, foram mantidas conversas informais com os moradores locais para se buscar entender o processo histórico de ocupação da área, os impactos do desenvolvimento do turismo em Trindade e, a relação desses moradores com os administradores do Parque.

Esta etapa compreendeu também a **realização de contatos institucionais** com a equipe técnica do PNSB e, a **seleção dos principais atores** institucionais e representações locais (população local de Trindade) para a realização de entrevistas informais, semi-estruturadas. Os atores locais foram identificados por meio da técnica de “bola de neve”, como sugerem Lincoln e Guba (1985 *apud* ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 163). Com esta técnica os próprios atores selecionados identificam e reconhecem novos interlocutores.

Ainda nesta fase foram **elaborados e testados os instrumentos de pesquisa**, um roteiro de entrevista semi-estruturada direcionado aos atores locais, moradores da Trindade e, outro destinado aos atores institucionais, representados pela equipe técnica do Parque. Os roteiros das entrevistas encontram-se no Apêndice B. Também na etapa de elaboração dos instrumentos de pesquisa, para atender às diretrizes éticas em pesquisas sociais, foi elaborado o formulário de consentimento informado (Apêndice C).

Com o objetivo de testar os roteiros de entrevistas e obter informações atualizadas sobre a gestão do Parque, em Trindade, foram realizadas na fase exploratória de campo duas entrevistas preliminares⁵⁸ com os administradores do PNSB: uma analista ambiental e o chefe da UC. Estas entrevistas foram realizadas em visita de campo à sede do Parque, em São José do Barreiro (SP), no mês de janeiro de 2010. Com o intuito de aproximação e convivência com parte da equipe técnica dessa UC, a pesquisadora acompanhou, na mesma ocasião, uma Operação realizada pela equipe do PNSB, em parceria com a polícia ambiental e civil de Bananal (SP), durante a festa de Folia de

⁵⁸ Estas duas entrevistas preliminares também foram consideradas na fase de sistematização e análise das informações obtidas.

Reis no interior do PNSB, com duração de dois dias. O objetivo da operação foi evitar a entrada de motos, armas, a extração de palmito e, a degradação da floresta⁵⁹.

Na cronologia da pesquisa, durante o carnaval de 2010, a pesquisadora também esteve presente, como observadora, na “Operação Verão”, realizada pela equipe do Parque, em Trindade. Nesta ocasião foi possível identificar algumas iniciativas que serviram de ponto de partida para a interpretação de como os administrados do PNSB relacionam o desenvolvimento do turismo e a conservação dos recursos naturais em Trindade.

Na terceira etapa, a **pesquisa de campo** foi realizada em Trindade, no período de julho a dezembro de 2010, e envolveu: a) **observação participante**, que viabilizou o engajamento na vida do grupo em foco. A observação participante é definida por Minayo (2007) como um processo no qual o observador mantém relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, com o objetivo de obter informações e compreender o contexto da pesquisa. O observador faz parte do contexto sob sua observação, interfere neste contexto e também é modificado por ele. Para registro dos fatos observados foi utilizado um diário de campo e registros fotográficos (Apêndice D) e, b) **realização das entrevistas** com os atores locais (7) e interlocutores institucionais (3) identificados durante a fase exploratória, sem desconsiderar as duas entrevistas preliminares que já haviam sido realizadas com a equipe técnica do PNSB.

Com o recurso das entrevistas foi possível obter informações sobre a percepção da administração do PNSB e da população local de Trindade sobre o desenvolvimento do turismo na Vila e sua influência na qualidade de vida e no processo de conservação dos recursos naturais do Parque. Nessa etapa, a tentativa foi de construir uma maior aproximação entre a pesquisadora e os entrevistados, não sendo, portanto, utilizado um roteiro fechado de perguntas.

O perfil detalhado dos entrevistados está apresentado nos quadros 3 e 4 a seguir:

⁵⁹ A equipe se dividiu entre as entradas clandestinas e a portaria oficial do Parque para fazer o monitoramento da entrada e saída de pessoas durante os dois dias de festa. Vale ressaltar a dificuldade de acesso ao Parque pela estrada de terra que faz ligação a São José do Barreiro, só sendo possível a travessia desse trecho de 26 km por automóveis de tração nas quatro rodas, com duração de cerca de uma hora e trinta minutos de viagem.

Quadro 3: O perfil dos atores locais entrevistados

Atores Locais	Perfil dos Entrevistados
A	<p>Sexo: Masculino Faixa etária: superior a 80 anos Escolaridade: Analfabeto Profissão: Trabalhador Rural. Já trabalhou com pesca e artesanato. Hoje também utiliza seu quintal como área de camping. Natural de Trindade, viveu o conflito de terras com a Brascan e está na Vila desde antes da criação do Parque. Seus avós já habitavam a Vila. Sua família é composta de 9 pessoas.</p>
B	<p>Sexo: Feminino Faixa etária: superior a 80 anos Escolaridade: Analfabeta Profissão: Dona de Casa. A família vive das duas pousadas dos filhos e é composta por 7 pessoas. Natural de Trindade, viveu o conflito de terras com a Brascan e está na Vila desde antes da criação do Parque. Seus avós já habitavam a Vila.</p>
C	<p>Sexo: Masculino Faixa etária: 41 a 50 anos Escolaridade: 2º Grau Completo Profissão: comerciante e barqueiro. A família possui restaurante e mercearia na vila e é composta por 3 pessoas. Natural de Trindade, está na Vila desde antes da criação do Parque. Atualmente é o presidente da AMOT. Sua família é composta de 3 pessoas.</p>
D	<p>Sexo: Masculino Faixa etária: 21 a 30 anos Escolaridade: 2º Grau Completo Profissão: pescador e barqueiro. Trabalha com passeios turísticos na alta temporada. Natural de Trindade, está na Vila há 30 anos. Atualmente é membro da AMOT e da ABAT. Sua família é composta de 2 pessoas.</p>
E	<p>Sexo: Masculino Faixa etária: 21 a 30 anos Escolaridade: Superior Completo (Jornalismo) Profissão: Pousadeiro Natural de Paraty, está na Vila há 25 anos e é membro da AMOT e da ABAT. Morou fora apenas para estudar e retornou para cuidar da pousada da família, composta por 8 pessoas.</p>
F	<p>Sexo: Masculino. Faixa etária: 21 a 30 anos Escolaridade: Superior Completo (Administração) Profissão: Pousadeiro Natural de São Paulo, sempre viveu na Trindade. Morou fora apenas para estudar e retornou à Vila para administrar sua pousada. Ex-presidente da AMOT, atualmente é membro da AST. Sua família é composta de 2 pessoas.</p>
G	<p>Sexo: Feminino Faixa etária: 51 a 60 anos Escolaridade: Superior Incompleto (História) Profissão: Educadora Ambiental no projeto de Turismo de Base Comunitária do MTur. Natural de São Paulo. Casada com um trindadeiro, mora na praia do</p>

Caixadaço (interior da área do Parque) há 35 anos. Sua família (marido e filhos) é de pescadores, composta de 8 pessoas.
--

Quadro 4: O perfil dos interlocutores institucionais entrevistados

Interlocutores institucionais	Perfil dos Entrevistados
Interlocutor 1	Sexo: Masculino Profissão: Arquiteto Tempo no ICMBio: desde 2002 Ocupação: Chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Atua na sede do Parque localizada em São José do Barreiro - SP
Interlocutor 2	Sexo: Feminino Profissão: Ecóloga / Analista Ambiental do ICMBio Tempo no ICMBio: desde 2002 Ocupação: Equipe técnica do PNSB. Atua na sede do Parque localizada em São José do Barreiro - SP
Interlocutor 3	Sexo: Masculino Profissão: Biólogo / Analista Ambiental do ICMBio Tempo no ICMBio: desde 2002 Ocupação: Equipe técnica do PNSB Atua na área do Parque em Paraty - RJ

Após os levantamentos de campo, a quarta etapa da pesquisa consistiu na **sistematização e análise das informações obtidas**. As dez entrevistas foram gravadas e transcritas, na íntegra, e a interpretação das informações foi realizada com base na Análise de Conteúdo, na tentativa de decodificar o conteúdo das mensagens contidas nas entrevistas. Segundo Minayo (2007) a análise de conteúdo permite caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. A autora menciona que, neste método de análise, os pesquisadores buscam a compreensão dos significados no contexto das falas de seus entrevistados, mas tentam ir além da descrição da mensagem, para atingir uma interpretação mais profunda.

Para facilitar a sistematização dos dados e sua análise, os principais eixos temáticos desta fase da pesquisa foram: a) interpretando o turismo na Trindade, b) para entender a relação entre turismo e qualidade de vida, c) como se expressa a relação de Trindade com o PNSB, d) para elucidar a relação entre turismo e proteção da natureza no Parque e, e) para entender o significado do Parque para o turismo.

Nesse sentido, a dissertação caminhou no sentido de identificar e discutir as tensões existentes em decorrência do processo de desenvolvimento do turismo na Trindade e

proteção da natureza no PNSB, refletindo sobre possíveis estratégias de potencialização desta relação, com vias à melhoria de qualidade de vida dos atores locais.

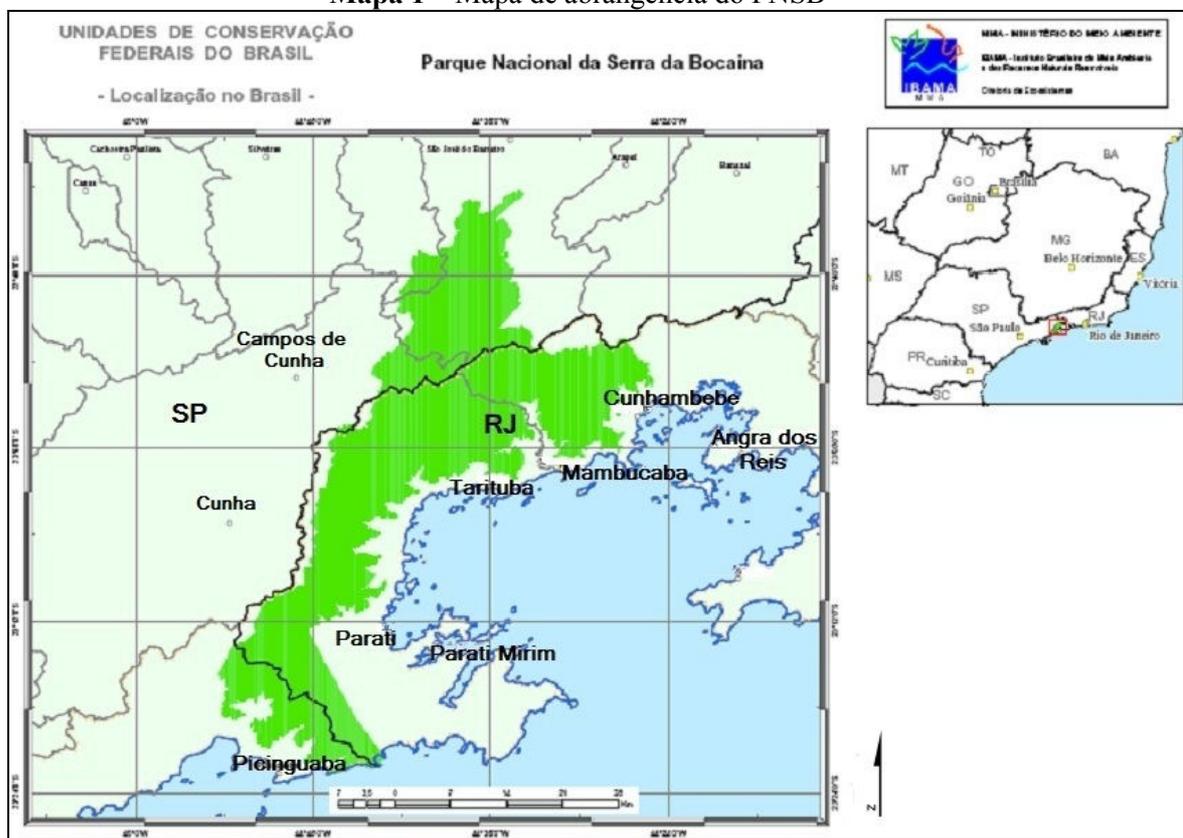
4. Estudo de Caso - Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Vila de Trindade

4.1. O Parque Nacional da Serra da Bocaina como Área de Inserção

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) foi criado pelo decreto n° 68.172, de 4 de fevereiro de 1971, englobando as terras do Horto Florestal de Mambucaba (Fazenda da Central do Brasil) e o Núcleo Colonial Senador Vergueiro, além de terras devolutas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e propriedades particulares. Inicialmente, com 137.000 ha, teve seus limites modificados em junho de 1972, para aproximadamente 110.000 ha. Essa alteração envolveu a retirada de 9.000 habitantes do PNSB e a incorporação aos seus limites de uma região do município de Ubatuba (BRASIL, 2002).

A sede do Parque situa-se no município de São José do Barreiro, mas seu território se estende por diferentes municípios entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, entre as coordenadas 22°40' e 23°20'S e 44°24' e 44°54'W (Mapa 1).

Mapa 1 – Mapa de abrangência do PNSB



Fonte: IBAMA, 2008.

Embora definidos por lei, tais limites são imprecisos na prática, desde a época de sua criação. Tal fato é evidenciado no Plano de Manejo, de 2002, que estabeleceu a área do parque em 104.000 ha. Tal imprecisão deixou muitas dúvidas e incertezas quanto aos locais pertencentes (ou não) ao PNSB, resultando, evidentemente, em conflitos.

O Parque situa-se no Domínio da Mata Atlântica, abrangendo desde a região costeira, até altas cotas da Serra da Bocaina, chegando a 2.088 metros de altitude. Sobrepe-se ao Parque Estadual da Serra do Mar, em Ubatuba (Núcleo Picinguaba) (Figura 2).

Figura 2 – Inserção regional do PNSB e outras UCs



Fonte: www.paraty.com.br

Fazem parte da área do Parque os municípios de Paraty e Angra dos Reis no Estado do Rio de Janeiro e São José do Barreiro, Ubatuba, Cunha e Areias, no Estado de São Paulo (Quadro 5). O acesso ao Parque ocorre por esses diversos municípios.

Quadro 5. Municípios na área de abrangência do PNSB

ESTADO	MUNICÍPIO	ÁREA DO PARQUE (%)
RJ	Parati	40.3
	Angra dos Reis	21.6
SP	São José do Barreiro	18.3
	Ubatuba	12.7
	Cunha	4.5
	Areias	2.4

Fonte: IBAMA, 2002

Sua Zona de Amortecimento, determinada pelo Plano de Manejo, consiste em uma faixa de 10 km de largura em torno do Parque, compreendendo, no vale do rio Paraíba do Sul, as terras dos municípios paulistas de Arapeí, Areias, Bananal, Cunha, São José do Barreiro e Silveiras, e na região litorânea, as terras paulistas de Ubatuba e fluminenses de Angra dos Reis e Paraty.

Há vários núcleos populacionais nesta região e no interior do Parque (Quadro 6), sendo que os municípios de Arapeí, Bananal e Silveiras não possuem terras em seu interior, somente na Zona de Amortecimento (BRASIL, 2002).

Quadro 6. Núcleos Populacionais no interior e na Zona de Amortecimento do PNSB

Município	IDH ⁶⁰	Núcleos Populacionais
Arapeí ¹	0,716	Formoso
Areias ²	0,723	Tomé Antônio (com zona de litígio dentro do PNSB), Estiva, Fazenda da Entrada (propriedade da União e localizada dentro do PNSB), Jardim e Fundação Santa Isabel
Bananal ¹	0,758	Brastel (propriedade do Banco do Brasil)
Cunha ¹	0,733	Distrito de Campos Novos: Terra Nova, Barra, Matias, Pinheirinho, Campos Novos, Capora e Bocaininha de São Roque

⁶⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo os países classificados deste modo:

- Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado baixo – país de desenvolvimento baixo (subdesenvolvido)
- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio – país de desenvolvimento médio (em desenvolvimento)
- Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 0,899, é considerado elevado – país de desenvolvimento alto (em desenvolvimento)
- Quando o IDH de um país está entre 0,900 e 1, é considerado muito elevado – país de desenvolvimento muito alto (desenvolvido)

São José do Barreiro ²	0,727	Distrito de Formoso: Barreirinha (dentro do PNSB), Onça (dentro do PNSB), Jardim, Condomínio Serra da Bocaina, Floresta e Pinheirinho
Silveiras ²	0,721	Bairro dos Macacos
Angra dos Reis ²	0,772	Distrito de Mambucaba: Mambucaba Distrito de Cunhambebe: Bracuí, Frade, Ariró, Itanema
Paraty ²	0,777	Distrito de Tarituba: São Gonçalo, Taquari, São Roque, Barra Grande, Serraria, Graúna, Praia Grande, Tarituba e Chapéu do Sol Distrito de Paraty: Várzea do Corumbê, Morro do Caboclo, Penha (dentro do PNSB), Corisco, Corisquinho, Coriscão e Ponte Branca Distrito de Paraty-Mirim: Olaria, Rio dos Meros, Pedras Azuis, Campinho da Independência, Patrimônio, Trindade e Paraty-Mirim
Ubatuba ²	0,791	Distrito de Pinguaba: Puruba, Ubatumirim e Pinguaba

Fonte: IPEADATA¹, 2000; PNUD², 2000; IBAMA, 2002.

O Plano de Manejo informa que o Parque representa um importante fragmento do domínio da Mata Atlântica, agrupando ampla diversidade de tipos vegetacionais, grandes extensões contínuas de áreas florestadas, sob diversos domínios geomorfológicos. O Parque abrange desde áreas costeiras até vertentes íngremes no alto do planalto da Bocaina, do nível do mar a 2.088 metros de altitude. É também considerado um dos principais redutos de Floresta Atlântica, coberto pela Floresta Ombrófila Densa (Submontana, Montana e Alto Montana), Floresta Ombrófila Mista Alto Montana e Campos de Altitude, ainda em bom estado de conservação. Com relação à importância ecológica esta se expressa pela alta diversidade e complexidade natural da área, resultantes das inúmeras combinações entre tipos de relevo, altitudes, características topográficas, rede de drenagem, substrato rochoso, solos e cobertura vegetal natural. Este é um território com endemismos, refúgios ecológicos e espécies ameaçadas de extinção. Como descrito no PM:

Levantamentos da história natural, escritos de botânicos e depoimentos locais demonstram que o quadro de degradação vem se acentuando há muitas décadas nos domínios do Parque Nacional da Serra da Bocaina. O Parque tem elevada importância ecológica e é, basicamente, constituído de formações florestais secundárias, e nestas são encontradas diversas espécies endêmicas e espécies indicadoras de

qualidade ambiental. As florestas abrangidas pelo Parque, na região da escarpa, representam os setores mais bem protegidos, tanto no Estado de São Paulo quanto no do Rio de Janeiro, compondo um de seus últimos redutos florestais. Esta faixa florestal tem continuidade com o Estado de São Paulo, através de Picinguaba, estes representando os derradeiros remanescentes de floresta íntegra da região (BRASIL, 2002).

Em função da beleza cênica dos vários pontos turísticos do Parque, como as cachoeiras nas serras, as praias do litoral e as fazendas históricas nas cidades do Vale do Paraíba do Sul, várias trilhas e caminhos em seu interior têm sido explorados pelo turismo regional. Os atrativos naturais e históricos da Zona de Amortecimento também são, de certa forma, indutores do uso turístico do Parque.

4.1.1. Histórico do Processo de Ocupação e Consolidação do PNSB

De acordo com o Plano de Manejo do PNSB (BRASIL, 2002) sua região de abrangência situa-se na principal área de expansão das redes de interiorização territorial do centro-sul brasileiro, na qual ocorreram todos os ciclos de desenvolvimento econômico – da exploração indiscriminada dos recursos naturais à atual exploração turística. Até o século XIX, a região foi palco de importantes eventos econômicos, como o ciclo do ouro e a proliferação das lavouras de milho, mandioca e cana-de-açúcar.

Drummond (1997b) descreve que os “*grandes dias*” de Paraty foram os primeiros anos do surto mineiro no interior da colônia, em torno de 1700. Isso porque a primeira trilha de tropas de burros a ligar regularmente o litoral fluminense ao distrito mineiro começava em Paraty. Sendo assim, o autor afirma que grande parte do ouro extraído nos primeiros anos da febre mineradora portuguesa passou por Paraty, a destino da metrópole. Porém, em 1975, uma nova trilha, mais curta e menos acidentada, passou também a ligar Angra dos Reis ao distrito mineiro, o que ocasionou a queda na procura pela trilha de Paraty.

A partir de então, Paraty viveu quase um século de estagnação, que terminou no primeiro período do século XIX, quando a cultura do café começou a se sobrepôr à de cana-de-açúcar em torno de Resende e outros pontos do Vale do Paraíba do Sul. A antiga trilha foi reativada e Paraty passou a exportar café suficiente para ser por algum tempo o terceiro porto fluminense, pendendo apenas para os portos do Rio de Janeiro e Angra dos Reis (BRASIL, 2002).

O café do Vale do Paraíba, que no ápice de sua produção, em meados do século XIX, chegou a representar 88% da produção nacional, iniciou o século XX em franco decréscimo em relação às novas frentes cafeeiras do oeste, representando somente 4% da produção nacional, em 1920 (BRASIL, *op. cit.*).

As rotas comerciais em Paraty entram novamente em decadência em função da expansão ferroviária no Vale do Paraíba do Sul, que também prejudicou Angra dos Reis. O relevo da área dificultou a abertura de vias amplas para o fluxo de mercadorias, fazendo com que seus portos (Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba) perdessem importância como escoadouros da produção. Este quadro de decadência repercute no desenvolvimento das cidades de toda a região (DRUMMOND, 1997).

Ao longo do século XX, a emigração foi uma constante para os novos pólos de desenvolvimento tecnológico e econômico do Vale Paraíba do Sul (Volta Redonda e São José dos Campos), principalmente após a abertura da Rodovia Presidente Dutra, acompanhando o eixo da Rede Ferroviária Federal. Paraty, por exemplo, teve sua população reduzida de 12.000 habitantes para menos de 4.000 até o início do século XX.

De acordo com o PM do PNSB, nesse mesmo século, a região sofreu uma série de ações governamentais de âmbito nacional, estadual e municipal, como a transformação de alguns municípios em estância turística, o tombamento de áreas rurais e urbanas, a criação de inúmeras unidades de conservação, inclusive o PNSB e, a construção de estradas como a Via Dutra na década de 1950 e a Rio-Santos, na década de 1970.

A construção da rodovia Rio-Santos, no final da década de 70, como uma alternativa para a congestionada Dutra, fomentou o turismo no litoral, rompendo com a estagnação econômica instalada até então, acarretando em grandes mudanças no uso e ocupação do solo e o crescimento do setor terciário na região do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

A região da Bocaina, deste então, vem sendo considerada de alto valor turístico devido à diversidade de paisagens de grande beleza natural, como praias, mangues, serras e cachoeiras, atraindo turistas da região sudeste e de todo Brasil. Atualmente, segundo o PM, a consolidação do PNSB é vital para garantir a sobrevivência dos grupos populacionais que vivem em seu entorno por dois motivos: primeiro porque ele exerce a função de reservatório de águas, alimentando tanto as bacias hidrográficas que drenam em direção ao litoral (Baía da Ilha Grande e litoral norte paulista), quanto aquelas que

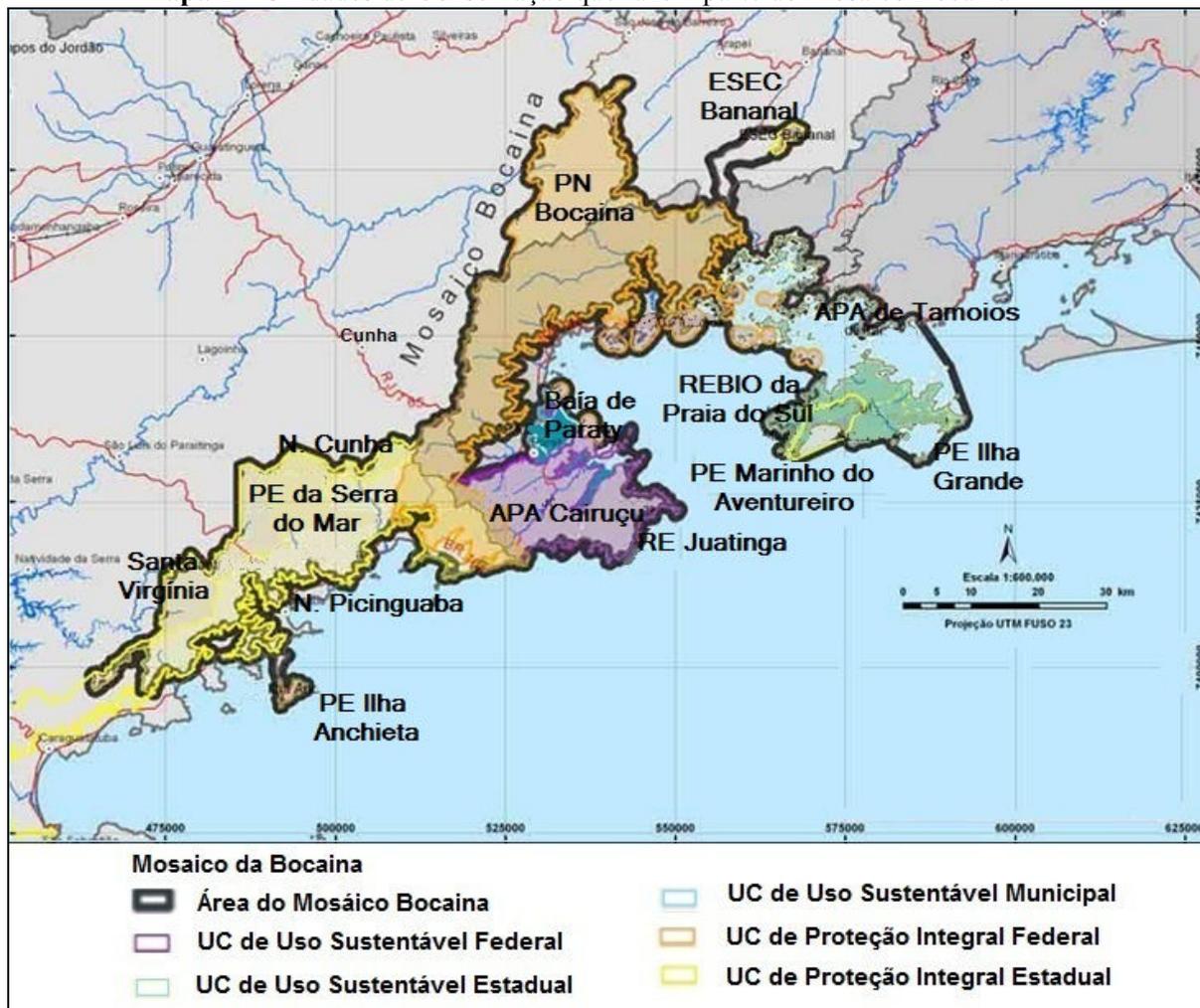
drenam para o Vale do Paraíba do Sul e, segundo, porque o Parque pode influenciar o desenvolvimento de toda a região para o turismo em suas diversas modalidades, destacando-se neste caso, as localidades de São José do Barreiro, Arapeí, Bananal, Areias e Paraty. Nos feriados prolongados, muitos turistas vão ao Parque em busca de cachoeiras, mirantes, trilhas e monumentos históricos.

O PNSB compõe o Mosaico Bocaina, criado pela Portaria MMA nº 349 de 11 de dezembro de 2006. Este é um mosaico terrestre-marinho situado no bioma Mata Atlântica, que abrange três unidades de conservação federais, seis estaduais e três municipais, localizadas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, formando o Corredor da Serra do Mar, juntamente com o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e com o Mosaico da Serra da Mantiqueira.

O Mosaico Bocaina situa-se no Vale do Paraíba, litoral sul do Rio de Janeiro e litoral norte de São Paulo, abrangendo uma área de 221.754 ha, nove municípios e dez unidades de conservação⁶¹, além de suas zonas de amortecimento (Mapa 2).

⁶¹ Federais: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios; Estaduais : Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Reserva Biológica da Praia do Sul, Área de Proteção Ambiental de Tamoios, Estação Ecológica de Bananal, Parque Estadual de Anchieta, Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleos Picinguaba, Cunha e Santa Virgínia); Municipais: Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty, Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá.

Mapa 2 – Unidades de Conservação que fazem parte do Mosaico Bocaina



Fonte: Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007.

Na região do Mosaico Bocaina as feições da natureza determinaram o curso da sua história e o desenvolvimento da sua gente, desde os povos indígenas, os caiçaras, os tropeiros, os caipiras, até os migrantes, e por fim, os turistas (LINO e ALBUQUERQUE, 2007).

4.1.2. Caracterização Socioeconômica da Região

A caracterização socioeconômica dos municípios fluminenses e do Vale do Paraíba do Sul foi elaborada a partir de uma base de dados disponível nos sites do IBGE e no Plano de Manejo do PNSB (2002).

A zona de influência do Parque Nacional da Serra da Bocaina abrange 17 municípios fluminenses e 16 paulistas, que vêm na conservação do PNSB uma questão

de extrema importância, uma vez que esta Unidade concentra grande parte das nascentes que fornecem ou podem fornecer água potável à população.

Os municípios de Angra dos Reis e Paraty se localizam na chamada região da Costa Verde e abrigam 61,9% da área do Parque (21,6% e 40,3%, respectivamente). Estes têm sua atividade econômica intimamente ligada ao comércio e à prestação de serviços, derivados principalmente do turismo, que representa mais da metade do PIB desses municípios. As atividades agrícolas compõem apenas uma pequena parte da economia da região, como o cultivo da banana, mandioca, maracujá, coco verde, palmito, entre outros.

Até a abertura da Rodovia Rio-Santos, a atividade econômica da região restringia-se à pesca e ao cultivo da banana, além da extração de palmito. Com a rodovia, vieram para Angra dos Reis a usina nuclear de Furnas Centrais Elétricas (Angra I) e o terminal portuário da Petrobrás (TEBIG), que rendem altos *royalties* para o município. A melhoria da infra-estrutura viária também expandiu a atividade imobiliária de segunda residência, que coloca sob pressão as finanças públicas municipais no que concerne a manutenção e ampliação da infra-estrutura urbana do município.

Paraty tem seu setor secundário menos desenvolvido do que Angra dos Reis, sendo a construção civil sua atividade principal, em função da construção de hotéis, pousadas e casas de veraneio, que respondem por 82% do total da indústria local.

No médio Paraíba do Sul também se destaca a intensa atividade industrial do eixo Volta Redonda/Resende/Barra Mansa. Estes municípios, apesar de não abrigarem áreas do PNSB, influenciam na qualidade atmosférica e hídrica da região, em função do deficiente controle ambiental dessas indústrias e das questões sociais decorrentes, como a expansão de favelas nas periferias dos centros urbanos. O setor industrial é constituído principalmente de indústrias/empresas siderúrgicas, como a CSN, metalúrgicas, químicas, alimentícias e de maquinário.

Além disso, a atividade turística nesta região vem se consolidando, já há muitos anos a partir do Parque Nacional do Itatiaia, principalmente nas localidades de Penedo, Mauá e Agulhas Negras.

Os municípios de São Paulo compõem 38,1% da área do Parque, estando a sede da UC no município de São José do Barreiro (SP). Este município abrange 18,3% da área do Parque, seguido de Ubatuba (12,7%), Cunha (4,5%) e Areias (2,4%).

Atualmente, grande parte do PIB dos municípios paulistas que abrangem a UC provém do setor de serviços, principalmente comércio, alojamento e alimentação. Ubatuba e Cunha, no entanto, possuem um pólo industrial com 42 indústrias de transformação cada, que representam 12,71% e 11,65% do PIB destes municípios, respectivamente.

A ausência de uma política agropecuária para a região, notadamente no Vale do Paraíba do Sul, tem intensificado o êxodo rural para as áreas urbanas na busca por melhores salários, escolas e assistência médica. Os municípios de São Paulo que mais têm sofrido com este êxodo rural são Areias, Silveiras, Bananal e São José do Barreiro.

4.2. Trindade e suas Especificidades

4.2.1. A Vila de Trindade: histórico de Ocupação e Caracterização

A ocupação de toda a Baía da Ilha Grande, onde também se situam os municípios de Paraty e a Vila de Trindade, se deve, em grande parte, à sua posição como ponto de partida para caminhos baseados em antigas trilhas indígenas, usados para vencer a Serra do Mar e atingir o interior. Estes caminhos avançaram até alcançar as regiões das minas e, assim, passaram a ser utilizados por grupos que levavam as riquezas minerais até os pontos de embarque (praias e margens de rios, e posteriormente, portos). Estes caminhos também eram usados para abastecer o interior do município de suprimentos (BARTHOLO, 2006).

A rota ligando Paraty até as minas nas regiões de São João Del Rei e Ouro Preto, formavam o denominado “Caminho Velho”. Após a abertura do “Caminho Novo”, ligando o centro da cidade do Rio de Janeiro a Ouro Preto (uma nova rota mais segura e curta para o percurso), no final do século XVII, postos de fiscalização ao longo do antigo Caminho foram estabelecidos pela Coroa portuguesa no intuito de controlar os contrabandos⁶².

Com a decadência do “Caminho Velho” a partir desse período, os investimentos em Paraty passaram a ser dirigidos à cana-de-açúcar e à fabricação da cachaça, que a tornaram maior produtora da bebida no período colonial (BARTHOLO, *op. cit.*).

Porém, a Baía da Ilha Grande manteve, até final do século XIX, sua importância como rota de passagem de produtos para os portos de Paraty e Mambucaba, destacando-se, neste momento, o açúcar e o café produzidos no Vale do Paraíba Paulista. No entanto, a construção da ferrovia, ligando as regiões cafeeiras de São Paulo ao Rio de Janeiro, no final daquele século, eliminou a importância dessa rota para o transporte do café, o que resultou em um período de declínio de toda a região, com significativa perda de população, empobrecimento e isolamento regional.

⁶² Disponível em: www.estradaareal.org.br. Acesso em 22 de dezembro de 2010.

Essa tendência de declínio populacional e isolamento, acentuada no caso de Paraty pela redução significativa do uso de seu porto, foi verificada a partir da segunda metade do século XIX em boa parte do litoral das regiões sudeste e sul. À medida que avançava a ocupação do interior, era alterado o padrão de ocupação da costa, caracterizado então por reduzidos núcleos populacionais, relativamente isolados. A limitada atividade econômica neste período se restringia à pesca, à lavoura de subsistência e ao extrativismo, também em função da precária comunicação entre Paraty e as outras cidades da região, que se limitou, durante um bom tempo, à ligação terrestre com Cunha e, marítima, com Angra dos Reis. Neste período eram também precárias as ligações entre os povoados do próprio município.

Mais tarde, a retomada do crescimento econômico em Paraty e em Trindade, assim como em todo esse litoral, só foi possível com a chegada das rodovias e vias de acesso e o interesse do turismo pela região, a partir do final da década de 70. Porém, as transformações decorrentes deste processo têm ocorrido em ritmo acelerado e sem planejamento adequado a partir de então.

A Trindade, foco da presente dissertação, pertence à Macro-Região Sul de Paraty, conjuntamente aos bairros de Patrimônio, Laranjeiras, Sono, Ponta de Juatinga e Campinho.

Esta localidade encontra-se a 22 km do centro de Paraty, seguindo pela BR-101 (Rodovia Rio-Santos), sentido São Paulo. O acesso se efetua a partir do trevo de Patrimônio, por mais 8 km pela PRT-101, popularmente conhecida como Morro do Deus-me-livre. Esta rodovia leva ao luxuoso condomínio de Laranjeiras, à praia do Sono e à Trindade (OLIVEIRA, 2005).

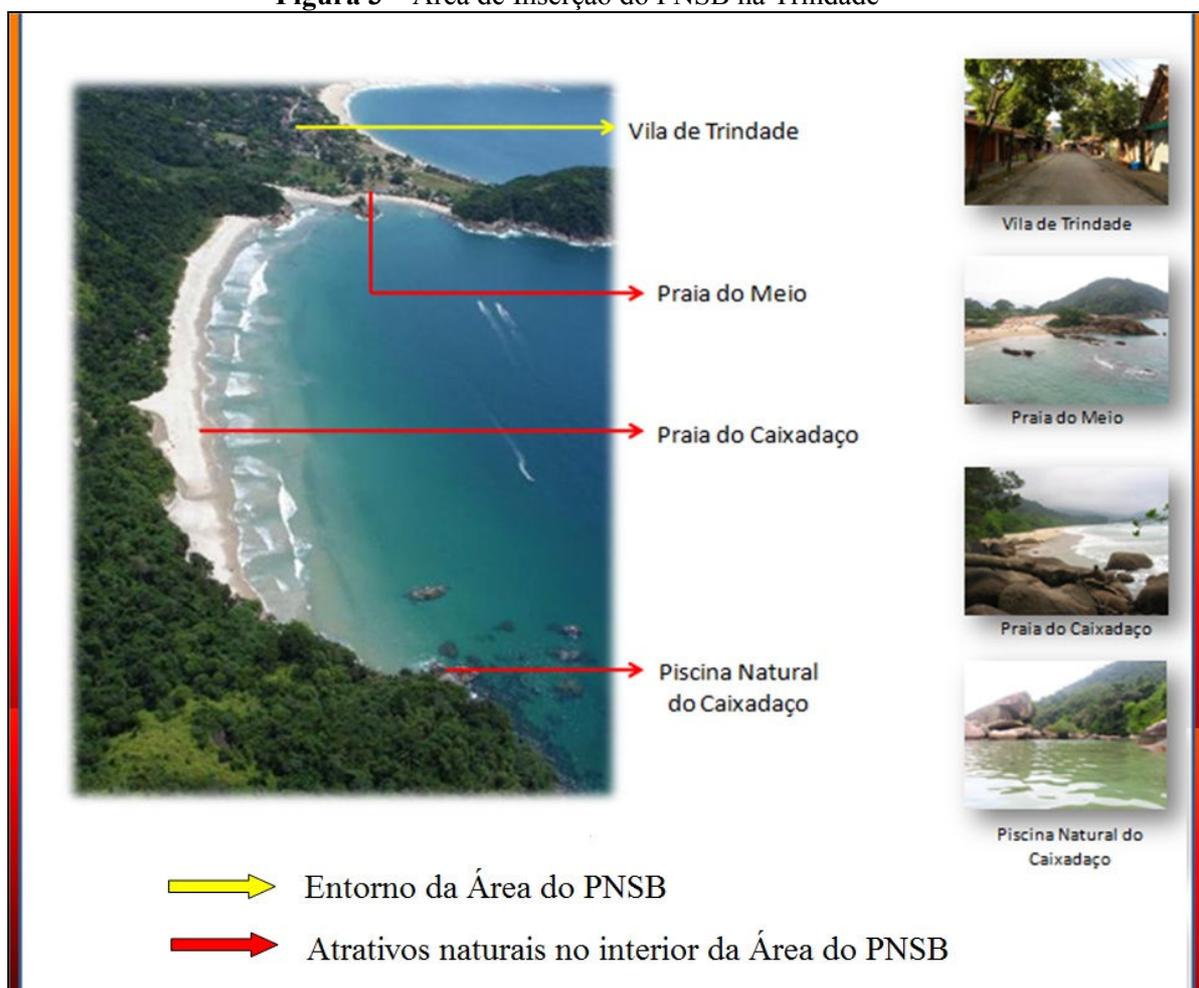
De acordo com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Trindade (2003):

... Trindade não é uma única praia, mas sim uma região com grande fluxo turístico e que apresenta praias com características semelhantes. São elas: Brava, Cepilho, Dos Ranchos (Fora), Do Meio, Caixadaço e Figueira. Todas elas apresentam considerável atratividade, graças a sua peculiar condição natural, caracterizada pela coloração esverdeada da água, temperatura agradável e vegetação atlântica em seus arredores. Por tudo isso, pode-se considerar tais praias entre as mais bonitas de Paraty, atraindo visitantes de todas as Macro-regiões do município.

Trindade encontra-se cercada pela Mata Atlântica, em parte no interior da Área de Preservação Ambiental de Cairuçu e do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Esta localidade possui cinco grandes atrativos naturais no entorno ou interior da área do Parque: as Praias Brava, dos Ranchos, do Meio, do Caixadaço e a Piscina Natural do Caixadaço, além das várias trilhas e cachoeiras, fatores que impulsionam um grande número de visitas nos feriados (Apêndice E). Porém, sua Vila de moradores encontra-se no entorno direto do Parque e no interior da APA.

Figura 3 – Área de Inserção do PNSB na Trindade



Fonte: Relatório da "Operação Verão" 2009, realizada em Trindade, pelo PNSB (ICMBio, 2009).
Montagem Isabel Dornelas.

Atualmente, a macro-região sul de Paraty, onde se localiza Trindade, apresenta grande desenvolvimento turístico, sendo a segunda região em número de unidades habitacionais, perfazendo um total de 869 leitos, o que corresponde a 14,19% dos leitos existentes em Paraty (PDDT, 2003).

Fazendo-se uma comparação entre o processo de desenvolvimento do turismo de Paraty e Trindade, é possível encontrar diferenças substanciais entre as duas localidades, já que na primeira predomina a busca pelo turismo cultural e, na segunda, a tríade sol, praias e mar. Tais diferenças atraem perfis distintos de turistas e variados investimentos em infra-estruturas de recepção adequados a esses perfis (PDDT, *op.cit.*).

É importante ressaltar que a Vila de Trindade, ao lado do Sono e Ponta Preta, figura como segundo atrativo à visita ao município, perdendo apenas para o centro histórico de Paraty (PDDT, *op.cit.*).

4.2.2. Resgatando a História do Turismo na Vila de Trindade

A história da vila de Trindade se associa à luta dos moradores para permanecerem no local. Tudo começou em 1970 quando o conjunto de seis praias, inserido na Mata Atlântica, conquistou a atenção de uma empresa multinacional⁶³. Esta pretendia construir na Vila um condomínio de luxo e passou a comprar terras dos nativos, muitas vezes mediante ameaça. Como muitos se recusaram a deixar suas casas, a empresa multinacional enviou para a área, jagunços armados, reclamando o direito de posse da terra, passando a destruir as poucas construções existentes, desabrigoando moradores (PEREIRA, 2001).

Em Laranjeiras, próximo à Trindade, a mesma multinacional construiria o luxuoso Condomínio de Laranjeiras, um dos mais exclusivos condomínios do país. Nessa região, ao contrário do que ocorreu na Vila, não houve uma luta pela terra (OLIVEIRA, 2005).

A população de Trindade conseguiu garantir o direito à terra na justiça⁶⁴, através da ajuda de alguns turistas que, apesar do isolamento, freqüentavam a Vila. Estes instruíram e apoiaram os moradores neste movimento, fortalecendo a divulgação da invasão da área nas mídias nacional e internacional, contando também com o apoio de um grande jurista⁶⁵. Foi devido a essa articulação entre visitantes e a população local que a Vila não foi substituída pelo empreendimento. Em 1981, foi estabelecido um

⁶³ BRASCAN.

⁶⁴ A partir desse momento a população local se organizou em uma Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade. Atualmente, a Associação tem como principais focos o turismo, devido a sua importância para a economia local, e a busca por investimentos em infra-estrutura urbana na vila. Além disso, a Associação é o canal de comunicação com os representantes do poder público.

⁶⁵ O Dr. Sobral Pinto, que atualmente dá nome à rua principal de Trindade.

acordo entre a multinacional e os habitantes locais, segundo o qual, grande parte das terras ainda permaneceria sob poder da primeira. Porém, além do direito a terra, os nativos conquistaram a garantia da liberdade de acesso às praias. Assim, qualquer empreendimento da multinacional não poderia privatizar espaços públicos, tampouco se diferenciar significativamente das construções locais, o que impediu a existência de mega-projetos na vila (OLIVEIRA, 2005.).

Somente após a construção do condomínio Laranjeiras foi implantada a PRT-101⁶⁶. Porém, tal via não foi asfaltada e se tornou conhecida como estrada do Morro do Deus-me-livre, devido às suas curvas sinuosas, declives e aclives, bem como ao fato de ser uma estrada intransponível em dias de chuva.

Em 1999, este trecho foi asfaltado por uma companhia telefônica que implantou uma espécie de subestação em Trindade. A pavimentação da estrada do Morro do Deus-me-livre e a chegada da telefonia à Vila, além de beneficiarem os moradores, contribuíram para o aumento considerável do fluxo de visitantes.

O aumento do fluxo turístico teve como consequência a atração de empreendedores de diversas localidades, direta ou indiretamente relacionados ao turismo. Assim, como enfatiza Pereira (2001) as casas de veraneio, pousadas, restaurantes e bares, construídas de modo desorganizado, “*concorreram com as práticas comerciais dos nativos, aumentando o impacto de desordem social já bastante grave entre os nativos e novos residentes lá estabelecidos*”.

Neste percurso, Oliveira (2005) afirma que grande parte da população da Vila de Trindade, assim como diversas áreas do município de Paraty, vem sofrendo um processo de marginalização resultante do “*desenvolvimento*” proporcionado pelo turismo.

Neste contexto vale a pena ressaltar a reflexão de Viana (1999) que menciona que, para o caiçara de Paraty a chegada da Rio-Santos, nos anos 70, significou o começo da era do “*des-envolvimento*”, entendido como antítese de envolvimento. O autor afirma que, até então, as populações caiçaras tinham uma vida muito adaptada às características das florestas, rios e mares das suas regiões, constituindo uma vida intensamente envolvida com a natureza:

⁶⁶ O acesso a Trindade, ao luxuoso condomínio de Laranjeiras, à praia do Sono, se faz ao chegar ao trevo de Patrimônio, em Paraty, por mais 8 km pela PRT-101, popularmente conhecida como Morro do Deus-me-livre.

Era uma vida intensamente envolvida com a natureza. Logo pela manhã, às 4 ou 5 da madrugada, dependendo da maré e da lua, saía-se para pescar ou mariscar. No meio da manhã, depois do café, trabalhava-se na roça. Depois do almoço era hora de pescar ou continuar o trabalho na roça. Dependendo do dia, era a vez de fazer farinha; ir à mata retirar madeira para fazer canoa, remo, etc; sair para caçar e colher plantas medicinais; ou organizar atividades culturais tradicionais. Era um calendário de atividades muito intenso, de muito trabalho, desconhecido pela maior parte das pessoas dos centros urbanos. Com a chegada da Rio-Santos, chegou o des-envolvimento. O caçara, assediado por turistas deslumbrados pela pureza e beleza de suas terras, não resistiu à tentação e trocou seus terrenos por um “monte de dinheiro”. Depois de alguns anos na cidade, o dinheiro se mostrou pouco e fugaz, e chegou a dor da fome, a tristeza da pobreza, a angústia da prostituição e marginalização dos filhos, e a saudade da terra natal. Chegou também o conhecimento sobre o que era des-envolver (VIANA, 1999, p. 7).

O autor enfatiza que “*des-envolver*” para as populações tradicionais significa perder o envolvimento econômico, cultural, social, ecológico com os ecossistemas e seus recursos naturais e que juntamente com o envolvimento, perde-se ainda o saber e, com ele, o conhecimento dos sistemas tradicionais de manejo que, ao contrário do que normalmente se pensa, podem conservar os ecossistemas naturais de forma mais efetiva do que os sistemas técnicos convencionais.

4.2.3. A Gestão do PNSB na Região

O maior problema enfrentado pela administração do PNSB, desde sua criação até os dias atuais, assim como ocorre em vários outros Parques Nacionais Brasileiros, diz respeito às questões fundiárias (DRUMMOND, 1997b). O autor afirma que o desenho original do PNSB era ambicioso, não apenas em tamanho, mas em termos de ecossistemas abrangidos. A pretensão era de preservar uma faixa contínua que ia do mar aos picos da Serra do Mar, incluindo uma ilha oceânica, recifes, penhascos, praias, mangues, estuários, planícies, encostas e montanhas. Porém, logo no início do trabalho de identificação das terras do Parque, o antigo IBDF entendeu que os custos de desapropriação não seriam compatíveis com o esperado, principalmente junto às praias, áreas mais valorizadas no mercado imobiliário. Assim, os limites do PNSB foram redefinidos, com o objetivo de excluir nove mil, das dez mil pessoas residentes nos seus

limites originais (DRUMMOND, *op. cit.*). O autor conclui, portanto, que houve uma profunda adaptação do Parque à realidade fundiária local, apesar de ainda existirem sérios problemas relacionados a essa questão.

Drummond (1997b) concorda com dois especialistas em Parques Nacionais (PÁDUA e AUDI, 1984) que consideraram o PNSB como o Parque Nacional mais difícil de ser consolidado, principalmente devido aos altos valores de suas terras. E afirma que com a sua área consolidada, o PNSB pode proteger sozinho mais território que todos os outros Parques fluminenses somados.

Assim, dados do Plano de Manejo (2002) também destacam que os maiores problemas enfrentados no processo de administração da área se referem à questão fundiária, e às diversas atividades econômicas desenvolvidas irregularmente pelas pessoas que residem no interior do Parque, como a criação de animais domésticos, o cultivo do milho e da banana, lavouras de subsistência de culturas tradicionais e caseiros de segunda residência. Além destes, constituem a maior preocupação da equipe técnica do PNSB a extração irregular do palmito e espécies ornamentais, a destruição da mata ciliar, a caça, o uso das estradas e trilhas e a expansão urbana em função do turismo.

Para a administração da UC a Trindade é uma das áreas focais que mais tem exigido a atenção da equipe técnica do Parque, apesar de mais de 30 anos de ausência dessa equipe na região. Isto porque, apesar de ser uma área muito pequena, comparada com toda a área do Parque, possui uma visibilidade muito grande. Assim, é ali onde a administração do PNSB está procurando ganhar visibilidade para as ações planejadas e, assim, se fortalecer para começar a trabalhar nas outras áreas da UC. Em Trindade, Paraty e Cunha está sendo bastante intenso o trabalho na articulação política da gestão do PNSB com o Ministério do Turismo e o governo do Estado (BRASIL, 2002).

Para atingir os objetivos da gestão de ordenamento do turismo e envolvimento da população local no processo de implementação do Parque, está em andamento o projeto “Nova Imagem”. Este é um projeto que tem por finalidade a consolidação do Parque, em alguns pontos, incluindo Trindade, até 2011, quando será comemorado o aniversário de 40 anos do Parque.

Para a administração do PNSB o turismo é muito bem vindo em todos os Parques, mas se planejado em harmonia com a natureza, já que o objetivo principal de um Parque Nacional é a proteção da natureza. Esta percepção é ilustrada pelo depoimento a seguir:

O turismo é um objetivo secundário e muito bem vindo. O ecoturismo é um aliado na conservação. É possível sensibilizar as pessoas, mostrar o valor de um Parque Nacional para quem está visitando, dar retorno econômico para a comunidade que está recebendo. São várias funções excelentes para a conservação, mas tomando-se os cuidados necessários (Chefe do PNSB).

Por meio do Plano de Manejo (2002) também é possível perceber que ocorrem na região interesses de grandes empresas que objetivam instalar hotéis, pousadas e restaurantes, e que disputam as terras com a população local. A especulação imobiliária existente vem pressionando os habitantes locais para o interior da floresta. Além disso, houve, e ainda há, sérios problemas ligados à disputa de terras na região.

Além disso, a população excessiva que visita o lugar nos feriados prolongados e férias escolares vem preocupando a administração da UC e a população local. É possível encontrar esta análise no Plano de Manejo do PNSB, que aponta a necessidade de estudos capazes de guiar o desenvolvimento e o planejamento do turismo por caminhos sustentáveis, no futuro (BRASIL, 2002).

Drummond (1997b) também discute, com relação à visitação no interior do PNSB, que a administração sequer tem um controle efetivo ou uma contagem oficial de visitantes, além de contar com uma infra-estrutura precária para receber os visitantes, embora esteja localizado em uma área de grande movimento turístico. Esse é o cenário encontrado em Trindade atualmente.

5. Resultados da Pesquisa

5.1. A Leitura Local Sobre Turismo, Qualidade de Vida e Proteção da Natureza

Para entender e refletir sobre o desenvolvimento do ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina, com foco na Trindade, são apresentados e discutidos, a seguir, os resultados da pesquisa de campo. O roteiro de entrevista utilizado para a coleta dos dados se baseou em cinco eixos principais de análise, conforme descrito no capítulo “Caminho Metodológico da Pesquisa”: a) o turismo em Trindade (as transformações trazidas para o dia-a-dia da população e suas limitações e potencialidades); b) a relação do turismo com qualidade de vida; c) a relação de Trindade com o PNSB; d) a relação do turismo com a proteção da natureza no Parque; e e) o significado do Parque para o turismo.

a) Interpretando o turismo em Trindade

A partir da segunda metade do século XIX, a Vila de Trindade sofreu forte declínio populacional e relativo isolamento, em decorrência da diminuição do uso do porto de Paraty (cuja principal função era o escoamento do café produzido no Vale do Paraíba Paulista)⁶⁷. No entanto, após um longo período de estagnação econômica, o turismo na Trindade passou a ser fortemente impulsionado na década de 70, através da abertura da rodovia Rio-Santos.

É importante mencionar ainda que, em Paraty, a limitada atividade econômica neste período (da segunda metade do século XIX até meados da década de 70) se restringia à pesca, à lavoura de subsistência e ao extrativismo, em função da precária comunicação entre o município e as demais cidades da região, e das precárias vias de ligação entre os povoados de Paraty, neles incluída Trindade. Sendo assim, a retomada do crescimento econômico em Paraty (e em Trindade), assim como em todo o litoral do Estado do Rio de Janeiro, só foi possível com a chegada das rodovias e vias de acesso a

⁶⁷ Tais fatos também podem ser percebidos em boa parte do litoral das regiões sul e sudeste.

estas localidades no final da década de 70 e, o consequente crescimento do interesse dos turistas pela região, como descrito a seguir:

A gente começou aqui de um jeito que não existia turismo, e aí na década de 70, com a abertura da Rio-Santos, começou a vir pessoas e, a partir desse tempo, com cada vez mais frequência as pessoas vinham pra cá e com muita dificuldade (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Outro importante marco para o turismo em Trindade foi o asfalto da estrada de acesso a Vila, conhecida como Morro do Deus-me-livre⁶⁸. Os atores locais destacam que o desenvolvimento do turismo nessa localidade sofreu grandes transformações em um curto espaço de tempo, seguindo duas fases: “antes do asfalto” e “depois do asfalto”, inaugurado em 1999. Os depoimentos a seguir ilustram esta história:

Na verdade eu conheço pouco essa coisa de antes do turismo. Eu tenho muito na cabeça antes do asfalto e depois do asfalto. O que acaba sendo um marco de turismo mais forte (Entrevistado F – pousadeiro).

O asfalto foi inaugurado dia 6 de setembro de 99, aí se definiu a situação como turismo mesmo e não tem como mudar isso (Entrevistado C – presidente da AMOT).

De 95 a 2000, e depois de 2000 com a chegada da estrada, aconteceu uma mudança brutal. Trindade não estava preparada, essa é a verdade (Entrevistado E – pousadeiro).

O turismo começou quando abriu a estrada. Antigamente, a gente vinha de manhã, de madrugada, com as cargas na cabeça. E subia o Deus me Livre que não era ali não, era lá pra baixo, no meio do mato, numa estrada que chama Sete Voltas (Entrevistada B – dona de casa).

A medida que o turismo se desenvolvia, “a intenção das pessoas que trabalham com pesca e com roça foi mudando pro turismo” (Entrevistado D – pescador). Para os moradores da Vila de Trindade este processo de aumento dos turistas na localidade, em função da Rio-Santos e do asfalto, desencadeou “uma maior preocupação com a infraestrutura turística do local”. E, a partir de então “as pousadas foram melhorando e o turismo como um todo está bem melhor” (Entrevistado D – pescador).

A partir da melhoria de infra-estrutura das pousadas e de uma maior preocupação com a infra-estrutura turística do local, ocorreu uma forte transformação

⁶⁸ Rodovia PRT-101

no perfil do turista que busca Trindade como destino. Para os moradores de Trindade, se antes eram os “hippies” que frequentavam a Vila, após essas melhorias, a grande parte dos turistas passou a ser de “paulistas” de classe média em busca de sol, praia e contato com a natureza.

É interessante ressaltar que a população local reconhece os “hippies”, os então chamados “cabeludos”, como os primeiros turistas na Vila. Para os mais antigos, até os dias atuais, os turistas são os “cabeludos”, em menção ao estilo desse primeiro grupo que passou a frequentar a Trindade, ainda nas décadas de 1970 e 1980. Os moradores da Vila afirmam que até que o Morro do Deus-me-livre fosse asfaltado, a localidade recebia turistas somente na época do verão, e esse fluxo não era suficiente para que a maioria dos moradores pudesse viver exclusivamente do turismo, como ocorre atualmente. Essa fase da história está bem representada na seguinte fala:

A Trindade só tinha um bar, perto do restaurante Brancas, e era do meu pai, e começou a vir os hippie, foi o primeiro turista da Trindade. Quando eu vejo o John Lenon eu lembro deles, porque eles eram iguais. Cabeludo. Se você pergunta pro meu tio quem são vocês, vocês duas, ele fala que são cabeludas. Desde que os hippies começaram a entrar aqui e eles eram cabeludos, o turista passou a ser cabeludo. Com o tempo a gente passou a chamar de bicho-grilo, eu nem falo bicho-grilo mais, mas era o cara que vinha curtir o baseado aqui, isso a partir dos anos 80, e a estrada ainda era de terra e qualquer chuvinha que dava ninguém saía da Trindade, por isso o nome Deus me Livre. Então eles acampavam na praia. Acabava o verão, acabava o turismo (Entrevistado C – presidente da AMOT).

É possível perceber em outros relatos que a população local considera a mudança no perfil do turista (dos “hippies” para os “paulistas” de classe média em busca de sol, praia e mar) como positiva, já que, atualmente, são estes os turistas que visitam a Trindade com maior frequência e que geram maiores benefícios econômicos para a localidade, como ilustrado abaixo:

O perfil do turista tá melhor do que antigamente, as pousadas estão melhores e o turismo como um todo está melhor (Entrevistado F – pousadeiro).

Na baixa temporada sempre veio pouca gente mesmo, mas hoje na baixa temporada você ainda consegue se manter pelo menos. Antigamente não, coisa de 10 anos atrás não tinha como, você tinha que procurar alguma coisa pra fazer, para tentar encontrar outra fonte de renda, mas isso tá mudando (Entrevistado E – pousadeiro).

No Plano de Desenvolvimento Turístico de Trindade (PDDT, 2003) está apresentada uma comparação entre o processo de desenvolvimento do turismo em Paraty e em Trindade e o documento afirma que há diferenças substanciais entre as duas localidades, em função do perfil dos turistas que cada uma recebe, atualmente. Se em Paraty predomina a busca pelo turismo cultural, na Trindade predomina a tríade sol, praias e mar. Apesar desta diferença, o PDTT (2003) também destaca que a Trindade ao lado das praias do Sono e da Ponta Negra, figura como segundo atrativo à visita ao município, perdendo apenas para o centro histórico de Paraty.

Diante deste contexto, para os moradores locais, o aumento no número de turistas, desde a década de 1970, e mais fortemente após a década de 1990, trouxe tanto benefícios quanto prejuízos para a localidade. Porém, é evidente a dependência da população local dessa fonte de renda. Mesmo quando os moradores se classificam como pescadores ou roceiros, afirmam também trabalhar com o turismo nos meses de alta temporada. Dentre as atividades relacionadas com o turismo eles mencionam a transformação de seus barcos de pesca em barcos de passeio, ou, simplesmente, a cessão de seus quintais para camping. Os depoimentos a seguir ilustram a dependência da população local com relação ao turismo:

Mas nós dependemos desse turista que vem pra cá, é a hora que a gente tem que trabalhar, nós da Trindade sabemos que a nossa dependência é do turismo, quando não tem turismo a gente vive até um baixo astral, a gente fica mal. Se tem turismo alivia tudo, por que nós dependemos dele (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Hoje a maioria do pescado é vendido pro turista, nos intervalos a gente leva os turistas pras praias (Entrevistado D – pescador).

E a gente vevi assim, de vez em quando vem uns turistas e fica aqui em casa também, acampado. Eu não tenho camping, eu tenho um quintal, mas eles ficam, eu tenho muito amigo, muita amizade, que fica aqui. Os caras que traz presente, traz camisa, traz sapato, traz meia, traz o diabo a quatro (Entrevistado A - trabalhador rural).

Apesar da menção freqüente do aumento no número de turistas como um ponto positivo do processo, (já que proporciona geração de renda para a população local), inúmeras preocupações também foram mencionadas com relação aos impactos negativos do turismo.

Através de alguns relatos fica evidente a preocupação com relação aos diversos problemas (reais e/ou potenciais), gerados em decorrência do desenvolvimento turístico:

...a vida depois do turismo melhorou, mas é claro que ele traz malefícios diversos. Muita gente acha que é bom porque traz dinheiro, mas também tem uma série de malefícios pra comunidade (Entrevistado F – pousadeiro).

Esses atores apontam que os maiores problemas ocorrem em consequência da superlotação da Vila em períodos de alta temporada, como natal, *réveillon*, carnaval e semana santa. Dentre as principais preocupações são mencionadas o aumento do lixo e do esgoto; a contaminação e degradação das matas, cachoeiras e praias; a violência; o barulho; as drogas; e o trânsito. Um dos interlocutores locais afirma que:

“no dia de *réveillon* é como se você estivesse no centro do Rio, como se você estivesse no centro de São Paulo, é gente que não acaba mais, é um formigueiro, aí falta estrutura de entretenimento, segurança, guardas, o trânsito vira uma loucura... é possível encontrar pessoas dormindo em carros na rua” (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Os depoimentos abaixo ilustram também essas consequências negativas do turismo percebidas nos meses de alta temporada e de superlotação da Vila, mesmo que seja reconhecida a dependência econômica da localidade com relação ao turismo:

Um dia normal pra gente aqui na Trindade sai um caminhão de lixo, em um dia de feriado sai em torno de 10 caminhões de lixo por dia. Então, é uma situação 10 vezes pior do que você encontra em um dia normal, foge até do controle da gente. Sujeira nas matas, a nossa cachoeira, as nossas praias, viram um depósito, um aterro sanitário, sem contar o nosso rio, a parte de esgoto. Então são pontos que o turismo vai trazer, são pessoas que têm que ter as necessidades atendidas. Mas nós dependemos desse turista que vem pra cá, então essa é a hora que a gente tem que trabalhar (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Tem vez que a coisa aqui fica feia, muita bebedeira, muito palavrão, muita porcaria. Eu não saio muito, mas eu manjo a coisa (Entrevistado A - trabalhador rural).

Além das consequências da superlotação, uma série de mudanças no dia-a-dia da população também foi citada pelos moradores locais como pontos negativos do atual modelo de desenvolvimento do turismo na Vila, principalmente com relação à cultura local e ao “jeito de ser” das pessoas, como discutido abaixo:

Mudou muito a postura das pessoas com as pessoas daqui mesmo, antes eram mais chegadas uns dos outros, tinham mais tempo pra conversar, todo mundo se conhecia, houve uma mudança de hábito das pessoas aqui mesmo (Entrevistado D – pescador).

Uma das mudanças negativas reconhecidas relacionadas à cultura local diz respeito à maneira de falar do trindadeiro. Estes destacam que, se antigamente o modo de falar se igualava ao dos moradores de Paraty, atualmente se assemelha muito mais ao modo de falar de São Paulo, já que a grande maioria dos turistas que procura a Vila é oriunda desse Estado, como descrito a seguir:

Lógico que mudou muito nossa cultura, porque hoje você chega aqui e nem se fala mais como se falava antigamente. A gente puxava muito pro lado de Paraty, como se fala em Paraty, e a gente fala igual paulista hoje, porque é o nosso turista. 90% dos turistas são paulistas (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Tal interpretação por parte dos trindadeiros pode indicar o receio de perda de suas raízes culturais, já que, atualmente, estes são influenciados pelo modo de vida da maior cidade do país.

Outros aspectos da cultura que também sofrem influência dos visitantes e que já estão sendo abandonados são a roça e a pesca. É importante ressaltar que a falta de tempo para a prática de tais atividades tradicionais, em função do trabalho com o turismo, é entendida como um fator negativo à dinâmica local, assim como a falta de tempo para “viver em comunidade”:

A vida antes do turismo era roça, as pessoas se dedicavam à roça, pra plantar, e à pesca, e o tempo todo as pessoas muito próximas umas das outras. Conversava-se muito, a vida era bem pacata. Hoje na Trindade as pessoas vivem em torno do turismo, então mal tem tempo pra conversar e pra fazer atividade de roça mesmo, ou pra pescaria, são poucas pessoas hoje que estão pescando (Entrevistado D – pescador).

Sendo assim, o aumento da renda através do turismo e as transformações ocorridas no cotidiano desta população, tendem a gerar mudanças significativas no modo de vida local e até mesmo no “jeito de ser” das pessoas, com a possibilidade de marginalização das atividades tradicionais. Tais mudanças no cotidiano dos moradores de Trindade tendem a gerar problemas relacionados ao sentimento de pertencimento ao grupo e, conseqüentemente, ligados à própria identidade de cada ator social.

Tais mudanças ocasionadas pelo turismo no dia-a-dia da população se devem, em grande parte, à necessidade de atendimento aos costumes e desejos dos turistas, e à necessidade dos atores locais em competir com os investidores oriundos de cidades maiores. Sendo assim, os trindadeiros se vêem obrigados a adequar suas práticas cotidianas às demandas dos turistas e a reformar seus empreendimentos para melhor recebê-los, como descrito a seguir:

...muitas coisas exigem que você mude, porque, vamos falar mesmo do turismo, às vezes a gente chega em casa e olha determinadas coisas e fala: poxa, chegou uma família em Trindade hoje que construiu uma pousada, a pessoa veio de uma cidade grande e fez uma pousada e a gente vê que ele faz as coisas diferentes, não tem galinha no quintal, que não tem pato no quintal, que não tem tal planta, que não tem tal árvore caindo folha, algumas coisas que a gente não imaginaria que poderia trazer problema pra você atender um bom turismo. O pessoal não gosta de ver cachorro no quintal, a pessoa não gosta de ver galinha no quintal, então o próprio turismo faz com que as pessoas, querendo receber melhor o turista, evacue cada vez mais seu quintal, a coisa que ele sempre fazia, que era criar galinha solta. A parte mesmo de segurança, porque ninguém antes tinha cerca ou muro de tijolo e hoje está tendo, porque vem o cara que fechou e disse que é mais seguro, então essas coisas mudam muito alguns hábitos (Entrevistado D – pescador).

Com relação às mudanças nos hábitos dos trindadeiros, estes explicam que até mesmo o modo de pescar sofreu alterações ao longo dos anos, em função de uma maior interação com modos de vida exógenos e distintos. A população local relata que, atualmente, não se vê mais pessoas indo ao cerco de pesca remando, e que essa prática foi substituída pelo barco a motor. Os moradores locais avaliam esta mudança como positiva por proporcionar aos pescadores maior facilidade de deslocamento, permitindo que eles possam ir ao cerco mais vezes por dia e trazer mais peixes, por viagem. Por outro lado, ironicamente avaliam esta mudança como negativa, por descaracterizar uma das principais atividades tradicionais da população. Essa mudança é marcada pelas lembranças dos moradores de quando seus parentes ainda freqüentavam o cerco de canoa:

Eu lembro que quando eu era moleque, eu ia visitar o cerco com o meu avô, sentado em uma canoa, ia remando daqui até lá, e isso a gente não vê mais acontecer (Entrevistado F – pousadeiro).

A gente hoje vai no cerco de barco, o cerco de pesca hoje está um pouco longe da costeira, da praia, facilitou para o caíçara, só que

antigamente a gente ia de canoa, e não reclamava. Então o que é o melhor? Você indo de barco você perde a genuinidade local, isso é melhor? Não sei (Entrevistado E – pousadeiro).

Outra perda com relação à cultura local, avaliada pela população como ponto negativo resultante do crescimento do turismo, é a descaracterização das festas populares, como a Folia de Reis. Apesar desta comemoração ainda existir todos os anos, ela já não se traduz pelo que representava antes da chegada da luz elétrica, do turismo e do contato com outras culturas. O seguinte relato ilustra esta percepção:

O Reis era uma coisa que todo ano, todas as casas eram visitadas. Só que tem um refrão no Reis que é “Acendei a vossa luz, vossa casa clareou”. Mas antes ficava tudo escuro e aí quando cantava essa parte da música o proprietário acedia a luz, em respeito ao pessoal que estava tocando, para mostrar que acordou e que iria recebê-los, porque o Reis acontece de madrugada. Hoje não tem muito sentido isso. Você entra aqui na minha casa e vai estar toda acesa, você entra no vizinho e tem um camping. Mas o pessoal é guerreiro, faz todo ano. Mas acontece muito isso, então a cultura está perdendo um pouco. E essa perda não é boa (Entrevistado F – pousadeiro).

Ainda com relação às transformações ocorridas no dia-a-dia da população local após um maior desenvolvimento do turismo, a própria mudança nos hábitos alimentares é sentida e mencionada como uma influência direta do turismo. Se antes a base da alimentação era o peixe, a farinha, a caça e o que era colhido na roça, atualmente já não existe uma diferença clara entre o que se come na Trindade ou em qualquer outra cidade da região sudeste do Brasil. Conforme os depoimentos abaixo, mais uma vez o fator “falta de tempo” aparece como consequência da atividade turística, ocasionando perdas com relação à cultura local:

Há uns 30 anos atrás o trindadeiro vivia só da caça, do peixe, da roça, em Paraty ia buscar um óleo, um sabão, e era só. Porque farinha era aqui, peixe, banana, era isso que ele comia. Quando ele começou a viver o turismo, ele começou a comer arroz e feijão, o que vocês comem. Eu vou comer diferente do que vocês comem? Eu não tenho tempo mais, eu tenho que trabalhar pra vocês, porque é de vocês que eu ganho, então passamos a comer o que fica fácil. Se você pega o meu tio, ele só come peixe, e ele só come na água e sal, duvido que vocês comem peixe na água e sal, porque não tem sabor, mas pra ele tem. Sabe quantos anos ele tem? 95. Eu não, eu só como peixe, mas só como frito. A alimentação muda, tudo vai mudando, o turismo entrou, o dinheiro entrou e o dinheiro muda tudo (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Eu lembro de quando eu era criança que café da manhã era na casa da minha avó, todo mundo reunido, banana cozida, aipim, peixe frito, café, farinha, de vez em quando a gente comia um biscoito, comia um pão, mas depois do turismo com certeza muita coisa mudou. Da década de 90 pra cá aconteceu uma transformação geral na Trindade. (Entrevistado E – pousadeiro).

Como enfatizado por todos os entrevistados, os problemas ligados ao enfraquecimento da cultura local atingem diretamente as crianças e os jovens. Os entrevistados da pesquisa afirmam que a criança da Trindade já não deseja as mesmas coisas que estes desejavam em sua infância, e que isso se deve ao contato com um maior número de crianças oriundas das cidades grandes. Os brinquedos e brincadeiras são citados como um exemplo dessa mudança:

Eu lembro que quando eu era moleque a maioria dos nossos brinquedos eram improvisados, fabricados aqui, a gente fazia barquinho de pita, de manacarú, brinquedo de latinha. Hoje não, com essa vinda do turismo, o moleque conhece mais e tem mais condições, mais renda, e ele quer é Playstation. Então está mudando. Essa coisa do turismo muda bastante, é gritante (Entrevistado F – pousadeiro).

Um maior envolvimento dos jovens da Trindade com as drogas também é mencionado como uma consequência negativa desse contato mais frequente com as pessoas de fora:

Eu tenho uma preocupação com essa criançada da Trindade, porque a Trindade tem envolvimento com droga, por incrível que pareça. Um lugar pequeno atravessar um problema assim é esquisito, mas tem (Entrevistado C – presidente da AMOT).

... tá aparecendo muita coisa que a gente fica agoniado, as droga (Entrevistada B – dona de casa).

Diante deste cenário de descaracterização das atividades tradicionais e mudanças no cotidiano da população local, o turismo na Trindade é entendido por uma entrevistada como “muito pouco cultural”. Contudo, para alguns atores locais, a cultura e as práticas tradicionais poderiam servir, inclusive, de incremento e atrativo para o turismo:

Houve mesmo um massacre cultural, praticamente, e o que eles querem é essa coisa da economia turística mesmo, pousada, restaurante, vender cervejinha. O turismo cultural mesmo é muito deficiente... porque o turismo de fora vem, massacra, e a comunidade,

com toda a sua cultura, com todo o seu conhecimento, que é uma coisa até interessante pro turista, não é valorizado, ninguém fortalece (Entrevistada G – educadora ambiental).

...eu tenho grandes esperanças de que a gente consiga manter a nossa cultura, que eu acho que é muito importante, e é um atrativo. Uma vila caiçara não pode deixar nunca de ser uma vila caiçara e ser só uma vila que tem uma praia bonita, e montanhas, e bichos, e mar, e a essência mesmo que é o povo, que é muito importante, pra mostrar também pras pessoas que pode ser um ponto turístico, que isso não se acabe (Entrevistado D – pescador).

A partir do contexto descrito, os próprios entrevistados passaram a delinear algumas características que ainda os faz sentir inseridos na cultura caiçara⁶⁹ e a discutir a importância de proteção e valorização dessa cultura.

Apesar desse tema (cultura caiçara) não ter sido incluído, inicialmente, como um eixo de análise, emergiu de forma recorrente nas entrevistas e, portanto, merece ser analisado, uma vez que é carregado de significação para a população local.

Importante ressaltar que a população caiçara⁷⁰ desenvolveu, ao longo de séculos, uma cultura muito vasta que incorpora elementos de agricultura, pesca, compadrio, novenas, folias, mutirões, entre outros hábitos (MUSSOLINI, 1980). Como discutido por Marcílio (2006, p. 41) a organização interna da “*economia rústica do caiçara*” é baseada na família, considerada “*a unidade básica e vital da existência*” e, ao mesmo tempo, “*grupo de reprodução, grupo de trabalho e grupo de produção e consumo*”. Durhan (1973), se referindo à questão da terra, discute que esta “*não é apenas um meio*

⁶⁹ Para Diegues (1988) a população caiçara, de um modo geral, é formada por indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e sul do Rio de Janeiro. Para o autor, “caiçara” é a expressão da mestiçagem da população brasileira entre portugueses, índios e, posteriormente, negros africanos.

⁷⁰ Para Diegues (2004), os caiçaras podem ser definidos como população tradicional, por se enquadrarem na gama de características que, para ele, definem as populações tradicionais. São elas:

- 1) Conhecimento da natureza e seus ciclos, o que resulta em formas de manejo e uso dos recursos, reduzindo o impacto sobre o meio ambiente;
- 2) O conhecimento é transmitido de geração em geração por meio da oralidade;
- 3) Existe uma idéia de território ou espaço no qual o grupo se reproduz entre si e economicamente;
- 4) Os grupos estabelecem formas de habitação e ocupação do território por gerações, mesmo sendo a mobilidade um elemento presente na sua cultura;
- 5) A atividade de subsistência é um elemento presente, mesmo existindo uma relação de compra e venda de produtos;
- 6) A unidade familiar é um elemento fundante da cultura;
- 7) As relações de parentesco e compadrio estabelecem os parâmetros das atividades socioeconômicas e culturais.
- 8) O trabalho artesanal é presente. O artesão juntamente ou não com sua família, domina o processo produtivo até a etapa final.
- 9) E por fim, as populações tradicionais se caracterizam pela auto-identificação como tais ou pela identificação dos outros de pertencerem a uma cultura diferenciada.

de produção, mas também um meio de definição social, o ponto de partida do status. Por isso mesmo, ela é a principal fonte de tensões e conflitos”.

Diegues (2004) afirma que a dinâmica social caiçara é caracterizada, desde os seus primórdios, pelo processo de migração entre os litorais do sudeste e do sul bem como para o meio urbano nas épocas dos grandes ciclos econômicos da costa sul fluminense e norte paulista. E que as atividades tradicionais eram abandonadas em favor de outras.

Sendo assim, a produção de subsistência é substituída pela necessidade de produção para o mercado ou mesmo por outras atividades que supram a necessidade do dinheiro. No caso dos caiçaras, o turismo e seus desdobramentos, como aluguel de camping, preparo de refeições, venda de bebida, entre outros, passa a substituir atividades mais tradicionais. E isso é o que se percebe na Trindade.

Na Trindade, apesar dos atores locais entenderem que houve descaracterização da cultura local após o crescimento desordenado do turismo, é unânime a percepção desses atores de que “ainda existe na Trindade traços da cultura caiçara e modos de vida caiçara” (Entrevistado D – pescador).

Além disso, a localização geográfica da Vila também é apontada como um fator para se caracterizar tal comunidade como caiçara. Dentre as atividades desenvolvidas, a pesca é apontada como a principal base dessa cultura. Sendo assim, a própria população da Trindade identifica várias das características discutidas pelos autores anteriormente apresentados, como básicas para compor a cultura caiçara, conforme ilustrado a seguir:

Enquanto tiver gente no mar, é uma comunidade caiçara. Pessoas que sobrevivem do mar, que tem uma atividade no mar, é uma comunidade caiçara. E tem os dados mesmo, 53% das famílias ainda são caiçaras. Eles arrendam, mas justamente a esse turismo de massa, porque tem muito caiçara que não conseguiu gerir, então ele prefere arrendar o que é dele, e deixar o turismo na mão do cara de fora (Entrevistada G – educadora ambiental).

...a maioria das pessoas são bem caiçaras sim. Mesmo tentando não ser (Entrevistado D – pescador).

Se você for ver é quase meio a meio, eu diria que ainda tem mais caiçara que paulista aqui. Lógico que a população é caiçara. Tem população caiçara e tem não caiçara também na Trindade e nenhuma pode ser discriminada, eu acho que isso é o mais importante (Entrevistado E – pousadeiro).

Hoje é uma comunidade caiçara por causa da localização. A gente tá na parte do litoral brasileiro que quem nasce nessa região é caiçara (Entrevistado F – pousadeiro).

Atividades relacionadas ao artesanato, à roça, à pesca e à fabricação da farinha, são apontadas também como indicações que a população da Trindade pode ser denominada caiçara, apesar de uma parte dela não mais vivenciar as tradições de antigamente:

Hoje ainda existe na Trindade gente que vive só da pesca, tem gente que faz teatro de bonecos, tem gente que faz seu apetrecho, seu souvenir de capim, essas coisas, artesanato, entendeu? Tem gente que caça, tem gente que vai na pedra pescar, então isso é o que acontecia antigamente. Tem casa de farinha, tem roça, tem gente que vai na roça todo dia, tem gente que vai pescar todo dia, mas também tem gente que vai na cidade, tem gente que vai fazer compra.... A gente não pode deixar de continuar com o cerco de pesca, continuar com a rapaziada que pesca tainha, cerca a tainha, casa de farinha, artesanato. A dona Dolores tá com a sua galinha vivendo como se fosse na década de 90, então olha que legal isso (Entrevistado E – pousadeiro).

Dessa forma, a população local enfatiza a necessidade de introdução da valorização cultural no desenvolvimento do turismo na Trindade. Este também é um dos aspectos relacionados com o conceito de ecoturismo adotado nas "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo" (BRASIL, 1994), que considera ser esta uma prática que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, e incentiva a sua conservação. Assim, parece haver na localidade uma sintonia com o que expressa os documentos oficiais de ecoturismo, apesar dos moradores da Trindade não terem afinidade com esse material.

É possível afirmar, a partir das entrevistas e do que foi apresentado até então, que os anseios dos atores locais com relação ao turismo dizem respeito à manutenção da cultura local caiçara, a um maior ordenamento do setor e à compatibilização de melhoria de infra-estrutura com a manutenção das atividades tradicionais dos trindadeiros, como ilustrado a seguir:

Eu gostaria muito que o turismo não tirasse essa coisa, não acabasse a cultura (Entrevistado D – pescador)

Se você melhora a infra-estrutura você perde um pouco da genuinidade local. Tem que achar um meio de associar infra-estrutura com a não perda da tradição (Entrevistado E – pousadeiro).

Pro turismo aqui na Trindade, eu espero mais ordenamento, organização. Pra você ter uma idéia, final de ano, querendo ou não, é um caos, vem melhorando, mas é um caos total. Nós não temos capacidade de suporte pro que vem, nós não temos leitos, nós não temos mesas nos restaurantes. Pra quantidade de gente que frequênta Trindade em uma alta temporada, não tem suporte. Então o que eu gostaria que tivesse é mais ordenamento (Entrevistado F – pousadeiro).

Eu espero que não seja um turismo de massa (Guadapule – educadora ambiental).

A partir desses anseios, alguns atores locais defendem a proposta de uma nova estruturação do turismo na Trindade, fundamentada nos seguintes pressupostos: 1) planejamento e desenvolvimento a partir de um estudo de capacidade de suporte e a delimitação do número máximo de turistas na Vila, 2) ações de organização e fortalecimento da Associação de Moradores, a implantação de uma subprefeitura de Paraty e, 3) a instalação de um pedágio de acesso à Vila.

O estudo de capacidade de suporte busca estabelecer o número máximo de visitas que uma área protegida pode receber, levando-se em consideração suas condições físicas, biológicas e de manejo. No caso da Trindade este estudo teria por objetivo limitar o número de visitantes tanto no PNSB, e no seu entorno.

Essa proposta de ação representa um tema em debate entre os próprios moradores da Vila.

Para os atores locais que acreditam no estudo de capacidade de suporte como uma importante ação alternativa para planejamento do turismo na Trindade, este além de ordenar o turismo, poderia induzir a atração de perfis de turistas mais “conscientes” e “qualificados” durante todo o ano. De acordo com esta perspectiva, em tese, seriam atraídos para o local turistas com um poder aquisitivo elevado que buscam melhor infraestrutura e lugares mais bem preparados para recebê-los, e que “poderiam gerar mais benefícios econômicos para a população e menos impactos negativos sobre os recursos naturais e sobre a cultura” (Entrevistado E – pousadeiro).

Para a população local é necessário se ter um maior ordenamento do turismo, para que este se estruture não segundo a premissa de “quantidade”, mas de “qualidade”. Além de uma mudança no perfil do turista, os atores locais esperam com o Estudo de Capacidade de Suporte uma diminuição no impacto ocasionado pela sazonalidade e, a

oportunidade de melhor receber os turistas. E, assim, acreditam que haverá aumento da renda gerada pelo turismo, como ilustrado a seguir:

...hoje, existe a necessidade de se ter um controle de pessoas, porque em um tempo você não tem ninguém, não tem nada, e em dois meses, ou três meses de verão, você tem muita gente, e a Trindade não suporta, porque não tem esgoto tratado ainda, não tem estrutura pra receber esse turismo, então se torna um pouco problemático... A gente pensa em um estudo de capacidade de suporte sim, com certeza, porque eu acho que traria qualidade pra gente, de forma que fosse controlado, porque todo mundo visa a segurança e o conforto, e quando você almeja algo melhor, essas são as principais: conforto e segurança, e as pessoas que tem melhor poder aquisitivo deixam de vir pra Trindade, principalmente nessa época, porque tem muita gente e não tem nem privacidade em nada. Então é problemático, apesar de algumas pessoas ainda não entenderem que o controle seja uma coisa muito boa, seria menos pessoas e mais recursos, e eu também concordo que não afetaria todo mundo, porque daria pra todo mundo trabalhar, eu não acho que alguém ficaria com a sua pousada vazia, acho que não corre o risco (Entrevistado D – pescador).

Teria que ter um estudo de capacidade de suporte aqui dentro, porque não pode entrar 10 mil pessoas de uma vez. Não tem estrutura nenhuma... Eu acredito em uma limitação pra você poder trabalhar bem pras pessoas, e é isso que vai fazer com que a gente tenha turista ao longo do tempo e o ano inteiro, vai acabar essa coisa sazonal que a gente vive, que é uma coisa muito ruim. Você não consegue se planejar, não consegue saber quem vai vim. E cada vez menos as pessoas estão vindo a fim de curtir, e não traz dinheiro, não traz divisa, não traz nada (Entrevistada G – educadora ambiental).

Um estudo de capacidade de suporte é necessário e urgente. A Trindade no final de ano não suporta a quantidade de gente que tem (Entrevistado F – pousadeiro).

Para os moradores de Trindade a localidade já está começando um caminho de ordenamento do turismo, e a própria concepção sobre o turismo vem se modificando na mentalidade do trindadeiro, como descrito nos relatos abaixo:

Voltando um pouco naquela história de que tem melhorado, a própria mentalidade do trindadeiro está levando a isso. O próprio trindadeiro está percebendo que qualidade não quer dizer quantidade... Então o pessoal daqui tá mudando essa concepção de quanto mais melhor, então eles estão vendo que não precisa ter tanta gente em Trindade pra ter um movimento bom (Entrevistado F – pousadeiro).

Já está nesse caminho. Hoje eu acredito que a gente já começou a caminhar para o primeiro passo. O primeiro passo ele é muito grande, parece pequeno, mas ele é muito grande... o turismo de qualidade vai trazer pra gente qualidade, o turismo da quantidade trazia muito

barulho, deixava as trilhas todas emporcadas, trazia lixo, trazia droga pra Vila (Entrevistado E – pousadeiro).

Sendo assim, parece possível afirmar que os atores locais não desejam o desenvolvimento do “turismo de massa” na Trindade, e nem que se consolide apenas como atividade econômica, sem que questões sociais e culturais do lugar estejam internalizadas em planejamento.

Mas ironicamente alguns representantes da população local se mostram contrários à realização de um estudo de capacidade de suporte na Trindade, mesmo admitindo que a superlotação e a sazonalidade trazem muitos prejuízos para a localidade. Esses atores são representados por cidadãos mais idosos e/ou que viveram mais de perto o conflito de interesses pela posse das terras em Trindade com uma empresa multinacional que se instalou na Vila também na década de 1970, como já discutido no capítulo quatro desta dissertação. Para estes, a finalidade de um estudo como esse não teria simplesmente o objetivo de ordenar o turismo na Trindade, mas sim, dificultar a vida do trindadeiro, já que levaria à diminuição do número de turistas e, conseqüentemente, comprometeria a principal fonte de renda local.

Além disso, esse grupo não acredita que um perfil de turista mais “qualificado” irá se interessar pelo destino Trindade, já que a localidade não possui infra-estrutura básica e turística adequada para receber turistas mais exigentes, conforme ilustrado no depoimento a seguir:

O turista não quer vim pra cá pra quebrar o carro dele na estrada, ele quer uma comida caseira, uma coisa mais diferente, ele quer coisas também que ajude ele, não só vim aqui e entregar o dinheiro, dormir num quintal numa barraca. Tem que ter conforto também. Eu acho que falta estrutura aqui pra poder ajudar o turismo também (Entrevistado A - trabalhador rural).

Assim, alguns acreditam que com o Estudo de Capacidade de Suporte “os menores estabelecimentos seriam prejudicados, pois sem um grande número de turistas, eles ficariam sempre vazios” (Entrevistado C – presidente da AMOT). É também o que explica o atual presidente da Associação de Moradores:

Um estudo de capacidade de suporte é um estudo, eu acabei de falar pra você que a Trindade recebe de 30 a 40 mil pessoas, mas aí você tem que olhar dos dois lados. Se aqui, no final de ano, em um final de semana, fica 30, 40 mil pessoas, nos outros 360 dias do ano, fica

vazia. Vamos pegar final de ano e carnaval não dá 10 dias, são 4 dias de carnaval, mais o ano novo, não dá 10 dias lotado. O restante do ano é o mesmo que você está vendo aqui. Então, eles estão usando dois pesos e duas medidas, então, de repente, eles fazem um estudo e determinam uma capacidade e dizem o quanto a Trindade suporta. Eles podem, simplesmente, chegar aqui, e fazer um levantamento, pra apresentar pro Parque, pro ICMbio, e falar, por exemplo, que a Trindade não pode receber mais de 2.000 pessoas. Mata todo mundo aqui. Você entendeu como é que é? Eles vão acabar com as pessoas aqui, porque você querendo ou não, a Trindade vive disso. Ah, mas o cara que entra lá, ele deixa R\$10 e vai embora, e o cara que vai deixar R\$100 pra gente aqui? Ele vai querer essa estrutura que tem aqui hoje? ... Então não adianta eles arrancarem da nossa mão. Primeiro eles arrancam, pra depois querer fazer alguma coisa? Eu não concordo com isso. Eles não podem mexer no nosso número de turistas, pelo menos por enquanto... Falar que vai botar um turismo de qualidade, mas eles não vivem nossa realidade, essa é a verdade... Minha preocupação com relação a esse estudo de capacidade de suporte é desses caras determinar um número de turista pra Trindade, aí fica muito complicado. Por que aqui, como em qualquer lugar, quem chega primeiro pega o melhor, quem chega depois vai pegando o menos inferior. Aqui na comunidade é assim, se você chega aqui e tem um lugarzinho legal pra ficar, acaba ficando ali, quando não tem mais onde ficar é que começa a lotar aqueles lá dos cantinhos lá de baixo, aqueles bem simplesinhos. Então tem que lotar.

...

A nossa fonte de renda é o turismo, eles quebrando isso, o que acontece?... a Trindade foi a pedra no sapato deles, a gente não abre mão de nada. Faça tudo, mas não faça nada contra o Trindadeiro. Então, o grande interesse deles é no turismo. Então eles cortando o nosso turismo, corta nossa fonte de renda, e é aí que mora o perigo (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Além dessas duas visões distintas com relação ao Estudo de Capacidade de Suporte, também existem aqueles atores locais que acreditam que o mesmo pode ser proveitoso para Trindade, mas não concordam com a fixação de um número máximo de turistas que poderiam entrar na Vila. Esse pensamento está expresso abaixo:

... um Estudo de Capacidade de Suporte pra Trindade vai mostrar pra gente o que a gente tem na baixa e na alta temporada de turista, de lixo, de quantidade de leitos na comunidade, de campings, de barcos, porque um Estudo de Capacidade de Suporte envolve isso tudo. Mas regular o número de turistas, aí que pega. Não dá pra você dizer que tem que ser aquele número de turistas... Porque só as pessoas que vem pra Trindade e ficam na Trindade, movimentam Trindade. Se em um feriado vier só as pessoas que ficam nas pousadas, nos campings, movimentam bastante, movimentam muito, mas a Trindade ela tem um fluxo de turistas que vem de Ubatuba, de Paraty, de Angra, durante o dia e voltam, muito grande. Esse fluxo de turistas que vem passar só o dia é muito grande, então você não pode falar que é só as pessoas que estão aqui dentro e acabou. Isso aí tem que ser maleável, existir uma

média... Ninguém pode ditar regra na vida da gente, quem tem que dizer isso é a própria comunidade (Entrevistado E – pousadeiro).

Sendo assim, a possibilidade de um Estudo de Capacidade de Suporte e, conseqüentemente a delimitação do número máximo de turistas que Trindade poderia receber, representa um ponto de divergência na própria população envolvida. Da mesma forma, este representa um conflito potencial entre a população local e a administração do PNSB, já que um dos objetivos principais da atual equipe do Parque é o ordenamento do turismo na região da Trindade por meio de um estudo com este objetivo.

Mas como visto anteriormente, além do estudo de capacidade de suporte, o fortalecimento da organização da própria população e da Associação de Moradores para ordenar o turismo na Trindade também é mencionado como ação fundamental para o planejamento e o desenvolvimento do ecoturismo no local.

A população de Trindade acredita no seu poder da organização e alguns de seus membros já ressaltam a necessidade de se seguir um modelo de desenvolvimento do turismo baseado na gestão comunitária e no planejamento participativo, como discutido a seguir:

A gente tem que começar a agir, antes de mais nada. Começar a projetar, a planejar as coisas da melhor forma. Eu acho que hoje na Trindade, a melhor forma da gente conseguir fazer isso, é fortalecer a Associação de Moradores... Então, pra gente fortalecer, pra gente construir um turismo de qualidade futuramente, vai ter que ser através da Associação de Moradores, não adianta... Se a comunidade não se unir acho que nada vai acontecer (Entrevistado E, pousadeiro).

Eu acho que tem que ser um trabalho em conjunto. Eu acho que não adianta muito seguir as coisas, porque quando as coisas vem muito de cima, elas não funcionam, como essa coisa do turismo de base comunitária, eu acho que tem que vim da base, é claro que quem vai dar a canetada final são os órgãos competentes, os órgãos municipais, ou federais, o Parque, mas eu acho que tem que ser uma coisa trabalhada em conjunto. Um grupo de trabalho reunindo todos os órgãos e a Associação de moradores, pra depois de muita discussão resolverem qual é a melhor maneira, mas não acredito em uma coisa imposta (Entrevistado F – pousadeiro).

Eu acho que tudo depende de nós mesmos (Entrevistado D – pescador)

O estatuto da associação é um documento muito importante, ali reza tudo o que você tem que fazer. O presidente aqui dentro é igual um prefeito, pra fazer as coisas (Entrevistado A - trabalhador rural).

Na visão de alguns dos atores locais, o que também se pretende, além do fortalecimento da Associação de Moradores é, para o ano de 2011, a conquista de uma subprefeitura de Paraty para Trindade, eleita pela própria comunidade. O presidente da AMOT afirma que já existem contatos sendo realizados em Paraty com este objetivo e que uma subprefeitura poderá resolver problemas como a falta de policiamento na Trindade, a manutenção da estrada de acesso à Vila e a garantia dos demais serviços necessários para a vida da localidade.

Também se busca a instalação de um pedágio de acesso à Vila, planejado e gerido pela população local, como descrito abaixo:

... no dia 26 de julho agora, vai sair a licitação da nossa estrada, porque está ruim, é buraco que não acaba mais. Depois que ela tiver toda asfaltada, já conversei com o secretário de Paraty que nós vamos querer fazer um pedágio, nós vamos fazer um pedágio lá em cima, controlado por quem? Pela nossa comunidade (Entrevistado C – presidente da AMOT).

O objetivo do pedágio seria angariar recursos para a manutenção de serviços básicos que não estão sendo oferecidos pela prefeitura de Paraty e que são essenciais para o turismo, como por exemplo, a limpeza e manutenção das ruas e da estrada. Conforme apresentado a seguir:

Eu falo isso porque o turista desce aqui na Trindade, usa a estrada, usa o esgoto da Trindade, deixa lixo na Trindade, deixa um monte de coisa aqui e se paga por isso e se tem trabalho por isso. Então se tem um trabalho, tem uma parte operacional disso tudo, e tem um custo, e a gente precisa pagar isso. Então eu acredito que um cara que desça pra Trindade, com o carro dele aqui, deixou 5 reais por carro, vai ter que ser investido na comunidade e isso tem que ser fiscalizado pela Associação, pelo conselho de ética que vai ser criado na segunda-feira agora e pela prefeitura. Pra que de forma nenhuma isso seja desviado pra outro caminho e não seja investido aqui dentro. É uma forma da gente não depender tanto de Paraty, entendeu? (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Assim, os moradores consideram o pedágio, controlado por eles, como sua “independência”, e uma forma de remuneração às atividades que eles já vêm

desenvolvendo na Vila para atender aos turistas, como a manutenção da estrada no Morro do Deus-me-livre.

Para concluir este eixo de análise, a partir do conteúdo das entrevistas, estão sintetizadas no quadro abaixo as principais limitações ao desenvolvimento do ecoturismo na Trindade atualmente e os benefícios que ainda poderão ser gerados caso os atores locais consigam se fortalecer enquanto grupo social e lutar por um modelo de desenvolvimento baseado nos pilares do ecoturismo – proteção da natureza, melhoria de qualidade de vida e gestão comunitária.

Quadro 7: Quadro síntese sobre problemas e benefícios potenciais do ecoturismo segundo a percepção dos atores locais

Limitações	Benefícios Potenciais
Superlotação da Vila / Sazonalidade	Diminuição da sazonalidade
Choque cultural: mudança de hábitos	Manutenção da cultura caiçara
Enfraquecimento das atividades tradicionais: pesca, roça, artesanato	Valorização das atividades tradicionais, principalmente a pesca
Ausência de infra-estrutura básica: rede de esgoto, estradas de acesso em boas condições de uso, meios de transporte, serviços de saúde...	Melhoria na infra-estrutura básica
Ausência de infra-estrutura turística: meios de hospedagem, trilhas interpretativas, centro de informações...	Melhoria na infra-estrutura turística / Capacitação dos moradores para trabalhar com o turismo
Ausência de Planejamento Participativo	Gestão comunitária e Participação social
Degradação da natureza	Proteção da natureza
Aumento da violência e problemas relacionados ao lixo	Mudança no perfil dos turistas

Fonte: entrevistas realizadas com os interlocutores locais conforme descrito no capítulo de metodologia.

É importante enfatizar que, neste contexto, o modo de vida caiçara é reconhecido pelos moradores como o seu grande diferencial e o principal elemento a ser valorizado no desenvolvimento ecoturístico na Trindade.

b) Para entender a relação entre turismo e qualidade de vida

Esta análise se efetiva a partir do entendimento de que as bases do ecoturismo devem conciliar proteção da natureza, valorização cultural e promoção da qualidade de vida das populações envolvidas.

A questão que se coloca em discussão, pela população local, é em que medida o turismo (no caso específico desta dissertação, o ecoturismo) interfere (ou não) no dia-a-dia da população local e quais as conseqüências de tal processo para a melhoria de qualidade de vida dos moradores da localidade.

Com base no referencial teórico introdutório sobre QV e, de acordo com o que foi verificado nas entrevistas, a concepção de qualidade de vida dos atores locais diz respeito, de uma forma geral, à qualidade dos serviços e infra-estrutura da Vila, e à possibilidade de se viver em um ambiente tranquilo e saudável, se alimentar bem, ter um trabalho e uma moradia. Aspectos relativos à qualidade do ar e dos alimentos também são mencionados como diferenciais para uma boa qualidade de vida na Trindade. Tais perspectivas ilustram a história de vida dos moradores da Trindade, que durante muitos anos lutaram para permanecer em suas terras, e atualmente lutam para permanecer com suas atividades tradicionais, como a pesca, por exemplo, e incentivar o desenvolvimento do ecoturismo, principal fonte de renda da população local.

Diante dos relatos obtidos pela pesquisa, é possível identificar que o sentido de qualidade de vida sob a ótica local está relacionado, na maioria das vezes, à educação de qualidade e ao acesso aos serviços de saúde, e saneamento para todos, como descrito abaixo:

Qualidade de vida pra mim hoje é educação, saúde, principalmente pra essa molecada aí... Então qualidade de vida se resume a isso, educação, qualidade na educação, saúde. A saúde é uma coisa muito importante até mesmo pro nosso turista que chega aqui e não tem nenhum lugar pra ser atendido (Entrevistado C – presidente da AMOT).

É saneamento básico, e ter uma resposta positiva com relação ao lixo. E uma boa escola, porque Trindade não tem uma boa escola. A escola na Trindade praticamente não existe, que era uma coisa que existia antigamente. Quando a comunidade estava mais voltada pra ela mesma, ela cuidava da escola. Ela se interessava, e hoje em dia a escola é uma coisa de segundo plano. Não é mais uma coisa conjunta que todo mundo se preocupa (Entrevistada G – educadora ambiental).

Com relação às necessidades individuais, foram citadas como fundamentais para uma “boa” qualidade de vida a alimentação, a moradia, o trabalho, e um ambiente sossegado e agradável para se viver.

Na maioria das falas dos entrevistados também é possível perceber a valorização do trabalho como elemento reconhecido de QV:

Pra mim é ter uma casa, uma família e um trabalho (Entrevistado A - trabalhador rural).

É você viver sem precisar se matar no lugar que você vive pra ganhar dinheiro, pra comer, pra sobreviver (Entrevistado E – pousadeiro).

Qualidade de vida pra mim é ter o que eu comer, na hora que eu tenho vontade eu comer aquilo que eu tenho vontade. Qualidade de vida é dormir bem, acordar bem, e isso é um dos retornos do turismo aqui em Trindade (Entrevistado F – pousadeiro).

A conservação dos recursos naturais e o fato de ainda poderem viver em um lugar tranquilo e sossegado, também foram mencionados por quase todos os atores locais entrevistados como diferenciais de QV:

Qualidade de vida pra mim eu considero o que eu tenho. É você poder viver em um ambiente agradável. É você ter uma boa qualidade do ar. É viver em um lugar tranquilo, sem trânsito, violência. E aqui é um lugar que você ainda pode ficar sossegado, ter o seu sossego (Entrevistado D – pescador).

Qualidade de vida pra mim é você viver bem, viver tranquilamente. Qualidade de vida são coisas boas pra gente, que traz qualidade pro nosso corpo, nosso ser, nossa mente. Aqui na Trindade você encontra muita coisa boa. Uma qualidade de vida ótima (Entrevistado E – pousadeiro).

Também é valorizada como condicionante da qualidade de vida a manutenção do “jeito de ser”, da identidade do trindadeiro:

qualidade de vida é você ter tempo pra fazer aquilo que você quer fazer... Porque eu não acredito que a pessoa consiga comprar algo, que não seja material, que vai fazer ela se sentir tão bem como você ser livre, do que você ser você mesmo, caiçara (Entrevistado D – pescador).

Assim, a manutenção e valorização da cultura e das práticas tradicionais dos moradores, como seus hábitos e costumes, são entendidos como elementos essenciais de QV. É possível analisar que a QV é interpretada no sentido de “bem viver” não apenas com relação às demandas materiais, mas também subjetivas do ser humano.

No que diz respeito à relação do turismo com qualidade de vida na Trindade, este é percebido como alternativa para a melhoria de qualidade de vida local, por proporcionar uma renda mais elevada aos moradores, fazendo com que eles possam viver com mais “tranquilidade”:

O turismo te traz uma tranquilidade, uma forma de você ter uma renda pra que você possa, futuramente, ter uma tranquilidade pra se viver (Entrevistado E – pousadeiro)

Qualidade de vida e turismo vai ter que andar junto. Quanto mais turista a gente tiver na Trindade, mais benefícios a gente vai ter com relação a tudo, na nossa vida particular, nossas próprias condições de trabalho (Entrevistado C – presidente da AMOT).

O turismo influencia na qualidade de vida a medida que ele traz renda pro lugar. Você com dinheiro consegue fazer tudo (Entrevistada G – educadora ambiental).

Depois do turismo melhorou um pouco, porque entra mais dinheiro aqui dentro, o turismo ajuda muito (Entrevistado A - trabalhador rural).

Esta melhoria na QV gerada potencialmente pelo turismo é relacionada também à possibilidade de outras formas de geração de renda, melhores moradias, aquisição de bens materiais (consumo) e maior interação com o mundo externo à Vila (acesso aos meios de comunicação e de transporte), como ilustra o relato abaixo:

Bom, pra nós melhorou muito a qualidade de vida com o turismo, porque antes você pescava pro seu consumo próprio... era muito difícil a venda. O dinheiro era muito pouco, então você não conseguia progredir em nada, a sua casa era sempre muito humilde, você não podia adquirir nada, seus filhos sempre vestidos da mesma maneira e você não conseguia dar nada pra ele. Era assim que eu me sentia quando eu era moleque. E eu vejo que a qualidade de vida mudou com a chegada do turismo, porque melhorou tanto a estrutura da casa, as pessoas conseguiram fazer casas melhores, as pessoas conseguiram adquirir coisas, conseguiram ter uma visão melhor do mundo, porque conseguiram adquirir televisão, internet, os filhos são bem mais estudados. Hoje temos pessoas na comunidade formadas, tem advogado, tem biólogo, jornalista. As pessoas hoje têm condição de ter carro, vivem bem. Então o turismo trouxe uma qualidade de vida muito boa sim (Entrevistado D – pescador).

Além disso, o fato dos trindadeiros poderem trabalhar no verão - época de alta temporada - o suficiente para viverem o restante do ano, também é entendido como um ponto positivo com relação à melhoria de qualidade de vida proporcionada pelo turismo,

já que estes não precisam se preocupar em buscar formas de ganhar dinheiro na baixa temporada:

Se eu ganho um dinheiro no verão, no inverno eu posso me dar ao luxo de não querer ficar me matando, ficar que nem louco aí na vida pra ganhar dinheiro. Então o turismo, ele pode influenciar diretamente a qualidade de vida... eu tenho qualidade de vida, todo dia eu corro na praia, todo dia eu gosto de ir no mar, na cachoeira, é qualidade de vida, e faço isso porquê? Por que agora nessa baixa temporada eu não estou trabalhando, tive uma boa qualidade no verão, ganhei dinheiro, agora na baixa to tranquilo, sossegado e muito bem (Entrevistado E – pousadeiro).

Quando o assunto é a necessidade de “se viver do turismo”, dois itens são destacados pelos atores locais como sendo importantes para se “viver bem”: a qualidade dos serviços públicos e turísticos prestados na Trindade e uma melhoria da infraestrutura do lugar. Esses são pontos cruciais para o aumento do número de turistas, diminuição da sazonalidade (elemento apontado como um dos maiores problemas relacionados ao trabalho com o turismo na Vila) e o atendimento a um turismo mais “qualificado” (ponto discutido na análise do eixo anterior) o que, para esses atores, representa, conseqüentemente, o aumento dos lucros derivados do turismo:

... eu acho que a gente tendo um turismo aqui juntamente com qualidade de serviços públicos, atendimento, recepção dos turistas, um calendário turístico, tudo isso ia fortalecer nossa qualidade de vida, de trabalho. Ia atrair mais turistas o ano inteiro, tudo isso conta muito na nossa qualidade. Nossa qualidade aqui é trabalho com o turismo mesmo (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Mas apesar do turismo se considerar fundamental como alternativa para uma melhor qualidade de vida na Trindade, a população local não deixa de destacar, reiteradamente, e manifestar nos relatos da pesquisa, forte preocupação com os impactos negativos trazidos pelo turismo, quando não bem planejado e gerido pelos próprios atores locais. Apesar da interação com o meio externo e a aquisição de bens materiais serem entendidas como conquistas positivas advindas com o turismo, também é explicitada a preocupação referente às conseqüências que o contato com outras culturas podem trazer para a manutenção da própria cultura caiçara e para a qualidade de vida dos moradores. É possível observar tal impasse no discurso a seguir:

Lógico que tudo tem o seu preço. O turismo trouxe coisas maravilhosas, ninguém consegue mais viver sem o turismo. E consigo trouxe essa problemática, que eu não consigo ver a solução, de você viver com as duas coisas, que é a cultura, manter ela ao pé da letra, e o turismo, porque querendo ou não, tem coisas, como a criação de galinha, que é cultural, que você não consegue fazer tendo turismo. Se você tem um camping, ou uma pousada, ou até mesmo restaurante, que é o que traz a renda pro pessoal aqui, você não tem como fazer essas coisas, limita muito a sua vida como você conheceu e você se torna meio que algo pra receber as pessoas, diferente do que você era. Isso pode prejudicar na qualidade de vida também (Entrevistado D – pescador).

O contato com outros costumes e desejos de consumo, pode representar na visão local, um risco de perda de qualidade de vida, no que diz respeito à autenticidade do modo de vida local. Alguns entrevistados na pesquisa apontam que mudanças nos hábitos da população local podem ser problemáticas, principalmente no momento que passam a atingir diretamente a juventude, podendo comprometer, em um futuro próximo, a manutenção das tradições e da cultura local:

...hoje eu tenho 30, e quando teve esse início de turismo em Trindade, eu vendia bolinho na praia, eu vendia bolinho de aipim com peixe, bolinho de banana... E antes, as coisas que eu queria, às vezes eu não podia ter, justamente por causa da renda. E isso hoje já mudou, porque a criançada já não faz isso, hoje a maioria dos pais são pousadeiros, tem restaurante. Antes entre os amigos, um ou outro tinha uma prancha, um ou outro tinha uma bicicleta, hoje todos os filhos tem prancha, tem Playstation, então, isso é graças ao turismo, o que também trouxe aquela questão que antes eu me contentava com qualquer tênis, antes eu me contentava com qualquer camiseta, e hoje a maioria da molecadinha não, quer aquele tênis da marca tal. Então essa também é uma questão do turismo, porque quando ele vê o moleque da idade dele chegando a Trindade de tênis de marca, ele vê na televisão, que é uma coisa que também que não tinha, ele quer isso tudo, ele quer consumir. Então a Qualidade de vida mudou bastante, mudou pra melhor em certas partes, mas em outras a gente pensa também em segurar um pouco (Entrevistado F – pousadeiro).

É possível perceber que alguns moradores locais, mesmo reconhecendo tais impasses, ainda defendem que o turismo é fundamental para a Vila de Trindade e que todos, mesmo sendo parte da cultura caiçara, têm o direito de “melhorar de vida”, como descrito abaixo:

O ser humano em si ele tem que ser a primeira coisa que a gente tem que pensar, é a vida humana, eu não posso tirar de você o direito de você crescer. E nem posso me dar o direito de não querer crescer, de

querer ficar naquela vidinha pacata a vida inteira. Uns tem possibilidades melhores do que os outros, mas se o caiçara tiver a possibilidade de querer construir uma pousadinha, um chalé pra ele alugar, pra ele querer melhorar de vida, não adianta a gente querer tirar isso, entendeu? ... é lógico que existe uma evolução desordenada, mas você vai tirar da pessoa a vontade dela de querer crescer, de querer melhorar de vida, de querer constituir família? (Entrevistado E – pousadeiro).

Portanto, não existe um consenso com relação às interferências do turismo no dia-a-dia da localidade, já que o turismo é relacionado, ao mesmo tempo, à melhoria de qualidade de vida, (em função de um maior poder aquisitivo e melhores condições de infra-estrutura), e à descaracterização da cultura local (como impacto negativo reconhecido à própria qualidade de vida). Tal dificuldade reafirma a discussão de que qualidade de vida abrange muitos significados que refletem diferentes conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades.

c) Como se expressa a relação de Trindade com o PNSB

Se busca com esta análise interpretar a percepção dos atores locais sobre a relação da Trindade com a administração do PNSB e como esta relação vem sendo construída desde a criação desta UC, em 1971.

É possível afirmar que essa relação é entendida pela população local como conflituosa:

No momento é conflituosa. Cada um quer uma coisa, o Parque queria disciplinar toda a história, e eu não acho que está sendo uma coisa positiva. É muito o Parque lá e a comunidade aqui. O Parque não sede, e a comunidade não sede (Entrevistada G – educadora ambiental).

Essa relação é bem conflitante (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Não tem relação nada. Só agora, ultimamente, que eles estão avisando. Nós já morávamos aqui há muito tempo (Entrevistada B – dona de casa).

Tal interpretação por parte dos atores locais se deve a inúmeros problemas decorrentes da criação de uma UC de proteção integral em um território já ocupado por diversas pessoas que se denominam caiçaras e que são dependentes dos recursos naturais ali existentes.

A “ausência do Parque” durante muitos anos na Trindade é o primeiro motivo apontado pela população local como fator de “desconfiança” com relação às intenções dos administradores desta unidade. O fato da equipe técnica do Parque, depois de mais de 30 anos de ausência na localidade, ter a missão atual de implementar efetivamente a UC, vem causando incertezas, principalmente na parcela da população que viveu o conflito pela posse das terras com a empresa Brascan, na década de 70. Esses atores se mostram receosos com o fato dos administradores do PNSB definirem normas para a vida da localidade e até mesmo impedir e/ou controlar práticas e atividades ali consolidadas, como a pesca, os quiosques na Praia do Meio, o camping da Associação de Moradores e, até mesmo, o turismo. A ausência histórica dos administradores do Parque e os conflitos gerados pela falta de informação dos objetivos e limites de uso e/ou restrição de uso da unidade de conservação, assim como os conflitos gerados pelas atitudes de alguns administradores consideradas autoritárias na Trindade, estão descritos nas seguintes falas:

A gente ficou sabendo do Parque agora há pouco tempo (Entrevistada B – dona de casa).

Olha, o Parque, o decreto é de 71, 72, e Trindade mesmo só ficou sabendo de Parque por conversas. Eu estive presidente da Associação de 2006 a 2009, e em 2004 a gente já ouvia falar de Parque Nacional da Serra da Bocaina, mas a gente nunca sabia onde era o Parque. Nesse intervalo que eu estive na associação passaram uns três chefes de unidade. Então o Parque é recente... O Parque ficou ausente 30 anos e ninguém sabia o que era Parque, não tinha Parque. Ai eles chegam e falam que o Parque é aqui e acabou (Entrevistado F – pousadeiro).

...o Parque entrou aqui, até falei isso pro chefe: “você entrou aqui como um Hitler cara. Você foi um nazista quando você entrou aqui” e ele me odiou quando eu falei isso. Mas sabe por que eu falei isso? Porque eles chegaram, todos eles, uma frota, de carro do Parque, e foram entrando, falando que aqui era o Parque e não deram satisfação pra comunidade, fecharam nosso estacionamento, o camping da Associação de Moradores... Então eles deram um choque na comunidade, sem contar o lado psicológico, porque a nossa comunidade sempre sendo subjugada por quem vem, pelo governo, então o cara tem sempre aquela insegurança danada, achando que os caras vão arrancar eles daqui. Se você conversa com uma pessoa mais de idade eles falam que eles vão tirar a gente daqui (Entrevistado C – presidente da AMOT).

...o trindadeiro ainda tem muito receio. Muito receio e tem porque ter. Ele tem porque ter esse pé atrás com o Parque, porque o trindadeiro foi alvo de muita pressão, foi muito oprimido na década de 70, com

despejo, com prisão, um monte de coisa... O trindadeiro hoje, qualquer entidade que venha se colocar aqui em Trindade, ele é muito ressabiado, muito pé atrás (Entrevistado E – pousadeiro).

Outro fato que parece desencadear um importante conflito entre a população local e os administradores do Parque (dificultando a entrada desses últimos na localidade), diz respeito à proibição do uso de uma área de camping no interior do PNSB por parte da AMOT. Esse camping, gerido pela Associação, representava a principal fonte de renda desta instituição, que aplicava tais recursos na própria localidade, principalmente em épocas de alta temporada, como é possível constatar no depoimento abaixo:

A Associação de Moradores usava uma área da praia do Meio como camping, era um camping desordenado, e isso eu falo porque eu estive a frente da Associação. Mas a gente também não podia fazer muita coisa, por falta de orientações do próprio Parque, que não deixa construir nada ali. Então a gente tinha as instalações precárias dentro do Parque, só que com toda a grana daquele camping, em todos os finais de ano, a Associação pagava a alimentação de bombeiros, de guarda-civil, a alimentação da fiscalização da prefeitura, o plantão do posto de saúde em todos os feriados, bancava a rede de água, então tudo com esse dinheiro do camping... Quando tirou isso da Associação, ela não tem de onde tirar esse dinheiro, então a gente já não consegue fazer o que fazia antes, chegando ao ponto do pessoal do corpo de bombeiros não mandar salva-vidas pras nossas praias no verão (Entrevistado F – pousadeiro).

Outra questão conflituosa desta relação diz respeito ao fato de a administração do Parque ter embargado obras da rede de tratamento do esgoto na Vila, por falta de licença ambiental. Estas obras estavam em andamento há 12 anos e todos os entrevistados da pesquisa se mostraram contrários a essa posição da equipe técnica do Parque. Se o maior objetivo de um Parque Nacional é a proteção da natureza, os trindadeiros não conseguem entender como os administradores da UC puderam embargar uma obra que também tem como objetivo principal a proteção da natureza. Além disso, os atores locais alegam que se algo estava sendo realizado de forma equivocada na localidade, deveria ser função da equipe técnica do Parque trabalhar em parceria com os moradores para a resolução do problema. Esse ponto de vista fica explícito no seguinte recorte:

Existe essa parte que as pessoas não aceitaram muito, que foi por parte do Parque, ser embargada a obra do esgoto que vinha há 12 anos. O Parque embargou e isso criou nas pessoas um sentimento de revolta. Como que pode? A gente tá querendo proteger, tá querendo limpar. A gente até entende a exigência pra que seja uma coisa correta, mas ao mesmo tempo em que exige, deveria ter uma preocupação maior em querer fazer junto... Quando o Parque chegou a gente achou que ia ter uma parceria Parque e moradores. Quando começou algumas ações por parte do Parque, que foi a proibição da construção exata, naquele momento ali, da rede de tratamento de esgoto, da rede de água, o povo retraiu, porque eram obras importantes (Entrevistado D – pescador).

Dessa forma, as restrições ao uso dos recursos naturais renováveis vêm potencializando um processo de resistência dos atores locais à existência da UC e, a partir daí, surgem os conflitos de interesses, uma vez que as demandas de preservação da natureza se contrapõem a algumas necessidades de sobrevivência dos grupos humanos que habitam o local:

Tem alguma coisa que não pode mais fazer. Eles vieram aqui, os responsáveis do IBAMA, que não sei como que fala, e tá proibindo muita coisa. Na mata não pode fazer mais nada (Entrevistada B – dona de casa).

Diante desse cenário de conflitos, parece existir duas visões distintas sobre as consequências do Parque para a Trindade.

Para o primeiro grupo, representado pelos atores locais que viveram o conflito de terras com a Brascan, o Parque não irá trazer qualquer benefício para a localidade. Esses associam os interesses do PNSB, com os do Condomínio Laranjeiras, e acreditam que os objetivos dos administradores do Parque e dos proprietários particulares do condomínio são: o controle do número de turistas na Trindade, a proibição da pesca e a retirada dos quiosques instalados na praia do Meio, com a finalidade de enfraquecer a cultura caiçara e dificultar o trabalho e a geração de renda para a população da Trindade.

O depoimento a seguir demonstra que a relação entre essas duas instâncias- logo quando esta nova equipe do PNSB chegou a Trindade - ocasionou um estado de tensão nos moradores, que acabou por romper com o início de uma parceria entre a administração da UC e os trindadeiros:

No início houve também um apoio por parte de uma entidade, que são de pessoas do condomínio, que já teve uma outra história anterior do

povo com esse condomínio de luxo vizinho. Por conta disso houve uma quebra nesse acordo de parceria entre o Parque e os moradores da Trindade. Entendeu-se que o Parque tinha segundas intenções. Daí se tornou um pouco mais defeituosa essa união. Então tem pessoas na comunidade que trabalha melhor, aceita melhor algumas coisas, e tem pessoas que é radical. Que o Parque não tem que existir, que o Parque está detonando, que o Parque veio pra acabar com o povo, que quer tirar o povo daqui, que quer dar pros ricos (Entrevistado D – pescador).

Esta ruptura entre a equipe do Parque e a população da Trindade, ocasionada pela desconfiança de parte dos atores locais, fica bem retratada no relato a seguir. Para esses atores, os administrados não estão preocupados com os moradores da Vila, e sim em favorecer os grandes investidores da região:

Trindade é um ponto que pega um pedacinho do Parque, mas é o que desperta o olhar dos grandes gananciosos, e lógico, eles são apoiados por pessoas que têm interesses, igual os caras da Laranjeiras mesmo. Os caras são milionários, eles têm dinheiro pra investir, você acha que eles não se interessam por pegar um negócio desse aqui? Então eu acho que esses caras do Parque na verdade eu classifico eles como mentirosos, eles não querem ver o lado da gente não e se puder cortar eles vão cortar mesmo. Eu acho que eles não tem nada de bom pra nós... Eu não acredito que o Parque tenha boas intenções não (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Esses atores entendem a existência do Parque como um entrave para o desenvolvimento do turismo e, mais uma vez, associam uma possível limitação no número de turistas na área do Parque (em função do Estudo de Capacidade de Suporte) a uma tentativa de ser dificultado o desenvolvimento turístico e, conseqüentemente, a vida dos trindadeiros:

Eles se colocam no lado de mocinhos, por que são gente do governo e que chegam aqui e falam que vão construir uma terra encantada pra nós aqui... Só que eles não pensam que quando eles chegam aqui e querem jogar um turismo de 30 mil pessoas para um turismo de 10 mil pessoa, o tamanho do impacto que eles vão dá. E eles falam assim: de início vocês vão sentir, mas depois vai ser bom, como depois? Ninguém espera nada, quem é que vai ficar esperando? Eles falam isso, que eles querem ajudar, mas não é verdade, eles estão defendendo os interesses deles. Na verdade, se eles pudessem, não entrava era ninguém no Caixadaço. Eles não fazem isso ainda porque eles estão um pouco distantes, mas na hora que eles controlarem mesmo, do jeito que eles querem, não entra ninguém no Caixadaço (Entrevistado C – presidente da AMOT).

Já em se tratando da pesca, a população local, de um modo geral, não aceita a proibição desta prática, apesar da administração do PNSB alegar bases legais para a proibição desta atividade. Para os moradores da Trindade, a pesca representa a base da cultura caiçara ainda existente na Vila e, para alguns, a base da renda familiar. Sendo assim, a proibição desta prática tende a ocasionar uma série de conflitos entre a população local e a administração da UC, como indicado na fala abaixo:

E se tirar o pescador de lá, porque é Parque, eu não sei como é que vai ficar o pescador. Vai ter que mudar pra onde? Peixe não pode matar mais, é isso? Caça já não pode matar, porque hoje em dia já tem regulamento. O pescador ele tem que sustentar a casa dele com a pesca, que já não tá bom, porque tem dia que você joga a rede e não traz nada (Entrevistado A - trabalhador rural).

Com relação à retirada dos quiosques instalados na praia do Meio, este grupo que não acredita nos benefícios que o Parque poderia trazer para a Vila, percebe esta retirada como desnecessária e preocupante, no que diz respeito à eliminação das possibilidades de trabalho dessas pessoas. Eles alegam que se o Parque retirar esses trabalhadores da praia do Meio será preciso oferecer condições para que os mesmos não percam sua fonte de renda:

Do jeito que o seu Francisco falou, parece que o pessoal da praia do Meio, vai sair porque tá dentro do Parque. Ou eles vão entrar de sócio com o Parque, como havia sido conversado. Eu já não acho bom essas coisas. Ninguém vai comer terra, ninguém vai comer o mar, ninguém vai estragar nada aqui. Você pode ser um trabalhador, como eu já fui, de botar mata no chão, mas a cachoeira não, 15 metros, 20 metros de cada lado, não pode mexer, porque se devastar aquilo dali, a água acaba. Então a comunidade tem que olhar essas coisas (Entrevistado A - trabalhador rural).

Ele falou que o pessoal que está lá dentro do Parque vai sair. Tudo bem cara, vai sair, mas você precisa dar estrutura pra elas. Você vai tirar e jogar fora? Não. Você tem que dar estrutura (Entrevistado C – presidente da AMOT).

O segundo grupo de moradores da Trindade tem uma visão positiva acerca das conseqüências da existência do Parque. Este grupo é representado pelos mais jovens da Vila ou por aqueles que não viveram diretamente o conflito pela posse das terras com a Brascan. Estes acreditam que o Parque poderá trazer muitos benefícios para os turistas e

para a população local, mesmo reconhecendo que ainda há receio com relação ao seu futuro:

Às vezes eu até tenho receio, quando eu estou na reunião com eles eu penso assim: nossa, será que o que esses caras tão falando aí é assim mesmo? O trindadeiro mais antigo já fala: não, isso aí é tudo mentira. Mas eu já me dou ao luxo de pensar: será que é isso mesmo? Será que não é? Qual é o grau de veracidade do fato? Eu já penso um pouco mais, e política é isso, você pensar, balancear as coisas, fazer o meio de campo... A gente não quer tirar o direito deles (os mais velhos) de terem medo, por que quem viveu o passado foram eles, não foi a gente, quem sofreu foram eles, então eu acho que é totalmente de direito eles terem medo, a sociedade ter medo ... Assim, a nova geração, eu e meus primos, a gente vê com outros olhos, com os olhos mais de amor (Entrevistado E – pousadeiro).

Esse grupo percebe também a relação do Parque com o condomínio Laranjeiras, mas não a considera “preocupante”. Esses atores não acreditam que a administração do Parque está interessada em trabalhar a favor de interesses particulares e sim, conseguir parcerias para o financiamento de atividades de conservação da biodiversidade, conforme ilustram os depoimentos a seguir:

Eu to acreditando e to fazendo força pra acreditar que é um mal entendido essa ligação do Parque com Laranjeiras. Mas no começo eu acreditei, por conta de muitas histórias que a gente já viu, não tem como a gente negar isso, mas eu acredito também na lei. Eu vejo que o Parque é um decreto de 1971, que não foram esses gestores que criaram, vejo o SNUC que não foram eles que criaram, pode ter algumas pessoas que ajudaram a construir, mas eles não fizeram nada sozinhos, foram leis sancionadas pela justiça, pelas pessoas da época e aprovadas, e vejo que muitas coisas que eles fazem não tem como fugir daquilo, e também sei de que é impossível você fazer algo sem parceria, né? Então eu conto com isso, acredito também nisso, mas eu sempre fiquei com um pé atrás (Entrevistado D – pescador).

Eu vejo um interesse do condomínio laranjeiras em preservar, em conter isso daqui. Porque isso aqui é um perigo pra eles, uma coisa aberta se torna uma ameaça pra eles mesmos. Então eles tentam investir... Eu acho que essa coisa de Laranjeiras tem que acabar também, tem que sentar eles, nós, e conversar (Entrevistada G – educadora ambiental).

Dentre os benefícios que poderão ser gerados com a existência do Parque, são mencionados nas entrevistas o ordenamento do turismo, a garantia do direito a terra para

os trindadeiros e, a proteção da natureza. Com relação a esses benefícios potenciais do PNSB, alguns depoimentos a seguir reafirmam esta percepção:

Eu acho que o Parque pra Trindade é maravilhoso, se ele estiver funcionando de acordo como tem que funcionar. Porque de experiência de outros lugares, um Parque Nacional é um senhor atrativo, pra dizer que ali é uma área preservada, pra dizer que ali é uma área que a legislação permite ter uso público pro turismo (Entrevistado F – pousadeiro).

Eu tenho que acreditar que o Parque vai qualificar o turismo na Trindade (Entrevistada G – educadora ambiental).

Eu acho que o Parque tem que existir, até pra segurança do povo, pra que se mantenha aquela parte intacta (Entrevistado D – pescador).

Tem muita gente já que tem os olhos abertos para isso, que acha o Parque importante (Entrevistado E – pousadeiro).

... é uma forma de você controlar bastante coisa, apesar de ser conflituosa (Entrevistado D – pescador).

Além de tais benefícios, é interessante destacar que esse grupo também associa o Parque com o resgate e fortalecimento da Associação de Moradores, o que é interpretado como um ponto positivo gerado a partir desse processo recente de implementação da unidade de conservação. Com a necessidade de maior articulação entre os moradores locais e a administração do Parque para que pudessem ser debatidos os caminhos para o desenvolvimento na Vila, a Associação, que antes estava enfraquecida, voltou a ter força e representatividade, como demonstra o seguinte relato:

Eles participarem desse processo que a gente trouxe de resgate da Associação, eles participaram. Talvez eles devam ter sido, indiretamente, uma peça chave pra ter acontecido isso, pra ter acontecido esse resgate. Por que a gente precisava uma hora de ter um órgão aqui dentro, totalmente competente, que representasse todo mundo, pra debater com o Parque. Então, a comunidade notou isso. Eles fizeram parte do nosso processo, com certeza fizeram parte. Muitas vezes a gente foi debater com o chefe e ele falava: olha, vocês têm que estar organizados, eu só vou falar com vocês na hora que vocês estiverem organizados. Eles demoraram mais de um ano para conversar com a gente depois que eles entraram aqui, mas a primeira vez que eles conversaram, foi com a entidade AMOT (Entrevistado E – pousadeiro).

Esta aproximação e o sentido de parceria parece reafirmar a discussão de Irving (2010, p.134), de que no momento em que os atores locais são convidados a participar do processo de implementação da unidade de conservação, a dinâmica da gestão “*tende a ser alterada (e, em alguns casos, invertida) e novos elementos surgem no processo*”. Neste caso, a autora afirma que muitas vezes, “*a necessidade de mobilização social para a solução de problemas comuns potencializa o nível de organização comunitária e o empoderamento local, com a consequente internalização da noção de valor deste patrimônio coletivo*”.

No que diz respeito aos benefícios do Parque para os turistas, segue abaixo uma das visões acerca dessa possibilidade:

Pro turista lá dentro vai ser ótimo, porque quanto menos pessoas lá dentro melhor pra quem está lá. Se você é um turista e vai lá dentro e tem pouca gente, vai ser melhor pra você curtir (Entrevistado E – pousadeiro).

Apesar de parte dos moradores entenderem o Parque como um importante atrativo para o turismo, uma forma de ordenamento das atividades e uma garantia de proteção e manutenção da natureza existente na localidade, também fica evidente nos discursos analisados desse grupo preocupações com relação à retirada dos moradores da praia do Caixadaço, à retirada dos quiosques da praia do Meio e à proibição da pesca no interior do Parque.

Se uma possível retirada dos moradores da praia do Caixadaço, (já que não permite residentes no interior de um Parque Nacional), tende também a gerar uma situação conflituosa até mesmo com esses atores que defendem e acreditam no PNSB como “gerador” de benefícios para a localidade:

A praia do Caixadaço tem famílias que estão lá antes do Parque, então essa é uma discussão gigante, se os caras podem, se os caras não podem. Você vai chegar pra um cara que viveu a vida inteira da pesca, que plantou a vida inteira ali, falando sai que isso daí é Parque? (Entrevistado E – pousadeiro).

Essa mesma discussão surge quando a retirada dos quiosques da praia do Meio é colocada em foco. Mesmo que este grupo reconheça o impacto ambiental dessas instalações na praia, ele não acredita que a retirada destes equipamentos seja a melhor

solução para o problema, já que esta ação poderá desencadear um problema social grave, como discutido a seguir:

Na praia do meio você tem uma série de quiosques e restaurantes, e aquilo causa um impacto ambiental violento, isso todo mundo sabe, mas se você tira todos aqueles restaurantes dali, você causa um impacto social fortíssimo, porque todos ali tem como fonte de renda aqueles restaurantes (Entrevistado F – pousadeiro).

... mesmo antes da criação do Parque, existe famílias trabalhando dentro do Parque, com restaurante, e que de um jeito ou de outro o Parque ficou ausente durante muito tempo, e é muito difícil você acostumar com uma coisa e ser tirado. E as pessoas aprenderam com o tempo a viver com o turismo, e o turismo traz conforto... e há essa possibilidade dessas pessoas saírem de lá porque o Parque não aceita nenhuma construção lá dentro, então isso já traz um conflito muito grande (Entrevistado D – pescador).

Com relação à pesca, tanto o grupo a favor quanto o que é contra a existência do Parque, critica a proibição da pesca no interior da UC. Tal crítica à proibição da pesca está expressa na fala abaixo:

Ser caíçara é o pessoal que vive do mar. E o Parque traz uma grande preocupação devido a essa questão. 60% da nossa pesca fica dentro do Parque, o Parque é onde está nossa área mais ou menos abrigada, porque nós não temos área totalmente abrigada, então, é o lugar que a gente chama de Caixadaço, não por acaso. Caixa de Aço é uma caixa protetora, é onde a gente teria pra se proteger de qualquer tempo ruim. Então corre-se um grande risco de ser completamente extinta a cultura e os resquícios de caíçaras, falando de atividade mesmo. Eu acho que o povão mesmo, enquanto sangue, aquela coisa de ser filho de pescador e tal, isso ainda pode existir por muito tempo, mas pessoas na atividade, como algumas pessoas que ainda vivem de pesca, eu vivo 12 meses de pesca, eu acredito que corre um sério risco. Então tem vários fatores, não só o Parque, mas o Parque principalmente pega uma questão que é bem preocupante pra gente, mesmo tendo a consciência que o Parque é extremamente importante, mas tem umas coisas que a gente fica com medo, principalmente nessa área (Entrevistado D – pescador).

De acordo com a percepção dos atores locais que são a favor da existência do PNSB, é possível perceber também que estes possuem uma visão positiva da unidade por conhecerem outras realidades nas quais a efetiva consolidação de um Parque representou ganhos tanto para os moradores, como para os turistas.

Diante do contexto anteriormente discutido, o caminho apresentado pelos moradores da Trindade para que a implementação do Parque não ocorra de modo a

prejudicar a vida dos trindadeiros é o diálogo constante entre administradores do PNSB e a população local, assim como a participação dos mesmos em todos os processos decisórios com relação à gestão da UC.

Neste sentido, parte da população local avalia que a partir do início da última gestão vem ocorrendo um esforço para o fortalecimento do diálogo entre a administração do Parque e a população local, como descrito a seguir:

O Parque ele era ausente total, com a vinda do chefe teve mais proximidade, sempre que se precisava tinha conversa. É claro que algumas vezes mais ríspidas ou não, de mais aceitação ou não, mas tem o diálogo, coisa que não existia, tanto é que você não sabia o que era o que, e agora não, agora você pelo menos tem contato (Entrevistado F – pousadeiro).

Olha, eu não diria que isso é totalmente aberto pra comunidade, mas todas as vezes que eles foram solicitados de vir aqui falar com a gente, eles vieram. Nunca se opuseram, a gente tem apenas que encontrar uma data na agenda dos caras pra conversar ... Depois da primeira vez que eles conversaram, eles não quiseram mais parar (Entrevistado E - pousadeiro).

Sendo assim, para os trindadeiros não basta a administração do Parque apresentar regras e querer impor um novo jeito de viver aos moradores da Vila. Para eles, o mais importante é que a equipe técnica da UC proporcione meios para que estes possam respeitar a legislação e continuar com suas atividades tradicionais, que são a base do seu sustento e renda. Nesse sentido, o mais importante seria entender as peculiaridades da cultura local e buscar o estabelecimento de parcerias entre a população local e a administração do PNSB para uma efetiva implementação do Parque, ilustrado a seguir:

Então a maneira que se chega não deve ser somente colocando a lei, eu acredito que o gestor hoje não está fazendo nada diferente, está aplicando a lei, só que está aplicando na interpretação dele, eu acho que tem que chegar e entender o povo, entender cada comunidade, cada ritmo, cada cultura, eu acho que isso tem que ser respeitado (Entrevistado D – pescador).

... não adianta só chegar e falar agora isso aqui é Parque, acabou, vocês não podem fazer mais nada. Você tem que pensar que tem impacto ambiental e que também tem impacto social. Tanto é que é socioambiental a parada. Você não pode pensar só no econômico, ou só no social, ou só no ambiental, tem que pensar nos 3 juntos, e isso é o turismo sustentável, senão você não consegue andar (Entrevistado F – pousadeiro).

A comunidade participa, mas não diretamente na gestão do Parque. Temos conselheiros no Conselho do Parque e temos algumas ações em conjunto, e a maior parte das conversas são pra debater essas questões que a gente não concorda muito, que a gente entende que não seria da maneira correta (Entrevistado D – pescador).

Portanto, na visão local, para que ocorra a implementação do Parque é necessário um diálogo claro entre as instâncias envolvidas:

... tem que ser bem dialogada, tem que ser uma coisa em conjunto também, não é porque o Parque Nacional é um decreto, é uma lei federal, que os caras podem chegar e falar como tem que ser, e que do jeito que funcionava não vai funcionar mais... O Parque pra Trindade é bom se ele for ordenado, se for uma coisa sensata, não só de não pode. Se não pode ele tem que dar alternativa e mostrar como se pode fazer algo para suprir essa necessidade (Entrevistado F – pousadeiro).

Porém, uma das principais dificuldades para o processo de implementação e gestão das unidades de conservação, com destaque para os Parques, é justamente o fato dos órgãos governamentais dificilmente atuarem em conjunto no local de inserção de uma UC, o que gera conflitos de políticas públicas e uma atuação institucional distante da realidade local, como discutido por Irving (2002). E para a autora esses conflitos são ainda agravados por não existir um mecanismo sistemático de integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais com atribuição na gestão de UCs, o que acaba por produzir ações segmentadas e pouco efetivas com relação à conservação de áreas de elevada biodiversidade.

d) Para elucidar a relação entre turismo e proteção da natureza no Parque

Parece haver o reconhecimento local que o turismo é um dos fatores responsáveis pela degradação ambiental no PNSB. E a garantia de proteção da natureza nesta UC tende a ser associada à necessidade de “captação” de um perfil de turistas mais “conscientes” na Trindade. Como um possível caminho para isso, a população local acredita na educação e na informação ambiental como meios de conscientização desses turistas. Também acredita que uma maior organização do turismo na Trindade poderá facilitar o engajamento dos visitantes com a temática ambiental, como mencionado a seguir:

Como eu te falei, o turista é o cara mais destruidor que tem. Quando eu falo que a gente tem que se organizar, é por causa disso mesmo... A gente precisa ter um grupo de trabalho voltado só para o turismo. É como se aqui fosse uma prefeitura e a gente tivesse uma secretaria de turismo para elaborar informação pro turista, tudo o que você imaginar da Trindade, ele tem que saber. Porque se no ano que vem ele quiser voltar ou se quiser indicar pra um amigo, ele vai encontrar um negócio conservado, do jeito que ele encontrou (Entrevistado C – presidente da AMOT).

A gente tem que trazer o lugar limpo, asseado, e avisar pro turista que não pode botar lixo na cachoeira, na praia. Tem que ter gente de qualidade. Tem turismo que até ajuda a limpar, anda com uma bolsa pegando ponta de cigarro, mas muito não (Entrevistado A - trabalhador rural).

Olha, o pessoal que vem pra Trindade, eu gostaria que fosse um pouco mais sensível às questões ambientais (Entrevistado F – pousadeiro).

... eu vejo que a gente necessita sim de uma instrução melhor, de modo que a gente possa falar pras pessoas: isso pode ser desse jeito, isso não pode ser desse jeito, porque a gente aprendeu a viver, mas as pessoas como vem da cidade, às vezes sem maldade nenhuma acaba, de um jeito ou de outro, modificando alguma coisa na natureza (Entrevistado D – pescador).

A população local enfatiza também que ela própria foi e, ainda é, a maior responsável pela preservação da natureza do Parque. Para ela, graças ao empenho e o conhecimento tradicional dos próprios atores locais é que a UC pode existir na Trindade, como afirmam os relatos abaixo:

Eu acho que se tem de levar em consideração que a maior parte das reservas ou qualquer unidade de conservação que é criada hoje no Brasil, ou tem uma aldeia indígena, ou tem quilombola, ou tem caiçara. E por parte desse povo, eles de uma maneira errada ou não, eles são os maiores conservadores da natureza, porque eles dependem daquilo ali, e se ele mata a galinha de ouro, ele morre de fome. Então as unidades de conservação hoje só existem por causa deles (Entrevistado D – pescador).

... a vegetação que existe hoje dentro do Parque está praticamente intacta e quem preservou foi o povo daqui. Não existiu um fiscal do ICMBio pra preservar. Teve queimada dentro do Parque já aqui, uma queimada grande, e quem foi lá apagar? Foi a gente. Se a gente preservar lá, vai ser bom pra gente aqui. O turista que vai pra lá, você vai pode falar pra ele: aqui está a mata mais preservada de todo o Parque. Na nossa região 3% dos 7% que ainda existe de Mata Atlântica no Brasil está aqui dentro do Sudeste, e muito dela está

dentro desse Parque, na Serra da Bocaina (Entrevistado E – pousadeiro).

Também fica evidente nos discursos acima mencionados, o entendimento de que a conservação da Mata Atlântica está diretamente relacionada à atração dos turistas para a Trindade e, portanto, diretamente relacionada à geração de renda para os moradores.

Um exemplo da preocupação com o processo de proteção da natureza, identificado pelos próprios atores locais, é a rede de tratamento de esgoto que estava em andamento na Vila, por iniciativa dos próprios trindadeiros:

Trindade em 97 deu início, os próprios moradores, em um tratamento de esgoto, porque nós tínhamos só fossa negra, que é enterrar como se fosse uma caixa enorme. E o esgoto a gente viu a necessidade de fazer porque é muita gente, numa coisa limitada, numa caixinha, e você via na Trindade tudo estourando, fossa estourando, e aí houve a necessidade de fazer um tratamento. De lá pra cá a gente vem lutando pra se ter um tratamento, inclusive hoje está embargado por conta de licença ambiental e essas coisas todas. Eu acho que essa é uma estrutura muito importante, porque no mesmo tempo que você tem pouca gente, você tem bastante, então você não consegue ter uma coisa pequena pra suportar (Entrevistado D – pescador).

O medo com relação ao esgoto decorre de uma possível contaminação das praias, o que representa um perigo com relação à diminuição do número de turistas na Vila:

E a gente vê que mais cedo ou mais tarde o lençol freático vai ficar afetado e as nossas praias podem vir a ficar afetadas, e isso vai trazer uma diminuição no turismo (Entrevistado D – pescador).

Há, portanto, o entendimento de que a natureza protegida é um dos principais atrativos para o turismo na Trindade. E, uma potencialidade para a conscientização dos turistas e para o desenvolvimento de um modelo de turismo condizente com os pressupostos de proteção da natureza - o ecoturismo.

e) Para entender o significado do Parque para o turismo

Na visão local o Parque poderá gerar benefícios para a Trindade, no sentido de “ordenamento” e “qualificação” para o turismo. Para os moradores da Vila a existência do PNSB representa um importante atrativo para os turistas, ao mesmo tempo em que

contribui para a divulgação da localidade e para a melhoria da infra-estrutura de recepção aos turistas:

O Parque é bom pro turista, porque ele vai encontrar um atrativo mais organizado, umas praias mais bem cuidadas (Entrevistado F – pousadeiro).

O Parque significa organização. O turista gosta de se ver informado, de ter uma informação. O turismo exige um tipo de estrutura que a gente não conseguiu fazer aqui ainda (Entrevistada G – educadora ambiental).

Apesar da gente não ter muitas experiências sobre outros Parques, a gente houve muito dizer que o Parque é uma coisa que pode até mesmo nos auxiliar, nos ajudar, de ter melhores turistas, de ter uma visitação maior, uma visibilidade mundial (Entrevistado D – pescador).

Para os trindadeiros, a existência do Parque poderia fomentar a ação local para receber um turismo de “qualidade”. Nesse sentido, eles acreditam que os administradores do PNSB poderiam oferecer cursos de capacitação para a população local, como descrito abaixo:

A gente ainda não está preparado para um turismo de qualidade. A gente tem que se preparar e o Parque pode vim dando essa infra-estrutura, dando curso de inglês, hotelaria, pra pequena empresa, pra dar condição dessas pessoas poderem receber o turismo de qualidade (Entrevistado E – pousadeiro).

Em contrapartida, alguns atores locais não acreditam nos benefícios que o Parque poderia gerar para o turismo na Trindade e para estes, esta UC irá simplesmente dificultar o acesso a determinados atrativos e, assim, fazer com que o interesse dos turistas pela Vila diminua:

Eu acho que o Parque amarrou um pouco. Porque depende do guarda deixar o turista passar, e se não deixar? Então ele não pode ir a uma praia que ele ia. Então isso pode acontecer (Entrevistado A - trabalhador rural).

... se cercarem a praia do meio onde os meninos tinham um bar e as pessoas ficavam, aí fica feio. Aí pode prejudicar e diminuir o número de turista (Entrevistada B – dona de casa).

Um elemento interessante de análise para ilustrar o significado do Parque para o turismo está associado às “Operações Verão”, realizadas por esta nova administração do PNSB, durante os dois últimos anos, nos períodos de alta temporada, principalmente nos dias de carnaval e semana santa, para ordenamento do turismo⁷¹.

Estas Operações não são entendidas como relevantes pela população local, que considera estas iniciativas apenas pontuais e distantes da realidade local. Além disso, o fato de serem patrocinadas pelo Condomínio Laranjeiras também incomoda a população local, que se vê “invadida” e “controlada” por interesses externos privados. Esta problemática de desconfiança com o Condomínio Laranjeiras é apresentada na fala abaixo:

A operação verão do Parque Nacional é patrocinado por Laranjeiras, aí as pessoas ficaram falando que eles terminaram aqui e foram pra lá fazer churrasco pra comemorar isso. Sempre fica aquelas conversinhas, e o condomínio laranjeiras, por sua vez, tem as suas restrições com a comunidade de Sono, de Ponta Negra, não deixa o pessoal passar por dentro, não deixa passar material, não deixa o pessoal ter acesso livre por dentro do condomínio, que é o ponto deles, que eles sempre usaram, os turistas não podem ir pra lá, tem suas restrições, e como eles são ruim por esse lado e bonzinhos por outro? Qual a intenção desses caras? Essa é a preocupação (Entrevistado D – pescador).

No que diz respeito à validade das Operações, os recortes a seguir deixam clara a percepção de que elas não trazem resultados eficazes, principalmente por se tratarem de atividades descontínuas. A população local alega também que os resultados dessas Operações nunca foram divulgados para os trindadeiros. Sendo assim, concluem que estas se efetivaram de forma conflituosa entre os administradores do PNSB e a população da Trindade, e que quaisquer resultados positivos foram pontuais e pouco representativos para a localidade:

Foi uma coisa relâmpago. Não dá nem pra avaliar. Nós nunca soubemos os dados, o resultado disso. Agora, a nível real, foi só

⁷¹ Nas “Operações Verão” são realizadas ações como: instalação de tendas na entrada para os atrativos do PNSB na Trindade, com *banners* informativos sobre a existência, localização e objetivos da UC; distribuição de *squeezers* para evitar a entrada de garrafas plásticas no Parque; orientações sobre o que seria permitido ou não no interior da UC; aplicação de questionários para identificação do perfil dos visitantes; sensibilização dos mesmos quanto ao destino correto do lixo; retirada de propagandas irregulares dentro dos limites do Parque; retirada de todos os vendedores ambulantes; proibição de estacionamento, acampamento (exceto campings permitidos) e música ao vivo dentro dos limites; levantamento de dados sobre os quiosques da praia do Meio; e fiscalização sobre as atividades irregulares.

conflituosa, os caras chegarem com arma. Não precisava de tudo aquilo que aconteceu, foi uma coisa muito de chefe de Parque, querendo aparecer debaixo de uma tenda. O que adianta se depois acabou tudo e eles levaram as latas de lixo? Quem continua cuidando do lixo somos nós mesmos. Seria bom se tivesse uma continuidade e se fosse conversada com a comunidade. Não houve isso, não teve um retorno (Entrevistada G – educadora ambiental).

... a operação verão aconteceu muito rápida, do nada, e a gente não vive só no verão. A gente tem uma constância grande, e você vem só no verão, quando o povo tem a oportunidade de receber, de ganhar dinheiro? Por que não faz um trabalho gradativo? Tem que ter um acordo e não eles exigirem que a gente viva de um jeito. E é assim que acontece há dois anos (Entrevistado D – pescador).

... não adianta só operações pontuais, não adianta só você chegar no feriado e colocar várias pessoas com o colete do ICMBio, falando o que pode e o que não pode. Acho que tem que ser uma coisa corriqueira (Entrevistado F – pousadeiro).

Para a população local não bastam inserções pontuais da administração do Parque na Trindade. E para ela, se essas Operações acontecessem em parceria, poderiam gerar benefícios maiores e mais reais tanto para a Vila, quando para a área do PNSB, já que nos períodos em que as Operações não acontecem a própria população realiza as atividades de limpeza e conservação da natureza. Além disso, alguns interlocutores da pesquisa alegam que uma maior preparação dos turistas seria essencial para o sucesso das Operações. Tais considerações estão representadas pela fala a seguir:

Eles vieram, armaram a barraca e depois foram embora, e aí? No resto do ano continua o povo fazendo o mesmo trabalho que sempre fez, segurando o inverno rigoroso, segurando esses anos de chuva, turista nenhum, que tem seus problemas de esgoto... A gente sempre fez mutirões de limpeza depois dos feriados. O meu avô analfabeto foi a primeira pessoa que mandou confeccionar uma placa dizendo “não põe fogo nessa árvore”, e pregou na árvore com prego... Agora vem o cara, recebe dinheiro, faz uma Operação Verão, gasta milhões, helicóptero e tal, põe na internet, proíbe as pessoas disso, daquilo. Eu acho que poderia ter sido muito melhor, por conta que você teria que preparar as pessoas, até mesmo os turistas (Entrevistado D – pescador).

Essa interpretação reafirma o interesse dos moradores em participar de forma mais próxima à equipe do Parque no processo de gestão do PNSB, principalmente no que diz respeito ao planejamento do turismo na região da Trindade. Assim como discutido por Irving (1999), o engajamento da população local e o reconhecimento de que a participação social e a gestão colaborativa do turismo entre atores locais e os

órgãos públicos, no caso, os trindadeiros e os administradores do PNSB, representa um primeiro passo em direção a um novo modelo de desenvolvimento do turismo, que vem se consolidando nos Parques a partir do ecoturismo.

5.2. A Leitura dos Interlocutores Institucionais sobre Turismo e Proteção da Natureza

A percepção dos atores institucionais do PNSB sobre o desenvolvimento do ecoturismo em Trindade e sua relação com a proteção da natureza na UC foi analisada a partir de quatro eixos principais: a) o turismo em Trindade; b) a relação do PNSB com a Trindade; c) a relação do turismo com a proteção da natureza no Parque; e d) o significado do Parque para o turismo.

a) Interpretando o turismo em Trindade

Os administradores do PNSB afirmam que o desenvolvimento turístico na região aconteceu com maior intensidade a partir da década de 70, após a construção da rodovia Rio-Santos. Para estes, em função do desenvolvimento do turismo na Trindade, os habitantes da localidade que antes viviam da pesca foram, progressivamente, se adaptando ao turismo.

Eles relatam que, se antes do turismo “existiam somente um restaurante, uma lanchonete e alguns pequenos negócios que funcionavam na própria casa dos pescadores” (Interlocutor 2 – analista ambiental), após o aumento do fluxo de turistas na Vila de Trindade, a oferta de meios de hospedagem e serviços como alimentação e venda de artesanatos foi progressivamente se ampliando. Em função desta transição (da pesca para o turismo), a maioria dos moradores “não vive mais da pesca como antes” (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Uma problemática também discutida pelos administradores do Parque, que surgiu após o aumento do número de turistas na Trindade, diz respeito à venda das propriedades pelos trindadeiros para investidores externos, principalmente do estado de São Paulo:

A maioria dos donos de restaurantes da Vila são pessoas de outras cidades ou estados, principalmente de São Paulo, apesar de haver trindadeiros que também possuem pousadas e restaurantes, já que pessoas da Vila conseguiram transformar seus negócios, que eram antigamente destinados somente aos moradores do local, em empreendimentos mais rentáveis (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Porém, estes afirmam que, apesar de um grande número de “paulistas” ter comprado terras da população, os atores locais ainda vivem na Trindade, ou “trabalhando para o comércio”, ou “com seus próprios comércios” (Interlocutor 2 – analista ambiental). Sendo assim, mesmo com a entrada de investidores externos na Vila, a população local conseguiu permanecer na localidade e viver das atividades relacionadas ao turismo.

De acordo com os administradores do PNSB, o aumento da procura dos turistas pela Trindade após a década de 70 e a mudança da principal fonte de geração de renda da pesca para o turismo, desencadearam um modelo de desenvolvimento do turismo classificado por eles como “turismo de massa”. Para a equipe do Parque esse tipo de turismo gera muitos impactos negativos para a localidade e uma dependência significativa dos atores locais a essa fonte de geração de renda.

O modelo de “turismo de massa” e os impactos negativos por este gerados são associados, segundo estes interlocutores, a um perfil de turistas de poder aquisitivo limitado, como descrito a seguir:

O que acontece é que hoje Trindade vive um turismo de massa, é uma galera que não tem “grana” que vai para lá (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Apesar disso, não é possível afirmar que turistas com poder aquisitivo elevado causariam menor impacto sobre a localidade, visto que a minimização dos problemas gerados depende de um conjunto de ações relacionadas à melhoria de infra-estrutura na Vila, à capacitação dos atores locais que trabalham com o turismo, à informação dos turistas sobre a presença do Parque na localidade e suas restrições de uso, entre outras estratégias de planejamento.

Esta preocupação da equipe técnica da UC com o turismo na Trindade diz respeito à sua localização em parte no interior da área do Parque. Apesar da Vila (núcleo populacional) não estar inserida no PNSB (existem apenas duas famílias que residem em seu interior), os atores institucionais entrevistados reconhecem que o desenvolvimento do turismo na localidade exerce influência direta sobre o Parque e seu objetivo principal de proteção da natureza. Isso ocorre porque os atrativos turísticos de maior relevância para a Vila estão no interior desta unidade de conservação como, por exemplo, a praia do Meio, a praia do Caixadaço e a piscina natural do Caixadaço, conforme mencionado na fala abaixo:

A visitação na Vila tem tudo a ver com o Parque. O turista que vem para o Parque ele tem que passar pela Vila, tem que estacionar o carro em algum lugar, tem que ficar em uma pousada, então a Vila tem que estar preparada, ela gera esgoto que é um problema para o Parque, é uma série de questões que a Vila precisa estar bem para o Parque também estar bem. Mas é claro que pelo número de pessoas, pelo número de recursos, nosso foco é a parte de dentro do Parque (Interlocutor 3 – analista ambiental).

Em função da influência da Vila sobre a dinâmica do Parque, dados do Plano de Manejo (2002) informam que um dos maiores problemas enfrentados no processo de gestão da área do Parque na Trindade, se refere às diversas atividades econômicas desenvolvidas, irregularmente, pelas pessoas que residem (duas famílias de trindadeiros) ou trabalham (donos de quiosques e restaurantes) no interior do PNSB e à expansão urbana em função do turismo.

Diante deste quadro, o modelo de turismo que vem se desenvolvendo na Trindade, segundo estes interlocutores, não se adequa aos objetivos de um Parque Nacional:

O turismo hoje é um turismo que enxerga, principalmente a praia do Meio, como um lugar para ir e passar o dia tomando cerveja, comendo camarão. É um tipo de passeio que o turista busca na praia do Meio que não tem nada a ver com um Parque Nacional (Interlocutor 3 – analista ambiental).

Sendo assim, os atores institucionais entendem que o turismo deve se desenvolver não apenas com base na perspectiva de “sol e praia”, mas principalmente a privilegiar o contato com a natureza:

A questão é que o turista venha aqui para contemplar a natureza, que venha ver paisagens belíssimas, e que venha aprender um pouco também sobre o ecossistema local. Hoje, como está, ainda não é o turismo que a gente quer (Interlocutor 3 – analista ambiental).

A partir da constatação de que o turismo na Trindade não está compatível com as regras de um Parque Nacional, a equipe técnica do PNSB identifica inúmeros impactos negativos resultantes do processo de aumento da procura dos turistas pela Trindade e da falta de infra-estrutura básica para dar suporte a tantas pessoas na localidade. Dentre eles a falta de água para consumo, o trânsito caótico, a poluição

sonora, a degradação da natureza de várias formas, o aumento do custo de vida e, a falta de infra-estrutura adequada para a recepção aos turistas, principalmente em decorrência da superlotação da vila em alguns feriados (natal, réveillon, carnaval e semana santa, por exemplo), conforme descrito nas falas abaixo:

A população flutuante lá triplica na época dos feriados, sem contar que tudo fica caríssimo, falta água, o trânsito é insuportável, não conseguimos nem entrar nem sair de Trindade, fica impossível o trânsito de carros. No carnaval do ano passado nós ficamos presos em uma fila de carros, porque os carros vão quebrando na ladeira do Deus me Livre e aí começa a formar um trânsito, uma fila de carros, que vai até a Vila (Interlocutor 2 - analista ambiental).

Na semana desse reveillon eu passei a semana toda lá, com o coordenador das atividades de Trindade, pra ver o que a gente ia enfrentar, e era um caos total e absoluto, milhares de pessoas dentro do Parque, num camping sem estrutura, quiosques com patrocínio de cervejarias, festas, raves dentro do Parque todas as noites, música ao vivo, enfim, um caos total. Dentro da piscina natural pessoas fritando pastel, vendendo churrasquinho, vendendo cerveja (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Além dos impactos negativos para a proteção da natureza no PNSB, a equipe do Parque percebe também impactos negativos do turismo sobre a cultura local. Para ela, um desses impactos é o fato das famílias da Trindade não viverem mais exclusivamente da pesca, dependendo, atualmente, do comércio e do turismo, para a sua sobrevivência.

Como consequência desta mudança da pesca para o turismo, desde a abertura da Rio-Santos, os filhos dos pescadores já não mantêm as tradições de uma vila caiçara. Assim, “... os filhos são pessoas que já foram morar na cidade, alguns têm estudo, têm ensino superior, não voltaram pra lá para serem pescadores” (Interlocutor 2 – analista ambiental). Dessa forma, para a equipe do Parque, no momento atual, é preciso analisar o modo de vida local em maior detalhe antes de se afirmar se a população é tradicional caiçara.

Apesar desta dúvida explícita, é importante mencionar que para Diegues (2004) um dos aspectos fundamentais para se definir ser uma população caiçara é a própria população se auto-identificar como tal. Já que os moradores da Trindade se reconhecem como caiçaras e desejam fortalecer cada vez mais as bases dessa cultura e suas atividades tradicionais, esta talvez não seja uma questão tão polêmica quanto parece entender a administração do PNSB.

Diante dos problemas apresentados, a equipe técnica do Parque entende que um modelo alternativo de desenvolvimento do turismo precisa ser pensado para Trindade, com o objetivo de se compatibilizar as atividades que vem sendo realizadas para atender as necessidades dos turistas com os objetivos de um Parque Nacional. Esses atores citam o fortalecimento do ecoturismo como estratégia desejável. Para eles, a elaboração de um Estudo de Capacidade de Suporte para a região da Trindade e a proposição de ações de ordenamento do turismo - como a retirada de todos os quiosques da praia do Meio, a construção de infra-estrutura (centro de visitantes) de recepção aos turistas e, a cobrança de ingresso para entrada no Parque - são ações fundamentais para se atingir os objetivos do que eles entendem por ecoturismo.

Para a equipe do Parque a realização de um Estudo de Capacidade de Suporte, em parceria com a Associação Cairucu⁷², englobando as áreas da Trindade, de Laranjeiras e da Praia do Sono até Pontal, representa uma necessidade real para o planejamento do turismo na área. Esta proposição também é mencionada no Plano de Manejo do PNSB, que aponta a necessidade de estudos capazes de guiar o desenvolvimento e o planejamento do turismo por caminhos sustentáveis, no futuro (BRASIL, 2002).

Apesar da Trindade não estar integralmente no interior da área do PNSB, o SNUC (2000) prevê que no entorno de uma UC “*as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade*”. Portanto, o objetivo da equipe do Parque é também limitar o número de visitantes na própria Vila de moradores (entorno direto da UC).

Dessa forma, para a administração do Parque, o objetivo do Estudo seria regular a visitação em toda a região da Trindade, incluindo localidades como a Praia do Sono, Laranjeiras, Pontal, a fim de impedir que uma limitação do número de visitantes na Trindade impulse o desenvolvimento de um turismo desordenado no entorno, o que poderia ocasionar um impacto ainda maior sobre a base de recursos naturais do PNSB, como explicitado a seguir:

⁷² A Associação Cairucu é uma OSCIP, fundada em 2002, no município de Paraty, por iniciativa de alguns moradores do Condomínio Laranjeiras. Esta Associação “tem por objetivo a preservação e a conservação do meio ambiente, promovendo soluções comprometidas com o desenvolvimento socioambiental na sua área de atuação”. Atende cerca de 4 mil pessoas, nas seguintes localidades: Trindade, Patrimônio, Campinho, Vila Oratório, Praia do Sono e Ponta Negra. Sua sede está localizada na entrada para a Vila de Trindade (Disponível em www.cairucu.org.br. Acesso em 25 de novembro de 2010).

A idéia, e já existe um termo de referência que a gente montou, é fazer o estudo de Capacidade de Suporte para a região, não só Trindade, mas Laranjeiras, Praia do Sono, seguindo até Pontal. Não adianta fazermos esse estudo só para Trindade, porque na hora que começarmos a regular a visitação em Trindade, os turistas vão se deslocar para as laterais e aí o impacto será muito maior, então temos que fazer o estudo total e regular todo mundo junto. Nós estamos tentando financiamento para esse estudo. É claro que a parte do Parque terá uma regulação mais restritiva, porque é uma UC, mas temos que prever essa fuga desse fluxo (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Com a finalidade de regular a visitação na Trindade, os interlocutores institucionais afirmam que se, atualmente, em um feriado de carnaval ou de ano novo, a Vila chega a receber 50 mil pessoas, o que é excessivo para uma localidade deste porte, com uma população de aproximadamente mil habitantes, o intuito (neste caso de medidas de controle) seria controlar a visitação numa faixa de turistas entre 15 e 20 mil pessoas por temporada⁷³. Para a equipe do Parque a restrição no número de visitantes na Trindade irá, inclusive, gerar mais lucro para a população:

... num feriado de carnaval e de ano novo eles chegam a receber 50 mil pessoas lá dentro, então vamos baixar esse número para 15, 20 mil pessoas, que é o compatível, a princípio, com o que a gente vê lá, o que vai acabar sendo lucrativo para a população de lá também (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Para a viabilização do estudo, a equipe da UC conta com a parceria da Associação Cairuçu, uma ONG local:

E a Associação Cairuçu de Paraty é quem está à frente de captar financiamento para desenvolvimento do estudo de Capacidade de Suporte e seu executor. Via ICMBio é muito complicado fazer esse estudo, porque a gente tem que assinar um termo de cooperação técnica com a parceria, e aí licitar para saber qual equipe vai desenvolver o projeto, é muito complicado e a gente achou melhor fazer via um parceiro (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Mas é importante mencionar ainda que essa Associação é composta por moradores do condomínio Laranjeiras, foco de desconfiança na perspectiva de alguns moradores da Trindade. Este condomínio representa para a população local a disputa de

⁷³ Esses números, apesar de apenas estimativas, representam, para os administradores do PNSB, o que seria compatível entre quantidade de turistas e a infra-estrutura da localidade, permitindo ainda, geração de renda para a população local.

terras na Trindade, que ocorreu na década de 70, entre os trindadeiros e a Brascan. Esta empresa ficou conhecida como a responsável pela aquisição das terras e a construção do condomínio Laranjeiras e por ter exercido pressão sobre a população local de Trindade com o objetivo de também adquirir suas terras e construir outro condomínio de luxo, na localidade. Sendo assim, esta parceria pode potencializar um conflito entre a administração do Parque e os moradores da Trindade, como já aconteceu em outras ações em parceria com a Associação Cairuçu.

Além do Estudo de Capacidade de Suporte, outras propostas da equipe do PNSB para adequação do turismo, dizem respeito à: retirada de todos os quiosques da praia do Meio e construção de um centro de visitantes, cobrança de ingresso para entrada no Parque e, limitação no número de turistas no interior da UC.

Com relação à retirada dos quiosques da praia do Meio, os recortes abaixo ilustram a percepção dos administradores da UC com relação a este tema e enfatizam ser esta uma ação primordial para se atingir os objetivos do ecoturismo no Parque:

Para atingir o objetivo do ecoturismo nós vamos tirar esses bares da praia, vamos fazer cumprir as regras de um Parque Nacional. Vamos tirar os bares porque não pode ter venda de bebidas alcoólicas, vamos colocar algumas regras de ordenamento com relação aos guarda-sóis na praia do Meio (Interlocutor 3 – analista ambiental).

Nós estamos começando o processo de retirada de todos os quiosques que estão nessas praias, já que é proibido o comércio dentro de um Parque Nacional, a menos que seja por concessão (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Mas o que existe lá hoje são os quiosques, que não podem continuar e nós estamos trabalhando para a retirada sumária deles, na medida do possível. Já estamos muito bem articulados com o Ministério Público, com o SPU, para a retirada deles e eles já sabem disso, a gente vem conversando bastante desde o ano passado. Desde que começamos o trabalho lá, desde a primeira conversa, a gente deixou muito claro que os quiosques teriam que sair e que a gente tava trabalhando para ordenar a visitação (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Diante da necessidade de retirada dos quiosques e proibição do comércio de ambulantes, a administração do PNSB pretende construir uma estrutura de recepção dos turistas no caminho de acesso à praia do Meio e aos demais atrativos no interior da área do Parque. A intenção é construir um centro de visitantes com lanchonete e prestação de serviços como aluguel de cadeiras e barracas e venda de *souvenirs*, como descrito a seguir:

Nós pretendemos construir um pequeno centro de visitantes, porque um centro de visitantes de grande vulto está previsto para Paraty... Haverá uma pequena exposição, venda de *suverniers*, aluguéis de barraca de praia, etc. A gente não detalhou ainda, mas o que tiver rentabilidade econômica e interesse na conservação, vamos trabalhar lá (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Há, portanto, por parte da equipe técnica a concepção de que é preciso substituir os serviços existentes por serviços em outro padrão, para que as práticas turísticas sejam compatíveis com a proteção da natureza. Assim, os administradores do PNSB consideram a ação de retirada dos quiosques e construção de um centro de visitantes como primordiais para se alcançar os objetivos do ecoturismo.

Mas mesmo com a possibilidade de construção de um centro de visitantes, outra questão a ser debatida é como garantir que os recursos derivados do processo de visitação sejam aplicados em conservação da biodiversidade e em benefício das populações locais. Assim, diante da tendência de exclusão dos atores locais com relação aos benefícios socioeconômicos que podem ser gerados com o turismo em Parques, a equipe do Parque pretende que a estrutura do centro de visitantes seja gerida pela população local e, principalmente, por aqueles que, atualmente, trabalham nos quiosques e restaurantes da praia do Meio. Porém, os administradores do PNSB afirmam que ainda não sabem como viabilizar tal “concessão”, mas que o compromisso assumido com a população local é de assegurar o repasse das atividades do centro de visitantes para os moradores. Esta iniciativa tende a representar, no futuro, um grande desafio para a administração da UC, como explicitado a seguir:

Ainda não sabemos como viabilizar que a exploração seja feita pela comunidade, porque não podemos direcionar o processo de licitação da concessão, mas estamos buscando formas jurídicas para viabilizar esta possibilidade, garantindo o desenvolvimento local (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Nem nós, nem o Instituto, temos estrutura e interesse em explorar economicamente o turismo em nenhuma das áreas do Parque e na verdade em nenhuma área de preservação... A idéia é conseguir repassar isso para a comunidade, como vamos fazer ainda estamos estudando com a procuradoria e o Ministério Público, mas a possível estratégia é essa, pulverizar, concessionar a lojinha, a lanchonete, os aluguéis, ao invés de concessionar o centro de visitantes como um todo, mexendo sempre com pequenos valores, porque se a gente terceiriza toda a atividade da Trindade vamos chegar a um valor que

não tem como deixar de fazer uma licitação pública (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Além disso, o chefe da unidade entende que esta é a melhor ferramenta para conseguir ter os moradores da Trindade ao lado da equipe de administração do Parque.

Apesar dos atores institucionais pretenderem construir esta estrutura de recepção aos turistas, um dos analistas ambientais da UC explica que será difícil alcançar esta meta até 2011 (como previsto), já que a área onde está localizado o Parque ainda envolve terras particulares ou do Patrimônio da União (terras de marinha), e esta situação precisaria ser regularizada para que as ações previstas possam acontecer:

Não tem terra nenhuma aqui no nome do Parque e a gente só pode construir se tiver no nome do Parque. Então isso é uma coisa que não depende da gente, o trâmite no SPU que é burocrático, indenizações (Interlocutor 3 – analista ambiental).

Outro ponto importante para a equipe técnica do PNSB, para que sejam alcançados os objetivos do ecoturismo, é a cobrança de ingresso para o acesso ao Parque e a limitação do número máximo de visitantes no interior da UC. Porém, estes afirmam que estas medidas somente poderão ser tomadas a partir do momento em que o Parque começar a oferecer uma estrutura mínima de recepção aos turistas:

Haverá cobrança de ingresso para o acesso às praias e um número limite de visitantes, mas só podemos começar a cobrar ingresso quando nós fornecermos um mínimo de estrutura: o centro de visitantes, banheiros, trilhas bem mantidas, esse último aspecto nós já estamos conseguindo alcançar, mas muitas das vezes passamos um período maior de tempo sem essa manutenção por falta de funcionários (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Sendo assim, a construção de infra-estrutura de recepção aos turistas no interior do PNSB, representa uma das prioridades da administração para o ordenamento do turismo.

Por todas as questões levantadas é possível perceber que dentre as ações apontadas pela equipe de administração do Parque como essenciais para o desenvolvimento do ecoturismo no PNSB, ainda não são mencionadas claramente ações direcionadas às necessidades identificadas pela própria população local, como a valorização da cultura caiçara. Porém, o conceito de ecoturismo trazido como base de reflexão nesta dissertação, enfatiza como elementos essenciais em planejamento, não só a redução da

pressão sobre os recursos naturais renováveis, mas também o fortalecimento da cultura tradicional (principalmente quando desenvolvido em unidades de conservação), bem como o compromisso de participação das populações envolvidas no processo, no que tange aos benefícios socioeconômicos gerados (IRVING, 2002; MORAES & IRVING, 2007).

b) Como se expressa a relação do PNSB com a Trindade

Após mais de 30 anos de ausência na Trindade⁷⁴, a administração do PNSB reconhece que a implementação da UC vem ocorrendo de forma lenta e há ainda muitos desafios a serem transpostos.

E algumas ações iniciais, como a proibição da área de camping da Associação de Moradores no interior do Parque, a autuação de todos os quiosques instalados na praia do Meio, as discussões sobre a necessidade de retirada desses quiosques e, a colocação de placas informativas sobre a existência do PNSB, geraram tensões entre a população local e a equipe técnica da UC, o que ocasionou conflitos:

Essa relação com a comunidade teve início no final de 2008, começo de 2009, então ainda existe muita reatividade com relação à nossa chegada efetiva lá, com a colocação das placas, dos limites, a proibição da área de camping dentro do Parque, com essa questão de autuação de todos os quiosques e fazer a retirada (Interlocutor 2 – analista ambiental).

É possível perceber em algumas falas que as regras iniciais impostas à população local sobre o que seria ou não permitido na Trindade, realmente não foram construídas em parceria com os atores locais, o que gerou ainda mais tensões e conflitos:

... nós estabelecemos algumas normas, que não foram construídas junto com a comunidade, foram impostas, mas em um processo de conversa muito longo. Eu tive em torno de 17, 18 horas de reunião com a comunidade antes de começar essa atividade. Depois dessas reuniões nós chegamos estabelecendo o que não podia mais acontecer e foi um processo que primeiro teve uma reação muito forte, teve trindadeiro que atravessou a sala, colocou o dedo na minha cara e disse que eu ia ter que matar ele para fechar o camping, mas quatro

⁷⁴ Esta ausência de mais de 30 anos da administração do Parque na área de Trindade ocorreu por causa da grande extensão territorial do PNSB, a dificuldade de limitação da área da UC, a ausência de pessoal e, principalmente, em função dos graves problemas fundiários que deveriam ser enfrentados.

reuniões depois, ainda antes do carnaval, esse mesmo cara falou que ia respeitar o que a gente fizesse (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Porém, apesar dos conflitos iniciais, a equipe da UC considera a Trindade como uma das áreas focais que mais tem exigido a atenção da administração do Parque. Isto porque, apesar desta ser uma área não muito extensa, se comparada com toda a área do Parque, possui uma visibilidade elevada. Assim, “ali é onde a gestão do PNSB está procurando ganhar visibilidade para as ações planejadas e se fortalecer para começar a trabalhar nas outras áreas da UC” (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Assim, para a implementação do Parque na área da Trindade (já que se encontra parcialmente no interior da UC), está em andamento o projeto “Nova Imagem”, que tem o objetivo de ordenar e implementar o Parque em alguns pontos estratégicos, até o ano de 2011, quando serão comemorados 40 anos da UC. E Trindade é entendida como ponto focal para a realização das metas: “O ordenamento todo de Trindade é uma das metas e a idéia é chegar em fevereiro de 2011 com isso pronto” (Interlocutor 3 – analista ambiental).

Para os administradores, ações como a demarcação da unidade com a instalação de cercas e placas informativas, operações de fiscalização, elaboração de termos de compromisso e, a proibição da pesca, são primordiais para a implementação do PNSB na área da Trindade.

O ordenamento do turismo na Vila (núcleo populacional que está no entorno do PNSB) também é entendido como fundamental para possibilitar a implementação do Parque na área, já que exerce influência direta sobre a administração da UC. As ações propostas para o ordenamento do turismo foram discutidas anteriormente. As demais ações do projeto “Nova Imagem” estão descritas, a seguir, a partir da percepção dos atores institucionais:

Um item central para a equipe técnica é a demarcação da área do Parque, para que se evite alegações de desconhecimento dos limites da UC pela população local.

Para a administração do PNSB:

mesmo ainda não sendo clara essa delimitação, todos os proprietários de posses ilegais não podem alegar desconhecer que estão no interior de uma unidade de conservação de proteção integral, já que, mesmo antes do início do projeto Nova Imagem, todos já haviam sido autuados (Interlocutor 2 – analista ambiental).

No entendimento destes interlocutores institucionais, a fiscalização sempre ocorreu e a delimitação da área do Parque será importante para melhor informar a população sobre sua existência:

Se são pessoas autuadas, elas conseqüentemente já sabem. Além disso, a fiscalização sempre ocorreu. Claro, existem lugares que é complicado da comunidade saber onde está o limite, nesses lugares podemos ter questão de metros de você não saber se a pessoa está dentro ou está fora, por isso que uma das nossas metas até 2011 é o Projeto Nova Imagem... Uma das ações desse projeto é definir os limites, para podermos inclusive, instruir a população (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Porém, foi mencionado que, em gestões anteriores, placas de demarcação da UC foram retiradas pelos moradores, “porque realmente eles não querem achar que estão fazendo alguma coisa errada” (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Apesar de existir posses de terras anteriores à existência do Parque, há também posses posteriores à UC e, neste caso, na percepção da equipe do Parque é

obrigação legal de uma pessoa que está comprando uma área verificar junto às instituições públicas se aquela área está livre de qualquer gravação, como uma área de unidade de conservação de proteção permanente. Todos têm muitas possibilidades de ter acesso a essa informação, ninguém compra uma área sem pesquisar antes, isso é a lei e a gente não pode alegar que desconhece a lei, é assim que funciona no Brasil (Interlocutor 2 – analista ambiental).

No que diz respeito, especificamente, às famílias que vivem no interior da área de Parque desde antes de sua criação (mais especificamente na praia do Caixadaço), a equipe do PNSB optou pela elaboração de um Termo de Compromisso para normatizar as atividades que vêm sendo realizadas para atender aos turistas como, por exemplo, a regularização dos campings. Com o fomento ao turismo e, as regularizações das atividades que já vêm sendo exploradas por esses moradores, os administradores pretendem “neutralizar” as atividades de extração de produtos no interior da área do PNSB.

A atual administração da UC, apesar de enfatizar que, pela lei, não é permitida a presença de moradores no interior de unidades de proteção integral, também reconhece o direito das populações tradicionais de permanecer em seu território, quando estas são realmente identificadas como tradicionais:

... e é o que nós estamos fazendo, garantindo a permanência deles lá dentro, tanto é que a gente não está tirando o “ganha pão” deles e nem o comércio que eles tem lá, de lanchonete, de camping, muito pelo contrário, eles são os únicos que tem permissão de explorar camping dentro do Parque, por enquanto.

...
existem algumas famílias pré-existentes ao Parque que irão permanecer por um bom tempo, porque não temos prioridade de tirá-los, porque temos outras ocupações no Parque que têm uma atividade muito mais impactante que a deles (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Para a equipe do Parque, a população que vive no interior da área do Parque “tem um potencial muito forte de ter uma subsistência de qualidade com a atividade turística, e a atividade turística está dentro da categoria de Parque” (Interlocutor 1 – chefe do PNSB). Sendo assim, a intenção é firmar acordos individuais com esses moradores, garantindo a manutenção de suas famílias no local até que elas sejam indenizadas:

... todas essas pessoas anteriores ao Parque e que moram no Parque e não foram indenizadas pelo Governo Federal, nós temos o compromisso com elas de que enquanto não saírem do Parque elas têm que ganhar dinheiro de alguma forma. Então serão feitos acordos individuais com essas pessoas (Interlocutor 3 – analista ambiental).

Tudo é um processo, é negociação, ninguém vai chegar com o pé na porta e tirar eles de lá, a coisa tem que ser gradual e dar as condições para continuidade daquelas famílias (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Vale lembrar que o Decreto 4.340, de agosto de 2002 (em seu artigo 39), que visa regulamentar alguns artigos da Lei do SNUC, menciona que no caso de populações tradicionais em UCs de proteção integral “*enquanto estas não forem reassentadas, as condições de permanência serão reguladas por um Termo de Compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o Conselho da unidade de conservação*” (BRASIL, 2000). Pela legislação vigente, na elaboração do Termo de Compromisso deverão ser indicadas as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor em relação ao processo indenizatório, devendo ser assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida (BRASIL, 2000).

A partir do exposto neste decreto, Melo (2007) discute que a grande ironia em torno da gestão, no caso dos Parques Nacionais, é que às populações locais é permitido participar do planejamento da sua própria exclusão, já que para o Termo de

Compromisso ser firmado entre atores locais e institucionais, o processo de indenização e retirada dessa população local precisa estar explicitado.

Importante considerar, então, que as questões de indenização não são as únicas que precisam ser avaliadas no momento de retirada da população local para implementação do Parque. Questões relativas aos impactos sociais e culturais também devem ser melhor entendidas, pela administração da UC, como essenciais nesta negociação.

Com relação à pesca, esta atividade vem também ocorrendo em desacordo com as normas da UC, mas este tema ainda não é prioridade para a administração do PNSB, uma vez que ainda não há uma relação de confiança entre os atores locais e administradores do Parque. Ademais, a proibição da pesca tende a gerar forte embate esses os interesses desses dois grupos:

... a pesca é uma atividade que ocorre lá em desacordo com as normas do Parque, mas que a gente ainda não começou a trabalhar porque precisamos primeiro ter essa relação de confiança e construção coletiva com a comunidade (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Diante das metas do projeto “Nova Imagem” descritas, a equipe técnica do Parque acredita ser possível uma medida para a minimização dos conflitos com os moradores. Este esforço poderia se concretizar com a maior participação da população na gestão do PNSB e a realização de atividades efetivas de educação ambiental, como ilustra o depoimento abaixo:

A gente começou trabalhando a comunidade mais como ferramenta para conseguir contornar os conflitos ali, porque se a gente traz a comunidade e a insere nos projetos do Parque, a gente começa a amenizar os conflitos da retirada de algumas atividades dali (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Sendo assim, a administração acredita que a criação do Conselho Consultivo do Parque⁷⁵ (Portaria no Anexo B) é fundamental para possibilitar uma maior participação dos atores locais na gestão e, a sensibilização dos mesmos para as necessidades de proteção da natureza e o desenvolvimento do ecoturismo. Para a equipe do Parque a própria educação ambiental dos trindadeiros está diretamente relacionada à gestão participativa do Parque:

⁷⁵ A criação do Conselho Consultivo do PNSB foi oficializada após a realização das entrevistas com os administradores do Parque, pela Portaria nº 103 de 30 de setembro de 2010.

A educação ambiental é uma questão pra gente muito mais voltada para a gestão participativa da Unidade, com a criação dos Conselhos... Essa questão da educação ambiental que a gente tem trabalhado é, então, o diálogo com a comunidade, é trazer a comunidade para perto do Parque, é essa troca, até mesmo dos saberes que eles possuem com relação àquela área, porque eles estão lá há muito tempo, é o conhecimento que eles têm. É uma troca, é um diálogo, é uma questão que a gente entende de fazer com que eles andem com as próprias pernas, sabendo que ali eles têm uma área, que seria o Parque Nacional, que pode agregar valor aos produtos e serviços que eles oferecem na Vila de Trindade (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Porém, parece haver uma grande expectativa com relação à criação do Conselho Consultivo que, apesar de ser um instrumento essencial para a explicitação dos conflitos existentes, e promoção da cidadania na gestão compartilhada da UC, ainda enfrenta diversas dificuldades para o seu funcionamento.

Embora o Conselho do PNSB ainda esteja em processo de consolidação, a equipe técnica da UC menciona que sua estrutura já foi formada e que as instituições/associações que farão parte do Conselho já foram identificadas. Para ela, este é um processo que está sendo conduzido de forma participativa, apesar de não ocorrer segundo uma metodologia pré-existente de formação de Conselhos (a descrição do processo de criação do Conselho está apresentado no Apêndice F, a partir do relato de um dos administradores do PNSB).

Os interlocutores institucionais acreditam que uma vez consolidado, o Conselho Consultivo da UC possibilitará a ampliação do processo participativo e o contato dos atores locais com a administração do Parque de forma mais formal e regular:

O Parque agora está no meio do processo de criação do seu Conselho Consultivo, onde há a participação de representantes de todas as comunidades que têm relação com o Parque, de universidades, de ONGs ambientalistas, é um público bem diversificado.

...

Estamos só esperando fazer realmente a formalização e iniciar os trabalhos de composição do regimento interno, mas existe um diálogo aberto que acontece tanto em Trindade como aqui na Serra. Eu não poderia dizer que está sendo feito segundo uma metodologia “x”, isso ainda não acontece, mas existe sempre um atendimento, uma conversa, reuniões que a gente faz quando eles solicitam, mas via Conselho é o que vai ser o formal mesmo, por enquanto (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Neste sentido, o Conselho do PNSB representa, em tese, uma instância potencial para a representação e participação da sociedade no processo, e uma via importante na discussão dos diferentes interesses envolvidos, intermediação de conflitos, mudanças sociais e democratização das relações de poder entre as populações locais e a administração do Parque, como discutido por diversos autores como Gohn (2007), Irving (2008), Loureiro e Azaziel (2006) e, Loureiro, Azaziel e Franca (2007). Mas, apesar destes espaços de discussão estarem previstos pela legislação, *“são ainda inúmeros os desafios a serem enfrentados para que estes possam realmente se transformar em espaços de governança democrática”* (IRVING, 2008, p.7).

Apesar desse interesse na gestão participativa e na formalização do Conselho Consultivo, a equipe técnica do Parque enfatiza também que o objetivo principal da administração é *“transformar aquilo num Parque Nacional, que tem uma série de restrições”* (Interlocutor 1 – chefe do PNSB). O Chefe do Parque afirma que:

somos poder executivo, não somos poder legislativo para ficarmos discutindo o que vamos fazer, nós temos que implementar. O ponto que a gente está, a gente sabe, e o ponto que a gente tem que chegar, a gente também sabe. O caminho que a gente está seguindo é que terá suas nuances.

Diante deste cenário, para a equipe do Parque, a população de Trindade tem duas diferentes posições frente à UC. Para ela, um desses grupos age a favor da existência e implementação do PNSB e tem maior consciência da necessidade de conservação e *“qualificação”* do turismo e, o outro, age em repúdio às atividades realizadas pela equipe do Parque:

O pessoal tem se incorporado bem às atividades, tem muita gente com o pé atrás, porque não sabem ou não querem saber o que a gente vem propondo, e há aquele medo de que a gente simplesmente vá retirá-los de lá (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Na visão dos interlocutores institucionais muitos moradores já entendem que a implementação e consolidação do Parque será um benefício, principalmente para a Vila de Trindade, que vive somente do turismo. Mas que ainda há a desconfiança por parte de alguns atores locais sobre essa real intenção. A equipe do Parque atribui tal desconfiança ao fato dos trindadeiros terem vivido um processo histórico violento de luta pela posse das terras na Trindade, como descrito abaixo:

Como é uma comunidade com um histórico muito complicado, que já se acostumou com a briga, e que teve que se insubordinar para evitar ser expulsa pelos grandes poderes econômicos, é uma comunidade meio belicosa (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Mesmo diante de um grupo que rejeita a existência da UC, de forma geral, já existe apoio dos moradores da Trindade ao trabalho da equipe do Parque. Assim, o chefe do PNSB acredita que à medida que os resultados do trabalho aparecem e são entendidos como positivos, a população local tenderá a apoiar, cada vez mais, a administração do PNSB.

c) A relação entre turismo e proteção da natureza no PNSB

Segundo a perspectiva institucional, a maioria dos turistas que visitam Trindade atualmente, “acabam por degradar a natureza, já que eles não se deparam com uma infra-estrutura básica mínima e, muito menos, uma infra-estrutura turística” (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Assim, o turismo da forma em que vem sendo desenvolvido na Trindade é um problema reconhecido pela equipe do Parque, com relação à possibilidade de perda da biodiversidade, geração de lixo e contaminação das praias, como explicado abaixo:

O turismo é um problema porque tem um grau de impacto enorme sobre as trilhas, sobre a piscina de água natural, as pessoas jogam muito lixo no meio da mata, na borda das trilhas. Eles comem na piscina natural, jogam cigarros, e é uma área, um ambiente protegido, principalmente para os peixes menores, que ficam ali se alimentando até poderem sair, é tipo um local de berçário, de alimentação, e temos ali ambientes extremantes sensíveis próximos a piscina natural, como uma área de uma fonte de água doce com presença de opiliões, que é uma espécie extremamente ameaçada e super sensível a qualquer tipo de poluição, de alteração do ambiente, e a gente ainda tem essa espécie ali, então se aquilo começa a ficar mais desordenado do que já está, daqui a pouco temos uma perda de biodiversidade bastante grande (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Além disso, o sistema de abastecimento de água, a coleta do lixo e o escoamento do esgoto não são adequados para atender à demanda de uma população flutuante nas épocas de verão e feriados, o que acaba por gerar uma grande pressão sobre a base de recursos naturais do Parque.

E mesmo as atividades realizadas pelos trindadeiros para atender aos turistas nos campings (como banheiros, fossas) e algumas construções irregulares, são consideradas como nocivas ao ambiente natural:

Em Trindade, se você for ver realmente as atividades da população tradicional, existem campings, banheiros, fossas, tudo aumentando, aí tem os filhos que já constroem uma outra casa, como aconteceu lá, então temos esses problemas, porque não é permitido aumentar as construções. As construções das populações tradicionais são muito mais harmoniosas com o próprio ambiente natural (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Para a administração do PNSB, esse ciclo de degradação ambiental em função do turismo só terá fim quando o poder público passar a oferecer uma melhor infraestrutura básica para a localidade, ou quando os turistas que a visitam se tornarem mais “conscientes” com relação aos problemas derivados da superlotação da Vila:

Eu não acho que devemos elitizar tudo, temos que dar acesso, temos que ter coisas mais acessíveis, mas também temos que dar qualidade de infraestrutura mínima para essas pessoas e ao mesmo tempo diversificar (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Por outro lado, a possível melhoria de infraestrutura básica na Vila realizada pela prefeitura de Paraty pode também se tornar um problema no futuro. Isto porque esta “melhoria” pode acarretar um aumento no número de turistas. Assim, a Vila receberia mais turistas, o que ocasionaria uma pressão ainda maior sobre o Parque, já que o perfil dos visitantes que buscam a localidade continuaria o mesmo. Esta percepção está ilustrada no depoimento a seguir:

Só que também o que eu vejo é que na hora que eles começam a ter esses serviços melhores, se a forma como vão receber aquele turista não mudar, o que acontece é que eles irão receber ainda mais turistas da mesma forma que vem acontecendo hoje, que é essa galera que fica em camping, deixa R\$10 lá por feriado, que leva sua própria comida, e que deixa lixo, esgoto, que consome a água e etc., e que não está pagando nem pelo que está consumindo. O trabalho tem que ser conjunto, ter os donos de restaurantes e pousadas mais preparados para receber o turista (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Assim, é mencionada a necessidade de se combinar melhoria de infraestrutura na Trindade com um perfil de turistas “mais consciente” com relação às suas atitudes e aos problemas ambientais que podem acarretar. Para isso, a equipe do Parque acredita

que o apoio dos atores locais no monitoramento do turismo é fundamental, já que esses vivem a realidade da Trindade e recebem todas as consequências, positivas ou negativas, desse processo:

A idéia é que a própria comunidade esteja de olho no que está acontecendo lá, é isso o que a gente vem negociando com eles, porque o reflexo do desenvolvimento do turismo recai sobre eles mesmos. Claro que há reflexo sobre o Parque, mas o turismo desordenado que está em desenvolvimento em Trindade tem um reflexo para a própria população (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Um exemplo de trabalho em parceria entre os atores locais e a equipe do Parque, que vem proporcionando avanços nas ações de proteção da natureza e uso dos recursos naturais para o turismo, é a regularização das atividades dos barqueiros, conforme reconhecido pelos interlocutores institucionais:

já consegui avançar bastante com relação à associação de barqueiros, que já realizava uma atividade compatível com o Parque, que é a travessia de barcos da praia do Meio para a Piscina Natural (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

A construção de um píer flutuante provisório, para evitar a entrada de embarcações na piscina natural é também uma das primeiras iniciativas realizadas, em parceria, e que obteve um ótimo resultado para a minimização de um possível conflito. Como consequência, o chefe do PNSB afirma que:

já formulamos conjuntamente uma carta de intenções para ser assinada entre o Parque e a Associação, formalizando a atividade e regulamentando como será a padronização dos barcos, uniformes, como serão as saídas, que tipo de barcos, quantas pessoas, como será a contabilidade disso, para no final a gente ter realmente um instrumento passando formalmente essa atividade para eles. Isso é onde a gente está avançado, porque era uma atividade que já tinha um grau de organização. A gente conseguiu pegar uma coisa que já existia e adequar ao Parque (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Sendo assim, para os administradores do Parque, o turismo pode ser um importante aliado à proteção da natureza, mas se desenvolvido com base nos pressupostos conceituais do ecoturismo e conforme as regras de manejo de uma UC de proteção integral:

o turismo é muito bem vindo em todos os Parques, mas tem que ser harmônico com a natureza, porque o objetivo principal dos Parques é proteger a natureza. O turismo é um objetivo secundário e muito bem vindo. O ecoturismo é um aliado na conservação. É possível sensibilizar as pessoas, mostrar o valor de um Parque Nacional para quem está visitando, dar retorno econômico para a comunidade que está recebendo. São várias funções excelentes para a conservação, mas tomando-se os cuidados necessários (Interlocutor 3 – analista ambiental).

Além disso, o ecoturismo pode servir de via de sensibilização dos visitantes para as questões ambientais e como alternativa de geração de renda para as populações locais.

d) O significado do Parque para o Turismo

Diante dos inúmeros impactos negativos do turismo na Vila e no Parque, a administração do PNSB está à frente do processo de ordenamento do turismo, buscando parcerias para melhoria de infra-estrutura, educação ambiental e compatibilização das atividades vigentes às normas de um Parque Nacional, como apresentado abaixo:

A gente está capitaneando o processo embora não seja uma responsabilidade só nossa, aí a gente está chamando a parceria da prefeitura. A gente está trabalhando junto com eles, mas quem está determinando as ações somos nós (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Entre as atividades em andamento, com a finalidade de minimizar os impactos negativos gerados pelo turismo sobre a biodiversidade do Parque, são mencionadas as “Operações Verão”. Estas Operações vêm sendo realizadas nos dias de carnaval e Semana Santa, quando a Vila recebe um maior número de turistas:

O que acontece hoje, nas Operações que a gente vem realizando, diz respeito à parte de sensibilização. A parte que a gente entende por educação ambiental, que seria um maior diálogo com os turistas, vem sendo feita através da sensibilização com o visitante que está chegando lá (Interlocutor 2 – analista ambiental).

De acordo com a administração do PNSB, as Operações Verão vêm sendo desenvolvidas com o apoio dos atores locais:

A primeira Operação foi feita com ciência e vários apoios da comunidade já, desde o início, então ao longo do processo nós estamos com um diálogo aberto. Tem coisas que dá para negociar, tem coisa que não dá. Têm passos que damos menores do que gostaríamos, mas acordados com a comunidade local, e têm outros que damos mesmo contra as opiniões locais (Interlocutor 3 – analista ambiental).

Apesar de esta não ser uma atividade contínua por falta de estrutura da própria instituição (ICMBio), tem permitido o controle da entrada de material descartável no interior das áreas do Parque, a sensibilização dos turistas e a fiscalização da área de maneira estratégica:

Nas Operações nós conseguimos controlar a entrada de descartáveis dentro dessas áreas do Parque, na praia do Meio não dá por causa dos quiosques. Já no Caixadaço a gente consegue negociar com os dois campings que eles só sirvam coisas retornáveis, então você vai pedir uma coca-cola, ela será servida de uma garrafa ou de uma lata e você vai beber em um copo de vidro que será devolvido, você vai comer o seu sanduíche no prato, então você não vai comprar um biscoito, ou uma coisa que gere lixo. E não é permitida a entrada de descartáveis dentro da piscina natural, então nas Operações a gente controla. Os monitores fazem trabalho de sensibilização e nós ficamos nas entradas das trilhas pedindo para o pessoal deixar os descartáveis ali para poder entrar, o que foi super bem recebido... quando esses turistas não respeitam essa regra, os fiscais vão até lá e retiram essas pessoas, como em qualquer outra UC (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Porém, a equipe do Parque percebe ser ainda necessário um trabalho mais consistente e regular de sensibilização e informação dos turistas:

Mas ainda está faltando um trabalhando mais amplo, que é exaustivo, cansativo, e que temos que bater na mesma tecla com os turistas, porque esse perfil de turista que visita Trindade não está acostumado a visitar Parque Nacional e muitas vezes não sabe que ali é um Parque Nacional (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Assim, a administração do PNSB pretende investir em uma maior divulgação dessas Operações, a fim de que os turistas venham mais preparados para Trindade e saibam que estão visitando um Parque Nacional que possui uma série de restrições legais com relação às atitudes do visitante:

O que nós estamos fazendo agora é divulgando nos restaurantes, nas pousadas, colocando cartazes, e via boletim informativo que nós emitimos, que não será permitido descartáveis nesse verão, portanto leve seu cantil, leve seu lanche dentro de vasilhas, em coisas que não vão produzir lixo, porque não dá pra gente ficar carregando lixo o tempo inteiro (Interlocutor 2 – analista ambiental).

Além das “Operações Verão”, outro projeto em andamento na localidade, com o objetivo de ordenamento do turismo e implementação do Parque, é a revisão do capítulo sobre a Trindade no Plano de Manejo, em parceria com a população local. Com relação a este tema a equipe do Parque menciona que:

Dentro do Plano de Manejo temos todas as previsões de manejo para aquela área, então o que está acontecendo é uma monitoria, e esta monitoria foi conversada e dialogada em uma reunião com a comunidade. Então, a revisão desse atrativo “Trindade” dentro do Plano de Manejo será feito como uma monitoria, para adequarmos à realidade de hoje, porque ele é de 2002. O nosso Plano de Manejo era muito específico em termos de detalhes, mas não é isso que a gente precisa, a gente precisa de uma coisa específica, mas um pouco mais ampla no sentido de dar possibilidades à gestão de implementar seus projetos de fato e que eles possam ser aprimorados e reelaborados conforme o tempo vá passando (Interlocutor 2 – analista ambiental).

A revisão do Plano de Manejo nós discutimos internamente e depois fomos e tivemos uma reunião com a Associação de Moradores, onde nós passamos ponto a ponto o que estava sendo estabelecido. Foram discutidos alguns pontos, nós justificamos, eles acrescentaram algumas coisas e a gente conseguiu consolidar com eles todas as propostas que a gente tinha, na verdade não era nenhuma novidade o que a gente estava falando (Interlocutor 1 – chefe do PNSB).

Diante deste contexto, para a equipe técnica do Parque, a UC representa o ponto focal para o desenvolvimento do turismo regional, o que tende a gerar melhoria de infra-estrutura, sensibilização dos visitantes para os impactos negativos do turismo sobre os recursos naturais da UC e geração de benefícios socioeconômicos para a população local. Ou seja, para a equipe, a implementação do PNSB significa o desenvolvimento de um novo modelo de turismo na Trindade, baseado em pressupostos do ecoturismo.

5.3. Integrando Percepções

Este capítulo tem o objetivo de discutir convergências e possíveis divergências entre as percepções da população de Trindade e dos administradores do PNSB, sobre o desenvolvimento do turismo nesta localidade.

Porém, é preciso que se interprete como se expressa, atualmente, a relação entre os moradores da Trindade e os administradores do Parque.

Para tal, a análise proposta se baseia em três eixos temáticos: 1) A relação entre a Vila e o PNSB, 2) O turismo e sua influência no processo de conservação dos recursos naturais e 3) O turismo e sua influência na qualidade de vida local.

1) A relação entre a Vila e o PNSB

Parece haver, por parte dos dois grupos pesquisados, o reconhecimento de que a relação entre eles é marcada por uma série de conflitos. Após muitos anos de ausência da administração do Parque na Trindade, esses conflitos surgiram das ações de ordenamento do turismo e implementação do Parque, marcadas, a princípio, pela sinalização dos limites do PNSB, proibição de atividades consolidadas, embargo das obras da rede de tratamento de esgoto e pela autuação e ameaça da necessidade de retirada dos quiosques da praia.

Estas ações iniciais criaram uma série de tensões entre os moradores e a equipe técnica do Parque, por afetarem, diretamente, a vida da população local. Nesse sentido, a própria equipe da UC reconhece que as regras iniciais impostas aos trindadeiros, sobre o que seria ou não permitido no interior e entorno do PNSB, não foram construídas em parceria com os mesmos.

Tais conflitos exemplificam a problemática da criação de unidades de conservação ilustrada por diversos autores, como Bensusan e Diegues. Para Bensusan (2006), o estabelecimento de espaços especialmente protegidos, vem sendo uma das ferramentas mais utilizadas para a conservação da natureza. Porém, a implementação dessas áreas tem enfrentado inúmeros desafios. Em primeiro lugar, em função da maneira como foram e, em alguns casos, ainda são estabelecidas, fazendo com que populações locais sejam desalojadas ou estejam em permanente tensão sobre sua

possível retirada destas áreas. As restrições de uso e sua imposição aos grupos locais costumam também ocorrer sem explicações e/ou compensações, o que gera inúmeras frustrações e incertezas. Além disso, frequentemente, os administradores dessas áreas não percebem com clareza no cotidiano da gestão os conflitos sociais e culturais que tal processo costuma causar, o que se ilustra claramente na dinâmica discutida no caso do PNSB. Nesse sentido, Diegues (2004) discute ainda que a criação dessas áreas, em muitos casos, impossibilita a manutenção dos costumes dos grupos aí existentes, já que se baseia em um modelo que tende a desconsiderar os contextos socioculturais e econômicos locais e, as necessidades de adaptações a cada realidade, uma vez que este foi diretamente transportado da realidade da América do Norte para os países da América do Sul.

A partir dessa análise sobre o modelo de UCs e especialmente de Parques Nacionais adotado pelo Brasil, não é difícil entender o porquê da relação entre administradores do PNSB e população da Trindade ser caracterizada como conflituosa. Este Parque ilustra uma situação histórica de afastamento entre a gestão pública e as populações locais e também as tensões da presença da gestão pública que impõe normas de restrição de uso dos recursos naturais muitas vezes não compreendidas.

Como consequência, atualmente na Trindade, parece haver o reconhecimento pelos dois grupos de atores que a existência do Parque constitui um problema a ser solucionado. Uma dessas visões é a favor da existência da UC e, neste caso, esta percepção é baseada nos benefícios que poderão ser gerados com o turismo para a população local. Uma segunda leitura é contra a existência do Parque, e esta parte do pressuposto que a UC não irá trazer qualquer benefício para o desenvolvimento do turismo e para a vida da população local.

Essas diferentes visões decorrem de uma série de tensões desencadeadas desde que a atual equipe técnica do PNSB retomou as atividades de implementação da UC, em 2008. E, principalmente, em função da desconfiança sobre a relação dessa equipe com o condomínio Laranjeiras, representado pela ONG Cairuçu.

Assim, o PNSB é internalizado pela população local não como patrimônio coletivo, mas como bem de domínio do poder público. Por esta razão, não é percebido como gerador de benefícios diretos para os grupos humanos em seu interior (ou entorno), com relação às possibilidades diretas de melhoria de qualidade de vida. Como discutido por Irving (2010), quando isso acontece, estas áreas passam a ser interpretadas

como obstáculo ao direito dos atores locais de existir e sobreviver e como expressão de interesses e intenções exógenas desconhecidas.

Diante desse cenário, parece ser reconhecida por ambos os grupos de atores a necessidade do diálogo constante e uma maior participação dos moradores da Trindade na gestão do PNSB. Porém, uma das principais dificuldades para o processo de gestão das unidades de conservação, com destaque para os Parques, é justamente o fato dos órgãos governamentais dificilmente atuarem, em conjunto, no local de inserção de uma UC, o que gera conflitos de políticas públicas e uma atuação institucional distante da realidade local (IRVING, 2002). Irving (2002, p. 60) destaca ainda que *“esse conjunto de posturas e limitações institucionais impediu durante muito tempo a discussão da perspectiva de gestão compartilhada das áreas protegidas, com um maior engajamento da comunidade local na tomada de decisões”*.

Como alternativa potencial à participação da população da Trindade na gestão do PNSB, a equipe do Parque acredita na consolidação do Conselho Consultivo, recém-criado na UC. Mas esta necessidade não parece ainda compreendida, com clareza, pelos moradores locais. Por isso, o Conselho do PNSB pode vir a representar uma instância potencial para a representação e participação da sociedade no processo, e se constituir em um espaço de mediação nas relações sociedade / Estado, como discutem Gohn (2007), Irving (2008), Loureiro e Azaziel (2006) e Loureiro, Azaziel e Franca (2007). Mas são ainda inúmeros os desafios a serem enfrentados para que o Conselho do PNSB possa realmente se transformar em espaço de *“governança democrática”* (IRVING, 2008, p.7). A começar pela mobilização dos moradores locais e internalização, por ambas as partes, das dificuldades do processo e reais potencialidades de um Conselho consolidado.

2) O turismo e sua influência no processo de conservação dos recursos naturais

Uma questão central abordada com relação ao turismo em sua influência no processo de proteção da natureza, tanto para a população da Trindade quanto para a administração da UC, diz respeito à abertura da rodovia Rio-Santos e, o asfaltamento do Morro do Deus me Livre, único meio de acesso terrestre à Vila. A maior facilidade no acesso a esta localidade impulsionou fortemente o desenvolvimento do turismo, a partir da década de 70, o que resultou no aumento da pressão antrópica sobre a base de recursos naturais, no interior do PNSB. Além disso, a falta de infra-estrutura básica e

turística na Vila é também discutida como ponto desfavorável ao desenvolvimento do turismo e que contribui para o aumento da pressão sobre os recursos naturais.

Como resultado do processo, a administração do Parque reconhece o aumento crescente do número de turistas na Trindade como prejudicial à proteção da natureza. Além disso, na percepção da equipe do Parque, a mudança no perfil dos turistas (dos “hippies” para os “paulistas” de classe média), ocasionada pela facilidade no acesso à Vila, também representa um problema a ser solucionado. Essa mudança significou, sob a ótica dos moradores da Trindade, um ganho com relação aos benefícios econômicos a partir da ampliação do número de pousadas, campings, restaurantes. Porém, para os administradores do Parque, o perfil do turista da Trindade passou a representar uma ameaça à conservação dos recursos naturais, em função de seu baixo poder aquisitivo e sua motivação estritamente relacionada à tríade “sol, praia e mar”.

Diante deste quadro, a equipe do Parque reafirma que o modelo de turismo que vem se desenvolvendo na Trindade é prejudicial à proteção da natureza e que, para se tornar compatível aos objetivos de um Parque Nacional, deve privilegiar o contato dos turistas com a natureza e a educação ambiental. Esta compatibilização, para a equipe do Parque, significaria, efetivamente, a internalização dos princípios de ecoturismo, que segundo as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 1994), representa uma prática que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, e incentiva a sua conservação.

Nessa perspectiva, foi discutida uma série de propostas de ação para o ordenamento do turismo no Parque e sua zona de amortecimento (a Vila), para que se minimize os problemas ocasionados para a proteção da natureza.

Dentre as propostas mencionadas destacam-se: a realização de um Estudo de Capacidade de Suporte, a retirada dos quiosques da praia do Meio, a construção de um Centro de Visitantes e, a cobrança de ingresso na entrada do PNSB.

Com relação ao Estudo de Capacidade de Suporte a equipe do Parque acredita que a limitação no número de visitantes atrairá um novo perfil de turista, com um poder aquisitivo mais elevado e com a sensibilidade para a conservação da natureza.

Porém, entre os moradores locais, há uma divergência de pensamentos. Alguns alegam que uma possível redução no número de turistas na Vila poderá ocasionar conseqüências indesejadas, como a diminuição da renda. E outros acreditam que este Estudo poderia atrair perfis de turistas mais “conscientes” e “qualificados” ao longo de

todo o ano, diminuindo o efeito da sazonalidade e proporcionando o mesmo patamar de geração de renda para a população local.

Ainda assim, é evidente que a administração do Parque não pode garantir que a restrição do número de visitantes na Trindade irá atrair um novo perfil de turista, e esse é o medo demonstrado por parte dos moradores locais.

A possível ação de retirada dos quiosques existentes no interior do PNSB é citada, pela equipe do Parque, como ponto de partida para um maior ordenamento do turismo na Trindade e minimização dos impactos negativos causados sobre a base de recursos naturais da UC. Por outro lado, os atores locais, apesar de reconhecerem o impacto ambiental que essas instalações ocasionam para o Parque, não acreditam que sua retirada seja a melhor solução para o problema, já que existem inúmeras famílias que dependem desta fonte de renda. Por esta razão, esta é uma ação que ainda está em negociação entre administradores e moradores e o risco de retirada dos quiosques representa ponto focal de conflito.

Como solução aos problemas que poderão ser desencadeados com a retirada desses quiosques, os administradores do PNSB pretendem construir uma estrutura de recepção aos turistas (pequeno centro de visitantes), no caminho de acesso à praia do Meio e aos demais atrativos que se encontram no interior da área do Parque. Além disso, objetivam proporcionar meios para que tal estrutura seja gerida pelos próprios atores locais e que a renda derivada dos serviços prestados (aluguel de cadeiras e barracas, lanchonete...) fique “nas mãos” dos próprios moradores, apesar de ainda não saberem como esta “concessão” será possível. Os moradores da Trindade demonstram conhecer esta proposta, mas não sabem como este centro de visitantes irá substituir o trabalho de todas as pessoas que hoje vivem dos quiosques. Ademais, acreditam que a retirada desses bares e restaurantes da praia irá significar uma perda de interesse dos turistas pelo local.

Um problema apontado pela equipe do Parque, com relação à construção dessa estrutura de recepção aos turistas, diz respeito ao fato do Parque ainda estar localizado em uma área de terras particulares ou do Patrimônio da União, como área de marinha, o que ainda impossibilita esse tipo de intervenção. Sendo assim, não há previsão para a retirada desses quiosques da praia do Meio e, muito menos, para a construção dessa alternativa que pode gerar renda adicional para os moradores locais.

Outra ação primordial na leitura dos atores institucionais para planejamento de um novo modelo de desenvolvimento do turismo na Trindade, tende a ser a cobrança de

ingresso para o acesso ao Parque e, a limitação no número de visitantes no interior da UC. Porém, estes afirmam que tais medidas só poderão entrar em vigor quando a administração começar a oferecer uma estrutura mínima de recepção aos turistas no interior do PNSB. Para os atores locais, a cobrança de ingresso para acesso ao Parque será positiva somente se a renda for remetida à própria localidade. Mas com relação à limitação do número de turistas, não há consenso. Alguns acreditam que será prejudicial ao desenvolvimento do turismo e, outros, que será essencial para o planejamento e melhor atendimento dos visitantes.

Diante deste cenário, é possível afirmar que a equipe do Parque enfatiza a necessidade de minimização dos impactos negativos do turismo sobre os recursos naturais e, a importância em se compatibilizar este desenvolvimento com as regras de um Parque. Os atores locais, por sua vez, enfatizam a necessidade de se pensar nas consequências de cada ação para a qualidade de vida dos moradores e os impactos negativos que poderão acarretar tanto para a valorização e manutenção da cultura local, quanto para a continuidade das fontes de geração de renda da população.

Além das ações propostas pela equipe do PNSB (Estudo de Capacidade de Suporte, retirada dos quiosques, construção de centro de visitantes, cobrança de ingresso), os atores locais acreditam na organização dos próprios moradores, por meio da Associação de Moradores, para ordenar o turismo na Trindade e controlar os impactos negativos sobre a natureza. Essa necessidade dos moradores de participar do processo de ordenamento do turismo na Trindade evidencia que as ações propostas pela administração do Parque não foram ainda planejadas em conjunto com a população local segundo as expectativas.

Mas, com a iniciativa de criação do Conselho Consultivo, parece haver o interesse de ambos os grupos na articulação para o trabalho em conjunto.

Portanto, é possível interpretar que o conjunto das ações propostas, se planejadas e desenvolvidas em parceria, podem levar, no futuro, ao desenvolvimento do turismo na Trindade por caminhos mais negociados e, portanto, sustentáveis a médio e longo prazos.

3) Com relação ao turismo e sua influência na qualidade de vida local

Os moradores da Trindade consideram que o turismo vem proporcionando ao mesmo tempo consequências positivas e negativas para a melhoria de qualidade de vida

da população local. As conseqüências positivas dizem respeito aos benefícios econômicos gerados e, as negativas, à descaracterização da cultura local.

A problemática do aumento da renda *versus* manutenção da cultura caiçara é fortemente debatida e entendida como uma conseqüência do turismo para a QV local e uma questão ainda em latente conflito. Os moradores locais não sabem como trabalhar para atender as necessidades dos turistas, diminuir os efeitos da sazonalidade e aumentar a renda ao longo de todo o ano e, ao mesmo tempo, conservar e incentivar as práticas tradicionais dos trindadeiros.

A população da Trindade enfatiza a necessidade de valorização cultural no processo de desenvolvimento do turismo na Vila. E, assim, reforça a importância de um dos pressupostos do ecoturismo: a conservação do patrimônio cultural.

Enquanto a desvalorização da cultura e das práticas tradicionais se mantiver como conseqüência do desenvolvimento do turismo, a Trindade estará inserida em um modelo de desenvolvimento não compatível aos anseios de qualidade de vida dos atores locais.

6. Concluindo para não concluir

Constituiu objetivo da pesquisa a investigação sobre a relação entre o atual processo de desenvolvimento do turismo em Trindade, o compromisso de proteção da natureza no PNSB e, a qualidade de vida dos moradores locais. E, para tal, o seu desenvolvimento se baseou na seguinte questão norteadora: em que medida o turismo é capaz de contribuir para a conservação da biodiversidade em uma unidade de conservação e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais?

Na lógica construída para a investigação se buscou interpretar as subjetividades envolvidas, com base na leitura sobre os temas abordados pelos próprios moradores de Trindade e pelos interlocutores da administração do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

O turismo em Trindade é percebido de forma contraditória, mas como uma realidade que não mais pode ser negligenciada em planejamento. A população local percebe, com clareza, os benefícios econômicos que este pode gerar, mas identifica o risco de seu desenvolvimento, com relação à manutenção do modo de vida local. Para a administração do Parque, o turismo em Trindade tem sido responsável por impactos indesejados sobre a biodiversidade e ela se manifesta sobre a necessidade de ordenamento do turismo para que este possa realmente estar adequado às restrições da categoria de manejo representada por um Parque Nacional.

Na verdade, as percepções de ambos os grupos (moradores locais e interlocutores da gestão pública) tendem a afirmar que, embora o turismo em Trindade seja uma realidade a ser enfrentada, os riscos identificados resultam do fato de que as premissas do ecoturismo ainda não se refletem no modelo de turismo desenvolvido no Parque.

Para avançar na construção de uma nova forma de desenvolvimento do turismo em Trindade seria necessário que fossem ressignificadas as subjetividades envolvidas na relação entre a população de Trindade e a administração do Parque. Como a gestão pública esteve ausente durante muitos anos do local e como retornou, recentemente, com diretrizes de ordenamento e/ou restrições ao uso dos recursos naturais, o que implicou em riscos de mudanças nas rotinas já consolidadas, parece haver uma grande desconfiança e incerteza da população local com relação aos riscos futuros para o seu

cotidiano. Esta percepção é agravada pela desconfiança dos trindadeiros com relação à parceria do Parque com representações do condomínio Laranjeiras, fonte de inúmeros conflitos na história do lugar. Ainda assim, tanto a população de Trindade, quanto a administração do PNSB manifestam o desejo de aprimoramento deste diálogo no sentido de “neutralização” de incertezas e ampliação da transparência no processo de gestão da UC, o que pode ser consolidado com o funcionamento do Conselho e de ações conjuntas, no futuro.

O maior desafio a ser enfrentado pela administração do PNSB é, não somente cumprir a sua função para a proteção da biodiversidade, mas, também, a consolidação de uma prática de gestão baseada na participação social e no debate sobre os diferentes interesses e que considere a própria concepção dos trindadeiros sobre “qualidade de vida”. Explicitar os diversos interesses, conflitos e pontos de vista constitui também uma alternativa para que a gestão pública possa assegurar uma relação de confiança com a população local e para conhecer os seus anseios e expectativas em relação à UC, o que tende a viabilizar um processo mais realista e consistente, a longo prazo. Neste sentido é necessário ressaltar a importância do Conselho Consultivo como espaço potencial de diálogo que possibilita, em tese, a explicitação e discussão de conflitos.

Ainda que recente, o Conselho Consultivo do PNSB, criado em 2010, está em fase de consolidação e, para a equipe do Parque, ele representa a principal “porta de entrada” da população local na gestão da UC, embora este instrumento ainda não tenha sido incorporado pelos trindadeiros.

Para o planejamento e gestão de um novo modelo de desenvolvimento do turismo é preciso que se incorpore ao compromisso de participação das populações envolvidas no processo, no que tange aos benefícios socioeconômicos gerados e ao processo de tomada de decisões. Somente a partir desta concepção o ecoturismo poderá se tornar realidade em Trindade.

Resgatando o conceito de ecoturismo que define ser este “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994), é importante considerar que além de se constituir em uma importante alternativa econômica, o ecoturismo pode também representar um caminho possível para o fortalecimento da cultura tradicional e a redução da pressão sobre os

recursos naturais renováveis, principalmente quando desenvolvido em unidades de conservação, conforme discutido por Irving (2002) e Moraes e Irving (2007).

Para a administração do PNSB, o turismo poderia contribuir para a proteção da natureza se fosse desenvolvido segundo os pressupostos de utilização sustentável do patrimônio natural e incentivo à sua conservação, conforme enunciado no conceito de ecoturismo. Para a população de Trindade o turismo poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida se desenvolvido segundo os pressupostos de utilização sustentável do patrimônio cultural e promoção de bem estar para as populações envolvidas no processo. Considerando “Qualidade de Vida” entendida pela população de Trindade como manutenção e valorização dos costumes caiçaras, geração de benefícios econômicos e melhorias em infra-estrutura básica e turística para a localidade, conservação dos recursos naturais e gestão local do turismo, o planejamento do turismo ainda precisa avançar para que atenda efetivamente a seus anseios e para que se desenvolva efetivamente segundo os pressupostos das “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (EMBRATUR, 1994).

O ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina pode representar uma alternativa possível para a proteção da biodiversidade e para a melhoria de qualidade de vida da população de Trindade, se os benefícios socioeconômicos por ele gerados se relacionarem ao compromisso de conservação do patrimônio cultural e natural, e permitirem que a população local seja inserida como protagonista no processo de planejamento e gestão do Parque (IRVING, 2008).

Porém, alguns obstáculos ainda precisam ser superados para o desenvolvimento do ecoturismo no PNSB e em diversas unidades de conservação, como discutido por Irving (2008). Tais obstáculos são: 1) a limitação de recursos humanos qualificados; 2) a limitada infra-estrutura disponível nas UCs; e 3) o fato dos órgãos governamentais dificilmente atuarem em conjunto no local de inserção de uma UC, o que gera conflitos de políticas públicas e uma atuação institucional distante da realidade local. A pesquisadora afirma ainda que estes são agravados por não existir um mecanismo sistemático de integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais, com atribuição na gestão de unidades de conservação, o que acaba por produzir ações segmentadas e pouco efetivas, com relação à conservação de áreas de elevada biodiversidade. E esta também é uma característica bastante perceptível na Trindade.

Por todas estas razões, o ecoturismo em Parques – e especialmente no PNSB, objeto deste estudo - representa, ainda, uma potencialidade a ser consolidada nos

próximos anos. E para que se torne realidade, é fundamental que este não seja apenas entendido na lógica romântica de viagens à natureza, mas como fenômeno complexo, com inúmeras implicações nos planos ambiental, social, econômico, político e, principalmente, ético.

Portanto, o desafio de se implementar o ecoturismo como uma prática consistente com relação às demandas locais em um Parque Nacional não é fácil de ser superado, diante da diversidade de concepções, interesses, tensões e subjetividades envolvidas.

Nesse cenário de incertezas e contradições, no entanto, parece haver um ambiente favorável para a realização de ações conjuntas para o desenvolvimento do ecoturismo no PNSB, se a administração do Parque planejar ações articuladas com as demandas locais de qualidade de vida e se os moradores da Trindade assumirem os compromissos de proteção da natureza nessa unidade de conservação.

Referenciais Bibliográficos

ARIZA da CRUZ, R. de C. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade.

AYRES, H. H. F.; IRVING, M. O olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: reflexões.

BARRETO, M. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, C. M. T;

BRUHNS, H. T; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: FAPESP, 2003.

BARTHOLO, R. **Exclusão social no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária.

BENEVIDES, I.P. Planejamento governamental, produtos e territorialidades turísticas no Ceará. In: **VI Encontro Nacional de Turismo e Desenvolvimento**.

BENSUSAN, N. **A Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. **Trabalhos de Turismo e Desenvolvimento**.

BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira** – Área Temática: Agricultura Sustentável.

_____. **Decreto Legislativo n 2 de 5 de junho de 1992**. Convenção da Diversidade Biológica. Brasília: EMBRATUR, 1992.

_____. **Lei n 9.985**, que regulamenta o art. 225, parágrafo 1, incisos I, II, III, VII da Constituição Federal.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/IBAMA/DIREC. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Paraty**.

_____. Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty – **PDDT**, 2003.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** – Relatório nacional de acompanhamento. Brasília:

_____. **Decreto n 5.758**, que regulamenta o art. 84, incisos IV e VI da Constituição Federal, institui o P

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil**.

_____. **Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**, Institui Política Nacional de Desenvolvimento Su

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Brasília, 2007.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. **Turismo para quem?** Sobre caminhos de desenvolvimento sustentável. Imagem, 2009.

CARVALHO, V. F (2007). O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. Dis

CEBALLOS – LASCURÁIN, H. Introdução: o ecoturismo como fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. R

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. (2006). **Reflexões sobre o Turismo Comunitário**. Disponível em: <http://www.cmmad.org.br>

CORRÊA, F. V. **O Parque Nacional da Serra dos Órgãos**: entendendo a dinâmica do conflito na gestão, 2002.

COSTA, P. C. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo).

DANTAS, R. A. S., SAWADA, N. O., MALERBO, M. B. Pesquisas sobre a Qualidade de Vida: revisão crítica

DAVENPORT, L. e RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TER

DÉJARDIN, I. P. Planejamento e gestão para o desenvolvimento territorial sustentável em regiões de elev

DEMO, Pedro. Participação e Planejamento – Arranjo Preliminar. Revista de Administração Pública/FGV

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec: Núcleo de Estudos em Ecologia e Meio Ambiente, 1998.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec: Núcleo de Estudos em Ecologia e Meio Ambiente, 2000.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro - os parques nacionais do Estado**.

_____. O Sistema Brasileiro de Parques Nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental.

_____. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988. *Ambiente & Sociedade*, ano II - n.º 1, p. 1-10.

EMBRATUR. **Manual de Municipalização do Turismo**. Brasília: Embratur, 1998.

FACO, R. A. ; NEIMAN, Z. Programa de Interpretação e Educação Ambiental através de uso de sistema de sinalização no Parque Nacional das Emas, Brasil. In: **VI Congresso Iberoamericano de Turismo**, 1998, Brasília, DF, Brasil. Anais do VI Congresso Iberoamericano de Turismo, Brasília, DF, Brasil, 1998, p. 1-10.

FERREIRA, L. da C. **Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de**

_____. **Idéias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2000.

FLECK, M. P. A., LOUZADA, S., XAVIER, M., CHACHAMOVITCH, E., VIEIRA, G., SANTOS, L., e

FRANÇA, A. C. L. **Indicadores Empresariais de Qualidade de Vida no Trabalho**. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, J., MATTOS, P. (org.). **Teoria Crítica do Século XXI**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 1-10.

FURTADO, N. Qualidade de Vida. **Revista Scientia Medica**. Porto Alegre, v. 17, n.º 1, 2007.

GASTAL, S. Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. In: GASTAL, Suzana (Org.) **Turismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 1-10.

GIULIANI, G.M. Sociologia e Ecologia: um Diálogo Reconstruído. In: **Dados** vol. 41: Rio de Janeiro: IUUPERJ, 2001, p. 1-10.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IBAMA. Contexto Federal das Unidades de Conservação, 2002. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>

_____. Dados sobre as Unidades de Conservação Federais, 2009. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>

IRVING, M. A.; MATOS, K. Gestão de Parques Nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação

IRVING, M. A. *et al.* A. Construção de Governança Democrática: interpretando a gestão de Parques Nacionais

IRVING, M. A. Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de

IRVING, M. A.; AZEVEDO, Júlia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

IRVING, M. A. Turismo como instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia.

_____. Ecoturismo Em Áreas Protegidas: Da Natureza Ao Fenômeno Social. In: CASTILHO, M. (Org.)

_____. Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção ambiental

IRVING, M. A.; GIULIANI, G.M.; LOUREIRO, C.F.B. Natureza e Sociedade: Desmistificando mitos par

IUCN. Declaração de Bariloche. In: **Congresso latinoamericano de Parques Nacionais e Outras Areas**

IUCN. DUDLEY, N. (Editor). Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. Gland, S

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de Vida – aspectos conceituais. F

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem

LUCHIARI, M. T. D. P. *O. Lugar no mundo Contemporâneo: Turismo e Urbanização em Ubatuba-S*

- MACIEL, T. M. F. B (Org.). **Caminhos para o Desenvolvimento: Século XXI**. Rio de Janeiro: Cátedra U
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In
- MEDEIROS, R. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Socie**
- MEDEIROS, R.; IRVING M. A. ; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de u
_____. Áreas Protegidas no Brasil: interpretando o contexto hi
- MEIRELES, Anselmo. Disponível em <http://www.trindade.tur.br/praias.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2
- MELO, G. M. **A Leitura da Gestão dos Parques Nacionais sob a Ótica das Populações Locais**: os parq
- MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo e participação comunitária**: Prainha do Canto Ver
- MIKHAILOVA, I.; MULBEIER, J. Ecoturismo em Unidades de Conservação: um estudo de caso do Parq
- MINAYO, M.C.S **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.
- MORAES, E.; IRVING, M. Ecoturismo em reservas extrativistas na Amazônia: avanços e desafios. **II En**
- MORAES, E. **Encontro na Floresta...** Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativist
- MOSCOVICI, Serge. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007 (
- MUSSI, S. M. **O processo de Gestão Participativa e Educação Ambiental em Conselhos de Unidades**
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- NEIMAN, Z.; MENDONÇA, V.M. e SCHLINDWEIN, M. N. Eu e a Brisa: reflexões sobre a percepção a
- NOBRE, M. R. C. Qualidade de Vida. **Revista Brasileira de Cardiologia**. São Paulo, v. 64, nº 4, 1995.

- OLIVEIRA, Alexandra Campos. Turismo em áreas “menos desenvolvidas”: caracterização, desenvolvimento e sustentabilidade. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2004.
- PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil. *In: PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.*
- PASCHOAL, S. **Qualidade de vida do idoso**: elaboração de um instrumento que privilegia a sua opinião. *Revista Brasileira de Gerontologia*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1988.
- PEREIRA, Francine Maria. **Vila da Trindade, Paraty, RJ: Turismo Sustentável?** Santo André: Uni ABC, 2004.
- PINTO-NETO, A. M., CONDE, D. M. Qualidade de Vida. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1989.
- PNUD (Brasil). **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Brasil, 1996.
- _____. Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil com a participação do IPEA, FJP e IBGE. **Desenvolvimento Humano**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1996.
- POLES, G.; RABINOVICI, A. O ambientalismo, o Turismo, e os dilemas do desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2004.
- RABELO, D. L. O ecoturismo como experiência e prática de liberdade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2004.
- RAIMUNDO, S. Conservação da natureza e turismo no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2004.
- RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. *In: NEIMANN, A. (Org.). Turismo e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2004.*
- RAMOS, J. B. Ecoturismo: viagem sustentável, 2004. Disponível em: <<http://74.125.47.132/search?q=cac>>
- ROCHA, L. G. M.; DRUMMOND, J. A.; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2004.
- RODRIGUES, C. G. O. **O uso público nos Parques Nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2004.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. *In: BURSZTYN, Marcel (Org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Annablume, 2004.*
- SANCHO, A. **Turismo: Alternativa Efetiva de Inclusão Social?** Uma Reflexão sobre as Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2004.
- SANSOLO, D. G.; FERNANDEZ, L. R. G.; MASSARUTTO, R. C. Turismo Comunitário em pequenos municípios. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2004.

SANTOS Jr., S. J. dos; TUNES, G.; BARTHOLO, R. S. Natureza, Enraizamento e Desenvolvimento Situado. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Cortez Editora, 2006.

SETIÉN, M. L. **Indicadores sociales de calidad de vida**. Madrid: Siglo XIX de Espanha Editores, S.A; 1997.

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento Territorial de Dinâmica Local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMON, A. V. S. Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. 24 p. São Paulo: FAPESP, 1994.

_____. Conflitos na Conservação da Natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. 1994.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. São Paulo: Aleph, v. 2, 2000.

TENÓRIO, F. G. & e ROSENBERG, J. E. Gestão Pública e cidadania: metodologias participativas em ação. São Paulo: Cortez, 2006.

THE WHOQOL GROUP. **Development of the WHOQOL**: Rationale and current status. 1994.

TIES. Conceito de ecoturismo. 1990. Disponível em <http://www.ecotourism.org>. Acesso em 02 de julho de 2006.

TRIGO, L. G. T. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 1998.

UNESCO. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação**. Paris, 2005.

VIANA, V. M. Envolvimento Sustentável e Conservação das Florestas Brasileiras. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2006.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições. In: BARTHOLO, R.; SANSO, M. (org.). **Turismo e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2006.

Apêndice A - Resumo dos projetos e programas destinados a fomentar e ordenar o ecoturismo em unidades de conservação implantados nos últimos anos no Brasil

- Programa de Visitação em Parques Nacionais: anteriormente citado, trata-se de iniciativa do então IBAMA (hoje, Instituto Chico Mendes) destinada a estruturar e qualificar a visitação em 25 Parques Nacionais brasileiros em consonância com os objetivos de manejo e as prioridades de planejamento e implementação de cada unidade. Os recursos financeiros aplicados, oriundos de compensação ambiental, possibilitaram obras como a construção de dois centros de visitantes, nos Parques Nacionais Marinho de Abrolhos e Chapada dos Veadeiros, e a elaboração dos planos de manejo dos Parques Nacionais Serra das Confusões e Aparados da Serra. As metas iniciais do Programa são: incrementar em 15% ao ano o número de visitantes; implementar a primeira fase de um programa de arrecadação em seis parques; estabelecer novos serviços de concessão e planejar ações de implementação dos Parques Nacionais e de desenvolvimento do turismo. O Programa inspirou a formação do GTI responsável pela formulação do Plano de Ação para a Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais.

- Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação: sintetizam um conjunto de princípios e recomendações para os gestores das unidades com vistas a ordenar a visitação e promover sua sustentabilidade. A adoção dessas diretrizes foi recomendada aos órgãos gestores que compõem o SNUC e aos demais atores envolvidos com a visitação em unidades de conservação.

- Plano Nacional de Turismo 2007-2010: visa estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional por meio do Programa de Regionalização do Turismo, que selecionou roteiros e regiões brasileiras que apresentam condições de serem trabalhados. Os 65 destinos devem receber investimento para que, até 2010, sirvam de modelo para o desenvolvimento turístico-regional em outras regiões, considerando princípios como sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica.

- Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur): resultado de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o BID, o Proecotur tem o intuito de viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, criando as condições necessárias para que os estados da região administrem de forma eficiente áreas com potencial para o turismo ecológico segundo critérios estabelecidos pelo Projeto (PROECOTUR s/d). A fase 1 do Programa, fez investimentos de US\$ 5,53 milhões no planejamento estratégico para receber os investimentos previstos para a fase 2. Um dos itens do Componente II, “Planejamento do Ecoturismo na Amazônia Legal”, realizou investimentos na elaboração de cinco planos de manejo de unidades de conservação, em planos de uso público, no zoneamento de áreas de interesse turístico por seus atrativos naturais e culturais, na infra-estrutura de unidades de conservação, na criação de duas Áreas de Proteção Ambiental e de um Parque Estadual e em estudos para a criação de três novas unidades de conservação vocacionadas para o ecoturismo. Ainda nessa fase, foram investidos recursos na elaboração de estratégias estaduais para o setor, na implantação de centros de atendimento a turistas, em infra-estrutura de recepção dentro e fora de unidades de conservação e em capacitação nos 15 pólos de ecoturismo identificados. Em 2005 foi iniciado o planejamento de um projeto voltado para o desenvolvimento ecoturístico de base comunitária, com foco em comunidades localizadas em unidades de conservação e/ou em seus entornos. Os investimentos para a fase 2 do Proecotur foram calculados em US\$ 200 milhões.

- Programa Nacional de Ecoturismo (PNE): Incluído pelo Ministério do Meio Ambiente como uma rubrica do Plano Plurianual 2004-2007, o PNE tem como metas concluir a primeira fase do Proecotur; implantar o Sistema de Informações Georreferenciadas para o Ecoturismo (SIG Ecoturismo), de forma a subsidiar os diversos segmentos governamentais e não governamentais envolvidos com a atividade no país; fomentar a capacitação de “monitores ambientais locais”, gerando novas oportunidades de trabalho para indivíduos de comunidades locais; e aprimorar o marco legal referente ao turismo no Brasil. Faz parte do PNE a implantação da Agenda Ambiental para o Turismo, a ser realizada conjuntamente pelas pastas do Meio Ambiente e do Turismo com o objetivo de integrar ao planejamento e à gestão do setor parâmetros de sustentabilidade social e ambiental.

- Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE): fruto de uma parceria entre o Banco do Nordeste do Brasil – banco de desenvolvimento regional da Região Nordeste - e o BID, o Programa objetiva a melhoria da qualidade de vida da população residente nas áreas selecionadas por meio do estímulo à cadeia produtiva do turismo, do aumento das receitas provenientes das atividades turísticas e da capacitação gerencial dirigida a estados e municípios. Sua primeira etapa destinou US\$ 670 milhões para investimentos em infra-estrutura turística; a segunda etapa tem como objetivo consolidar as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nos pólos beneficiados na etapa anterior. Em sintonia com o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, o Programa selecionou dois Parques Nacionais e três Áreas de Proteção Ambiental para receber investimentos estimados em US\$ 3,4 milhões.

Apêndice B – Roteiros de Entrevista

Roteiro de Entrevista: Atores Locais

Perfil do entrevistado:

1. Nome:
2. Sexo: () F () M
3. Cidade de Origem:
4. Faixa Etária:
A- 16 à 20 B- 21 à 30 C- 31 á 40 D- 41 à 50 E- 51 á 60 F- + de 60
5. Estado civil:
6. N° de pessoas na família:
7. Grau de escolaridade:
A- Não alfabetizado B- Alfabetizado C- 1° Grau completo D-1° grau incompleto E- 2° Grau completo F- 2° Grau incompleto G- 3° Grau completo H- 3° Grau incompleto I – Pós Graduação
8. Renda mensal (em salário mínimo): A - até 1 B - de 2 a 5 C - + de 6 D - n/r
9. Ocupação:
10. Vinculação a alguma associação local? Qual?
11. Tempo de moradia no local:
12. Você está em Trindade desde a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina?

Percepção da população local sobre o atual modelo de desenvolvimento turístico em Trindade e sua influência na qualidade de vida e no processo de conservação dos recursos naturais do Parque:

1. Como você avalia o desenvolvimento do turismo em Trindade?
2. Como era a vida antes do turismo? E como é agora?

Sobre qualidade de vida:

3. O que melhorou e o que piorou na sua vida após o turismo?
4. O turismo trouxe mais qualidade de vida pra você? Explique.
5. Quais os problemas que você vê na Vila após a chegada do turismo?
6. Quais as vantagens de ter o turismo na Vila?
7. O que poderia ser feito para melhorar o turismo na Vila?

Sobre proteção da natureza:

8. Você acredita que o turismo influencia na proteção da natureza em Trindade?
Como?
9. Qual a relação de Trindade com o PNSB?
10. O que o Parque poderia fazer para melhorar o turismo e garantir a proteção da natureza?

Roteiro de Entrevista: Interlocutores InstitucionaisPerfil do entrevistado:

1. Nome:
2. Sexo: () F () M
3. Cidade de Origem:
4. Faixa Etária:
A- 16 à 20 B- 21 à 30 C- 31 à 40 D- 41 à 50 E- 51 à 60 F- + de 60
5. Grau de escolaridade:
A- Não alfabetizado B- Alfabetizado C- 1º Grau completo D- 1º grau incompleto E- 2º Grau completo F- 2º Grau incompleto G- 3º Grau completo H- 3º Grau incompleto I – Pós Graduação
6. Profissão:
7. Cargo:
8. Tempo que ocupa o cargo:
9. Qual seu papel profissional com o PNSB:

Percepção dos gestores públicos do Parque Nacional da Serra da Bocaina sobre o turismo em Trindade e sua influência no processo de conservação dos recursos naturais do Parque:

1. Quais atividades são vistas hoje como ameaça à conservação da biodiversidade do Parque, em Trindade?
2. Como interpreta o turismo hoje no PNSB, na área de Trindade?
3. Qual a influência do turismo na conservação dos recursos naturais do Parque, nessa localidade?
4. Que ações vêm sendo desenvolvidas para minimizar os impactos negativos do turismo sobre a base de recursos naturais?
5. Qual a relação do Parque com a população local de Trindade? Há projetos sendo discutidos e desenvolvidos em parceria?

Sobre ecoturismo:

6. O que entende por ecoturismo?
7. Quais as potencialidades e os desafios para o ecoturismo no Parque, na área de Trindade?

Apêndice C - Formulário de Consentimento Informado

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Psicologia**

**Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia
de Comunidades e Ecologia Social**

Formulário de Consentimento Informado

Eu, _____, autorizo a gravação da entrevista e posterior utilização das informações concedidas para a pesquisadora Bruna Ranção Conti, CPF 062.575.666 - 57, em sua dissertação de mestrado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Assinatura do Entrevistado (a)

Paraty/RJ, _____ de julho de 2010.

Apêndice D - Registro Fotográfico

	
<p>Foto 1: Descida do "Morro do Deus-me-livre". Único acesso à Vila de trindade e ao PNSB nesta localidade. Área do Parque ao fundo. Fonte: Bruna Ranção Conti.</p>	<p>Foto 2: Praia do Caixadaço (maior extensão de areia) e Piscina Natural (entre pedras) no interior do Parque. Único ponto em que a Serra encontra o mar. Fonte: www.paraty.com.br/trindade/</p>
	
<p>Foto 3: Turistas nos quiosques da Praia do Meio no interior do PNSB. Fonte: Bruna Ranção Conti.</p>	<p>Foto 4: Comércio no interior do PNSB. Fonte: Bruna Ranção Conti.</p>



Foto 5: Placa informativa da área de abrangência do PNSB.

Fonte: Bruna Ranção Conti



Foto 6: Praia do Rancho à esquerda, Vila de Trindade ao centro e Praia do Meio ao fundo.

Fonte: www.paraty.com.br/trindade/



Foto 7: Praia do Meio no reveillon de 2006/2007 e Praia do Meio durante a "Operação Verão" (Carnaval) de 2009. Limite da área do Parque abaixo da linha tracejada de vermelho.

Fonte: Relatório de Operação de Verão 2008/2009 do PNSB (ICMBio, 2009).



Foto 8: Tendas de Exposição de Banners e recepção aos turistas na entrada para os atrativos no interior do PNSB durante a "Operação Verão" (Carnaval) de 2009.

Fonte: Relatório de Operação de Verão 2008/2009 do PNSB (ICMBio, 2009).



Apêndice E - Descrição dos atrativos turísticos de Trindade que localizam no entorno ou interior do PNSB

Para descrição dos atrativos naturais de Trindade, que se encontram no entorno ou interior do PNSB, foram realizadas visitas a campo e consultas ao site <http://www.trindade.tur.br/praias.htm> (acesso em 2010).

Partindo do trevo de Patrimônio, em Paraty, pela PR-101, os atrativos seguem a seguinte ordem: Praias Brava, dos Ranchos, do Meio, do Caixadaço e a Piscina Natural do Caixadaço, além das várias trilhas e cachoeiras.

A Praia Brava é a primeira praia de Trindade⁷⁶. Seu acesso é realizado somente por trilha a pé, sendo que a mesma não possui nenhuma infra-estrutura turística de visitação.

Através da PRT-101 se chega à Praia do Cepilho. Esta é a primeira praia que se avista da estrada para Trindade, antes de atingir a Vila. Tem cerca de 300 metros de extensão e possui muitas formações rochosas.

A Praia de Fora ou dos Ranchos acompanha toda a Vila de Trindade e é uma das mais freqüentadas por turistas. Seu nome deve-se a presença de ranchos de pesca outrora utilizados pelos nativos, hoje transformados em bares à beira-mar.

A Praia do Meio tem extensão reduzida e possui forte declive. Possui quiosques à beira mar e também é bastante freqüentada por turistas. Esta praia encontra-se localizada no interior da área do PNSB.

Na Praia do Meio deságua o Rio Codó, cujo curso leva à cachoeira dos Codós. Vale ressaltar que todas as cachoeiras de Trindade pertencem à área do Parque.

Por trilha, a partir da Praia do Meio, é possível acessar a Praia do Caixadaço, também no interior do PNSB. Nesta praia não há luz elétrica e para estadia há a opção de *campings*. Esta praia tem grande apelo turístico, por sua rusticidade e estado de preservação, sendo bastante freqüentada por turistas, especialmente por dar acesso à trilha que leva às pedras da Piscina Natural do Caixadaço. Esta Piscina Natural é formada por grandes pedras vulcânicas que represam a água do mar, formando uma piscina. Com cerca de 50 metros de diâmetro é utilizada para a prática de mergulho, em

⁷⁶ Partindo do trevo de Patrimônio e seguindo a PRT-101.

função da elevada quantidade de peixes. O acesso a ela pode também ser realizado por barcos fretados na Praia do Meio ou na Praia dos Ranchos. A piscina é um dos maiores atrativos turísticos de Trindade no interior do PNSB.

A mesma trilha que leva à Piscina Natural do Caixadaço dá acesso à Praia da Figueira, popularmente conhecida como Praia dos Pelados, a última praia do sul do Estado do Rio de Janeiro.

A Pedra da Cabeça do Índio, marco divisório entre os Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, representa uma grande rocha na Ponta da Trindade, cujos entalhes naturais assemelham-se ao perfil de um índio. O acesso a ela se efetua por trilhas íngremes, não havendo praias nem cachoeiras no percurso. No caminho localizam-se duas cavernas, dentre as quais a Toca dos Ossos. Estas estão associadas a histórias de índios e piratas que fazem parte da cultura local.

A principal avenida de Trindade atravessa toda a vila e recebe o nome de Sobral Pinto. Nela concentram-se os estabelecimentos comerciais, restaurantes, pousadas e *campings*. A localidade se caracteriza por uma infra-estrutura urbana moderada para o tipo de visitação que recebe, apesar do crescimento do processo de urbanização, e que reflete o desenvolvimento do turismo na vila. Anteriormente ao desenvolvimento do turismo, a população vivia relativamente isolada e mantinha um sistema de trocas, sendo o peixe a base da alimentação.

Apêndice F: Descrição do processo de criação do Conselho Consultivo do PNSB

Através de uma das entrevistas realizadas com os administradores do PNSB, foi possível extrair uma breve descrição sobre o processo de criação do Conselho Consultivo da UC, transcrito abaixo:

“Houve duas reuniões de mobilização para a formação do Conselho, uma aqui na Serra e uma no Litoral (novembro e dezembro de 2008). Depois a mobilização foi feita através da emissão de documentos, convites, ofícios e cartas, e por telefone. Já temos um Conselho que funciona muito bem que é o Conselho do Mosaico Bocaina, então nós já havíamos identificado a maior parte das instituições que poderiam vir a formar o Conselho do Parque da Bocaina. Também divulgamos de forma ampla a criação desse Conselho, para que outras instituições que não haviam sido identificadas pudessem também ter acesso à informação de que estava havendo esse processo. Em outubro fizemos a primeira oficina de formação, com duração de dois dias, e que então foram convidadas todas essas instituições. Foi trabalhada a questão da gestão participativa em UC, funcionamento dos Conselhos, etc. Os representantes de todas as comunidades, do interior e do entorno do Parque, também estavam presentes, instituições governamentais, as OEMAS do Rio e de São Paulo, as prefeituras, as ONG’s ambientalistas que têm relação com o Parque, associações de produtores rurais. No primeiro dia tinham umas 80 pessoas e no segundo 50, 60. Trabalhamos todos os conceitos de paridade, de representatividade, etc., e depois ficou marcada a reunião de consolidação para dezembro (2009). Muitos já levaram as documentações, os nomes dos seus representantes, e na oficina ficou decidido que o número de vagas seria um pouco mais estendido que o ideal, em função da procura, já que o Parque compreende seis municípios, finalizando em 33 vagas, sendo que algumas instituições iriam dividir uma vaga entre titular e suplente. Instituições que tinham afinidades e estavam próximas geograficamente combinaram de dividir uma vaga. Até porque, foi consenso do grupo que se tivéssemos um conselho com 60 pessoas ele não iria funcionar. O prazo para que todas as instituições confirmassem sua participação e entregassem suas documentações ficou estipulado para 15 de janeiro de 2010, para então podermos enviar o processo para Brasília, para ser analisado e obtermos uma resposta se está tudo certo e aí publicarmos. A próxima reunião irá depender dessa publicação. O processo foi todo participativo, a idéia foi de construção coletiva, então se identificarem algum problema esse período pode se estender. Até agora está tudo tranquilo. A oficina correu num clima muito legal de harmonia entre as pessoas, nós até achamos que haveria brigas entre as pessoas, brigas por vaga, mas, no entanto, ficamos surpresos, o processo foi bem legal, bem conduzido e as pessoas que estão lá queriam estar. Há muitos anos há um anseio para que esse Conselho fosse montado, então todos estavam na vontade de fazer o possível para que saia e que funcione, todos estavam buscando o mesmo objetivo. Ficamos surpresos que no segundo dia conseguimos sair com a estrutura formada. Acredito que

em breve teremos a primeira reunião para começarmos a discutir o regimento interno”
(Interlocutor 2 – analista ambiental).

Anexo A - Declaração de Ecoturismo de Quebec

Declaração de Ecoturismo de Quebec

Québec, 22 de maio de 2002.

Documento aprovado em 10 de junho de 2002 pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

O ano de 2002 foi declarado pela Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas - UNEP, com apoio da Organização Mundial do Turismo - OMT (World Tourism Association - WTO) como Ano Internacional do Ecoturismo.

Entre 19 e 22 de maio de 2002, reuniram-se em Quebec, Canadá, mais de mil representantes dos setores público, organizações não-governamentais e privado de 132 países, formando a Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, com apoio da Comissão Canadense de Turismo e do Tourisme Québec.

Entre 2001 e 2002, foram realizadas 18 reuniões preparatórias nos cinco continentes, com a participação de cerca de 3 mil representantes de governos (turismo e meio ambiente), organizações não-governamentais (turismo e meio ambiente), operadores turísticos, especialistas e consultores, instituições de ensino e pesquisa e comunidades tradicionais.

No Brasil a reunião aconteceu em Cuiabá, MT, em agosto de 2001.

Em Québec, conseqüente às discussões dos diversos grupos de interesse presentes, elaborou-se a Carta de Quebec, documento que estabelece recomendações para a implementação do Ecoturismo no contexto do desenvolvimento sustentável.

Panorama do Ecoturismo

O documento, resultante dos painéis e cenários apresentados e discussões, em seu conteúdo reflete o ponto de vista e as orientações dos participantes:

§ reconhecem que o ecoturismo incorpora os princípios do turismo sustentável, considerando seus impactos ambiental, econômico e social, assim como:

contribui para a conservação dos patrimônios naturais e culturais, em seu planejamento, desenvolvimento e operações, inclui as comunidades tradicionais e contribui para seu bem-estar e melhoria da qualidade de vida, atua de forma adequada para pessoas e pequenos grupos organizados, interpreta os patrimônios naturais e culturais para seus visitantes;

§ consideram o crescente interesse das pessoas em visitar áreas naturais (conservadas);

§ reconhecem que o ecoturismo tem papel fundamental na aplicação de boas práticas sustentáveis ao setor do turismo;

§ ressaltam que o ecoturismo deve contribuir para que o turismo seja mais sustentável, trazendo benefícios econômicos para comunidades anfitriãs, contribuindo para a conservação das riquezas naturais, para a integridade cultural de comunidades tradicionais e conscientizando visitantes a respeito da importância dos patrimônios natural e cultural;

§ reconhecem a diversidade cultural associada às áreas naturais, especialmente por causa da presença histórica das comunidades locais responsável pela manutenção dos conhecimentos tradicionais, usos e práticas sustentáveis trazidas ao longo dos séculos;

§ reiteram que os fundos mundiais para a conservação e manutenção de áreas ricas culturalmente e em biodiversidade não têm sido adequados;

§ reconhecem que o turismo sustentável pode ser uma importante alternativa econômica para as áreas protegidas;

§ enfatizam que muitas áreas protegidas são habitadas por populações rurais carentes que, em geral carecem de sistemas de saúde, educação, comunicação e de outras infra-estruturas necessárias para o adequado desenvolvimento;

§ afirmam que os segmentos turísticos, especialmente o ecoturismo, constituem excelentes oportunidades econômicas para as populações locais e, se realizadas de forma sustentável, podem contribuir para a conservação;

§ reforçam que, quando mal planejada e implementada, a atividade turística em áreas naturais e rurais contribui para o aumento da pobreza, degradação das paisagens,

descaracterização das culturas tradicionais, redução da qualidade e da quantidade de água, constituindo uma ameaça para a vida silvestre e biodiversidade;

§ advertem que o ecoturismo deve reconhecer e respeitar os direitos à terra das comunidades locais e tradicionais, incluindo suas áreas protegidas e sagradas;

§ atribuem aos visitantes a responsabilidade de promover a sustentabilidade do destino e do meio ambiente em geral por meio da sua escolha de seus passeios e atividades e por meio de boas práticas comportamentais.

Recomendações para Governos, Iniciativa Privada e Comunidades

Os participantes elaboraram um conjunto de 49 recomendações para governos, iniciativa privada e comunidades, para a implementação do ecoturismo:

A. Governos (nacionais, regionais e locais) devem:

1. formular políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, regional e local que sejam compatíveis com os objetivos do desenvolvimento sustentável, conduzidas por meio de processo participativo de consulta aos envolvidos ou que possam ser afetados pelas atividades ecoturísticas. Quando possível, deve-se ampliar os princípios do ecoturismo às atividades de outros segmento turísticos (como p.ex. turismo de aventura ou rural),

2. em conjunto com as comunidades locais, setor privado, ONGs e outros grupos de interesse, garantir a proteção ambiental, das culturas locais e especialmente do conhecimento tradicional, dos recursos genéticos, direito à terra e à água,

3. garantir o envolvimento e a participação apropriada de cada instituição pública em nível local, regional e nacional, incluindo o estabelecimento de grupos de trabalho inter-ministeriais, quando necessário. Além disso, são necessários orçamentos adequados e legislações apropriadas que permitam a implementação dos objetivos e metas estabelecidos pelas partes interessadas;

4. incluir, em níveis nacional, local e regional, em seu plano de ação mecanismos regulatórios e de monitoramento, além de indicadores de sustentabilidade aceitos pelas partes interessadas e estudos de impacto ambiental para prevenir ou minimizar a ocorrência de impactos negativos nas comunidades ou no meio ambiente. Os resultados dos monitoramentos devem estar à disposição do público, já que estas

informações permitirão que os turistas escolham operadores que adotam princípios do ecoturismo;

5. desenvolver mecanismos de avaliação dos custos ambientais em todos os aspectos do produto de turismo, incluindo o transporte internacional;

6. desenvolver a capacidade de implementação de mecanismos de gestão do crescimento, como zoneamento, e de uso participatório do solo tanto em áreas protegidas como em seus entornos e em outras zonas de desenvolvimento do ecoturismo;

8. garantir o acesso ao desenvolvimento dos recursos técnicos, financeiros e humanos para micro, pequenas e médias operadoras, que são a base do ecoturismo, de forma a lhes garantir o estabelecimento, crescimento e desenvolvimento de uma maneira sustentável;

9. definir políticas apropriadas, planos de manejo e programas interpretativos para visitantes. Estabelecer mecanismos de identificação de fundos adequados para a gestão de áreas protegidas com acelerado crescimento de visitantes e proteção de ecossistemas vulneráveis. Estes planos devem incluir normas claras, estratégias de manejo direto e indireto e regras para uso de recursos de forma a garantir o monitoramento dos impactos sociais e ambientais para todos os empreendimentos de ecoturismo na área;

10. incluir as micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, assim como aquelas de base comunitárias na estratégia promocional e programas desenvolvidos pelas empresas nacionais de turismo, tanto no mercado nacional como internacional;

11. desenvolver redes regionais para a promoção e marketing de produtos de ecoturismo em nível nacional e internacional;

12. criar incentivos para que os operadores de turismo tornem suas atividades mais ambiental, social e culturalmente responsáveis;

13. garantir que alguns princípios ambientais e sanitários básicos sejam definidos e adotados para todos os empreendimentos de ecoturismo, mesmo para aqueles conduzidos em parques nacionais e áreas rurais. Isto deve incluir aspectos como a escolha de locais, planejamento, tratamento de lixo proteção de córregos e riachos, entre outras coisas. Deve-se garantir ainda que as estratégias de desenvolvimento do ecoturismo sejam conduzidas sob uma forma que preveja investimentos em infraestrutura sustentável e em capacitação das comunidades para que elas monitorem estes aspectos;

14. investir ou dar apoio a instituições que investem em programas de pesquisa em ecoturismo e turismo sustentável. Instituir estudos e pesquisas que levantem dados sobre fauna e flora com atenção especial para espécies ameaçadas, como parte de um programa de levantamento de impactos para as atividades de ecoturismo;

16. considerar como uma opção o remanejamento de áreas públicas de produção intensiva para a atividade do turismo combinada à conservação, quando esta mudança puder trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as comunidades em questão;

17. promover e desenvolver programas educacionais para crianças e adolescentes para aumentar a consciência a respeito da importância da conservação da natureza e do uso sustentável, das culturas locais e tradicionais e da sua relação com o ecoturismo;

18. promover a colaboração entre operadores de turismo, demais prestadores de serviços e ONGs para permitir a educação de turistas e influenciar seu comportamento nos destinos, especialmente em países em desenvolvimento;

19. incorporar os princípios de transporte sustentável no planejamento e implementação do turismo e promover locomoções de baixo impacto sempre que possível.

B. Ao Setor Privado:

20. planejar, desenvolver e conduzir seus empreendimentos minimizando impactos e contribuindo para a conservação de ecossistemas sensíveis, do meio ambiente em geral e levando benefícios às comunidades tradicionais e locais;

21. ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida;

22. garantir que a utilização de materiais, planejamento e operações incorporem os princípios da sustentabilidade, como conservação da água, energia e materiais;

23. adotar formas confiáveis de regulação voluntária, como selos verdes, de forma a demonstrar aos seus potenciais clientes o seu real compromisso com os princípios da sustentabilidade;

24. cooperar com organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com conservação de áreas protegidas e de biodiversidade assegurando que

suas práticas de ecoturismo sejam realizadas de acordo com planos de gestão e outras regulamentos regionais. Desta forma, fica evidente que se preocupam em minimizar quaisquer impactos negativos garantindo a qualidade das experiências de turismo e contribuindo financeiramente para a conservação dos recursos naturais;

26. trabalhar ativamente com lideranças tradicionais para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas tradicionais, de seus costumes e história;

27. garantir que a cadeia de produtos e serviços que compõem a operação de ecoturismo seja sustentável e compatível com o nível de sustentabilidade exigido ou esperado pelo consumidor;

28. trabalhar ativamente com lideranças tradicionais e com comunidades locais para garantir que elas sejam tratadas com respeito e que os turistas tenham informações a respeito delas;

29. promover entre seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de educação ambiental e de conviver com pessoas de outras culturas. Assim como contribuições voluntárias às comunidades locais e às atividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas;

30. gerar um nível de consciência entre funcionários por meio de aulas de educação ambiental e dar suporte ao trabalho que eles e suas famílias realizam em nome da conservação, de desenvolvimento econômico da comunidade e na redução da pobreza;

31. diversificar suas ofertas desenvolvendo um portfolio de atividades turísticas e estendendo suas visitas a locais diversos de forma a disseminar o potencial de ecoturismo destas regiões e evitar que um determinado local seja super-explorado e sua sustentabilidade colocada em perigo. Para tanto, as operadoras devem respeitar e contribuir para o estabelecimento de limites de visitas de cada local;

32. criar e desenvolver mecanismos de arrecadação de recursos para a manutenção de associações e cooperativas que podem fornecer treinamento e divulgação e desenvolver produtos e pesquisas;

33. formular e implementar políticas para sustentabilidade com uma visão para aplicá-las em cada parte da operação do turismo.

C. Às organizações não-governamentais, associações de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa:

36. cooperar com as organizações públicas e privadas garantindo que os dados e informações gerados com os estudos sejam utilizados na tomada de decisões durante o processo de desenvolvimento e gestão do ecoturismo;

37. cooperar com as instituições de pesquisa de forma a se encontrar as soluções mais práticas e adequadas para as questões relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo.

D. Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento:

38. planejar e acompanhar a implementação de políticas nacionais e locais de desenvolvimento do ecoturismo e a avaliação de sua relação com a conservação, desenvolvimento socioeconômico, direitos humanos, redução da pobreza e outras questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, além de intensificar a transferência destes conhecimentos para outros países;

39. promover capacitações em organizações locais, regionais e nacionais para a formulação e aplicação de políticas e planos de ecoturismo baseados em padrões internacionais consagrados;

40. desenvolver padrões mundiais e mecanismos para sistemas de certificação do ecoturismo que considerem empreendimentos de pequeno e médio portes e a eles facilite o seu acesso;

41. incorporar o diálogo entre as diversas partes interessadas nas políticas, manuais e projetos em níveis global, regional e nacional para a troca de experiências entre os países e setores envolvidos no ecoturismo;

42. fortalecer seus esforços em identificar os fatores que determinam o sucesso e fracasso das atividades de ecoturismo ao redor do mundo de forma a transferir estas experiências e melhores práticas para outras nações por meio de publicações, missões de campo, seminários e projetos de assistência técnica. O Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a Organização Mundial do Turismo (WTO) devem continuar este diálogo promovendo, por exemplo, avaliações periódicas do ecoturismo em encontros internacionais e regionais;

43. adaptar, sempre que necessário, suas formas de financiamento e empréstimo às micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, que são a base da atividade, de forma a garantir sua sustentabilidade econômica a longo prazo;

44. desenvolver a capacidade dos recursos humanos internos para lidar com o turismo sustentável e com o ecoturismo como uma atividade de desenvolvimento em si só;

45. desenvolver mecanismos financeiros para o treinamento e capacitação das comunidades tradicionais e locais, permitindo que elas participem do desenvolvimento do ecoturismo.

E. Às comunidades locais e tradicionais:

Além das referências às comunidades locais e tradicionais feitas nos parágrafos anteriores desta Declaração, os participantes fizeram estas recomendações a estes grupos:

46. Como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, incluindo o acesso à informação, o desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, que venham com o crescimento da prática do ecoturismo;

47. fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável.

F. À Conferência de Desenvolvimento Sustentável Rio+10 (Johanesburg, 2002):

48. reconhecer a necessidade de se aplicar os princípios de desenvolvimento sustentável ao turismo e o importante papel do ecoturismo na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais;

49. integrar o turismo, incluindo o ecoturismo, nos resultados do evento.

Anexo B - Portaria de Criação do Conselho Consultivo do PNSB



PORTARIA Nº 103, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010

Criar o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina/RJ.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, V, do Anexo I do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007; Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Considerando os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Considerando o Decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971, que criou o Parque Nacional da Serra da Bocaina nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como as alterações contidas no Decreto nº 70.694, de 8 de junho de 1972; Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo ICMBio Nº 02629.000029/2010-10; resolve:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade, bem como ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina será composto pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não-governamentais:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e outro suplente;

II - Prefeitura Municipal de São José do Barreiro/SP, sendo um titular e outro suplente;

III - Prefeitura Municipal de Ubatuba/SP, sendo um titular e um suplente;

IV - Prefeitura Municipal de Cunha/SP, sendo um titular e um suplente;

V - Prefeitura Municipal de Areias/SP, sendo um titular e um suplente;

VI - Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ, sendo um titular e um suplente;

VII - Prefeitura Municipal de Paraty/RJ, sendo titular, e Câmara Municipal de Paraty/RJ, suplente;

VIII - Fundação Florestal do Estado de São Paulo, sendo um titular e um suplente;

IX - Instituto Estadual do Ambiente - INEA do Estado do Rio de Janeiro, sendo um titular e um suplente;

X - Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, sendo titular, e Estação Ecológica de Tamoios, suplente;

XI - Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Estado do Rio de Janeiro, sendo um titular e um suplente;

XII - Fundação Nacional do Índio - FUNAI no Estado do Rio de Janeiro, sendo um titular e um suplente;

XIII - Superintendência da Eletronuclear no Estado do Rio de Janeiro, sendo um titular e um suplente;

XIV - Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo titular, e Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, suplente;

XV - Universidade de São Paulo, sendo titular, e Instituto Butantan, suplente;

XVI - Associação Nacional de Pesquisa em Design, sendo titular, e Universidade de Taubaté, suplente;

XVII - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER, sendo titular, e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, suplente;

XVIII - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Barreiro, sendo um titular e um suplente;

XIX - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis, sendo titular, e Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Mambucaba, suplente;

XX - Sindicato Rural de Areias, sendo um titular e um suplente;

XXI - Associação de Moradores do Parque Nacional da Bocaina e do Entorno - AMPANBE, sendo titular, e Associação de Moradores do Sertão do Bracuí - AMSB, suplente;

XXII - Associação de Moradores e Amigos da Bocaina, sendo um titular e um suplente;

XXIII - Associação de Moradores do Sertão de Ubatimirim, sendo um titular e um suplente;

XXIV - Conselho Municipal das Associações de Moradores de Paraty - COMAMP, sendo titular e Associação dos Moradores, e Artesãos do Areal do Taquari - AMOART, suplente;

XXV - Associação de Moradores de Trindade - AMOT, sendo um titular e um suplente;

XXVI - Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores da Trindade - ABAT, sendo titular, e Associação de Monitores Ambientais de Paraty, suplente;

XXVII - Associação Turística e Comercial de São José do Barreiro - Barreirotur, sendo titular, e Associação de Guias de Turismo de Paraty - AGTP, suplente;

XXVIII - Fórum de Populações Tradicionais, sendo um titular e um suplente;

XXIX - Associação Comunitária Indígena Araponga - ACIAR, sendo titular e Associação Comunitária Indígena do Bracuí - ACIBRA, suplente;

XXX - Associação de Remanescente do Quilombo do Camburi, sendo titular, e Associação de Remanescente do Quilombo de Santa Rita do Bracuí - ARQUISABRA, suplente;

XXXI - E-CONSENSO, sendo titular, e Serra Acima - Associação de Cultura e Educação Ambiental, suplente;

XXXII - Associação Serra da Bocaina - Bocaina Viva, sendo titular, e Associação Pro Bocaina, suplente;

XXXIII - Associação Cairuçu, sendo um titular e um suplente;

XXXIV - Caxadaço Bocaina Mar, sendo titular, e Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - SAPE, suplente.

§1º O chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina - ICMBio será o representante do ICMBio e presidirá o Conselho Consultivo.

§2º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembléia Geral e submetida à decisão dessa Presidência para publicação de nova portaria.

§3º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina serão estabelecidos em seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

Anexo C - Decreto de Criação do PNSB

Decreto n.º 68.172 - de 4 de fevereiro de 1971

Cria o Parque Nacional da Serra da Bocaina e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, alínea a, da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, decreta:

Art. 1.0 - Fica criado, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), com área superior a cem mil (100.000) hectares (1.000 km²), compreendida dentro do seguinte perímetro: começa na Ponta da Trindade, ao nível do mar, no limite entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Ponto 1); continua pelo litoral em direção geral Oeste até a ponta do Camburi (Ponto 2); circunda-a e abrange o seu costão norte até o Rio João Creoulo ou Barra Grande (Ponto 3); sobe pela sua margem esquerda até a cota de 200 metros (Ponto 4); segue por esta cota até encontrar a divisa dos Municípios de Picinguaba e Ubatuba (Ponto 5); sobe pela referida divisa até a junção das divisas dos Municípios de Cunha-Picinguaba-Ubatuba (Ponto 6); segue pela divisa Cunha-Picinguaba até a divisa interestadual Rio de Janeiro e São Paulo (Ponto 7); segue pela divisa interestadual Rio de Janeiro-São Paulo, divisória de águas, até a cabeceira mais ocidental do Rio Guaripu (Ponto 8); daí pelo divisor de águas das Bacias dos Rios Mambucaba e Paraitinga, passando pelo Alto do Palmital até encontrar a divisa da Fazenda da Entrada, pertencente ao Núcleo Colonial Senador Vergueiro (Ponto 9); segue para Oeste, pela divisa da referida Fazenda até encontrar o Rio Paraitinga, divisa da mesma (Ponto 10); continua sempre pela divisa no Rio Paraitinga, passa pela margem esquerda da cachoeira, próxima ao Alto do Caçador (Ponto 11); daí, sempre pela divisa até o Alto do Tira-Chapéu (Ponto 12); daí, segue pelos limites externos das Fazendas das Posses, do Lageado e Garrafas integrantes do citado Núcleo Colonial do INCRA, até o cruzamento do limite Sul da Fazenda das Posses com o Rio Mambucaba (Ponto 13); desce por este, pela sua margem direita até encontrar o Ribeirão da Onça (Ponto 14); sobe pela sua margem esquerda até a nascente mais próxima do Marco 9 da divisa interestadual Rio de Janeiro-São Paulo (Ponto 15);

dai, segue pela divisa interestadual, no divisor de águas entre os riachos afluentes da bacia do Rio da Onça com os afluentes da bacia do Rio Itapetininga, até o ponto mais próximo da nascente da margem direita do Rio da Lage (Ponto 16); segue por este até a confluência com o Rio Pimenta (Ponto 17); cruza-o e sobe pela sua margem esquerda até a nascente mais próxima da Garganta do Ouriço, no divisor de águas do Rio Peroba Bonito com o Córrego do João Manuel (Ponto 18); segue pelo citado divisor até a confluência destes dois cursos de águas (Ponto 19); cruza o Rio Bonito e sobe pela sua margem esquerda até a confluência com o Rio São Jorge (Ponto 20); segue pela margem esquerda do Rio São Jorge até o local onde este rio é cruzado por uma estrada de rodagem (Ponto 21); segue para Leste pela margem da citada estrada até a divisa interestadual Rio de Janeiro-São Paulo (Ponto 22); daí, segue pela referida divisa até o local onde esta cruza o Rio Paca Grande ou Bracul (Ponto 23); desce pela margem direita do Rio Bracuí até a cota dos 200 metros (Ponto 24); deste ponto, segue em direção à Baía de Ilha Grande pela cota de 200 (duzentos) metros, passa a Enseada de Itaornas e continua para Mambucaba pela mesma cota até atingir o Riacho de nome Periquito na sua margem direita (Ponto 25); daí, desce pela margem direita do citado Riacho até a margem direita da BR-101, no sentido Rio-Santos e acompanha-a passando por trás da Vila de Mambucaba, em direção geral oeste, contornando o morro que fica ao norte da Vila (Ponto 26); segue até o cruzamento com o Rio Perequê na sua margem esquerda (Ponto 27); sobe por esta mesma margem do Rio Perequê até a cota de 100 metros, cruza-o e segue pela mesma cota até o fundo da bacia do Rio Mambucaba na intersecção da linha de direção Nordeste-Sudoeste que passa pela confluência dos Rios Funil e Mambucaba (Ponto 28); segue pela linha Nordeste-Sudoeste citada, atravessando o Rio Mambucaba até encontrar a cota de 100 metros (Ponto 29); daí, continua para o Sul, sempre acompanhando a cota de 100 metros até encontrar a margem esquerda do Rio Camburi (Ponto 30); continua acima pela margem esquerda do Rio Camburi até a cota de 200 metros (Ponto 31); segue pela cota de 200 metros até encontrar a margem esquerda do Rio São Roque (Ponto 32); continua acima pela margem esquerda do Rio São Roque até a cota de 300 metros (Ponto 33); segue pela cota de 300 metros até encontrar a margem esquerda do Rio Barra Grande (Ponto 34); continua acima pela margem esquerda do Rio Barra Grande até a cota de 400 metros (Ponto 35); segue pela cota de 400 metros até encontrar a margem esquerda do Rio Indaiatuba (Ponto 36); continua acima pela margem esquerda do Rio Indaiatuba até a cota de 500 metros (Ponto 37); segue pela da Estrada Cunha-Parati, tomando o sentido

Parati-Cunha (Ponto 38); sobe por esta margem até a cota de 670 metros (Ponto 39); daí, por uma linha reta em direção ao ponto mais alto da pedra, denominada Pedrinha, até o ponto onde esta linha cruza o Rio Perequê-Açu na sua margem direita (Ponto 40); segue por esta margem até a cota e de 400 metros (Ponto 41); contorna a Pedra dos Penha ou Pedra do Sertão, pela linha de nível desta cota, até o ponto de cruzamento com uma linha reta que liga a parte mais alta da Pedra dos Penha a parte mais alta da Pedra-em-Pé (Ponto 42); segue esta linha até o sopé da Pedra-em-Pé (Ponto 43); daí, segue em direção à intersecção com uma linha reta que liga o cume da Pedra-em-Pé ao cume da Pedra do Coriscão (Ponto 44); segue em linha reta até o sopé rochoso da Pedra do Coriscão contornando-a e abrangendo-a pelo seu sopé até o cruzamento com uma linha reta que vai do alto da Pedra do Coriscão à jusante da Cachoeira da Onça (Ponto 45); desde ponto, vai em linha reta à jusante da Cachoeira da Onça, na sua margem esquerda (Ponto 46); deste ponto segue em linha reta à jusante da Cachoeira do Almoço na sua margem esquerda (Ponto 47); deste ponto, vai em linha reta em direção ao cume da Pedra do Cabral nas cabeceiras do Rio da Caçada, até atingir o sopé da citada Pedra (Ponto 48) e segue até a intersecção de outra linha reta que une o cume da Pedra do Cabral com o cume da Pedra Rolada (Ponto 49); segue por esta linha reta até a Pedra Rolada (Ponto 50); daí, segue em linha reta até a margem esquerda do Córrego da Forquilha na sua confluência com o Rio Carapitanga (Ponto 51); cruza o Rio Carapitanga e segue em linha reta em direção ao Marco M-4 da planta da Fazenda Trindade (Ponto 52); deste ponto, segue pela divisa da referida Fazenda, em direção ao Marco M-5, até o divisor de águas entre as Enseadas da Trindade e da Caixa d'Aço (Ponto 53); desce pelo divisor abaixo, até o ponto de altitude de 79 metros no Pontal Rochoso que divide as águas da Praia de Fora da Trindade e Praia da Caixa d'Aço (Ponto 54); daí, segue pelo espigão em direção à Ponta leste do citado Pontal até o mar (Ponto 55); dirige-se para o Sul englobando as águas oceânicas, a Ilha do Tesouro, e toda a enseada da Praia da Caixa d'Aço até a Ponta da Trindade (Ponto 1).

Art. 2.º - Ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) cabe, na conformidade com os artigos 5.º, item VIII, e 7.º do Decreto-lei n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967, a jurisdição na área do Parque Nacional da Serra Bocaina, sua instalação e administração.

§ 1.º - O IBDF entrará em entendimento com os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com as Prefeituras interessadas e os proprietários de terras compreendidas no perímetros de que trata o artigo 1.º, para o fim de obter doações, devendo, se necessário,

propor ao Ministério da Agricultura as desapropriações indispensáveis à instalação do Parque.

§ 2.º - Dentro do prazo de noventa dias a partir da publicação deste Decreto, o IBDF expedirá os atos de organização e funcionamento do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Art. 3.º - As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais da região abrangida pelo Parque ficam sujeitas ao regime especial do Código Florestal em vigor e outras leis específicas, concernentes à matéria.

Art. 4.º - As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5.º - O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1971; 150.º da Independência e 63.º da República

EMÍLIO G. MÉDICI

L. F. Cirne Lima

Anexo D - Reportagem da revista Super Interessante - Edição 137 - Fevereiro/1999

O paraíso por dentro

Acaba de sair o primeiro raio X do Parque Nacional da Bocaina, a mais completa amostra do que resta da Mata Atlântica. Aqui você vai passear pelos seis deslumbrantes ecossistemas que a radiografia revelou.

por Antônio Paulo Pavone e Denis Russo Burgierman

Numa ponta, um calor danado; na outra, frio de rachar; no meio, o ar fresquinho que só. O Parque da Serra da Bocaina tem de tudo, em se tratando de clima, e esse é o segredo da sua riqueza. Entre os dois extremos – a Praia do Cachadaço, em Trindade, Rio de Janeiro, e o Pico Tira o Chapéu, a 2 080 metros de altitude em São José do Barreiro, interior de São Paulo –, a temperatura pode variar até 15 graus Celsius na mesma hora do dia. As condições geográficas e climáticas excepcionais deram origem a

seis ambientes diferentes, todos característicos da Mata Atlântica, a floresta que já dominou a maior parte do Brasil e que foi reduzida, hoje, a 6% da sua extensão original.

Não seria exagero dizer que o parque, pouco menor do que a cidade do Rio de Janeiro, é um museu com 110 000 hectares. Só agora, vinte anos depois da sua fundação, ele ganhou o que os ecólogos chamam de plano de manejo, isto é, um diagnóstico da sua geografia, suas plantas e seus bichos que regulamenta e facilita as pesquisas no lugar.

Agora, a ciência vai ajudar a preservar a preciosa reserva. “Esse é o mais importante centro brasileiro de espécies endêmicas (que não aparecem em nenhum outro lugar) de primatas, aves e plantas, junto com o Parque do Conduru, em Ilhéus, na Bahia”, diz a bióloga Letícia Brandão, da organização não-governamental Pró-Bocaina. “O parque é a melhor síntese da Mata Atlântica”, ressalta o biólogo Gustavo Martinelli, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. É nesse paraíso que a SUPER convida você a se embrenhar nas próximas páginas.

A fatia mais viçosa da floresta

Com árvores de até 30 metros de altura, cheias de cipós, as matas de encosta ocupam a maior parte do parque. Formam o seu trecho mais verde e úmido, onde chove 300 dias por ano. Os cerca de 3 000 milímetros de água que despencam ali só perdem para certas áreas da Amazônia, que recebem até 3 500 milímetros. “É o filé mignon da Bocaina”, define o biólogo Gustavo Martinelli. “Em nenhum outro ambiente há tantas espécies.” Nesse mundo de bromélias e palmeiras, aves e insetos encontraram seu Éden.

Estrela das matas de encosta, o sagüi-da-serra-escuro (*Callithrix aurita*) só assusta quando visto assim, bem de perto. Menor primata das Américas, ele pesa apenas 350 gramas e está ameaçado de extinção. O Parque da Bocaina é um dos últimos viveiros naturais desta espécie frágil.

O domínio dos mamíferos

Subindo o morro, a temperatura e a umidade diminuem e, com elas, a exuberância da mata. Em compensação, aparecem mamíferos maiores, como a suçuarana, que enxerga melhor suas presas nas matas mais abertas da floresta montana. Moradores da Bocaina dizem que a temida onça-pintada também circula por lá, mas pouca gente conseguiu ver e ninguém fotografou.

Gelo, neblina e o oceano lá embaixo

No inverno, quando a temperatura chega a bater em 0 grau Celsius, os campos do alto da serra muitas vezes amanhecem cobertos de geada. Mas a aparência pouco tropical não significa de modo nenhum pobreza ecológica. “Há mais de 500 espécies vegetais ali”, diz Gustavo Martinelli. Fica no parque o ponto culminante do Estado de São Paulo, o Pico Tira o Chapéu, a 2 080 metros de altitude. Quando o tempo está limpo, quem sobe até o topo pode ver o mar. Uma cena de tirar o fôlego.

Um pedaço do Sul no Sudeste

Em alguns trechos do parque, a gente esquece que está na divisa entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. “Há um microclima protegido da ação da brisa marinha que lembra o Paraná ou Santa Catarina”, descreve o geógrafo Azis Ab’Saber, da Universidade de São Paulo. A Bocaina é um dos únicos trechos da Serra do Mar onde há florestas de araucárias, típicas do interior da região Sul. Elas ficam nas matas alto-montanas, vizinhas dos campos de altitude.

Sob a influência do sol e da areia

As florestas de baixada se beneficiam do mesmo sol forte que esquentas as matas de encosta. Só que, lá, as raízes precisam se firmar e procurar nutrientes num solo arenoso, que não retém água. Por isso, as árvores não alcançam grandes alturas – dificilmente passam dos 15 metros. Chove pouco e o mato é menos denso. Como resultado, não há tantos insetos e aves procurando abrigo e comida entre os galhos.

A mata só acaba quando começa o mar

Quase não há praias no Parque Nacional da Serra da Bocaina – as florestas mergulham diretamente no mar ou acabam nas pedras. É claro que os costões não têm a riqueza do resto da mata. “Mas algumas espécies de bromélias e orquídeas conseguem fixar suas raízes nas brechas das rochas, à espera da água que escorre”, diz Gustavo Martinelli. Fazem companhia a pássaros marinhos, siris e caranguejos.

Por onde escoou o ouro de Minas

No século XVIII, o ouro de Minas Gerais seguia para Portugal em navios que saíam do Rio ou de Santos. Para chegar até o distante litoral, havia duas estradas difíceis. Uma ia de Vila Rica, em Minas, até Taubaté, no Estado de São Paulo; descia até Ubatuba, no litoral; e rumava para o sul, até Santos. A outra ligava Minas a São José do Barreiro, em São Paulo, seguindo até Parati, no Estado do Rio de Janeiro, pelo meio do atual Parque Nacional da Serra da Bocaina – ficou conhecida como a Trilha do Ouro.

O caminho foi calçado com pedras por escravos. A viagem era feita em lombo de jegue. “As caravanas levavam de um mês a quarenta dias de Minas até Parati”, conta João Fernandes de Oliveira, administrador da Reserva Ecológica de Joatinga, Rio de Janeiro, encostada ao parque da Bocaina. Lá, pegava-se um barco para Mangaratiba, difícil de alcançar a pé, e depois voltava-se a caminhar até o Rio de Janeiro. Já pensou?

Não foram os portugueses que abriram a trilha. “Em 1590, quando o fundador de Parati, Martim Correa de Sá, liderou uma expedição à serra, tomou esse caminho, usado pelos índios guaianazes”, diz Oliveira. Os índios foram exterminados – e a estrada ficou. Hoje, em vez de metal precioso, leva turistas, a pé, do alto da serra até o mar. Além deles, só alguns tropeiros, carregando farinha e palmito, andam por ali.